Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO N.° 56/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 16/2018 PARTES: Pref. Municipal de Cafezal do Sul e PIXELNET COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA .
OBJETO: Contratação de agência de publicidade/propaganda para criação, produção de peças publicitárias, materiais gráficos, planejamento, contratação, controle de campanhas publicitárias, publicações em jornais de editais, avisos e informativos referentes aos atos da administração, mídia de rádio, elaboração e confecção de folders, banners, faixas, cartazes e outros elementos da Prefeitura Municipal de Cafezal do sul, a serem realizadas durante o ano de 2018.
.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Tomada de Preço Nº 01/2018 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DESCRIÇÃO DA NATUREZA	DOTAÇÃO COMPLETA	NATUREZA	FR	VALOR	RED.	ORGÃO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	03.001.041221100.2.003	3390390000	1000	35.000,00	17	Administração
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	05.001.103011500.2.022	3390390000	303	35.000,00	75	Saúde
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	07.001.123611400.2.011	3390390000	103	35.000,00	134	Educ., Cul e Esp.
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	08.002.082441501.2.064	3390390000	934	30.000,00	206	Ass. Social
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	09.001.206061600.2.017	3390390000	1000	15.000,00	227	Agricultura

ASSINAM: MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeitura e PIXELNET COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. Data: 19 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 283/2018
SÚMULA - Constitui o Conselho Municipal de Planejamento Urbano de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º - Fica constituído em conformidade com a Lei Complementar municipal 007/2006, Alterada pela Lei Complementar Municipal 002/2017, Art. 1º, o CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO DE CRUZEIRO DO OESTE, com os seguintes integrantes:
Presidente: Eliane Correia e Silva
Vice – presidente: Lucas Gaburgio Conceição
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Henry Dhayron Vieira Pretti
Suplente: Marina Pereira da Silva Bocchio
Representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Titular: Rodrigo Zamuner Ribas
Suplente: Wagner de O. Cardoso
Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Titular: Edélcio Del Quiqui
Suplente: Eder Pereira Rúbias
Representantes da Secretaria de Planejamento
Titular: Emerson Alexandre Dobruski
Suplente: Marcela Andrade da Silva
Representantes da Câmara de Vereadores
Titular: Marcio Tadashi Matsumoto
Suplente: Imaculada Conceição da Silva Magalhães
Representantes dos Clubes de Serviço
Titular: Carlos Roberto Pereira
Suplente: Clóvis Otavio Baretta
Representantes da Associação Comercial
Titular: José Celio de Oliveira
Suplente: Adnilson Miotti
Representantes das Cooperativas de produtores locais
Titular: Pedro Marangoni
Suplente: Manoel Carnio
Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Titular: Shoiti Yoshioka
Suplente: Jair Fernandes de Lima
Representantes da APAE
Titular: Tereza de Jesus Loução Pereira
Suplente: Dayane Alves de Oliveira
Representantes do Sindicato Rural
Titular: Enezor Guarnieri
Suplente: Wellington Kogien
Representantes das Associações de Moradores de Bairros
Titular: Maria do Carmo Almeida
Suplente: Maria da Penha dos Reis
Representantes da Sanepar
Titular: Adenilson Alves da Luz
Suplente: Ana Paula de Paiva Tardin Liberatti
Art 2º Fica Revogado o Decreto nº 067/2018, de 23 de fevereiro de 2018.
Art 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 (VINTE) DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
Prefeita do Município de Cruzeiro do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO nº 163/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: CICERO MARANGONA
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.992,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 164/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: JOSE CARLOS DE SOUZA
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.992,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº.623/2018
SUMULA: Concessão de Diária
HENRY DHAYRON VIEIRA PRETTI, O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor RONALDO ADRIANO MARTINS, Motorista Municipal, com base na Lei Municipal nº.24/2013 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 10 (dez) Diárias, no valor de R$ 50,00 cada e 5 (cinco) diarias no valor de R$75,00 cada, totalizando R$875,00 onde estará transportando pacientes para as cidades de Cascavel, Cianorte, Maringá, Londrina, Arapongas.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (vinte e um) DIAS DE junho DE 2018.
HENRY DHAYRON VIEIRA PRETTI
Secretário Municipal da Saúde
Marcos Gonçalves Ribeiro
Secretario Municipal de Finanças

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS
UNIDADE REQUISITANTE:
NOME BENEFICIÁRIO
RONALDO ADRIANO MARTINS
LOTAÇÃO
Governo Municipal CARGO/FUNÇAÕ
MOTORISTA MUNICIPAL CLASSE/NÍVEL
ENDEREÇO BENEFICIÁRIO
Av. Curitiba nº. 1202 – São Silvestre
CPF
835.274.351-15 AGÊNCIA BANCÁRIA
3352 Nº. CONTA
22.011-7
DESTINO
Cascavel, Arapongas, Londrina, Cianorte e Maringá.
MOTIVO
Transporte de pacientes
PERÍODO
PERÍODO DE 40 DIAS QT. DIÁRIAS
15 diária VALOR UNITÁRIO
10x50,00
5x75 VALOR TOTAL
875,00 Nº. EMPENHO
OUTRAS INFORMAÇÕES
ASSINATURA E CARIMBO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ORIGEM SOLICITANTE
ASS. UNIDADE GESTORA
(AUTORIZAÇÃO) ASS. SECRETÁRIO/DIRIGENTE DO ORGÃO/ENTIDADE
__/__/____ (RECEBIMENTO)
ASS. DO SERVIDOR
___/___/____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 98/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: FRAW DISTRIBUIDORA - EIRELI - ME
DO OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, materiais de limpeza e material de higiene pessoal para suprir as necessidades de todos os departamentos e Secretarias do Município.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até 21 de junho de 2019.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R$ 188.408,73 (cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e oito reais e setenta e três centavos) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no Edital do Pregão nº 27/2018.
Alto Piquiri - PR, 21 de junho de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal
Contratante
THIAGO RONQUI
Representante Legal da Empresa
Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO
A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste comunica a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos e as Entidades Empresariais com sede neste Município que, em cumprimento ao art. 2º da Lei nº. 9.452/97, recebeu os seguintes recursos da União:

DATA	RECURSO	VALOR (R$)
19-06	R P M	R$- 209,66
20-06	IPM..	R$- 2.479,55
20-06	F P M	R$-319.735,57

Cruzeiro do Oeste, 21 de Junho 2018.
Maria Helena Bertoco Rodrigues
Prefeita Municipal Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº.: 221
De 08 de Junho de 2018

CONCEDE DIÁRIAS PARA COBRIR DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DOURADINA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº. 1.709/2015, de 30 de Novembro de 2015, que institui o pagamento de diárias aos servidores públicos municipais para cobrir despesas de alimentação e hospedagem, em viagem de trabalho;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER 02 (Duas) diárias de viagem, no valor de R$- 150,00 (Cento e cinquenta reais), e 01 (uma) diária de viagem, no valor de R$-60,00 (Sessenta reais), totalizando um valor de R$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais) ao servidor abaixo designado;

I – **ENCARNAÇÃO APARECIDA MARTINS DA SILVA,** matricula nº. 203, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado na Manutenção da Divisão do UBS-Hélio Corsini.

Art. 2º. A diária será concedida no seguinte dia, local e finalidade:

DATA	HORÁRIO SAÍDA/ CHEGADA	DESTINO	FINALIDADE
13/06/2018 16/06/2018	18:00hrs 07:00hrs	Curitiba - Paraná	Reunião Ordinária do COSEMS E da CIB Estadual

§ 1° - Na concessão das diárias mencionadas no *caput*, estão inclusos os períodos de deslocamento do servidor do local de origem até o destino final.

§ 2° – O deslocamento até o destino será realizado por veículo próprio do Município.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Dê-se ciência, Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal Francisco Gil Vera, aos Oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito (08/06/2018).

JOÃO JORGE SOSSAI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 99/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: BARREIRA & BARREIRA LTDA-ME
DO OBJETO: Aquisição de Gêneros alimentícios, materiais de limpeza e material de higiene pessoal para suprir as necessidades de todos os departamentos e Secretarias do Município.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até 21 de junho de 2019.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R$ 184.212,00 (cento e oitenta e quatro mil, duzentos e doze reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no Edital do Pregão nº 27/2018.
Alto Piquiri - PR, 21 de junho de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal
Contratante
JOAQUIM FRANCISCO BARREIRA FILHO
Representante Legal da Empresa
Contratado

CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
ATO DA PRESIDÊNCIA N.º 007/2018
De 21 de Junho de 2018.
SÚMULA – DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DIFERENCIADO DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2.018.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Resolve,
Art. 1º. Alterar os horários de expediente da Câmara Municipal de Douradina nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2.018, observando-se o seguinte:
I – Quando os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2.018 acontecerem as 09h00min, o horário de expediente será das 13h30min às 17h00min.
II – Quando os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2.018 acontecerem as 11h00min, o horário de expediente será das 08h00min às 10h00min e das 14h30min às 17h00min.
III – Quando os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2.018 acontecerem as 15h00min, o horário de expediente será das 08h00min às 12h00min.
EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de junho do ano de 2018 (21/06/2018).
CLERIS MORAES OLIVEIRA
Presidente

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTO PARAÍSO- PARANÁ

RESOLUÇÃO N° 007/2018
SÚMULA: Aprova o Plano de Ação e o Plano de Trabalho – Provopar Municipal de Alto Paraíso – Casa Lar - 2018.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Município de Alto Paraíso, no uso de suas atribuições legais, no que lhe confere a Lei nº 0288 de 21/09/2013, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alto Paraíso, e dá outras providências;
CONSIDERANDO a reunião ordinária deste Conselho, conforme Ata nº 07/2018, do dia 21 de Junho de 2018, às 13:30 horas, na Secretaria de Promoção Social;
CONSIDERANDO que foi apreciado e aprovado o Plano de Ação e o Plano de Trabalho – Provopar Municipal de Alto Paraíso – Casa Lar para crianças e adolescentes - 2018.
RESOLVE:
Art. 1°. Aprovar por unanimidade de votos os conselheiros presentes o Plano de Ação e o Plano de Trabalho – Provopar Municipal de Alto Paraíso – Casa Lar para crianças e adolescentes – 2018.
Art. 2°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.
Alto Paraíso, 21 de Junho de 2018.
Lúcia Maldonado
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
DECRETO Nº. 055/2018
Homologa Julgamento proferido pela Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, do Processo Licitatório nº. 25/2018, modalidade Pregão Presencial RP – nº. 17/2018 e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova - PR, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio da Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de preços para aquisição parcelada e futura de refeições que atendam as necessidades diárias de alimentação dos servidores desta municipalidade que se deslocarem a cidade de Umuarama a serviço do Município.
VENCEDOR VALOR R$
JOÃO PAULO PEREIRA DO NASCIMENTO RESTAURANTE ME, CNPJ 14.319.946/0001-20 TOTAL - R$ 40.000,00(Quarenta mil reais)
Art. 2º. Fica o setor competente autorizado a elaborar a Ata/contrato de Registro de Preços com validade para 01 (um) ano, depois de cumpridas todas as formalidades legais.
Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2018.
Valdir Hidalgo Martinez
Prefeito Municipal

IPEN – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ESPERANÇA NOVA.

CNPJ – 07.015.371.0001/96.
Esperança Nova – Paraná.
RESOLUÇÃO Nº 01/2018
Súmula: Nomeia o Gestor de Recursos do Instituto de Previdência de Esperança Nova – Paraná.
Antônio José Gomes, Presidente do Instituto de Previdência de Esperança Nova-Pr, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de atender o contido no Art. 2º, §4º, da Portaria nº 519 de 24 de agosto de 2011, alterado pela Portaria nº 440 de 09 de outubro de 2013, ambas do Ministério da Previdência Social;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Deliberativo e Fiscal, em reunião de 18 de junho de 2018, amparados nos termos do Art. 22, inciso I e X da Lei nº 432/2009, alterado pela Lei 436/2010.
RESOLVE:
Art. 1° - Nomeia o Sr. Sérgio Aparecido Laverde, brasileiro, inscrito no CPF: 527.679.739-00, para exercer a função de Gestor de Recursos do Instituto de Previdência de Esperança Nova – IPEN, no exercício de 2018.
Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Esperança Nova-Pr, 21 de Junho de 2018.
ANTÔNIO JOSÉ GOMES
Presidente do IPEN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 4.682/2018
DATA: 21/06/2018
SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo licitatório.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Pregoeira a Srta. Lays Oliveira Vedovoto,
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da empresa ALCATEIA SEGURANÇA – EIRELI - ME o item 01, e a empresa ALCATEIA PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME o item 02, referente ao resultado do processo licitatório, modalidade Pregão Presencial Registro de Preços n.º 041/2018.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo licitatório modalidade Pregão Presencial Registro de Preços n.º 041/2018 em favor das empresas ALCATEIA SEGURANÇA – EIRELI – ME e ALCATEIA PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME, cujo objeto trata da contratação de empresa especializada para a disponibilização de serviços de segurança desarmada e serviços de brigada de incêndio para eventos realizados pelo município de Icaraíma de acordo com o termo de referência e demais anexos do edital.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 21 dias do mês de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Liberação de Recursos cf. Lei 9452/97 do Estado e União
Prefeitura Municipal de Douradina - Período 12 à 20/06018
Estado do Paraná
NOTIFICAÇÃO
Dando cumprimento às determinações da Lei nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Politicos os Sindicatos dos Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Municipio, do recebimento dos Recursos Federais/Estaduais:

Categoria	Descrição dos Recursos	Data	Valor	Objetivo das Verbas Recebidas
1.7.1.8.01.2.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃODOS MUNICIPIOS FPM	20/06/2018	126.295,58	Custeio/Invest./Pessoal/encargos
1.7.1.8.01.5.1.00.00	COTA-PARTE DO IMP. SOBRE PROPR. TERRITORIAL RURAL-INCRA	20/06/2018	99,01	Custeio/Investimento
1.7.1.8.02.3.1.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES-COMP. FINANC. PROD. PETRÓLEO-LEI 7.990/89	19/06/2018	109,56	Custeio/Investimento
1.7.1.8.03.1.1.01.06	PAB/SUS - PROGRAMA SAÚDE DA FAMILIA, BUCAL, PMAQ, NASF	18/06/2018	32.804,00	Pessoal
1.7.1.8.03.1.1.01.03	PAB/SUS - PROGRAMA AGENTE COMUNTÁRIOS	18/06/2018	16.224,00	Pessoal
1.7.1.8.03.1.1.04.02	PAB-SUS - PROGRAMA SIA (MÉDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE)	12/06/2018	18.168,92	Custeio
1.7.1.8.04.1.1.02.01	PISO VARIÁVEL MÉDIA COMPLEXIDADE (SUAS)	13/06/2018	141,89	Custeio
1.7.1.8.04.1.1.01.01	PISO BÁSICO FIXO (SUAS)	13/06/2018	12.000,00	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.1.8.04.1.1.01.01	PISO BÁSICO FIXO (SUAS)	14/06/2018	17.100,00	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.1.8.04.1.1.03.02	PROGRAMA DO FNAS/GDBF	20/04/1903	1.456,90	Custeio
1.7.1.8.08.1.1.01.00	INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PISO DA ATENÇÃO BÁSICA	06/06/2018	300.000,00	Custeio
1.7.1.8.05.1.1.00.00	TRANSFERENCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	13/06/2018	27.113,49	Custeio
1.7.2.8.01.1.1.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	12/06/2018	39.906,66	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.1.1.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	20/06/2018	53.653,51	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.2.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	12/06/2018	2.016,00	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.2.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	13/06/2018	31,32	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.2.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	14/06/2018	336,02	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.2.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	15/06/2018	2.347,78	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.2.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	18/06/2018	2.868,49	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.2.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	19/06/2018	712,58	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.2.1.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	20/06/2018	352,99	Custeio/Invest./Pessoal/Encargos
1.7.2.8.01.3.1.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	20/06/2018	1.295,73	Custeio/Invest./Pessoal/encargos
1.7.5.8.01.1.1.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDEB	12/06/2018	5.275,81	Custeio/Invest./Pessoal/encargos
1.7.5.8.01.1.1.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDEB	13/06/2018	43.074,27	Custeio/Invest./Pessoal/encargos
1.7.5.8.01.1.1.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDEB	20/06/2018	81.604,30	Custeio/Invest./Pessoal/encargos
1.7.5.8.01.1.1.00.00	CONVÊNIO TRANSPORTE ESCOLAR -SEED	14/06/2018	96,25	Custeio

Douradina-PR; 21 de Junho de 2018
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal
Fonte: Contabilidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO nº 139/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: ELIANA MARIA RODRIGUES DA SILVA COELHO
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.995,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 140/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: JACKELINE DE PAULA LEITE
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.995,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 141/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MARCIA REGINA ALVES PINHEIRO
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.995,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 142/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MARIA DAS GRAÇAS SILVA
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.995,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 143/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: SUELI HACHMANN SCHIMING
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.995,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 144/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: ANDERSON ALVES
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 15.152,60 (Quinze Mil, Cento e Cinquenta e Dois Reais e Sessenta Centavos)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 145/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: ANTONIO MARTINS ALVES
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 13.310,00 (Treze Mil, Trezentos e Dez Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 146/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: APARECIDO PENTEADO
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 12.122,00 (Doze Mil, Cento e Vinte e Dois Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná.

EXTRATO DO CONTRATO nº 147/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: JOSÉ CARLOS FRANCISCHETTI
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 148/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: JOSÉ CARLOS FRANCISCHETTI
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 149/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: JOSÉ RODRIGUES DA SILVA FILHO
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.750,00 (Dezenove Mil, Setecentos e Cinquenta Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 150/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MARIA DA PENHA DOS REIS
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 14.600,00 (Quatorze Mil e Seiscentos Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 151/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: ROGERIO FERRAREZ
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 13.434,00 (Treze Mil, Quatrocentos e Trinta e Quatro Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 152/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: VALDECIR BATISTA BORGES
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.865,00 (Dezenove Mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 153/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: WILLIAM RODRIGUES DA SILVA
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.865,00 (Dezenove Mil, Oitocentos e Sessenta e Cinco Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 154/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MANOEL DAS NEVES
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 155/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MARCIO ADRIANO DAS NEVES
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 156/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MAURÍCIO APARECIDO DAS NEVES
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 12.000,00 (Doze Mil Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 157/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: GENI FRANCISCHETTI
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 7.137,00 (Sete Mil, Cento e Trinta e Sete Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 158/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: IZILDA APARECIDA STECH GASTARDIN
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 7.137,00 (Sete Mil, Cento e Trinta e Sete Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 159/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MARCIA DE FATIMA B.SANTOS
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 7.137,00 (Sete Mil, Cento e Trinta e Sete Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 160/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MARIA APARECIDA FRANCISCHETTI KAMINSKI
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 7.137,00 (Sete Mil, Cento e Trinta e Sete Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 161/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: MARLENE LUQUI MARCON
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 7.137,00 (Sete Mil, Cento e Trinta e Sete Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 162/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede junto a prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o senhor HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG nº. 1.494.048 e do CPF nº. 280.552.339-34.
CONTRATADO: ELCIO RODRIGUES DA SILVA
SEDE: Cruzeiro do Oeste/PR
O objeto da presente licitação refere-se a CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS DE PESSOAS FÍSICA OU JURIDICA, PARA O FORNECIMENTO DE PRODUTOS, PARA A ALIMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR- CHAMADA PUBLICA 01/2018, da(o) Processo inexigibilidade 3/2018, que passa a fazer parte integrante deste Contrato, nos itens adjudicados em favor da Contratada. Conforme Anexo I
O presente instrumento contratual é celebrado, pelo procedimento licitatório na Modalidade Processo inexigibilidade nº 3/2018, na forma da Lei 8.666/93, bem como pelas demais disposições pertinentes a mesma, subsidiariamente o Código Civil Brasileiro.
O valor global para a execução do objeto deste contrato é de R$ 19.992,00 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Dois Reais)
Data da assinatura do contrato: 12/06/2018
Vigência do contrato: 11/06/2019
Foro: Comarca de Cruzeiro do Oeste - Estado do Paraná

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UMUARAMA
2ª VARA CÍVEL DE UMUARAMA - PROJUDI
Rua Desembargador Antonio Ferreira da Costa, nº 3693 - Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87.501-200 - Fone: (44) 3621-8402

Processo: 0006056-38.2016.8.16.0173
Classe Processual: Cumprimento de sentença
Assunto Principal: Cheque
Valor da Causa: R$ 91.126,55
Exequente(s): • ELIAS FERREIRA MOTA
Executado(s): • Radial Telecomunicações Ltda
• V. da Silva Manutenção e Montagem EPP
• VALDECI DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DR. **MARCELO PIMENTEL BERTASSO**, MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, através dos autos nº. **6056-38.2016.8.16.0173** de **Cumprimento de Sentença** onde é exequente **Elias Ferreira Mota** e executados **Radial Telecomunicações Ltda, V. da Silva Manutenção e Montagem EPP e Valdeci da Silva,** vem tornar público e de conhecimento geral de que por este ato procede a **INTIMAÇÃO** do(a) executado(a) **Radial Telecomunicações Ltda,** inscrito(a) no CPF/CNPJ nº. 11.416.792/0001-04, **V. da Silva Manutenção e Montagem EPP,** inscrito(a) no CPF/CNPJ nº. 21.126.068/0001-91 **e Valdeci da Silva,** inscrito(a) no CPF/CNPJ nº. 412.524.899-00, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia de R$ 91.126,55 (noventa e um mil cento e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), sob pena de ser acrescida ao montante da condenação multa prevista no artigo 523, §1º, do CPC, no percentual de 10% (dez por cento).

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, para que no futuro não aleguem ignorância ou boa-fé, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei.

Umuarama, 05 de junho de 2018.

Marcelo Pimentel Bertasso
Juiz de Direito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO Nº 282/2018
SÚMULA: Dispõe sobre expediente nas repartições públicas municipais, nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO, a Copa do Mundo FIFA, a realizar-se na Rússia, no período de 14 de junho a 15 de julho de 2018, evento esportivo de repercussão mundial,
DECRETA:
Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais será em contra turno às partidas dos jogos da Seleção Brasileira.
§1º: Nos dias úteis com jogos da Seleção Brasileira, o horário nas repartições públicas municipais será o seguinte:

INÍCIO DA PARTIDA	EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES
Partida com início às 09h00min.	Expediente das 13h00min. às 17h00min.
Partida com início às 11h00min.	Expediente das 13h00min. às 17h00min.
Partida com início às 15h00min.	Expediente das 07h30min. às 13h30min.

Art. 2° Os serviços considerados essenciais não sofrerão alterações diretas no expediente, ficando sob a carga do Responsável por cada setor definir escalas das atividades para cumprimento das atividades.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 (VINTE) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
Prefeita Municipal Interina

IPEN – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ESPERANÇA NOVA.

CNPJ – 07.015.371.0001/96.
Esperança Nova – Paraná.
RESOLUÇÃO Nº 02/2018
Súmula: Nomeia os Membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência de Esperança Nova – Paraná.
Antônio José Gomes, Presidente do Instituto de Previdência de Esperança Nova-Pr, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de atender o contido no Art. 2º, §4º, da Portaria nº 519 de 24 de agosto de 2011, alterado pela Portaria nº 440 de 09 de outubro de 2013, ambas do Ministério da Previdência Social;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Deliberativo e Fiscal, em reunião de 18 de junho de 2018, amparados nos termos do Art. 22, inciso I e X da Lei nº 432/2009, alterado pela Lei 436/2010.
RESOLVE:
Art. 1° - Nomeia os Membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência de Esperança Nova – IPEN, ficando compostos pelos seguintes Senhores:
Antônio José Gomes – Diretor Presidente
Maurílio Vitorelli – Diretor Financeiro
Sérgio Aparecido Laverde – Gestor de Recursos
Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Esperança Nova-Pr, 21 de Junho de 2018.
ANTÔNIO JOSÉ GOMES
Presidente do IPEN.

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

FONE (44) 3643-1301 — CNPJ: 80.404.023/0001-09
Rua Jorge Ferreira nº550, CEP 87570-000 - Francisco Alves - Paraná

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SOFTWARE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

REF. PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2014.
ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES E PHFG – EXCELENCIA EM MANUTENÇÃO DE SOFTWARE E SERVIÇOS EM GERAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA ME, CNPJ: 19.550.868/0001-93.

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES , com sede na Rua Jorge Ferreira nº 550, Centro, na cidade de Francisco Alves - PR, CEP: 87.570-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.404.023/0001-09, neste ato representada por seu Presidente, Srº. Rubens Eugênio dos Santos, brasileiro, Agente Político, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 4.756.083-7/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 681.106.349-15, residente e domiciliado na Av. Joaquim Luiz de Souza, nº 797, CEP 87.570-000, Francisco Alves, Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **PHFG – EXCELENCIA EM MANUTENÇÃO DE SOFTWARE E SERVIÇOS EM GERAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Maringá-Pr, na Rua Sebastião Domingos Sabaini, nº 368, Jardim Itália, CEP 87.060-668 inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.550.868/0001-93, neste ato representada pelo, Sr. Paulo Henrique Figuereido, portador da cédula de identidade R.G nº 9.272.616-9/SESP-PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob o nº 051.444.409-67, doravante denominada **CONTRATADA**, Resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, firmar o presente Aditivo de Contrato, conforme previsto nos itens 3.8 e 6.1 do contrato primitivo bem como requerido pela empresa em 01/06/2018, e de acordo como preceitua os art. 55, inciso III, art. 40, inciso XI, da lei Federal nº 8.666/63, e pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: O prazo da vigência contratual previsto no item 6.1 do contrato 001/2014 **fica prorrogado por mais 12 (doze) meses vigendo portanto de 03/07/2018 a 02/07/2019.**

CLAUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE DE VALORES: O valor contratado fica reajustado em 1,76% (um vírgula setenta e seis por cento) conforme previsto no item 3.8 do contrato 001/2014 pelo índice INPC, atualizando-se a parcela mensal de R$ 2.096,71 para R$ 2.133,61, perfazendo um valor atualizado do contrato para R$ 120.356,92.

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas e continuam em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato original nº 001/2014.

CLAUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Iporã - Estado do Paraná, como o único competente para nele serem dirimidas as questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo:

FRANCISCO ALVES - PR, 21 de junho de 2018.

Pela **CONTRATANTE** — Pela **CONTRATADA**

RUBENS EUGENIO DOS SANTOS
Presidente

PAULO HENRIQUE FIGUEREIDO
Representante Legal

Testemunhas:

CPF:

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 4.681/2018
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Especial por Provável Excesso de Arrecadação e da outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Especial nº 1.471 de 25 de Janeiro de 2018.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Especiais por Provável Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2018, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2018 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021, no limite de R$ 122.925,00 (Setecentos e vinte e sete mil, quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
06.00 SECRET. OBRAS, SERV. PUB. E RODOVIARIO.
06.02 DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15.452.0005.2.017 MANUTENÇÃO DA DIVISAO DE SERVICOS URBANOS
4.4.90.51.00 1025 OBRAS E INSTALAÇÕES 727.047,79
FONTE 804 - SEDU CONV. 431/2017 - PAVIMENTAÇÃO/RECAPE/URBANIZAÇÃO 727.047,79
Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte fonte relacionada:

Fonte	Descrição	Valor
804	SEDU CONV. 431/2017 - PAVIMENTAÇÃO/RECAPE/URBANIZAÇÃO	727.047,79

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 21 dias do mês de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº192/2018
DATA – 21/06/18
SUMULA – Concede Férias a funcionário
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora, Caroline Agostinis Freire, por um período de 10 dias, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a contar de 02/07/18 a 12/07/18.
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº193/2018
DATA – 21/06/18
SUMULA – Concede Férias a funcionário
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias ao servidor, Paulo Cezar Lima Zampieri, por um período de 20 dias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a contar de 02/07/18 a 21/07/18.
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 48/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2018
LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA-PR.
Aos 06(seis) dias do mês de junho do ano de 2018, às 09:00 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Douradina, Avenida Barão do Rio Branco, nº. 767, Centro, em Douradina-Pr, o MUNICÍPIO DE DOURADINA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor João Jorge Sossai, brasileiro, casado, agente público, portador da C. I. R. G. nº. 1.759.085 SSP/PR e do CPF/MF sob o nº. 238.684.069-72, residente e domiciliado na Rua Bússola, nº. 131, Jardim Leoni, nesta Cidade, e as empresas: 1) CARGA SUL COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 08.998.979/0001-40, sito na Rua Rio Grande do Sul, nº. 396, Jadim Apucarana, CEP. 806.804-390, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Kaue Protzek Correa, portador do CPF nº 080.062.519-67, RG nº 10659082-6, 2) REINALDO JOSÉ BOLANHO - ME, inscrita no CNPJ sob nº 27.822.528/0001-00, sito na Rua Juruema, nº. 53, Sala A, Zona 3, CEP. 87.209-066, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Andre Luíz dos Santos, portador do CPF nº 050.361.659-18, RG nº 9.618.226-0 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Guaíra, nº. 1.261, Jardim Paraíso, cidade de Umuarama, Estado do Paraná, 3) ACS PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.056.948/0001-00, sito na Rua Bom Jesus de Iguape, nº. 3400, Boquerão, CEP. 81.650-030, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Leocir Salvani, portador do CPF nº 025.800.089-93, RG nº 4.159.736-4 SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, nº. 3705, Coqueiral, cidade de Cascavel, Estado do Paraná, nos Termos do Decreto Municipal nº. 227, de 01 de junho de 2006, Lei Federal 8.666/93 e demais normas aplicáveis a espécie, resolvem REGISTRAR OS PREÇOS, em conformidade com as seguintes condições abaixo especificadas:
Fornecedor: ACS PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.056.948/0001-00, sito na Rua Bom Jesus de Iguape, nº. 3400, Boquerão, CEP. 81.650-030, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, por seu representante legal, ao final assinado, com o valor total de R$115.830,00(cento e quinze mil, oitocentos e trinta reais) com os preços dos itens abaixo relacionados.

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	4	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 17.5-25, Super Grip, 12 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	EARTH.TRACTION L-2 12. TITAN	Unidade	27,00	2.590,00	69.930,00
2	5	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 20.5-25, Loader Dozer, 14 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	ND.LCM. L-3 16 L. TITAN	Unidade	9,00	5.100,00	45.900,00

Fornecedor: CARGA SUL COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 08.998.979/0001-40, sito na Rua Rio Grande do Sul, nº. 396, Jadim Apucarana, CEP. 806.804-390, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, por seu representante legal, ao final assinado, com o valor total de R$500.123,40(quinhentos mil, cento e vinte e três reais e quarenta centavos) com os preços dos itens abaixo relacionados.

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 205/75R15, R5130, com 8 lonas, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	36,00	364,00	13.104,00
1	4	Aquisição de pneus: Pneumático Utilitários, dimensões 185/65 R14, Fuzion, aro 14, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Fuzion	Unidade	24,00	186,90	4.485,60
1	7	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 175/70R14, Fuzion 84T, aro 14, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Fuzion	Unidade	60,00	201,90	12.114,00
1	8	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 7.50/16, Liso, CT 52 10 lonas, aro 16, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Goodyear	Unidade	18,00	450,00	8.100,00
1	10	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 215/75R17.5, borrachudo, M714, 16 lonas, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	36,00	713,00	25.668,00
1	11	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 7.50/16, Liso, borrachudo, RT 59, 10 lonas, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Goodyear	Unidade	30,00	465,00	13.950,00
1	12	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 275/80R22.5, Liso Radial Dayton, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Dayton	Unidade	25,00	1.162,00	29.050,00
1	14	Aquisição de pneus: Pneumático para ônibus do Transporte Escolar, dimensões 900 X 20, RT 59, Borrachudo, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Pirelli	Unidade	16,00	934,00	14.944,00
1	15	Aquisição de pneus: Pneumático para ônibus do Transporte Escolar, dimensões 900 X 20, CT 65, Liso, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Pirelli	Unidade	8,00	810,00	6.480,00
1	17	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário do Transporte Escolar, com dimensões 265/60R18, Dueler, H/T 110 T, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	12,00	427,90	5.134,80
1	18	Aquisição de pneus: Pneumático para ônibus do Transporte Escolar, dimensões 1000 X 20, borrachudo, RT 59, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Goodyear	Unidade	48,00	1.090,00	52.320,00
1	19	Aquisição de pneus: Pneumático para ônibus do Transporte Escolar, dimensões 1000 X 20, Liso, CT 65, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Goodyear	Unidade	36,00	982,00	35.352,00
1	20	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 17.5-25, Super Grip, 12 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Titan Earth Tract	Unidade	9,00	2.599,00	23.391,00
1	24	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 12.16-5 PN 16, 10 lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Goodyear	Unidade	24,00	930,00	22.320,00
1	26	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 18.4-34, Super ALL Traction, 10 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	16,00	2.600,00	41.600,00
1	28	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 23.1-30, Super ALL Traction, 12 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Goodyear	Unidade	16,00	2.950,00	47.200,00
1	30	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 14.9-26, Super ALL Traction, 12 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Goodyear	Unidade	8,00	1.610,00	12.880,00
1	33	Aquisição de pneu: dimensões 1400 x 24 SGG, (primeira vida), Pneus diagonal, com 10 Lonas, profundidade 25mm, desenvolvido para moto niveladora, modelo G2, com certificado do Inmetro.	Titan Road Grader	Unidade	24,00	1.870,00	44.880,00
2	2	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 275/80R22.5, Liso Radial Dayton, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Dayton	Unidade	75,00	1.162,00	87.150,00

Fornecedor: REINALDO JOSÉ BOLANHO - ME, inscrita no CNPJ sob nº 27.822.528/0001-00, sito na Rua Juruema, nº. 53, Sala A, Zona 3, CEP. 87.209-066, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, por seu representante legal, ao final assinado, com o valor total de R$432.125,00(quatrocentos e trinta e dois mil, cento e vinte e cinco reais) com os preços dos itens abaixo relacionados.

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	2	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 205/75R16, duravis R630, com 8 lonas, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	36,00	415,00	14.940,00
1	3	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 175/70R13, F-700 82T, aro 13, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	36,00	151,00	5.436,00
1	5	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 195/65R15, EP 150, 91H, aro 14, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	20,00	251,00	5.020,00
1	6	Aquisição de pneus: Pneumático Utilitários, dimensões 185/R14C, CV 5000, 8 lonas, aro 14, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	12,00	249,00	2.988,00
1	9	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 215/75R17.5, liso, M814, 12 lonas, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	25,00	681,00	17.025,00
1	13	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 275/80R22.5, Borrachudo, Radial, M 729, 16 lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	37,00	1.320,00	48.840,00
1	16	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 205/55R16, EP 150, 91 V, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	12,00	230,00	2.760,00
1	21	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 20.5-25, Loader Dozer, 14 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	3,00	5.100,00	15.300,00
1	22	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 19.5-24, A. T. Utilitt, 12 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	12,00	2.244,00	26.928,00
1	23	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 12.5/80-18, Super Trac, 12 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	12,00	1.170,00	14.040,00
1	25	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 175/65R14, Fuzion, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	12,00	179,00	2.148,00
1	27	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 14.9-24, Super ALL Traction, 10 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	16,00	1.550,00	24.800,00
1	29	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 14.9-28, Super ALL Traction, 10 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	8,00	1.720,00	13.760,00
1	31	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 18.4-30, Super ALL Traction, 10 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	16,00	2.160,00	34.560,00
1	32	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 12.4-24, Super ALL Traction, 10 Lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	8,00	1.200,00	9.600,00
2	1	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 205/75R16, duravis R630, com 8 lonas, novo (primeira vida), com certificado do Inmetro.	Bridgestone	Unidade	108,00	415,00	44.820,00
2	3	Aquisição de pneus: Pneumático para utilitário, com dimensões 275/80R22.5, Borrachudo, Radial, M 729, 16 lonas, novo (primeira vida) com certificado do Inmetro.	Firestone	Unidade	113,00	1.320,00	149.160,00

01. Do Objeto e Valor: Registro de preços, por Item, de Seleção de propostas no sentido da contratar empresa para fornecer PNEUS destinados à frota de veículos da Prefeitura Municipal de Douradina-Pr, conforme a seguir:
01.1. As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.
02. Da Utilização do Registro de Preços: O registro de preços será utilizado para atender as necessidades da Administração Municipal Direta, Autárquia e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Poder Executivo Municipal.
03. Do Prazo de Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12(doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.
04. Dos Pagamentos: Os pagamentos serão efetuados 10(dez) dias após o faturamento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Prefeitura do Município de Douradina-Pr.
05. Da Garantia de Qualidade: O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado, e deverá ser substituído pelo fornecedor, imediatamente, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação de acordo com a legislação vigente;
05.1. Responder, na forma prevista no Código do Consumidor, pela qualidade do produto fornecido.
06. Da Entrega: Em 07(sete) dias, mediante solicitação formal, e aceita devidamente, após a verificação da qualidade e quantidade do bem fornecidos e consequente aceitação pela Administração. Os itens deverão ser entregue no Pátio Rodoviário Municipal de Douradina-Pr, Rua Osvaldo Ribeiro, n°. 235, de acordo com a solicitação da Secretária Municipal, sem custo adicional.
07. Recomposição dos Preços Registrados: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados; somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 65, alínea "d", da Lei 8.666/93; para ocorrer a recomposição, deverá a empresa encaminhar documento comprobatório e solicitante, constando o motivo/causa, os índices a serem utilizados; que deverá ser aprovada e pactuada entre as partes; caso a empresa não encaminhe antecipadamente este documento, não ocorrerá a recomposição.
08. Do cancelamento do Registro: O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões: I - a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado; II - por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa: descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido no edital, a respectiva ordem de compra ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; presentes razões de interesse público. O cancelamento de registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.
09. Das Penalidades: Ao proponente que não satisfizer os compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
09.1. No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto adjudicado, constante no Anexo V, será aplicável à Contratada multa moratória no valor equivalente a 0,1% (um décimo percentual), calculada sobre o valor total do objeto contratado, solicitado, por dia excedente ao respectivo prazo.
09.2. Pela inexecução total, parcial, ou na recusa de assinar a Ata de Registro de Preço, ou que ainda não satisfazer os compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços o Município de Douradina-Pr, garantida a defesa prévia, poderá aplicar a contratada às sanções previstas no art. 87, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.1993 e multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto adjudicado.
09.3. As multas mencionadas nos itens 12.1 e 12.2 serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente quando for o caso.
09.4. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou penais cabíveis.
10. Fazem parte integrante desta ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação Pregão Presencial nº. 34/2018, seus anexos e proposta da proponente.
Fica eleito o foro do Município de Umuarama, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao presente ajuste.
CONTRATADA
Leocir Salvani
ACS PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
Andre Luíz dos Santos
REINALDO JOSÉ BOLANHO - ME
Kaue Protzek Correa
CARGA SUL COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - EPP
CONTRATANTE
João Jorge Sossai
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA-PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
1º TERMO ADITIVO
AO TERMO DE COLABORAÇÃO n.º 002/2017
INEXIGIBILIDADE 012/2017
Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.247.337/0001-60, com sede à Av. Hermes Vissoto, 810, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MARCOS ALEX DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, Agente Político Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.868.656-8 SSP/PR e CPF/MF nº 166.999.308-69, residente e domiciliado nesta cidade de Icaraíma – Estado do Paraná, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ICARAÍMA, pessoa jurídica de direito privado de caráter filantrópico inscrita no CNPJ sob o nº 80.613.367/0001-10, com sede à Rua Professora Yolanda Aparecida Santos de Carvalho, nº 970, Centro, CEP 87530-000, nesta cidade de Icaraíma - PR, doravante denominada ENTIDADE, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Gerson Joaquim de Souza, brasileiro, portador do RG nº 4.306.998-5 SSP-PR e devidamente inscrito no CPF sob o nº 596.653.869-72, residente e domiciliado na cidade de Icaraíma - PR, doravante denominada Entidade, como segue:
CONSIDERANDO o comum acordo e aprovação entre as partes,
CLAUSULA PRIMEIRA:
Fica alterada a clausula Segunda do Termo de Colaboração n° 002/2017 que passa a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS - O valor total do presente Termo de Colaboração/Termo Aditivo é de R$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais), por exercício fiscal e será pago em parcelas mensais de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), repassados pela Prefeitura Municipal de Icaraíma, recursos estes que serão repassados no decorrer de 12 (doze) meses, e serão pagos com recursos próprios do Município."
CLAUSULA SEGUNDA:
Fica alterada a cláusula Décima Segunda do referido Termo de Colaboração que passa a ter a seguinte redação: CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES - A vigência do presente instrumento iniciar-se-á na data de 24 de Junho de 2018, vigendo ate 23 de Junho de 2019, ressalvado o direito de prorrogação mediante acordo prévio entre as partes, constituindo-se as alterações ajustadas em objeto de Termos Aditivos, que daquele serão parte integrante para todos os efeitos e direitos, podendo ser rescindido por qualquer das partes, desde que haja comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou por descumprimento de qualquer das cláusulas, ou ainda, por existência de fato que o torne insubsistente, respondendo as partes pelas obrigações assumidas até aquele momento."
CLAUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições do referido contrato.
E por estarem de comum acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente contrato, na presença de duas testemunhas.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de Junho de 2018.
- MARCOS ALEX DE OLIVEIRA -
- Prefeito Municipal –
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ICARAÍMA
Gerson Joaquim de Souza
Contratada
Testemunhas:
Nome: João Gilson Prado
RG. 12.262.417-8
Nome: Joyce da Silva Francisco
RG. 10.497.866-5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº194/2018
DATA – 21/06/18
SUMULA – Concede Férias a funcionário
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias ao servidor, Luiz Henrique Araújo, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a contar de 09/07/18 a 07/08/18.
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico n° 127/2018
Tipo: Menor Preço
Tipo de Julgamento: Global
Objeto: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP – Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia 3G pelo sistema digital pós-pago, mediante fornecimento de 40 (quarenta) acessos móveis com direito à portabilidade e com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de comodato, oferecendo os serviços de ligações locais, além de serviços de mensagens de texto, pacote de dados para acesso à internet e roaming nacional e internacional, a serem executados por empresa prestadora de telefonia, para o Município de Guaíra, em conformidade com o Decreto n° 6.654, de 20 de novembro de 2008 – Plano Geral de Outorga de Serviço de Telecomunicação prestado no regime público – PGO, e alterações posteriores; Decreto n°2.056, de 04 de novembro de 1996 – Regulamento de Serviços Móvel celular (Resolução n° 477/2007 – Anatel), e alterações posteriores, e demais normas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00 min. do dia 05/07/2018
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min. às 09h29min do dia 05/07/2018
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min. do dia 05/07/2018

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 084/2018
O Município de Guaíra-Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações torna público o fim da SUSPENSÃO do Processo Licitatório, Edital de Pregão Presencial nº 084/2018, do tipo "Menor Preço", tipo de julgamento Por Item, cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa do ramo para o fornecimento de suplementos nutricionais e dietas enterais, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, desse Município. A sessão pública de abertura está marcada para o dia 06 de julho de 2018, às 08h30min, na sala de Licitações do Departamento de Compras, Paço Municipal de Guaíra-Paraná.

1º A D E N D O - MODIFICADOR
PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL Nº 122/2018
O Município de Guaíra, Estado do Paraná, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados e em especial às empresas que adquiriram o edital em epígrafe o teor do presente ADENDO, referente a Pregão Eletrônico n° 122/2018, tendo por objeto o registro de preços visando contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pintura em geral com fornecimento de materiais necessários, colocação de forro, piso, serviço de metalurgia, limpeza em geral, colocação de vidro, portas, assentamento de piso e demais serviços os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas da CMEI Maria Aparecida Silva Pereira, do Município de Guaíra - PR, conforme Lei n° 10520/20002. RECURSOS Resolução 15/2013 Manutenção de Novas Unidades do Pro Infância, a seguir a seguir:
A Secretaria Municipal de Administração ALTERA-SE e MODIFICA-SE por meio deste ADENDO O SEGUINTE:
Onde se lê: Tipo de Julgamento: Por Lote.
Leia-se: Tipo de Julgamento: Global.
Em face das alterações fica estabelecida a nova data de abertura da Pregão Eletrônico nº 122/2018, para o dia RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 14h00 min. do dia 05/07/2018
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 14h01min. às 15h29min do dia 05/07/2018
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15h30min. do dia 05/07/2018, no Paço Municipal de Guaíra, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, 126, Guaíra-PR, sala de licitações.
O Presente Adendo passa a fazer parte integrante do Edital de Licitação de Pregão Eletrônico n° 122/2018, ficando inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Edital e de seus anexos.
Comuniquem-se as empresas que adquiriram. Publique-se.

Os editais e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Processos Licitatórios e/ou pelo site www.bll.org.br no link BLL Compras. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.
Guaíra (PR), em 21 de junho de 2018.
Anildo Morais Peraçoli/Pregoeiro /Comissão Permanente de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 218/2018
Data: 21.06.2018
Ementa: aprova o Loteamento denominado RESIDENCIAL FLORENÇA, no município de Guaíra, Estado do Paraná, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Constitucionais, com fulcro na Lei Complementar municipal nº 001/2008 de 02/01/2008, alterada pelas Leis Complementares nº 001/2013 de 21/10/2013 e nº 003/2015 de 04/12/2015, a Lei Federal nº 6.766/79, bem como nos documentos que compõe os Processos Administrativos nº 2284/2016 de 23/06/2016, nº 3545/2016 de 05/10/2016, nº 431/2017 de 30/01/2017, nº 2619 de 16/06/2017 e nº 4785 de 16/10/2017, e,
Considerando a Matricula n.º 12.652 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Guaíra-Pr, do lote urbano n.º 55 – REMANESCENTE (Subdivisão do lote nº 55), com área de 76.221,18 m2;
Considerando a licença de Instalação n.º 129683 datado de 28 de agosto de 2017, com validade até 18 de agosto de 2019 emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP;
Considerando a aprovação dos projetos pelo Município de Guaíra / Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral na data de 14 de maio de 2018.
DECRETA:
Art. 1º Fica aprovado o Loteamento denominado Residencial Florença, de propriedade da empresa METROPOLITAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, Sociedade Empresária Limitada, contendo as seguintes características:

Área das vias de circulação	18.912,01	24,81%
Área total das quadras (excluídas as áreas institucionais)	38.507,52	50,52%
Área de lotes institucionais	4.278,61	5,61%
Área verde	11.235,65	14,74%
Área. de preservação permanente	3.287,39	4,31%
Área total do loteamento	76.221,18	100,00%

Art. 2º Contém o loteamento RESIDENCIAL FLORENÇA as Quadras "1", "2", "3", "4", "5", "6", "7", sendo Quadra "1" com "28" lote, Quadra" 2" com "27" lotes, Quadra 3 com "24" lotes, Quadra 4 com "23" lotes, Quadra "5" com "21" lotes, Quadra "6" com "10" lotes, Quadra "7" com "1" lote, totalizando 134 lotes.
Art. 3º Obras a serem realizadas são: execução de todas obras de infraestrutura, que constitui de: de locação das quadras e ruas, rede de água, rede de esgoto, rede de energia elétrica e iluminação pública, abertura das ruas, galerias de águas pluviais , meio fio com sarjeta, calçada com acessibilidade, pavimentação asfáltica, sinalização e paisagismo (arborização) de acordo com os projetos aprovados pelo município por ocasião do processo de análise e aprovação do Loteamento RESIDENCIAL FLORENÇA e as concessionárias de serviço público equivalente.
Art. 4º As obras objeto dos investimentos em infraestrutura a serem executadas no loteamento RESIDENCIAL FLORENÇA, a seguir descritas e previamente orçadas por parâmetros de equivalência em caução a ser apresentado pelos loteadores ao município (orçamentos compreendendo execução global, materiais e mão de obra quantificados por ocasião da análise e aprovação do projeto) são:
a) ARBORIZAÇÃO: R$ 26.918,53 (Vinte e seis mil, novecentos e dezoito reais e cinquenta e três centavos);
b) PAVIMENTAÇÃO: R$ 524.173,06 (quinhentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e três reais e seis centavos);
c) SINALIZAÇÃO: R$ 36.505,81 (Trinta e seis mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e um centavos);
d) GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS: R$ 225.650,94 (Duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos).
e) REDE DE ESGOTO: R$ 96.229,60 (Noventa e seis mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos);
f) IMPLANTAÇÃO CANTOS DE QUADRA: R$ 564,00 (Quinhentos e sessenta e quatro reais);
g) ACESSIBILIDADE: R$ 229.971,13 (Duzentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e um reais e treze centavos.)
h) REDE ELÉTRICA: R$ 265.147,48 (Duzentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos).
i) ÁGUA POTÁVEL: R$: 42.523,38 (Quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos).
§ 1º Totalizam os investimentos, o valor de R$ 1.447.683,93 (um milhão quatrocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e três centavos).
§ 2º O cronograma de execução físico-financeiro das obras deste artigo, designado como anexo único é parte integrante deste decreto.
Art. 5º O total de lotes caucionados são de 41 (Quarenta e uma unidades), sendo o seu valor de comercialização médio por lote de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), , conforme laudo de avaliação emitido pelo perito avaliador imobiliário Renan Augusto dos Santos Menezes – Creci F-6853 – CNAI 2534, datado de 09 de Outubro de 2017, sendo que para efeito da caução foi considerado o equivalente a 65% do valor de comercialização dos lotes/ unidades, isto é R$: 35.750 (Trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).
Parágrafo único. Na forma do § 3º e § 5º do Art. 425 da Lei complementar 01/2008 e suas alterações, a liberação das cauções se dará por ocasião da execução de 100% das obras de infraestrutura pactuadas juntamente com pareceres da fiscalização.
Art. 6º As áreas a serem transferidas para o domínio público serão: Área das vias de circulação (logradouro público) com 18.912,01 m², área institucional de 4.278,61 m² (lote 01 a 07 e 19 a 24 da quadra 03, a Área verde de 11.235,65 m² e Área de preservação permanente de 3.287,39 m², conforme projeto urbanístico aprovado.
Parágrafo único. Fica fixado o prazo de 08 (oito) meses, a partir da publicação do presente, para o loteador concluir a formalização da doação dos imóveis de que trata este artigo em favor da municipalidade, mediante o devido registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.
Art. 7º Na forma do § 2º do Art. 427 da Lei Complementar 01/2008 e suas alterações e do artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79 e suas alterações, e pela Lei Federal 4.591/64, o loteador deverá submeter o loteamento ao Registro Imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.
Art. 8º A empresa METROPOLITAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, através de seus representantes, apresentou um cronograma de conclusão das obras com prazo de 12 (doze) meses a contar da publicação deste decreto, desta forma fica fixado como prazo de execução das obras citada no caput do Art.4º em 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica até o prazo máximo de 18 (dezoito) meses após a publicação do Decreto de aprovação do município (Lei Complementar n. 01/2008, artigo 407, par. 1º).
Art. 9º Atendendo os dispositivos legais, lei complementar 01/2008 e suas alterações, foi efetuado um TERMO DE CAUÇÃO E COMPROMISSO, que deverá ser entregue ao Cartório de Registro de Imóveis de Guaíra, para averbação à matricula nº 12.652, por ocasião do registro do Loteamento Residencial Florença.
Art. 10º Na clausula decima segunda da minuta do instrumento particular de compromisso de compra e venda, foi inserido um padrão mínimo permitido para a edificação, que seja: "somente poderá edificar residência com mais de 60,00 m² (sessenta metros quadrados), com projeto em alvenaria com telhados de no mínimo duas águas, e com telhas de cerâmica ou concreto na cobertura"
Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, 21 de junho de 2018.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 162/2017
TOMADA DE PREÇOS 004/2017
Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.247.337/0001-60, com sede à Av. Hermes Vissoto, 810, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MARCOS ALEX DE OLIVEIRA, brasileiro, Agente Político Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.868.656-8 SSP/SP e CPF/MF nº 166.999.308-69, residente e domiciliado nesta cidade de Icaraíma – Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 06.129.907/0001-31, com sede a Rua Projetada A, n° 1646, Parque Industrial III, Cidade de Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Cleber Ruiz Martinez, portador do RG n° 6.925.696-1 SSP/PR e devidamente inscrito no CPF sob n° 021.110.919-36, doravante denominada CONTRATADA, como segue:
CONSIDERANDO o comum acordo e aprovação entre as partes,
CLAUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a clausula terceira do contrato de prestação de serviços 162/2017 que passa a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO – Fica acrescido ao prazo de vigência do presente Contrato de mais 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 01 de Julho de 2018, ressalvado o direito de prorrogação de acordo com o art. 57, inc. II da lei 8.666/93".
CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições do referido contrato.
E por estarem de comum acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de Junho de 2018.
- MARCOS ALEX DE OLIVEIRA -
- Prefeito Municipal -
RCM PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP
Contratada
TESTEMUNHAS:
Nome: Joyce da Silva Francisco
RG. 10.497.866-5
Nome: João Gilson Prado
RG. 12.262.417-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
REPUBLICADO
DECRETO Nº 4.680/2018
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Especial por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Especial nº 1.529 de 20 de Junho de 2018.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Especial por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro de 2018, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2018 e do Plano Plurianual de 2018 a 2021, no limite de R$ 67.861,04 (sessenta e sete mil,oitocentos e sessenta e um reais e quatro centavos), mediante a seguinte ordem classificatória:
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
08.01 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.361.0013.2.035 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
4.4.90.51.00 353 OBRAS E INSTALAÇÕES 67.861,04
FONTE 104 – 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO – EXERCICIO CORRENTE 67.861,04
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á da anulação integral ou parcial de dotações do orçamento do exercício corrente, como segue:
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
08.01 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.361.0013.2.036 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.30.00 372 MATERIAL DE CONSUMO 30.030,52
3.3.90.39.00 378 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA 30.030,52
12.361.0013.2.048 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
3.3.90.39.00 436 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA 7.800,00
FONTE 104 – 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO – EXERCICIO CORRENTE 67.861,04
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 20 dias do mês de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº195/2018
DATA – 21/06/18
SUMULA – Concede Férias a funcionário
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias ao servidor, Daniel Honório Xavier, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a contar de 10/07/18 a 08/08/18.
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 21 de Junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata nº 090/2018
REF.: PROCESSO LICITATORIO – PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2018.
DATA DE ASSINATURA: 23 de Maio de 2018.
CONTRATANTE: Município de Icaraíma, Estado do Paraná.
CONTRATADA: A K T CONFECÇÕES LTDA - ME.
CNPJ: 04.611.536/0001-02.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e eventuais aquisições de produtos para cama, mesa e banho para atendimento de diversas secretarias do município de Icaraíma, em conformidade com as especificações previstas no Anexo I e propostas apresentadas na licitação.
VALOR TOTAL: R$ 34.854,00 (trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e quatro reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura.
FORO: Comarca de Icaraíma, Estado do Paraná.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata nº 091/2018
REF.: PROCESSO LICITATORIO – PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2018.
DATA DE ASSINATURA: 23 de Maio de 2018.
CONTRATANTE: Município de Icaraíma, Estado do Paraná.
CONTRATADA: MOZAQUATRO & SANTOS LTDA.
CNPJ: 05.083.567/0001-92.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e eventuais aquisições de produtos para cama, mesa e banho para atendimento de diversas secretarias do município de Icaraíma, em conformidade com as especificações previstas no Anexo I e propostas apresentadas na licitação.
VALOR TOTAL: R$ 15.025,00 (quinze mil e vinte e cinco reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura.
FORO: Comarca de Icaraíma, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS n.º 001/2018
DISPENSA 018/2017
Que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.247.337/0001-60, com sede à Av. Hermes Vissoto, 810, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. MARCOS ALEX DE OLIVEIRA, brasileiro, Agente Político Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.868.656-8 SSP/SP e CPF/MF nº 166.999.308-69, residente e domiciliado nesta cidade de Icaraíma – Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GERSON JOAQUIM DE SOUZA 59665386972, estabelecida à Rua Francisca Bonfim Cardeal, n° 840, Centro, CEP 87530-000, Cidade de Icaraíma - PR, inscrita no CNPJ sob n.º 15.623.759/0001-06, neste ato devidamente representada pelo Sr. Gerson Joaquim de Souza, brasileiro, empresário, portador do RG. n° 4.306.998-5 SSP/PR, e devidamente inscrito no CPF sob n° 596.653.869-72, telefone (44) 98404-3952, doravante denominada CONTRATADA, como segue:
CONSIDERANDO o comum acordo e aprovação entre as partes,
CLAUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a clausula terceira do contrato de prestação de serviços 206/2017 que passa a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO - O prazo de vigência do presente Contrato será até 31 de Dezembro de 2018, contados a partir de 01 de Julho de 2018, ressalvado o direito de prorrogação de acordo com o art. 57, inc. II da lei 8.666/93".
CLAUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais clausulas e condições do referido contrato.
E por estarem de comum acordo com as condições ora estabelecidas, firmam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de junho 2018.
- MARCOS ALEX DE OLIVEIRA -
- Prefeito Municipal -
GERSON JOAQUIM DE SOUZA 59665386972
Contratada
TESTEMUNHAS:
Nome: Lays Oliveira Vedovoto
RG. 9.854.182-9
Nome: João Gilson Prado
RG: 12.262.417-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2018
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de lanches, (pão de queijo, salgadinhos diversos, etc) para atender a todas as secretarias da prefeitura municipal de Ivaté, conforme quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.
Fornecedor: CUSTÓDIO FERREIRA & CIA LTDA – EPP
CNPJ/CPF: 97.510.994/0001-28

ITEM	PRODUTO	UNID	QTDE	VALOR UNITARIO	MARCA	VALOR TOTAL MAXIMO
01	PÃO DE QUEIJO	KG	150	R$ 19,46		R$ 2.919,00
02	SALGADINHOS SORTIDOS FRITOS	CENTO	300	R$ 46,20		R$ 13.860,00
03	SALGADINHOS SORTIDOS ASSADO	CENTO	200	R$ 58,725		R$ 11.745,00
04	REFRIGERANTE DE 1ª QUALIDADE (SABOR A ESCOLHER: EXTRATO DE NOZ DE COLA, EXTRATO DE GUARANÁ, SUCO DE LARANJA OU SUCO DE LIMÃO) - EMBALAGEM DESCARTÁVEL, CONTEÚDO 2 LITROS.	LITROS	300	R$ 6,92		R$ 2.076,00
05	AGUA MINERAL S/GAS APROX 510ML	UNID	1200	R$ 2,05		R$ 2.460,00
06	LANCHE NATURAL (01 PAO FRANCES: CONTENDO: 01 ATIA DE PRESUNTO, 01 FATIA DE MUSSARELA, TOMATE E ALFACE	UNID	4000	R$ 3,96		R$ 15.840,00

TOTAL R$ 48.900,00
CONDIÇÕES:
1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.
2. O fornecimento do produto será de forma eventual e parcelado mediante solicitação do município, sendo que não haverá pedido mínimo.
3. O prazo máximo de entrega dos produtos será de 01 (um) dia, contadas a partir da requisição do município.
4. Forma de pagamento: O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias a partir da apresentação na Nota Fiscal/ Fatura ou documento equivalente, com o devido atestado de recebimento do objeto no Departamento de Finanças e mediante apresentação das certidões da empresa do INSS e FGTS que provam sua regularidade, a cada pagamento efetuado, seja ele parcelado ou não.
5. Local de entrega: Departamento/Secretaria responsável pela solicitação.
6. As quantidades informadas são meramente estimativas, podendo variar durante a execução do contrato, não cabendo a empresa vencedora quaisquer direitos caso não sejam atingidos o fornecimento da totalidade.
7. Compete a contratada assinar o instrumento de contrato devolvendo-o em sua via original à Prefeitura Municipal de Ivaté, no prazo de 48 horas.
8. Todos os documentos referentes ao processo licitatório Pregão Presencial nº 044/2018 integram a presente ata, independentemente de transcrição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.
O Fundo de Previdência do Município de Maria Helena – FPMMH, torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 001/2018.
Objeto: A presente licitação, tem por objetivo à contratação de empresa para fornecimento de um computador de acordo com as especificações do Anexo I, parte integrante do presente Edital, juntamente com os demais Anexos
Edital disponível: No portal da transparência da Prefeitura Municipal de Maria Helena.
Informações: no Setor de Licitações Praça Brasil, 2001, centro ou pelo fone/fax (44) 3662 1030, Maria Helena – PR.
Entrega das Propostas: 04/07/2018 até às 10h00min.
Abertura das Propostas: 04/07/2018, às 10h00min.
Maria Helena – PR, 21 de junho de 2018.
CELSO JESUS OLIVEIRA
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
Republicada por Incorreção
PORTARIA Nº 078/2018
Súmula: Nomeia Arlindo Vieira dos Santos para exercer o cargo de Diretor de Defesa Civil, dando outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MARIA HELENA, Estado do Paraná, usando das atribuições legais pelo art. 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, de 02 de janeiro de 2002, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 024/1997, com suas alterações posteriores, e com a Lei Ordinária n.º 1.539/2018, com as devidas exigências da Defesa Civil,
R E S O L V E:
Art. 1º. Nomear, a partir desta data, servidor pertencente ao quadro efetivo do Município, Arlindo Vieira dos Santos, inscrito no RG sob o n.º 4.206.297-9 SESP-PR e inscrito no CPF sob o n.º 847.043.579-53, para exercer o cargo de Diretor Municipal de Defesa Civil.
Art. 2º. O Diretor Municipal de Defesa Civil tem como finalidade de dirigir e coordenador, a nível municipal, a ação de defesa civil nos períodos de normalidade e anormalidade, situação de emergência ou de calamidade pública, mantendo contato constante com o 15º CORPDEC –Umuarama-PR e CEDEC – Curitiba-PR, como integrante do Sistema Estadual de Defesa Civil.
Art. 3º. O diretor, conforme a Lei n.º 1.539/2018, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação deste Portaria, para estruturar e atualizar o Regimento Interno, o Plano de Contingência, Plano de Trabalho e Plano Operacional de Defesa Civil.
Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com retroação a 1º de junho de 2018.
Paço Municipal de Maria Helena-PR, 15 de junho de 2018.
ELÍAS BEZERRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Maria Helena - Paraná
Av.Paraná, 1471, centro, fone: 44 36621571
cmdca_mh@hotmail.com
RESOLUÇÃO Nº 04/2018
Súmula: Apreciação e Aprovação de Prestação de Contas referente ao primeiro quadrimestre do ano de 2018.
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – de Maria Helena, no uso de suas atribuições asseguradas pela Lei Federal 8.069/90 (ECA), pela Lei Municipal nº589/2011 e seu Regimento Interno, considerando;
- a Lei nº8.069/1990 – ECA;
- a Lei Municipal nº589/2011;
- Resolução do CONANDA Nº. 137, de 21 de Janeiro de 2010;
- Reunião realizada no dia 15/06/2018, resolve:
Art. 1º Aprovar a Prestação de contas, referentes aos meses de Janeiro à Abril de 2018, totalizando na Secretaria de Educação o valor de R$ 1.006.744,00, na Secretaria de Assistência Social o valor de R$ 105.538,63, na Secretaria de Cultura o valor de R$ 51.484,04, na Secretaria de Saúde o valor de R$ 367.260,61, e na Secretaria de Esportes o valor de R$ 29.563,93;
Art. 2º Esta ação foi amplamente discutida e aprovada por todos os conselheiros presentes.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Maria Helena, 15 de junho de 2018.
Leandro Alves Monteiro
Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1.688, DE 19 DE JUNHO DE 2018.
ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGAÕS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO PERÍODO DA COPA DO MUNDO – FIFA 2018, EM DIAS DE JOGOS DA SELEÇAO BRASILEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
NILSON CARDOSO DE SOUZA, Prefeito do Município de Mariluz, Estado do Paraná, nos uso de suas atribuições, com fulcro nas disposições insertas no art. 65, da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA
Art. 1º. Durante o período em que se desenvolve a COPA DO MUNDO - FIFA 2018, mais especificamente, nos dias em que ocorrerão jogos da Seleção Brasileira de Futebol, não haverá expediente, no período em que se dará o início da partida.
Art. 2º. Estas disposições não se aplicam aos serviços essenciais e aqueles que por sua, não podem ser interrompidos.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Mariluz, em 19 de junho de 2018.
Nilson Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87.470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná
EXTRATO DO CONTRATO nº 043/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29
CONTRATADO: J. C. B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
CNPJ: 16.850.663/0001-35
BASE LEGAL: Pregão Presencial Nº 022/2018
OBJETO: Contratação de empresa para a aquisição de um veículo tipo ambulância zero quilometro ano/modelo no mínimo 2018/2018, conforme descrição contida no termo de referência, nos elementos instrutores do edital
VALOR DO CONTRATO: R$ 166.000,00 (cento e sessenta e seis mil reais).
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em moeda brasileira corrente, até 10 (dez) dias úteis após a entrega, mediante crédito em conta/corrente e apresentação de nota fiscal/fatura.
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.
PRAZO DE ENTREGA: 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência de 193(cento e noventa e três dias) dias, contados a partir de sua assinatura.
Mariluz, 21de junho de 2018.
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29
J. C. B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
CNPJ: 16.850.663/0001-35
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 129/2018.
SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor ERICO RODRIGUES ROSSI, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias ao servidor ERICO RODRIGUES ROSSI, portador do RG: 8.870.782-6 SSP/PR e CPF 045.176.389-01, sendo 20(vinte) dias de descanso de 20 de junho a 09 de julho de 2018, de acordo com o Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, convalidando o ato com sua publicação oficial.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 20 dias do mês de junho do ano de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n°69/2018.
Contratante: Município de Perobal
Contratado: SERVIÇO NACONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL SENAC-PR.
Objeto: contratação da entidade SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, para prestação de serviços na realização de curso, conforme especificações que seguem: USO BÁSICO DO MICRO COM INTERNTE com carga horária 54 horas, a ser realizado no período 23/06/2018 a 20/10/2018.
Valor Total: R$ 540,00.
Vigência: 21/06/18 a 21/12/18.
Fundamentação: Dispensa por Justificativa nº14/2018.

República Federativa do Brasil
Estado do Paraná
Município e Comarca de Iporã/PR
Serviço de Registro de Imóveis

Enéias dos Santos Coelho - Oficial de Registro
Katia Ferreira Scalco Coelho – Escrevente Substituta
Luciane Cristina Peressin de Paula Leite – Escrevente Substituta

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IPORÃ
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE IPORÃ
ENÉIAS DOS SANTOS COELHO
REGISTRADOR

REGISTRO DE IMÓVEIS
Enéias dos Santos Coelho
Oficial Registrador
Katia F. Scalco Coelho
Escrevente Substituta
Comarca de IPORÃ - PR

EDITAL DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, COM PRAZO DE 15 DIAS

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial a **SINOP TERRAS LTDA**, ou eventual sucessora, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua Katsuo Nakata, n.1312, Iporã-PR, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinário Art.1.238, parágrafo único do C.C, com tempo de posse de mais de 15 anos, formulado por **NADIR VIEIRA DOS SANTOS**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da CI-RG nº 37.444.592-8 –SSP-SP, inscrita no CPF sob o n º 493.010.809-82, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, autuado sob o nº 115199, em 12/03/2018, tendo por objeto o imóvel que assim se descreve e caracteriza: "**LOTE 10 (DEZ), DA QUADRA Nº 115 (CENTO E QUINZE) DO LOTEAMENTO CENTRO, COM ÁREA DE 675,00M², (SEISCENTOS E SETENTA E CINCO METROS QUADRADOS)**, localizada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná - Inscrição Imobiliária Municipal nº 1.01.145.0405.001-0 – Não havendo ainda, matrícula aberta em relação à este imóvel, conforme certidão emitida por este Ofício sob nº 543/2017 e ainda conforme Certidão Negativa nº 346/2018 expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Peabiru, Estado do Paraná, contendo uma residência em madeira com aproximadamente 72,00m² (Setenta e dois metros quadrados), Conforme Memorial Descritivo: com os seguintes limites e confrontações: " **NORTE**: Confronta-se com a rua Gonçalves Dias, numa distância de 15,00 metros; **SUL**: Confronta-se com o lote nº 19, numa distância de 15,00 metros; **OESTE**: Confronta-se com o lote nº 9, numa distância de 45,00 metros; **LESTE**: Confronta-se com o lote nº 11, numa distância 45,00 metros. O Referido imóvel não possuí Matrícula conforme Certidão nº 543/2017, emitida pelo Serviço de Registro de Imóveis de Iporã, e consta ser de propriedade tabular **SINOP TERRAS LTDA**, conforme certidão Negativa emitida pelo Serviço de Registro de Imóveis Comarca de Peabiru, sendo confinantes: A) À DIREITA: pertencente a confinante **ZELINDA BAGATIN DA SILVA**, brasileira, solteira, do lar, portadora da CI-RG nº 9.477.753-4-SSP-PR, inscrita no CPF sob o nº 038.740.169-51, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, Lote 09 (Nove) da Quadra 115 (Cento e quinze) , Loteamento Centro, desta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná.; B) À ESQUERDA, pertencente a confinante, **IZABEL MARIA MARTINES ORDONE**, brasileira, divorciada, do lar, portadora da CI-RG nº 8.091.739-2-SSP-PR e inscrita no CPF sob nº 822.131.009-34, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, estado do Paraná, Lote 11(Onze) da Quadra 115 (Cento e quinze) do Loteamento do Centro, nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná; **C)** FUNDOS: **LIONS CLUBE DE IPORÃ-PR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.534.992/0001-00, com sede na Avenida Silvino Izidoro Eidth,S/N, Centro nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná;

O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para exame e impugnação, o que, não ocorrendo, será tomado como anuência ao pedido, e ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado uma vez em jornal de grande circulação, para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Expedido neste Município e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos 22 de Junho de 2018. Eu, Luciane Cristina Peressin de Paula Leite, Escrevente Substituta, Portaria 12/2018, digitei e assino.

Luciane Cristina Peressin de Paula Leite
Escrevente Substituta- Portaria 12/2018

REGISTRO DE IMÓVEIS
Enéias dos Santos Coelho
Oficial Registrador
Katia F. Scalco Coelho
Escrevente Substituta
Comarca de IPORÃ - PR

Luciane C. P. de Paula Leite
Escrevente Substituta
Port. nº 012/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
DECRETO Nº 043/2018
"Dispõe sobre o horário de expediente da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Perobal nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 61, inciso V, da Lei Orgânica do Município e ainda,
CONSIDERANDO, que a cada quatro anos, a disputa do Campeonato Mundial de Futebol atrai a atenção de grande parcela da população brasileira, especialmente os jogos da Seleção Brasileira;
CONSIDERANDO, que o futebol é o principal esporte no nosso país, sendo, ainda, representativo maior do direito ao lazer (artigo 6º da CF), bem como, símbolo de manifestação cultural;
CONSIDERANDO, que há uma tradição nacional para que nos dias de jogos do Brasil, ocorram alterações no expediente de órgãos públicos, de modo a compatibilizar a adequada prestação do serviço público, permitindo a todos os servidores públicos a oportunidade de assistirem as partidas da seleção brasileira;
DECRETA:
Art. 1º. Ficam alterados os horários de expediente de trabalho em todas as repartições públicas municipais, nas seguintes datas:
I – No dia 22 de Junho de 2018, Sexta Feira, o horário de expediente de trabalho será das 13:00 hs às 18:00 hs, ininterruptamente, (sem intervalos).
II – No dia 27 de Junho de 2018, Quarta Feira, o horário de expediente de trabalho será das 8:00 hs à 13:00 hs, ininterruptamente (sem intervalo para almoço).
Art. 2º. Esta medida não se estenderá aos setores tidos como essenciais, que por sua natureza não permitem paralisação.
Art. 3º.Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de Junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
DECRETO Nº044/2018
Abre Crédito Adicional Suplementar e Especial dando outras providências.
O PREFITO MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na Lei Municipal Nº. 950 de 15 de junho de 2018, publicada em 16 de junho de 2018.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto, no Orçamento do corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de R$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
07.00 Fundo Municipal de Saúde de Perobal
07.01 Fundo Municipal de Saúde de Perobal
1030113002.047 Movimento dos PACS
924/3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO 200.000,00
925/3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSAO JURIDICA 185.000,00
FONTE 494
TOTAL 385.000,00
Art. 2º. Como recurso para cobertura do credito aberto no artigo anterior fica utilizados redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:
07.00 Fundo Municipal de Saúde de Perobal
07.01 Fundo Municipal de Saúde de Perobal
1030113002.047 Movimento dos PACS
926/3.3.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 385.000,00
FONTE 494
TOTAL 385.000,00
Art. 3º Fica alterado o cronograma de desembolso mensal/programação financeira mensal.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANA, aos 18 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
DECRETO Nº045/2018
Abre Crédito Especial, Fonte de Recursos, Projeto Atividade e Dotação Orçamentária dando outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto na Lei Municipal nº. 944 de 25 de maio de 2018, publicada em 30 de maio de 2018,
DECRETA:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício financeiro Crédito Especial no valor de R$ 642.389,10 (seiscentos e quarenta e dois mil trezentos e oitenta e nove reais e dez centavos), destinada à execução do Contrato de Prestação de Serviço Nº.89/2014 – SANEPAR, firmado com o governo estadual, com o objetivo de apoio a implantação do sistema de saneamento básico no Município de Perobal – PR.
05.00 SECRETARIA DE OBRAS AGRIC. SERV. PUBL.
05.02 Divisão de Fiscalização de Obras
1545115512.112 Sistema de Esgotamento Sanitário
1209/4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 642.389,10
Fonte 804 – Repasse SANEPAR - Esgotamento Sanitário
TOTAL 642.389,10
Art. 2º. Como recurso para cobertura do crédito aberto através do artigo anterior fica utilizado o excesso de arrecadação na Fonte de Recurso 804 – Repasse SANEPAR - Esgotamento Sanitário, conforme o contido no parágrafo 3º. Do Art. 43 da Lei Federal 4.320/64.. R$ 642.389,10
TOTAL..R$ 642.389,10
Art. 3º Fica alterado o cronograma de desembolso mensal/programação financeira mensal.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 21 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
COMUNICAÇÃO INTERNA
Perobal, 21 de junho de 2018.
Senhor Prefeito:
Nos termos do processo de Dispensa de licitação nº 014/2018 anexo, solicito ratificação do ato por mim praticado, na autorização concedida para a Secretaria de Ação Social para a contratação da SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, para prestação de serviços na realização de cursos, conforme especificações que seguem: USO BÁSICO DO MICRO COM INTERNET com carga horária 54 horas, a ser realizado no período 23/06/2018 a 20/10/2018, com recursos proveniente Fundo a Fundo – "AFAI – Atenção às famílias dos adolescentes internados por medida socioeducativa", com dispensa de licitação tendo como fundamento o art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.
Sendo só o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para manifestar nossos protestos de estima e consideração.
MARIA APARECIDA DE PADUA ALMEIDA
Secretaria Municipal de Ação Social

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA
Dispensa de Licitação nº014/2018
Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, que emitiu parecer favorável, RATIFICO a SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, para prestação de serviços na realização de cursos, conforme especificações que seguem: USO BÁSICO DO MICRO COM INTERNET com carga horária 54 horas, a ser realizado no período 23/06/2018 a 20/10/2018, com recursos proveniente Fundo a Fundo – "AFAI – Atenção às famílias dos adolescentes internados por medida socioeducativa", tendo como fundamento o art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.
Perobal, 21 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
LEI N.º 1379 de 21 de JUNHO de 2018
ALTERA A LEI Nº 842 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, E ESTABELECE AS ALIQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º O inciso III art.78 da Lei Municipal nº 842 de 28 de Dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 78...........................
III – A contribuição previdenciária do Município, Administração Direta, Indireta e Fundacional, de 22,03% (vinte e dois vírgula zero três por cento) sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos de cargo efetivo sendo 11% (onze por cento) de custo normal, 2,00% (dois por cento) de custo administrativo e 9,03% (oito virgula trinta e três por cento) de custo suplementar (NR)
Art. 2° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL PREFEITO EDVALDO RODRIGUÊS PESSANHA, AOS 21 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
EXTRATO DE DISPENSA Nº 022/2018.
DESCRIÇÃO DO OBJETO:
Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em atualização, manutenção e configuração do sistema Top Ponto, Top Data e Gerenciador Rep, de todos os Relógios Ponto do Município de Nova Olímpia, conforme descrição no anexo I.
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93
CONTRATADA:
CONTRATADA: M. C. BELLEI & CIA LTDA – ME
CNPJ: 05.649.398/0001-05
Endereço: RUA FLORESTA 995 – CENTRO
Cidade: SÃO MIGUEL DO IGUAÇU U.F.: PARANÁ
PREÇO: VALOR ESTIMADO: R$ 5.940,00 (cinco mil, novecentos e quarenta reais).
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, 21 de junho de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2018-PMNO
Processo nº 718
ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – PR.
RECURSOS: GOVERNO ESTADO DO PARANÁ por intermédio do SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA, conforme RESOLUÇÃO Nº 1193/2017 e o MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA na modalidade Fundo a Fundo, objetivando Execução de Obras por empreitada global de REFORMA E ADEQUAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA.
O Município de Nova Olímpia, Estado do Paraná, com sede na Avenida Higienópolis, 821, centro, em Nova Olímpia, Estado do Paraná, torna público nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, que realizará TOMADA DE PREÇOS para execução de obra, conforme abaixo:
1.- OBJETO: É objeto da presente, a Contratação de empresa em regime de empreitada global para execução das obras de REFORMA E ADEQUAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA., conforme o projeto técnico, planilhas de serviços, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo, que integram o presente Edital.
2.- DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES 1 e 2:
ENTREGA DOS ENVELOPES:
Encerrar-se-á às 17:00h. do dia 09 de julho de 2018.
3.- DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:
SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:
às 09:30 horas do dia 10 de julho de 2018.
3.- RECURSOS GOVERNO ESTADO DO PARANÁ por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA, conforme RESOLUÇÃO Nº 1193/2017 e o MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA na modalidade Fundo a Fundo.
3.- EDITAL: Os elementos da presente licitação poderão ser adquiridos pelos interessados na sede da Prefeitura do Município em horário de expediente, até 03 (três) dias úteis anterior a data de abertura dos envelopes.
Nova Olímpia, 20 de junho de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 130/2018
Designa os servidores municipais que constituem a Comissão Permanente de Licitação do Município para atuarem em tarefas relativas a Procedimento Licitatório do Fundo de Previdência do Município de Nova Olímpia - FUNPRENO.
O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o requerimento do Fundo de Previdência do Município de Nova Olímpia - FUNPRENO., datado de 14 de junho do corrente ano, subscrito pelo seu Presidente e Protocolado sob o n.º 18245,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores do Município de Nova Olímpia Srs. PAULO VINICIUS BORTOLANI MILANI – ocupante do Cargo Comissionado de Secretário de Finanças – CPF. nº 078.276.659-50, VERONICA PITOL JULIANI – Contadora; CPF. nº 078.516.569-07, e GESSYCA VANESSA DIAS CORREIA – Técnico em Contabilidade, CPF nº 086.256.079-93, para atuarem como membros de Comissão de Licitação do FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA – FUNPRENO.
Parágrafo Único – O gestor daquele Órgão deverá formalizar através de ato próprio, em consonância com os dispositivos da Lei n.º 8.666/93, a constituição de sua Comissão de Licitação para o exercício de 2018.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Paço Municipal Prefeito Edivaldo Rodrigues Pessanha, aos 21 dias do mês de junho do ano de 2018.
JOÃO BATISTA PACHECO
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 442/2018
Revoga Portaria 371/2018, da servidora ANA PAULA JOANA CAVALHERI e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido no ofício nº 108, de 19 de Junho de 2018, da Secretária Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer;
RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 371, datada de 07 de Maio de 2018, a partir de 26 de Junho de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.
Pérola/Paraná, 20 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 443/2018
Revoga Portaria 372/2018, da servidora ALINE VIEIRA DOS SANTOS e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido no ofício nº 109, de 19 de Junho de 2018, da Secretária Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer;
RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a Portaria nº 372, datada de 07 de Maio de 2018, a partir de 26 de Junho de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.
Pérola/Paraná, 20 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 444/2018
Conceder Férias ao servidor AUGUSTO DADALTO MOURA e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor AUGUSTO DADALTO MOURA, brasileiro, portador do CPF nº 041.778.081-80, ocupando o cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos, 20(vinte) dias de Férias, referente ao período aquisitivo (2016/2017), a partir de 18/06/2018 a 07/07/2018(inclusive).
Art. 2º Um terço das férias foi convertido em Abono Pecuniário, em conformidade com o Artigo nº 120 da Lei Complementar nº02/2010.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua Publicação.
Pérola/Paraná, 20 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 445/2018
Conceder Férias a servidora ELIANA MORETTI DANTAS VEDOVELLI e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora ELIANA MORETTI DANTAS VEDOVELLI, brasileira, portadora do CPF nº 059.998.309-40, ocupando o cargo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 30(trinta) dias de Férias, referente ao período aquisitivo de (2017/2018), a partir de 06/07/2018 a 04/08/2018.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua Publicação.
Pérola/Paraná, 21 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PORTARIA Nº 446/2018
Concede AUXILIO DOENÇA a servidora SIMONE DOS SANTOS CAMPINAS BAIO, e da outras providencias.
O PREFEITO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o previsto nos Artigos 291 a 294, de Lei Complementar nº 02/2010, Artigos 51 e 52 da Lei Complementar nº 064/2015.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora SIMONE DOS SANTOS CAMPINAS BAIO, portadora do CPF nº 050.349.729-05, ocupando o cargo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 20(vinte) dias de AUXILIO DOENÇA, no período de 19/06/2018 a 08/07/2018(inclusive).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Pérola/Paraná, 21 de Junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

CIUENP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ SAMU 192

SAMU 192 NOROESTE PR

PORTARIA Nº 171/2018

Concede licença Maternidade a servidora
GEISIELY BESSANI CORCETTE

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgências e Emergências do Noroeste do Paraná CIUENP, usando de suas atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Protocolo de Intenções e Estatuto, e de acordo RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **GEISIELY BESSANI CORCETTE**, portadora Cédula de Identidade RG nº. 8.534.694-6, SESP-PR, inscrita no CPF sob nº. 053.852.209-73, admitida em 21 de maio de 2018, ocupante do emprego público de provimento efetivo de ENFERMEIRO INTERVENCIONISTA, pelo regime CLT, lotada na Base Descentralizada situada no Município de Cianorte, Estado do Paraná, **LICENÇA MATERNIDADE,** a partir de 01 de junho de 2018 até 120 (cento e vinte) dias após o parto, tendo em vista o contido no § 3º do Art. 394-A, da CLT, sem prejuízo do emprego e do salário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

Umuarama/PR, 21 de Junho de 2018.

ALMIR DE ALMEIDA
PRESIDENTE DO CIUENP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 178/2017
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA a empresa: CALL ECG SERVIÇOS DE TELEMEDICINA S/C LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 04.071.210/0001-21, com sede à Rua Nestor Guimarães, 111, Esquina Coronel Dulcídio, 8º andar, Sala nº. 84, Vila Estrela, Edifício Corporate Center, CEP – 84.040-130, Ponta Grossa – PR., neste ato representado pelo Sr. MARCELO VALLADÃO FERREIRA DE CARVALHO, brasileiro, casado, portador do RG. nº 13.017.555-4 SSP/PR, e do CPF/MF Nº 002.066.727-21, residente e domiciliado à Rua Dr. Joaquim de Paula Xavier, nº. 1100, casa nº. 22 Condomínio Villaggio Del Tramonto - Jardim América, CEP - 84.050-000, Ponta Grossa, Paraná, resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Profissionais, firmado com amparo da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na Licitação Modalidade de Pregão nº 61/2017, Tipo Menor Preço – Global, Processo n° 127, data da homologação da licitação 14/06/17, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Da Vigência
Fica alterado o prazo de vigência do CONTRATO Nº. 178/2017, até 20/07/2018 contados a partir do dia 20/06/2018, com fundamento no art. 57, II da Lei 8.666/93, ressalvado o direito de novas prorrogações nos termos da lei.
Das Ratificações
Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, ora aditado, não abrangidas neste Termo Aditivo.
São Jorge do Patrocínio-PR, 20 de Junho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
LEI Nº 1.981, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
(Autoria: Chefe do Poder Executivo Municipal)
Dispõe sobre a alteração dos valores constantes na letra G e H, da tabela de vencimentos dos cargos efetivos – estatutários, do anexo II, da Lei 1.655, de 09 de outubro de 2013.
O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1o Fica alterado os valores constantes na letra G e H, da tabela de vencimentos dos cargos efetivos – estatutários, do anexo II, da Lei 1.655 de 09 de outubro de 2013, do Município de Tapejara/PR, passando a vigorar nos seguintes termos:
ANEXO II
TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS – ESTATUTÁRIOS

Ref. / Classe	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
G	6.448,51	6.770,93	7.109,47	7.465,26	7.838,20	8.230,09	8.641,60	9.073,69	9.527,38	10.003,74	10.503,95	11.029,14
H	9.102,90	9.558,03	10.035,94	10.537,75	11.064,62	11.617,87	12.198,77	12.808,69	13.449,13	14.121,59	14.831,96	15.569,08

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 21 de junho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 021/2018
SÚMULA: Dispõe sobre recesso administrativo do Poder Legislativo Municipal.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUA PRERROGATIVA LEGAL E APÓS OUVIDO O PLENÁRIO, BAIXA O SEGUINTE ATO:
ART. 1º - Fica estabelecido que no dia 22 de junho de 2018, não haverá expediente no Poder Legislativo Municipal de Tapejara, Estado do Paraná, em consonância com Decreto Municipal nº 050/2018, de 20/06/2018.
ART. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Tapejara, em 21 de junho de 2018.
ROGÉRIO FRANCISCHINI — Presidente
MARCELO RODRIGUES — 1º Secretário
FELIPE EMANUEL PAIO DE LIMA
2º Secretário

ATO DA MESA Nº 020/2018
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUA PRERROGATIVA LEGAL BAIXA O SEGUINTE ATO:
Art. 1º - Fica autorizado o vereador Felipe Emanuel Paio de Lima, viajar à cidade de Curitiba-PR, nos dias 25 até 27 de junho de 2018, onde cumprirá agenda junto ao gabinete do Deputado Estadual Márcio Nunes (conforme requerimento anexo), buscando atender interesses da comunidade e Município de Tapejara-PR, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 02 (duas) diárias, para cobrir as despesas com transporte, alimentação e pernoite, em conformidade com a RESOLUÇÃO nº 001/2011, promulgada por essa Casa.
Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Tapejara, em 20 de junho de 2018.
ROGÉRIO FRANCISCHINI — Presidente
MARCELO RODRIGUES — 1º Secretário
FELIPE EMANUEL PAIO DE LIMA
2º Secretário

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILUZ
CNPJ nº 76.404.136/0001-29
Estado do Paraná

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO

ENTIDADE CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE MARILUZ** CNPJ: **76.404.136/0001-29**
Endereço: Av. Marília, 1920 - Paço Municipal - Centro - Mariluz - PR
BANCO: **ITAÚ UNIBANCO S.A.** CNPJ: **60.701.190/0001-04**
Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa - São Paulo - SP
Objeto do Contrato: **Recebimento de Tributos Municipais através dos Canais Eletrônicos**
Área de Abrangência: **Território Nacional**

Entre as partes acima qualificadas, doravante denominadas **ENTIDADE CONTRATANTE** e **BANCO**, ficam justas e contratadas, e nas situações exigidas com base na Lei n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, mediante inexigibilidade de licitação ao amparo do "caput" do Artigo 25 da referida Lei, as disposições das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A **ENTIDADE CONTRATANTE** autoriza o **BANCO** a receber valores oriundos de tributos e demais receitas devidas por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Contrato.

Parágrafo Primeiro: As agências que vierem a ser inauguradas na área de abrangência prevista no intróito, após a assinatura do presente Contrato, serão automaticamente incluídas no presente Contrato de prestação de serviços.

Parágrafo Segundo: Quando for utilizado sistema automatizado para captura de dados, o **BANCO** fica autorizado a arrecadar em toda sua rede de agências através dos canais eletrônicos.

Parágrafo Terceiro: Para os recebimentos realizados através da **"internet" ou "auto–atendimento"**, a **ENTIDADE CONTRATANTE** fica obrigada a aceitar como comprovante de pagamento por parte dos **contribuintes**, o lançamento de débito no extrato de conta devidamente identificado ou recibo próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA: A **ENTIDADE CONTRATANTE** providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos **contribuintes**, não podendo em hipótese alguma se utilizar dos serviços do **BANCO** para tal finalidade.

Parágrafo Único: Para emissão dos documentos de arrecadação, a **ENTIDADE CONTRATANTE** deverá padronizar em um único formulário todos os seus tributos e demais receitas, permitindo, assim, a automação dos serviços de arrecadação por parte do **BANCO** e sensível redução dos custos à **ENTIDADE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: O **BANCO** não se responsabilizará, em qualquer hipótese ou circunstância, pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação.

CLÁUSULA QUARTA: O produto da arrecadação diária será lançado em "Conta de Arrecadação", conforme COSIF/BACEN.

CLÁUSULA QUINTA: O **BANCO** repassará o produto da arrecadação no 2º (segundo) dia útil após a data do recebimento.

Parágrafo Primeiro: O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação da **ENTIDADE CONTRATANTE, número 04.026-5**, mantida na **Agência 5211** – Mariluz/PR, do **BANCO**, de acordo com o prazo estabelecido no caput desta Cláusula.

Parágrafo Segundo: O produto da arrecadação diária não repassado no prazo determinado no caput desta Cláusula sujeitará o **BANCO** a remunerar a **ENTIDADE CONTRATANTE** do dia útil seguinte ao prazo previsto no caput desta Cláusula até o dia do efetivo repasse, com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais, do dia útil anterior ao do repasse, exceto quando da ocorrência de feriado, onde a **ENTIDADE CONTRATANTE** mantém a centralização do repasse.

Parágrafo Terceiro: Para cálculo da remuneração citada no Parágrafo anterior, serão deduzidos os valores correspondentes aos percentuais do recolhimento do depósito compulsório a que os Bancos estão sujeitos, por determinação do BACEN, conforme sua classificação, se houver incidência.

Parágrafo Quarto: O caso de se constatar que o valor repassado decorreu de pagamento indevido, realizado mediante fraude perpetrada por qualquer meio de pagamento, o **BANCO** comunicará o fato a **ENTIDADE CONTRATANTE** e solicitará reembolso da respectiva importância, mediante apresentação de pedido especifico, acompanhado da documentação comprobatória da ocorrência.

Parágrafo Quinto: A restituição do valor repassado indevidamente será feita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação mencionada no Parágrafo Quarto.

Parágrafo Sexto: A **ENTIDADE CONTRATANTE** ficará responsável pela comunicação ao contribuinte da ineficácia do pagamento realizado indevidamente.

CLÁUSULA SEXTA: Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto do presente Contrato, a **ENTIDADE CONTRATANTE** pagará ao **BANCO** tarifa de **R$ 1,60** (um real e sessenta centavos) por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN, através de "internet" ou auto–atendimento.

Parágrafo Primeiro: O **BANCO** debitará em conta, no mesmo prazo estabelecido na Cláusula Sexta o valor correspondente as tarifas previstas no caput desta Cláusula.

Parágrafo Segundo: O valor inicialmente contratado será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

Parágrafo Terceiro: Quando da prorrogação do Contrato, serão adotados os mesmos procedimentos do Parágrafo Segundo para a atualização dos valores constantes da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA SÉTIMA: A **ENTIDADE CONTRATANTE** não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Crédito - DOC e/ou Bloqueto de Cobrança, como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis.

CLÁUSULA OITAVA: O meio magnético será colocado à disposição da **ENTIDADE CONTRATANTE** no 2º (segundo) dia útil após a arrecadação, a partir das 12:00 horas, sendo que o **BANCO** não prestará conta dos documentos físicos relativos a esse meio magnético.

Parágrafo Primeiro: Se houver a necessidade de transportar o meio magnético de um Município para outro, o prazo mencionado no caput desta Cláusula será até o 5º (quinto) dia útil após a arrecadação.

Parágrafo Segundo: Após a retirada do meio magnético por parte da **ENTIDADE CONTRATANTE**, fica estabelecido o prazo de 02 (dois) dias úteis para leitura e devolução ao **BANCO**, no caso de apresentação de inconsistência. O **BANCO**, por sua vez, deverá regularizar o meio magnético também dentro de 02 (dois) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência.

Parágrafo Terceiro: A validação (prestação de contas) do meio magnético ou teletransmissão deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após sua disponibilização.

CLÁUSULA NONA: Decorridos 60 (sessenta) dias da data da efetiva arrecadação, o **BANCO** ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

Parágrafo Único: Na caracterização de diferenças caberá a **ENTIDADE CONTRATANTE** o envio de cópia que originou a diferença, para verificação pelo **BANCO** e regularização, se couber, no prazo previsto no caput desta Cláusula, contado a partir da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA: O **BANCO** fica autorizado por este Instrumento a inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação, objeto deste Contrato, imediatamente após a validação do meio magnético pela **ENTIDADE CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: No caso de a **ENTIDADE CONTRATANTE** ainda não ter adotado as sistemáticas constantes dos itens abaixo, a mesma compromete-se a:

a) Adotar a sistemática de impressão do Código de Barras padrão FEBRABAN em **todos os** seus documentos de arrecadação;
b) Estudar a possibilidade de emitir trimestral ou semestralmente, tributos/demais receitas de valores mínimos;
c) Distribuir o vencimento dos documentos de arrecadação, proporcionalmente ao longo do mês, por dia útil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste Contrato dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

Parágrafo Primeiro: Toda providência tomada pela **ENTIDADE CONTRATANTE**, inclusive teletransmissão, que resulte em elevação dos custos do **BANCO**, será objeto de renegociação das Cláusulas Financeiras deste Contrato.

Parágrafo Segundo: Caso haja opção pela prestação de contas via teletransmissão de dados por teleprocessamento, os custos operacionais ficarão por conta da **ENTIDADE CONTRATANTE.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente Contrato terá prazo de vigência **12**(doze) **meses,** renovável automaticamente por iguais e sucessivos períodos até o limite de **60**(sessenta) **meses** se não houver manifestação contrária, podendo, entretanto, ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

Parágrafo Único: Em função da assinatura deste Contrato, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Quaisquer impostos ou taxas que venham a ser exigidos pelos Poderes Públicos, com base no presente Contrato ou nos atos que forem praticados em virtude de seu cumprimento, serão suportados pelas partes conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o Foro da Sede da Comarca de Domicílio da **ENTIDADE CONTRATANTE** como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as Cláusulas deste Contrato.

Mariluz (PR), 28 / 05 / 2018.

MUNICÍPIO DE MARILUZ

Nilson Cardoso de Souza
CPF 779.882.649-15
Prefeito Municipal

João Mauricio de Oliveira
CPF 738.034.569-91
Tesoureiro

ITAÚ UNIBANCO S/A

Alexandre Ariel dos Santos
Gerente 003760014

José Alexandre P. Gonçalves
Analista de Produtos SR
000595132/A

Valter Telles do Nascimento
OAB/SP nº 338.070

Testemunhas:

Paulo Junior da Silva Baleeiro
CPF 035.154.269-81

CLADIR JOSE KUZMA
554.232.569.68

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 15/2018
A Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio, através do Departamento de Recursos Humanos,
CONSIDERANDO o Edital 001/2017 que institui e normatizou o Processo Seletivo Simplificado, inciso 1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento de emprego público, para atender exclusivamente a necessidade temporária de excepcional interesse público, suprindo as vagas existentes em todas as secretarias do município, mediante Contrato em Regime Especial – CRES.
Considerando ainda a exoneração espontânea da Sra. Vania do Vale Batista Lima, do Cargo de Provimento Efetivo de Fonoaudiólogo, fato que desencadeou na convocação dos aprovados para aquele cargo no Certame Público 001/2014, vigente através de prorrogação, que seguindo a ordem classificatória houve a convocada da Sra. Dayane da Costa Rodrigues, classificada em 2ª colocação, que não atendeu ao chamado mesmo depois de notificada por escrito, posteriormente foi convocada a Sra Ludimila de Souza Buti, classificada em 3ª colocação, tendo a mesma apresentado termo de desistência, e por derradeiro foi convocada a Sra. Amanda Vechiato Bordin, classificada em 4ª colocação, a qual deu ciência no edital de convocação porem não atendeu ao chamado.
Considerando não haver mais candidatos aprovados em Certame Público vigente, também a necessidade urgente do profissional, optou pela convocação de candidatos aprovados em PSS- Processo Seletivo Simplificado até que se realize novo concurso público.
Considerando ainda que a candidata Sra. SANDRA APARECIDA MIRANDA BUZATO, foi convocada por meio do Edital 14/2018 e a mesma não atendeu à citada convocação.
CONVOCA candidata abaixo arrolada, para no prazo de 5 dias uteis contados da publicação deste edital apresentar manifesto sobre aceitação da presente convocação, e posteriormente se submeter a realização do exame médico admissional e consequente emissão de atestado médico de saúde física e mental, expedido por médico do trabalho, cujo local e data da realização dos exames estará disponível no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal. Poderá o médico solicitar à candidata, exames complementares a fim de sustentar a emissão do Atestado Médico de Saúde Ocupacional solicitado. Os exames poderão ser realizados a partir do dia 25 de junho de 2018, nos termos do requisito estatuído no item 11 do Edital 001/2017, do Regulamento Geral de Processo Seletivo Simplificado - PSS, conforme segue:

Ordem de Classificação:	Nome:	Cargo:	Inscrição:	Período de Contrato
1.	ELAINE VANESSA CALHIARI DE SOUZA	FONOAUDIÓLOGO	420	Data da nomeação + 12 meses

OBS: A presente contratação poderá ser prorrogada até o limite máximo de 12(doze) meses, dependendo da manutenção da situação que deram causa a contemporânea convocação, conforme dispões a Lei Municipal nº 2018/2017,
Art. 5º As contratações serão feitas por tempo determinado, observando-se os seguintes prazos:
I – seis meses, no caso dos incisos I e II e IV do art. 2º;
II – doze meses, nos demais itens, do art. 2º.
Além do atestado de saúde, os candidatos no período máximo de 30 (trinta) dias da data da publicação deste Edital, deverá providenciar os documentos necessários previstos no 11 do Edital 001/2017, e observar as disposições contidas no Edital 001/2017, os quais deverão ser encaminhados ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Jorge do Patrocínio, para averiguação e ato de posse:
11. DO INGRESSO NO EMPREGO
11.1. O Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, reserva-se o direito de chamar os candidatos aprovados no Processo Seletivo, de acordo com as respectivas ordens de classificação e pela necessidade de função, independente de novos concursos ou Processos Seletivos.
11.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao preenchimento de vaga temporária mediante
Contrato por prazo determinado conforme a Lei Nº 2.098/2017.
11.3. Em caso de qualquer rescisão de contrato de trabalho, as partes ficam desobrigadas de indenizar a parte contrária pelo período restante do contrato.
11.4. A convocação oficial do candidato para o processo de contratação será feita através de Edital, publicado no site www.ilustrado.com.br.
11.5. O candidato convocado para ocupar a vaga temporária, quando não comparecer no prazo estipulado na convocação, será automaticamente deslocado para o final da lista, que obedecerá mais uma convocação respeitando a ordem de classificação. Caso está segunda convocação não seja atendida pelo candidato, este será automaticamente excluído do certame.
12. DA CONTRATAÇÃO
12.1 A contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado dar-se-á por nomeação mediante Portaria expedida pelo Município, com contribuições para o Regime Geral de Previdência Social.
12.2. O candidato que deixar de preencher quaisquer das condições expostas nesse Edital não estará apto à contratação.
12.3. Relação de Documentos para Admissão (Original e cópia simples):
a) Carteira de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) CTPS Original e PIS (CTPS - folha de identificação frente e verso);
d) Comprovante de abertura de conta corrente, no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú ou Sicredi, contendo o número da agência e conta;
e) Comprovante de endereço atualizado;
f) Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral;
g) Certidão de Nascimento ou Casamente;
h) Certificado de Reservista;
i) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
j) Auto Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 2 (dois) anos, contados de forma retroativa a partir da data da Contratação, e de que não perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgamento a ser julgado a ser cumprida ou em cumprimento.
k) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
l) Auto Declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio.
m) Declaração de não parentesco com os membros da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado;
n) Declaração de não parentesco com os membros da Comissão examinadora do Processo Seletivo Simplificado
o)1(uma) Foto 3x4 recente.
Os Candidatos deverão apresentar os documentos em cópias autenticadas, ou acompanhadas das originais para serem autenticadas pelo servidor autorizado conforme relação abaixo;
O candidato convocado deverá apresentar, fotocópia autenticada do diploma de conclusão de curso na área especifica, fotocópia autenticada do certificado de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado (se possuir), e por derradeiro, fotocópia autenticada da Carteira do Registro no Conselho de Classe, se o cargo exigir.
Os candidatos que não comparecerem nos prazos estipulados por este Edital, após 1 (uma) convocação, implicará automaticamente, ao mesmo, deslocamento para o final da lista de classificados, respeitando apenas mais 1 (uma) chamada, totalizando 2 chamadas.
Em qualquer das chamadas via Edital, devidamente publicado em diário oficial do município, DEVERÁ a municipalidade, antes de aplicar a penalidade de perda do direito a vaga ou encaminhar o nome ao final de lista automaticamente, providenciar a intimação pessoal do candidato, no endereço declinado pelo mesmo no ato da inscrição do Certame Público, devendo manter atualizado este endereço até o prazo final de validade do Certame, podendo a intimação ocorrer na forma administrativa, via epistolar ou por Cartório.
Caso seja frustrada a intimação do candidato nos endereços constantes do cadastro do Departamento de Recursos Humanos, o qual cabe ao candidato mantê-lo atualizado, poderá ser o candidato remetido ao final de fila (caso seja possível) ou aplicado à perda do direito a vaga no Certame Público.
Desta forma, o candidato que não comparecer até a data prevista, p e r d e r á o direito de requerer sua vaga posteriormente dentro da colocação original.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE, Estado do Paraná, em 21 de junho de 2018.
JOSE CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 019/2018
SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DE SUA PRERROGATIVA LEGAL BAIXA O SEGUINTE ATO:
Art. 1º - Fica autorizado o vereador Marcelo Rodrigues, viajar à cidade de Curitiba-PR, nos dias 25 até 27 de junho de 2018, onde cumprirá agenda junto ao gabinete do Deputado Estadual Tião Medeiros, bem como, no Instituto das Águas, para acompanhar projetos já protocolados anteriormente e tratar de outros assuntos referente ao Município de Tapejara-PR (conforme requerimento anexo), cabendo-lhe o pagamento antecipado de 02 (duas) diárias, para cobrir as despesas com transporte, alimentação e pernoite, em conformidade com a RESOLUÇÃO nº 001/2011, promulgada por essa Casa.
Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Tapejara, em 20 de junho de 2018.
ROGÉRIO FRANCISCHINI — Presidente
MARCELO RODRIGUES — 1º Secretário
FELIPE EMANUEL PAIO DE LIMA
2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
PORTARIA N.º 195, DE 21 DE JUNHO DE 2018
Designa servidor para exercer suas funções na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Designar o servidor MILTON FREDIANI, matrícula n.º 8966, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.109.723 – SSP/PR, para exercer suas funções na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.
Art. 2o A designação do servidor qualificado no art. 1o é necessária para que seja concluído o Termo de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de Tapejara e a ADAPAR.
Art. 3o Os trabalhos desempenhados pelo servidor serão sem ônus adicional à função já desempenhada nesta Prefeitura.
Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, em 21 de junho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Parana
TERMO DE DISPENSA N.º 32/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 79/2018
OBJETO: LOCAÇÃO DE BARRACAS DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DE EMACIPAÇÃO POLITICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24, inciso II DA LEI FEDERAL N° 8.666/93 E DEMAIS REGRAMENTOS PERTINENTES.
FORNECEDOR: TATIANE FERNANDES SOLDA.
CNPJ. Nº 97.531.039/0001-77
VALOR: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
SOLICITANTE: SECRETARIA DE ADM DESENVOL. IND. E COM.
São Jorge do Patrocínio, 21 de junho de 2018.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO.
DIVISÃO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE.
A Prefeitura Municipal de Tapira, Estado do Paraná, comunica à Câmara Municipal, aos Partidos Políticos e as Entidades Empresariais com sede neste Município que, em cumprimento ao Art. 2º da Lei nº 9.452/97, recebeu os seguintes recursos da União:

DATA	RECURSO	VALOR R$
24/05/2018	APOIO FPM MP 815 2017 - 2018	54.579,58
07/06/2018	CUSTEIO VIGIA SUS	19.015,68
14/06/2018	CUSTEIO VIGIA SUS	18.520,17
12/06/2018	CRED TEV - SAUDE	32.581,46
07/06/2018	CRED TEV - SAUDE	4.300,00
14/06/2018	CRED TEV - SAUDE	17.200,00

Tapira 15 de junho de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO.
DIVISÃO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE.
A Prefeitura Municipal de Tapira, Estado do Paraná, comunica à Câmara Municipal, aos Partidos Políticos e as Entidades Empresariais com sede neste Município que, em cumprimento ao Art. 2º da Lei nº 9.452/97, recebeu os seguintes recursos da União:

DATA	RECURSO	VALOR R$
24/05/2018	APOIO FPM MP 815 2017 - 2018	54.579,58

Tapira-PR. 14 de junho de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 095/2018 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2018
Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE TERRA ROXA.
Contratado: HERIBERTO DE OLIVEIRA JUNIOUR 00969744943.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENCENAÇÃO DA HISTÓRIA "O MEMINO, O LIVRO E O PLANETA", CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, conforme especificações no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2018, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2018.
Valor: R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).
Fundamentação Legal: LEI 8.666/93, Art. 24, II.
Terra Roxa, 21 de Junho de 2018.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 91/2018, MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através do Portaria nº 11510/2018
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Processo Licitatório 91/2018, Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018, o participante:
60810 - N. M. REBELO- ME
Item Produto Unidade Marca Qtde Valor Unitário Valor Total
1 FREEZER HORIZONTAL 414 LITROS, 2 PORTAS, 4 PÉS COM RODÍZIO, CONGELAMENTO RÁPIDO, DUPLA FUNÇÃO COM ACIONAMENTO FRONTAL, GRADES, RODÍZIOS PARA TRANSPORTE, TERMOSTATO, DEGELO MANUAL, CONTROLE DE TEMPERATURA NO PAINEL FRONTAL, PAINEL DE CONTROLE, DRENO FRONTAL, GABINETE INTERNO E EXTERNO COM CHAPA DE AÇO PINTADO, FUNÇÃO FREEZER OU REFRIGERADOR, ARMAZENAMENTO LÍQUIDO 404 LITROS, ARMAZENAMENTO BRUTO 411 LITROS. GARANTIA DE 01 ANO. UNIDADE CONSUL 1 R$2.640,00 R$2.640,00
Total do Fornecedor: R$2.640,00
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 194 DE 21 DE JUNHO DE 2018
Concede Licença Prêmio a servidor.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso de suas atribuições, que lhe confere a artigo 71, incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1o Conceder aos Servidores públicos Municipais, 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no artigo 99 à 102, da Lei nº 755 do dia 09 de dezembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 069 do dia 11 de setembro de 2003, que aprovou o Regulamento da Licença Prêmio, conforme quadro abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo	Período de Quinqüênio	Período de Usufruição
15423	Clarice Tomé Ferreira Souza	Professor de Educação Infantil	16/10/2005 a 15/10/2010	11/06/2018 a 10/09/2018
15393	Ivanir de Mello Vilela	Professor de Educação Infantil	09/12/2003 a 08/12/2008	11/06/2018 a 10/09/2018
8338	Maria de Lourdes da Silva	Professor	15/07/2004 a 14/07/2009	11/06/2018 a 10/09/2018
8354	Nilsandra Maria Mazzetto Lacerda	Professor	01/02/2004 a 31/01/2009	11/06/2018 a 10/09/2018
13587	Roseli Candido Baraviera	Professor	14/02/2007 a 13/02/2012	11/06/2018 a 10/09/2018
8052	Valquiria Bazanela Mistrello	Professor	05/10/2003 a 04/10/2008	11/06/2018 a 10/09/2018

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, 21 de junho de 2018.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Parana
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 065/2018
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6X4, FORD CARGO 2629 (zero Km, novo), modelo 2018/2019, com Potência mínima efetiva de 290 CV, CAÇAMBA BASCULANTE com capacidade de 10M³, para atender às necessidades da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos da Prefeitura municipal de
Tapejara/Pr.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 019/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: AVECAM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
PRAZO DE FORNECIMENTO: 02 (dois) meses
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
VALOR: R$-266.000,00 (duzentos e sessenta e seis mil reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 18 de junho de 2018
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
MUNICÍPIO DE TAPEJARA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 066/2018
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS (ultima série, nova, zero hora), Fabricação Nacional, Marca CATERPILLAR, Modelo 924K, Acionada por motor diesel, Cartepillar modelo C7. 1 ACERT, Stage IIIA e turboalimentado com potência líquida ISDO 9249 (DIN) 102 KW 140 e potência máxima ISSO 14396 (DIN) 105 KW 143 HP.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 019/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A.
PRAZO DE FORNECIMENTO: 02 (dois) meses
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
VALOR: R$-345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 18 de junho de 2018
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
MUNICÍPIO DE TAPEJARA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 067/2018
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e Limpeza com entrega parcelada, para atender as necessidades do Departamento de Ação Social do Município de Tapejara/PR.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 039/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: ADERVAL RODRIGUES CARLOS - ME.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses
VALOR: R$-16.097,40 (dezesseis mil noventa e sete reais e quarenta centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 18 de junho de 2018
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Rodrigo de Oliveira Souza Koike

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 068/2018
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e Limpeza com entrega parcelada, para atender as necessidades do Departamento de Ação Social do Município de Tapejara/PR.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 039/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: C R V ESTERO E CIA LTDA - ME.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses
VALOR: R$-15.136,97 (quinze mil cento e trinta e seis reais e noventa e sete centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 18 de junho de 2018
MUNICÍPIO DE TAPEJARA - Rodrigo de Oliveira Souza Koike
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 069/2018
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e Limpeza com entrega parcelada, para atender as necessidades do Departamento de Ação Social do Município de Tapejara/PR.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 039/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: DOMINGUES & SOUZA LTDA. - ME.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses
VALOR: R$-21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 18 de junho de 2018
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Rodrigo de Oliveira Souza Koike

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 070/2018
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo novo, utilitário, tipo Van, FIAT DUCATO, passageiro, primeiro emplacamento, nova, zero Km, ano fabricação/modelo 2017/2018, cor branca, com capacidade mínima para 16 (dezesseis) lugares, visando atender às necessidades do Departamento de Saúde do Município de Tapejara, em conformidade com a Resolução SESA nº 169/2016.
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 043/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias
VALOR: R$-164.500,00 (cento e sessenta e quatro mil e quinhentos reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 21 de junho de 2018
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
MUNICÍPIO DE TAPEJARA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2018
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 075/2018
VALIDADE: 12 (doze) meses
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, com fornecimento de material (urnas), serviços de preparação do corpo e traslado, em atendimento às necessidades do Departamento de Ação Social do Município de Tapejara/PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: MASTER SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA – ME.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
VALOR: R$-110.000,00 (cento e dez mil reais)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 21 de junho de 2018
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Rodrigo de Oliveira Souza Koike

EXTRATO D0 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
OBJETO: Realinhamento de preços - Recarga de Gás de Petróleo Liquefeito (gás de cozinha – P 45)
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 031/2017
CONTRATANTE: Município de Tapejara
CONTRATADA: RIBAS E FERREIRA LTDA.
VALOR REAJUSTADO: Em até 10,67% (dez reais e sessenta e sete por cento) - R$-332,00 (trezentos e trinta e dois reais – por litro – gás de cozinha – P 45).
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei nº. 8.666/93.
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR.
Tapejara/PR, em 21 de junho de 2018
MUNICÍPIO DE TAPEJARA - Rodrigo de Oliveira Souza Koike

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2018
A Prefeitura Municipal de Terra Roxa do Estado do Paraná, por meio de seu pregoeiro oficial nomeado pelo(a) Portaria nº 11510/2018 vem a público divulgar a ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 13/2018, Processo Administrativo nº 91/2018, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE FREEZER PARA A ESCOLA MUNICIPAL RAINHA DOS APÓSTOLOS, o qual teve como vencedora a(s) Empresa(s):
Fornecedor Itens Vencedores
60810 - N. M. REBELO- ME 1
Terra Roxa, 21 de junho de 2018.
MARIA JANETE TEIXEIRA DA SILVA NABÃO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 72/2018, MODALIDADE: PREGÃO Nº 46/2018
Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através do Portaria nº 11511/2018
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Processo Licitatório 72/2018, Modalidade: PREGÃO Nº 46/2018, o(s) participante(s):
188808 - R. C. ARBITRAGEM LTDA - ME
Item Produto Unidade Marca Qtde Valor Unitário Valor Total
1 ARBITRAGEM NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIAS INFANTIL, JUVENIL, MIRIM, PRÉ MIRIM: SENDODOIS PERIODOS DE 30 MINUTOS. SENDO DISPONIBILIZADO PARA CADA JOGO, NO MINIMO 04 PROFISSIONAIS, SENDO: 01 ARBITRO, 02 AUXILIARES E 01 ANOTADOR. JOGO R.C. ARBITRAGEM 12 R$275,00 R$3.300,00
2 ARBITRAGEM NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE CAMPO: SENDO DOIS PERIODOS DE 45 MINUTOS, PODENDO HAVER PRORRAGAÇAO EM DETERMINADA FASE DA COMPETIÇAO, DE MAISDOIS PERIODOS DE 15 MINUTOS. SENDO DISPONIBILIZADO PARA CADA JOGO, NO MINIMO 04 PROFISSIONAIS, SENDO: 01 ARBITRO; 02 AUXILIARES E 01 ANOTADOR. JOGO R.C. ARBITRAGEM 30 R$440,00 R$13.200,00
3 ARBITRAGEM NA MODALIDADE DE FUTEBOL SUIÇO: SENDO DOIS PERIODOS DE 25 MINUTOS. SENDO DISPONIBILIZADOPARA CADA JOGO, NO MINIMO 03 PROFISSIONAIS, SENDO: 02 ARBITRO, E 01 ANOTADOR/CRONOMETRISTA. JOGO R.C. ARBITRAGEM 195 R$290,00 R$56.550,00
4 ARBITRAGEM NA MODALIDADE DE FUTSAL: SENDO DOIS PERIODOS DE 20 MINUTOS CORRIDOS, PODENDO HAVER PRORROGAÇAO EM DETERMINDA FASE DA COMPETIÇAO, DE MAIS 02 PERIODOS DE 05 MINUTOS. SENDO DISPONIBILIZADO PARA CADA JOGO, NO MINIMO 03 PROFISSIONAIS, SENDO: 02 ARBITRO, E 01 ANOTADOR/CRONOMETRISTA. JOGO R.C. ARBITRAGEM 120 R$285,00 R$34.200,00
5 ARBITRAGEM NA MODALIDADE DE FUTSAL, CATEGORIAS SUB 7, SUB 9, SUB 11, SUB 13 E SUB 15: SENDO DOIS PERIODOS DE 20 MINUTOS CORRIDOS, PODENDO HAVER PRORROGAÇAO EM DETERMINDA FASE DA COMPETIÇAO, DE MAIS 02 PERIODOS DE 05 MINUTOS. SENDO DISPONIBILIZADO PARA CADA JOGO, NO MINIMO 03 PROFISSIONAIS, SENDO: 02 ARBITRO, E 01 ANOTADOR/CRONOMETRISTA. JOGO R.C. ARBITRAGEM 65 R$230,00 R$14.950,00
6 ARBITRAGEM DE FUTEVÔLEI, SENDO COM 03 (TRÊS) SETS, DE 15 PONTOS CADA. SENDO DISPONIBILIZADO PARA CADA JOGO, NO MINIMO 03 (TRÊS) PROFISSIONAIS, SENDO: 01 (UM) ÁRBITRO; E 01 (UM) ANOTADOR. JOGO R.C. ARBITRAGEM 20 R$200,00 R$4.000,00
7 ARBITRAGEM DE BOCHA, SENDO COM 03 (TRÊS) SETS, DE 15 PONTOS CADA. SENDO DISPONIBILIZADO PARA CADA JOGO, NO MÍNIMO 02 (DOIS) PROFISSIONAIS, SENDO: 01 (UM) ÁRBITRO; E 01 (UM) ANOTADOR. JOGO R.C. ARBITRAGEM 10 R$200,00 R$2.000,00
8 ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE AREIA, CATEGORIA LIVRE, SENDO DOIS PERÍODOS DE 20 MINUTOS CORRIDOS, PODENDO HAVER PRORROGAÇÃO EM DETERMINADA FASE DA COMPETIÇÃO, DE MAIS 2 PERÍODOS DE 5 MINUTOS. SENDO DISPONIBILIZADO PARA CADA JOGO, NO MINIMO 03 (TRÊS) PROFISSIONAIS, SENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS; E 01 (UM) ANOTADOR/CRONOMETRISTA. JOGO R.C. ARBITRAGEM 30 R$230,00 R$6.900,00
9 ARBITRAGEM DE VÔLEI DE AREIA, SENDO COM 03 (TRÊS) SETS, DE 15 PONTOS CADA. SENDO DISPONIBILIZADO PARA CADA JOGO, NO MÍNIMO 03 (TRÊS) PROFISSIONAIS, SENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS; E 01 (UM) ANOTADOR/CRONOMETRISTA. JOGO R.C. ARBITRAGEM 30 R$230,00 R$6.900,00
Total do Fornecedor: R$142.000,00
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Paraná
Termo de Adjudicação
Processo nº: 72/2018
Licitação nº: 46/2018
Modalidade: 6 – Pregão
Objeto: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS, A SEREM REALIZADAS NO ANO DE 2018
Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):
Vencedores
Nome Itens
R. C. ARBITRAGEM LTDA - ME 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
R$142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais)
Destarte, com fulcro no art. 38, inc. VII, da Lei nº. 8.666/93, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.
É o parecer, s.m.j.
Terra Roxa, PR, 21 de junho de 2018.
MARIA JANETE TEIXEIRA DA SILVA NABAO
Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 30/2018
Concede férias à servidora de provimento efetivo.
A Senhora Maria de Jesus Ornelas Valle, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná no uso das suas legais atribuições, e tendo em vista a solicitação formulada pela servidora Lucilia Cardoso Francisco,
RESOLVE:
Art. 1º. Ficam concedidas férias de trinta dias, contados a partir do dia 02 de julho de 2018, nos termos dos Artigos 91 e 92 da Lei nº 018/92, à servidora Lucilia Cardoso Francisco, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias essas correspondentes ao período aquisitivo de 06 de outubro de 2016 a 05 de outubro de 2017.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 21 de junho de 2018.
Maria de Jesus Ornelas Valle
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

Estado do Parana
EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2018
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 46/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2018
DATA CONTRATO: 21 de junho de 2018.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço Avenida Presidente Costa E Silva, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. ALTAIR DONIZETE DE PADUA, portador do CI/RG nº 3.133.647-3, CPF/MF nº 391.385.779-68.
CONTRATADO: R. C. ARBITRAGEM LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 28.132.810/0001-10, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. RENAN DA SILVA, Administrador, portador do RG/CI nº 13.152.629-6 e no CPF/MF nº 109.568.179-63, com endereço à Rua Ver. Raul Furquim, 138, Centro, CEP 85.990-000, Terra Roxa - PR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS, A SEREM REALIZADAS NO ANO DE 2018.
VALOR: Pela execução dos serviços, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) itens nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9.
EXECUÇÃO: Prazo para execução do contrato será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.
VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 039/2018
AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS
A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais constantes da Resolução nº 001/2013 e, a solicitação formulada pelo Vereador, Adriano José Alves
R E S O L V E:
Art. 1º Fica o Vereador, ADRIANO JOSÉ ALVES, autorizado a viajar a cidade de Curitiba/PR no dia 22 de junho de 2018, para participar da Solenidade de entrega de maquinários para o município, pelo Governo do Estado junto a CODAPAR e tratar de demais assuntos de interesse do município, conforme formulário de solicitação de diárias, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 01 (uma) diária, nos termos dos artigos 1º e 3º, inciso II, da Resolução nº 01/2013.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 21 de junho de 2018.
JOSÉ CINÉSIO
Presidente
JOÃO ROBERTO BATISTA
Primeiro Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 040/2018
AUTORIZA VIAGEM E CONCEDE DIÁRIAS
A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais constantes da Resolução nº 001/2013 e, a solicitação formulada pelo Vereador, Edmilson Aparecido da Silva
R E S O L V E:
Art. 1º Fica o Vereador, EDMILSON APARECIDO DA SILVA, autorizado a viajar a cidade de Curitiba/PR no dia 22 de junho de 2018, para participar da Solenidade de entrega de maquinários para o município, pelo Governo do Estado junto a CODAPAR e tratar de demais assuntos de interesse do município, conforme formulário de solicitação de diárias, cabendo-lhe o pagamento antecipado de 01 (uma) diária, nos termos dos artigos 1º e 3º, inciso II, da Resolução nº 01/2013.
Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 21 de junho de 2018.
JOSÉ CINÉSIO
Presidente
JOÃO ROBERTO BATISTA
Primeiro Secretário

ATA Nº 01/2018

Aos quinze dias de março de dois mil e dezoito, nas dependências do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), reuniram se os membros do conselho Municipal dos direitos da criança e adolescente. Onde a presidente Noelia Maria de Oliveira agradeceu a presença de todos e passou a palavra para o Assistente Social Diego, o qual, estava representando o Projeto Sem Nome, o mesmo colocou em pauta da reunião: a urgência do Plano de Aplicação do recurso do Fundo Especial para a Infância e Adolescência (FIA), pois é do interesse da Instituição, fazer uso desse recurso. O mesmo solicitou ao Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente que faça o plano de aplicação para que ele elabore o plano de trabalho do Projeto Sem Nome em ciência do Plano de Aplicação, para que, assim quando estiver pronto ambos os planos, ele possa apresentar projetos que sejam aprovados com o objetivo de fazer uso do recurso. A Secretária Municipal de Assistência Social a Senhora Nereide M. Seleti Ribeiro pediu a palavra e informou que está de acordo e que vão providenciar o Plano de Aplicação, só deixou bem claro que quando se tratam de recursos públicos, deve haver a maior transparência possível na deliberação e aplicação dos recursos captados pelo Fundo Especial para a Infância e Adolescência, razão pela qual devem ser estabelecidos critérios claros e objetivos para seleção dos projetos e programas a serem contemplados, respeitando os princípios da legalidade e ainda lembrando que tanto os membros do Conselho de Direitos quanto os responsáveis pela execução dos programas de atendimento custeados com recursos do Fundo Especial para a Infância e Adolescência, estão sujeitos à disposições da Lei de Improbidade Administrativa. Em seguida, a mesma apresentou mais uma pauta a ser discutido: os responsáveis que deverão gerir esse recurso. E ficou decidido pelos membros do Conselho que o CMDCA fica responsável em aprovar os projetos a serem beneficiados pelo recurso e Gestor Municipal e a Secretaria Municipal da Fazenda devem ordenar as despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, já que são eles, as autoridades de cujos atos que resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo, sem mais passou a palavra para a advogada, a qual, explica sobre o chamamento e como e quem vai usar o recurso e também explica o tempo que leva para ocorrer a deliberação que seria em média um mês após aprovação do conselho. Ressalta também sobre o plano de trabalho, e sobre as obrigações da instituição. Nada mais a falar, eu Nereide M. Seleti Ribeiro, lavrei a apresente ATA que após lida e aprovada vai assinada por mim e os membros do Conselho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Parana
PORTARIA Nº 003/2018
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 002/2018 – FCU.
A DIRETORA SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 002/2018 – FCU, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento e troca de piso da área de circulação da plateia e das cochias, camarins e corredor de fundo de palco do Teatro do Centro Cultural Vera Schubert, deste município, deste Município, tendo sido declarada vencedora a empresa ROMA COMÉRCIO DE CORTINAS EIRELI EPP.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 21 de junho de 2018.
VERA LUCIA DE OLIVEIRA BORGES
Diretora Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Parana
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018
O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de matéria-prima, para a confecção de fraldas geriátricas, em atendimento ao programa de distribuição de fraldas em parceira com o Clube de Mães, Assistência Social e Ministério Público.
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.
DATA DE CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 23/07/2018 – DAS 08:00 ÀS 08:45 HORAS
DATA DA ABERTURA : 23/07/2018 – HORÁRIO: 09:00 HORAS
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93 e o Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 19 DE JUNHO DE 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Parana
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA
O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que de acordo com o legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios preparados (coffee break), que serão servidos em eventos organizados pelo Ambulatório de Infectologia, deste Município.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
DATA DE CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 23/07/2018 – DAS 13:30 ÀS 14:15 HORAS
DATA DA ABERTURA: 23/07/2018 – HORÁRIO: 14:30 HORAS
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93 e o Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014 e Lei Municipal nº. 4.201/17.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 19 DE JUNHO DE 2018.
CECÍLIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.981/2018
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 027/2018 – SAÚDE.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 027/2018 – SAÚDE, que trata da contratação de empresa para o fornecimento de aparelhos de ar condicionado instalados, armários de aço, geladeira e impressoras, para atender as necessidades da Central Farmaceutica – Divisão de Assistência Farmaceutica, deste município, tendo sido declarada vencedoras as empresas: FRAW DISTRIBUIDORA EIRELI – ME., para o lote 03, PHB JUNIOR REFRIGERAÇÃO EIRELI, para o lote 01 e RP MÓVEIS E PAPELARIA – ME., para o lote 02.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 20 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

República Federativa do Brasil
Estado do Paraná
Município e Comarca de Iporã/PR
Serviço de Registro de Imóveis
Enéias dos Santos Coelho - Oficial de Registro
Katia Ferreira Scalco Coelho – Escrevente Substituta
Luciane Cristina Peressin de Paula Leite – Escrevente Substituta

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 26/2018.-

Pelo presente Edital, o Serviço de Registro de Imóveis de Iporã - Pr., localizado na Rua Katsuo Nakata nº 1.312, Bairro: Centro, nos termos do Artigo 26 § 1º da Lei nº 9.514/97, ação promovida pelo Banco do Brasil S.A., bem como pelo credor da Escritura Pública Declaratória de Confissão de Dívida e Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada em 22/02/2018, registrado sob nº 01 na matricula nº 22.852, deste Cartório de Registro de Imóveis de Iporã, Estado do Paraná, com saldo devedor de responsabilidade de V. Sª., venho notificar: **APARECIDO URIAS FERREIRA**, inscrito no CPF sob nº 687.321.049-87, residente e domiciliado na Avenida João Cortez Capel, nº 1216, Bairro: Centro, no município de Francisco Alves, Comarca de Iporã, Estado do Paraná, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos e não pagos, onde já tivemos tentativas pessoalmente, e enviando pelo correio com aviso de recebimento. Por estar o executado em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento do interessado, foi tirado nesta data na forma legal o presente edital, cujo seu teor e cópia encontram-se afixados e arquivados neste cartório, ficando os responsáveis pelos documentos relacionados, intimados, para no prazo de 15 (quinze) dias, a contar no dia seguinte a sua tiragem, virem a este cartório para manifestarem suas recusas. Horário de funcionamento: das 08:30 às 11:00 h, retorno do almoço das 13:00h às 17:00h. Dou fé.- Eu, Luciane Cristina Peressin de Paula Leite, Escrevente Substituta, o subscrevo e assino.-

Luciane Cristina Peressin de Paula Leite
Escrevente Substituta
Port. 12/2018

REGISTRO DE IMÓVEIS
Enéias dos Santos Coelho
Oficial Registrador
Katia F. Scalco Coelho
Escrevente Substituta
Comarca de Iporã - PR

Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã/PR
criipora@hotmail.com - (44) 3652-2810
R. Katsuo Nakata, 1312, Centro - Iporã/PR - CEP 87.560-000

REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE TERRA ROXA-PR
MARCELO ANTÔNIO CAVALLI
OFICIAL DE REGISTRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Terra Roxa/PR, nos termos do art. 26 da Lei nº 9.514/97, **INTIMA** ADEMILSON DA SILVA DE MENEZES (CPF 063.910.009-05), a comparecer na Serventia, na Rua Engenheiro Azauri Guedes Pereira, 595, Sala A, Centro, entre 8:30 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no **prazo improrrogável de 15 (quinze) dias**, a contar deste Edital, para **PAGAMENTO** (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, no valor de **R$ 6.926,56 (seis mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos)**, posicionado em 19/06/2018, e as despesas de intimação e emolumentos, referente ao contrato de financiamento com alienação fiduciária **844440092056-6**, firmado com o Credor **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, registrado na matrícula nº 8047, desta Serventia, tendo como garantia o imóvel situado na R ANTONIO VIEIRA FILHO 180 CASA 30 CENTRO TERRA ROXA-PR 85990000, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. O referido é verdade. Dou Fé. Terra Roxa/PR, 19 de junho de 2018. Marcelo Antônio Cavalli, Oficial de Registro.

MARCELO ANTONIO CAVALLI:73196010104 Assinado de forma digital por MARCELO ANTONIO CAVALLI:73196010104 Dados: 2018.06.19 14:31:18 -03'00'

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DA COMARCA DE UMUARAMA – PARANÁ

Bel. Elaine Magalhães Souza Vasconcellos
Oficiala

Ofício nº 1243/2018

EDITAL DE INTIMAÇÃO

NEGÓCIO FIDUCIÁRIO

Elaine Magalhães Souza Vasconcellos, na qualidade de Oficial do 1º Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca de Umuarama-PR, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei 9.514/97 e por solicitação da CREDORA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, **INTIMA á devedora fiduciante Srta. JACQUELINE NATANA DE MELO DE JESUS**, CPF nº 081.595.819-63, residente nesta cidade de Umuarama-PR, **a comparecer no Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício,** situado na Rua Desembargador Munhoz de Melo nº 3628, centro, CEP 87.501-180, nesta cidade de Umuarama-PR, entre o horário das 8:30 as 11:00 hrs e 13:00hrs às 17:00 hrs, **no prazo improrrogável de 15 dias a contar da publicação deste edital** (§ 4º do art. 26 da Lei 9.514/97) **para pagamento/purgação da mora, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas as parcelas vencidas, com o valor total do débito R$ 7.478,56 (sete mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos)** valor deste(s) encargo(s) posicionado em **19/06/2018**, com os acréscimos contratuais, sujeito a atualização monetária, juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, na forma prevista no contrato, além das despesas de cobrança e de intimação, valores esses apurados na data do efetivo pagamento, que se venceram no prazo desta intimação, referente ao Contrato por Instrumento Particular de Compra e Venda de Unidade Isolada e Mútuo com Obrigações e Alienação Fiduciária - Programa Carta de Crédito Individual - FGTS - Programa Minha Casa, Minha Vida nº 8.4444.0644322-0 datado de 03 de setembro de 2014, firmado pelas partes nesta cidade de Umuarama-PR, registrado sob nº 02 e 03, na matrícula nº 45.043, livro 02-Registro Geral, desta Serventia, com saldo devedor de responsabilidade de Vossa Senhoria, de acordo com demonstrativo do débito atualizado fornecido pela CREDORA, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, **consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora, nos termos do Art. 26 § 7º da Lei 9.514/97 e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial para venda do imóvel, sendo que as datas serão divulgadas através de jornais. Obs.: Poderá efetuar a purga da mora na agência da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, detentora do financiamento.** Caso Vossa Senhoria já tenha efetuado o pagamento dos débitos antes da publicação da presente intimação, por gentileza desconsidere, para todos os fins de direito, prevalecendo à mesma com o objetivo de que enviado cópias dos comprovantes de pagamento para regularização do controle do credor. Prenotado sob nº 219.329 em 19 de junho de 2018, no livro 1-R de protocolos. Dado e passado nesta cidade de Umuarama-PR, 19 de junho de 2.018.

Elaine Magalhães Souza Vasconcellos
Oficial

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
1.º OFÍCIO
Elaine Magalhães Souza Vasconcellos
OFICIAL
Aguinaldo Miguel de Souza
Inez Kienen
Cristiana Carla Miranda Donassan da Silva
Aylana Amélia de Osti de Oliveira
Escreventes Juramentados
Comarca de UMUARAMA - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1820/2018
DATA: 21/06/2018
Súmula: Altera o horário de expediente das repartições públicas, do Município de Alto Paraíso, no dia do jogo da Seleção Brasileira.
Considerando a realização da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) de 2018, na Rússia - Copa do Mundo 2018 da qual participará a Seleção Brasileira.
O Prefeito do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º. O expediente a ser cumprido nas repartições públicas Municipais, no âmbito do Poder Municipal, no dia 22 de junho de 2018, data do Jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo (FIFA) 2018 de Futebol, será das 13hs às 17hs.
Art. 2º. A medida, todavia, não abrangerá serviços que, por sua natureza, não admitem paralisação.
Parágrafo Primeiro: Os órgãos que prestam serviços essenciais e/ou emergenciais deverão escalar os servidores de acordo com as exigências, a fim de que não ocorra interrupção, nem seja comprometida a qualidade dos serviços, ficando a critério dos titulares dos respectivos órgãos, instituir plantões ou não, nos casos que julgarem necessários.
Art. 3º O disposto neste decreto não se aplica aos servidores das Escolas da Rede Municipal de Ensino, que dispõem de calendário próprio de atividades.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de Junho de 2018.
Dércio Jardim Júnior
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 996/2018
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório Pregão nº 27/2018, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 03/2018 de 09/01/2018, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de Pregão nº 27/2018, que tem por objeto a (o) Aquisição de Gêneros alimentícios, materiais de limpeza e material de higiene pessoal para suprir as necessidades de todos os departamentos e Secretarias do Município..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa (s) abaixo relacionada.
PROPONENTE: VALOR TOTAL
FRAW DISTRIBUIDORA - EIRELI - ME R$188.408,73 cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e oito reais e setenta e três centavos
BARREIRA & BARREIRA LTDA-ME R$184.212,00 cento e oitenta e quatro mil, duzentos e doze reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 21 de junho de 2018
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 2.131 - Centro – Cx. Postal 02 - 3656-1333 44- □ - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRI - Paraná
www.cmaltopiquiri.pr.gov.br camalpi@hotmail.com
ATO DA MESA Nº. 016/2018
Autoriza viagem e concede diárias.
A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições,
RESOLVE:
Art. 1º. AUTORIZAR, o vereador WILSON FELIPE CRUVINEL a viajar a cidade de Curitiba – PR., nos dias 25 e 26 de junho de 2018, para realizar visitas agendadas ao gabinete do deputado Estadual Jonas Guimarães e ao Escritório do deputado Federal Sérgio de Souza.
Cabendo-lhe o pagamento de 2 (duas) diárias, conforme Resolução Nº. 002/13, de 07 de Maio de 2013.
Art. 2º Este Ato da Mesa entrará em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de junho de 2018.
MIZAEL GOLFIERI BINATTI WILSON P. DA SILVA
Presidente 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2018
PREGÃO (PRESENCIAL) 020/2018 - EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MEI, ME E EPP.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL HIDRÁULICO E FERRAMENTAS PARA O MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
RECURSOS: Tesouro Municipal.
ABERTURA: Às 09h30min. (NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS) do dia 05/07/2018.
PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS: R$61.909,05 (sessenta e um mil novecentos e nove reais e cinco centavos).
Brasilândia do Sul - PR, 21 de junho de 2018.
Fernanda Xeo da Silva
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2018
REF. PREGÃO PRESENCIAL 010/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. SR. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 14.893-20 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul s/n Bairro Cidade Nova, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: REINALDO JOSE BOLANHO LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob nº. 27.822.528/0001-00, com sede a Rua Campo Grande, 385 - Centro, FONE: (44) 3639-4154, na cidade de Umuarama, estado de Paraná, neste ato representada pelo Sr. Andre Luis dos Santos, portador do RG nº 9.618.226-0 e do CPF nº 050.361.659-18, residente na cidade de Umuarama, Estado de Paraná, resolve firmar o presente 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 017/2018 para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº. 019/2017, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
O 1º Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 017/2018 a quantia de 12 (doze) pneus no Item 07 do Lote 02 a seguir descrito:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
07	12	UN	Pneus novos nas medidas, com certificado Inmetro 900R20, Radial Liso, sem câmara.	T 545/ BRIDGESTONE	960,00	11.520,00

CLAUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
Altônia-PR, 02 de abril de 2018.
CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal
Contratante
REINALDO JOSE BOLANHO LTDA - ME
Andre Luis dos Santos
Contratada
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2017
REF. PREGÃO PRESENCIAL 071/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2017
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. SR. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 14.893-20 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul s/n Bairro Cidade Nova, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: PRISCILA FERNANDES FRANCO - EIRELI - ME, inscrito no CNPJ sob nº. 24.262.309/0001-18, com sede à Rua Veneza, 182 – CEP: 87.550-000, neste ato representada pela Sra. Priscila Fernandes Franco, portadora do RG nº 10.138.577-9 SSP/PR e do CPF nº. 059.887.799-13, residente, na cidade de Altonia, Estado do Paraná, resolve firmar o presente 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 069/2017 para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº. 019/2017, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA:
O 1º Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 069/2017 uma vigência de 06 (seis) meses para continuidade do fornecimento dos objetos relacionados nos lotes 01 e 02, passando a mesma a vigorar de 06 de abril de 2018 a 05 de outubro de 2018.
CLAUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.
E estando as partes de pleno acordo com o presente instrumento, firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o assinam.
Altônia-PR, 04 de abril de 2018.
CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal
Contratante
PRISCILA FERNANDES FRANCO - EIRELI - ME Priscila Fernandes Franco
Contratada
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL - PR

GABINETE DO PREFEITO
Processo Licitatório n.º 040/2018
Dispensa de Licitação n.º 009/2018
Pelo qual o Senhor Secretário Municipal de Compras e Patrimônio solicita ratificação do ato praticado pelo mesmo, para AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL PARA ATENDER OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, COM RECURSOS DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 02.593.711/0001-42, no valor de R$6.986,00 (SEIS MIL NOVECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS), por meio de Dispensa de Licitação nos termos do art. 24, inciso II da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993.
DESPACHO: Ratifico, com base nas razões expostas no presente processo.
Brasilândia do Sul - PR, 21 de Junho de 2018.
Marcio Juliano Marcolino
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
DECRETO N° 145/2018, DE 19 DE JUNHO DE 2018
SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO CORRENTE ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orçamentária nº 860/2017, de 26 de dezembro de 2017,
DECRETA:
Art. 1º – Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar para o exercício de 2018, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para atendimento das seguintes dotações orçamentárias:

Programática	Fonte	Descrição	Valor
08.002.08.244.1501.2.064.3.3.90.32.00.00	902	MATERIAL DISTRIBUIÇÃO GRAT.	4.000,00
TOTAL			4.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do artigo anterior serão utilizados recursos do excesso pela tendência de arrecadação para as fontes:

Fonte	Descrição	Valor
902	Programa Estadual - FEAS Bem Event-CRAS	4.000,00
TOTAL		4.000,00

Art. 3º - A alteração orçamentária acima ocasionará em modificações no cronograma de desembolso mensal, programação financeira da receita e anexos da LDO e PPA vigentes.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de junho de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 136/2017, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: JOBAFE CONSTRUTORA LTDA - ME
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE, Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado á Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafezal do Sul-PR, portador do RG sob nº 7.154.290-4 SSP/PR e CPF sob nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA a empresa JOBAFE CONSTRUTORA LTDA - ME, com sede a Avenida Presidente Castelo Branco, S/N, CEP: 87.560-000 e CNPJ: 21.536.098/0001-76, na cidade de Iporã - PR neste ato representado pelo senhor HUIBIS BARROSO, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Duque de Caxias, 4434, Zona V, na cidade de Umuarama - PR, portador do RG: 4.991.088-6 SSP/PR e CPF: 803.952.449-00.
II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido Processo Administrativo n.º 97/2017, Pregão Presencial nº 52/2017.
III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO,- passando a ter a seguinte redação:
“CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO”
-Fica prorrogado por seis meses o respectivo contrato, devido à necessidade ser contínua, nas obras que o Município vem realindo, na construção de pavimentação. Sendo de 20 de Maio a 20 de 20 de Novembro de 2018.pelo mesmo valor como segue:

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
02	pá carregadeira de pneus cia bruta máxima: 119 kw peso operacional: 13.135 kg	6 meses	R$ 26.995,00	R$ 161.970,00
03	rolo compactador: potência bruta: 97 kw, peso operacional: 10.840 kg	260 horas máquinas	R$ 180,00	R$ 46.800,00
05	caminhão basculante: potência líquida mínima: 250 cv, capacidade caçamba: 10 m3	1500 km	R$ 3,00	R$ 4.500,00
06	Caminhão Pipa	150 diárias	R$ 650,00	R$ 97.500,00
TOTAL GERAL				R$ 310.770,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafezal do Sul, 17 de Maio de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal
JOBAFE CONSTRUTORA LTDA - ME
HUIBIS BARROSO
Testemunhas:
GLICÉRIO DIAS DE ARAÚJO CPF: 395.665.289-49
CLODOALDO TAKAITI AMORIM CPF: 562.792.321-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 136/2017, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: V. A FENATO - ME
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE, Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado á Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafezal do Sul-PR, portador do RG sob nº 7.154.290-4 SSP/PR e CPF sob nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA a empresa V. A. FENATO - ME, com sede a Avenida Rotary 3415, Jardim dos Príncipes, CEP: 87.502-000 e CNPJ: 07.332.370/0001-75, na cidade de Umuarama - PR neste ato representado pelo senhor VALDECIR APARECIDO FENATO, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ceará, 5374, Zona II, portador do RG: 3.894.692-7- SSP/PR e CPF: 517.458.959-49.
II – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido Processo Administrativo n.º 97/2017, Pregão Presencial nº 52/2017.
III – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO,- passando a ter a seguinte redação:
“CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO”
-Fica prorrogado por seis meses o respectivo contrato, devido à necessidade ser contínua, nas obras que o Município vem realindo, na construção de pavimentação. Sendo de 20 de Maio a 20 de 20 de Novembro de 2018.pelo mesmo valor como segue:

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	motoniveladora potência básica: 93 kw peso bruto: 13.843 kg	500 horas máquinas	R$ 340,00	R$ 170.000,00
04	Retroescavadeira hidráulica potencia min: 93.0kw capacidade de concha 0,90m, peso operacional: 13.800 kg.: sapatas (largura da esteira) 0,800mm	800 horas máquinas	R$ 224,00	R$ 179.200,00
TOTAL GERAL				R$ 349.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafezal do Sul, 17 de Maio de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal
V. A. FENATO - ME
VALDECIR APARECIDO FENATO
Testemunhas:
GLICÉRIO DIAS DE ARAÚJO CPF: 395.665.289-49
CLODOALDO TAKAITI AMORIM CPF: 562.792.321-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO N.º 060/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: J. A. DA SILVA SUPERMERCADO – EPP.
DO OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato o fornecimento futuro e parcelado de gêneros alimentícios, destinados à alimentação dos alunos das Escolas e Creches Municipais, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar - ME.
DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até dia 05 de Junho de 2019.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente Contrato é de R$ 82.772,10 (Oitenta e dois mil setecentos e setenta e dois reais e dez centavos).
Cidade Gaúcha - PR, em 05 de Junho de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal
Contratante
JUVENI AGUINELO DA SILVA
Representante Legal
Contratado
Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO N.º 061/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR
CONTRATADO: J. TENORIO NETO & CIA LTDA – ME.
DO OBJETO: Constitui o objeto do presente contrato o fornecimento futuro e parcelado de gêneros alimentícios, destinados à alimentação dos alunos das Escolas e Creches Municipais, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar - ME.
DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência no inicio da assinatura deste instrumento estendendo-se até dia 05 de Junho de 2019.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente Contrato é de R$ 80.325,81 (Oitenta mil trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e um centavo).
Cidade Gaúcha - PR, em 05 de Junho de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal
Contratante
JOSÉ TENORIO NETO
Representante Legal
Contratado
Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2018
O PREFEITO MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Leis Federais n.ºs 10.520/02 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93, de 21 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações;
Considerando preliminarmente o parecer emitido em 05/06/2018, pela Procuradoria Jurídica do Município e Comissão Permanente de Licitação e que consta dos autos;
R E S O L V E:
I – HOMOLOGAR, depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais, de acordo com a legislação em vigor, a Licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 024/2018, que tem por objeto aquisição futura e parcelada de gêneros alimentícios destinados à alimentação dos alunos das Escolas e Creches Municipais, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar - ME, em favor das seguintes proponentes:
FORNECEDOR: J. A DA SILVA SUPERMERCADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR. UNIT.	VALOR TOTAL
6	Arroz tipo 1, 5 kg	Pct	540	10,95	5.913,00
7	Banana nanica	Kg	2.205	2,85	6.284,25
9	Batata de 1ª	Kg	375	2,63	986,25
10	Beterraba 1º kg	Kg	165	4,70	775,50
15	Carne em pedaço 1ª	Kg	1.030	17,50	18.025,00
16	Carne moída de 1ª	Kg	1.365	13,80	18.837,00
17	Cebola de 1ª	Kg	323	6,00	1.938,00
18	Cenoura	Kg	355	3,23	1.146,65
21	Coxa e sobre coxa de frango	Kg	1.345	4,80	6.456,00
36	Linguiça toscana	Kg	555	10,95	6.077,25
39	Maça fuji pequena	Kg	1.618	4,75	7.685,50
41	Margarina 80% Lipídios - 500g	Pct	730	4,94	3.606,20
47	Peito de Frango, kg	Kg	320	6,14	1.964,80
49	Repolho de 1°	Kg	310	2,55	790,50
53	Tomate de 1ª	Kg	460	4,97	2.286,20
Total do Fornecedor R$		82.772,10			

FORNECEDOR: J. TENORIO NETO & CIA LTDA - ME

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR. UNIT.	VALOR TOTAL
1	Açúcar Cristal 5 Kg	Pct	624	8,40	5.241,60
2	Açúcar refinado 1kg	Un	200	1,98	396,00
3	Achocolatado em pó - 400g	Pct	1.148	3,46	3.972,08
4	Alho n.º 6 de 1	Kg	122	15,85	1.933,70
5	Amido de milho 1 kg	Pct	180	3,98	716,40
8	Banha 1 kg	Kg	50	8,35	417,50
11	Bolacha de maizena 800 gr	Pct	285	8,30	2.365,50
12	Bolacha de sal 800 gr	Pct	435	8,30	3.610,50
13	Bolacha doce 800 gr	Pct	490	8,30	4.067,00
14	Canjica 500 gr amarela	Pct	197	1,90	374,30
19	Chá Mate 250 gr	Cx	545	6,55	3.569,75
20	Colorau 500 gr	Pct	200	3,80	760,00
22	Doce de leite 950 gr	Pt	200	10,96	2.192,00
23	Fermento para pão 500 gr	Pct	74	8,85	654,90
24	Extrato de tomate 850gr	Lt	345	9,40	3.243,00
25	Farinha de mandioca torrada - 1 Kg	Pct	65	5,75	373,75
26	Farinha de trigo 5 kg	Pct	577	9,98	5.758,46
27	Feijão 1 kg	Pct	795	3,78	3.005,10
28	Fermento em pó para bolo 250 gr lata	Lt	114	5,70	649,80
29	Fubá 1 kg	Pct	355	2,55	905,25
30	Gelatina em pó	Cx	1.124	0,90	1.011,600
31	Iogurte bdj c/ 06 und	Bdj	1.620	3,10	5.022,00
32	Iogurte, litro	Pct	1.340	3,98	5.333,20
33	Iogurte tipo petit suisse morango c/ 8 und	Bdj	170	4,80	816,00
34	Laranja, Kg	Kg	1.900	1,38	2.622,00
35	Leite zero lactose, 1 litro	Pct	544	4,05	2.203,20
37	Macarrão comprido, 1 Kg	Pct	760	4,95	3.762,00
38	Macarrão picado 1 kg c/ sêmola	Pct	483	4,06	1.960,98
40	Mamão, kg	Kg	300	4,25	1.275,00
42	Milho verde 200 gr	Lt	140	1,58	221,20
43	Mucilon de arroz, 100 gr	Lt	30	9,35	280,50
44	Mucilon milho, 400 gr	Lt	50	9,35	467,50
45	Óleo de soja 900 ml Pet	L	730	3,36	2.452,80
46	Ovo n°. 2	Dz	752	4,96	3.729,92
48	Polvilho doce 500 gr	Pct	900	4,14	3.726,00
50	Sal 1 kg	Pct	192	1,31	251,52
51	Sardinha em lata 250 gr	Lt	88	6,95	611,60
52	Tempero baiano 50 gr	Pct	110	1,50	165,00
54	vinagre 700 ml	L	140	1,48	207,20
Total do Fornecedor R$		80.325,81			
Total Geral R$		163.097,91			

Nos termos do artigo 64 da Lei Federal n.º 8.666/93, fica convocada as proponentes vencedoras do presente certame para celebrar o termo de contrato, havendo recusa, observar-se-ão as penas do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520/02.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA, Estado do Paraná, aos 05 dias do mês de Junho de 2018.
ALEXANDRE LUCENA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 82/2018
MODALIDADE PREGÃO Nº 029/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº DE 22 de maio de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA., inscrito no CNPJ sob nº. 77.310.589/0010-40, neste ato representada RICARDO MIRANDA FERREIRA, portador do RG nº 00.108.301-4, CPF nº. 934.792.711-20, residente na Rua Alex de Oliveira, 21, na cidade de Naviraí, Estado do Mato Grosso do Sul resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade PREGÃO nº. 029/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a Fornecimento de trator agrícola, para Secretaria de Agricultura, em conformidade com o Convenio 836.897/2016 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a seguir descritos:

Lote	Quant.	Descrição
1	1,0	Trator Agrícola, novo, traçado (4X4), Plataformado, motor à Diesel, com o mínimo de 04 cilindros turbo, potência mínima de 110 cv câmbio sincronizado de min.12 veloc. A frente e 04 a ré. Sistema hidráulico, de no mínimo 2 válvulas com controle remoto com vazão mínima de 75 litros/min., tomada de Potência Independente, pesos dianteiro e pesos traseiros, rodado dianteiro 14.9 X 24 e traseiro 18.4 X 34.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade PREGÃO nº 029/2018, vencido pela contratada.
Os casos omissos serão dirimidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis ao caso em tela.
Parágrafo Único: A CONTRATADA se obriga a permitir livre acesso dos servidores do órgão Concedente, bem como dos órgãos de Controle, aos documentos e registros contábeis da CONTRATADA, na forma do Art. 44 da Portaria Interministerial nº 127/2008 de 29 de Maio de 2008.
DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO
2.4.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
2.4.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) “Prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) “Prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
d) “Prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. e de R$ 132.300,00 (cento e trinta e dois mil e trezentos reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em 23 de maio de 2018 e término em 23 de novembro de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: “Pregão Nº029/2018”.
Os pagamentos serão efetuados Em até 30 (trinta) dias após a conclusão do Objeto, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 15 DIAS, no , no Município de Altônia – PR.
A SECRETARIA DE AGRICULTURA Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital
CLÁUSULA SÉTIMA: A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: 43 SECRETARIA DE AGRICULTURA 201116 Máquinas agrícolas e implementos 44905240000 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIO.
Altônia-PR., 23 de maio de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTONIA

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 88/2018
MODALIDADE DISPENSA POR LIMITE Nº 035/2018.
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATICAÇÃO Nº DE 19 de junho de 2018
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: LUCENA & CARVALHO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 06.147.427/0001-01, neste ato representada pelo Srº Maycon Ricardo de Lucena Carvalho, portador (a) do RG nº 8.753.829-0, CPF nº. 060.287.879-901, residente, na cidade de ALTONIA, Estado do PR, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade DISPENSA POR LIMITE nº. 035/2018, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE METALURGIA PARA PROCEDER REPAROS EM ESTRUTURAS NO ESTADIO DE FUTEBOL JUVENAL FARIAS, a seguir descritos:

Lote	Quant.	Descrição
1	1,0	Chapa lisa nº16
1	5,0	Cantoneira 7/8 x 1/8
1	10,0	Cano 11/4 x0,90mm
1	8,0	Tubo 20mmx30mmx1,20mm

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente contrato de fornecimento é de natureza civil, não cabendo outra forma de interpretação, firmado com o amparo da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e fundamentado na licitação sob a modalidade DISPENSA POR LIMITE nº 035/2018, vencido pela contratada.
DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa LUCENA & CARVALHO LTDA e de R$ 1.474,00 (mil quatrocentos e setenta e quatro reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 4 (meses), com início em 20 de junho de 2018 e término em 19 de outubro de 2018, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: “Dispensa por Limite Nº035/2018”.
Os pagamentos serão efetuados Em até 15 (quinze) dias após a Homologação Assinatura do contrato e entrega total, de acordo com o sub-item 16.1 do edital.
A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte: 26 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, COMUNICAÇÃO 2713267 Manutenção das Atividades Esportivas 3390300010200 GASOLINA
Altônia-PR., 20 de junho de 201

SINDICATO RURAL DE ALTO PIQUIRI

CNPJ 76.717.644/0001-67
E-MAIL: sindrural@canalbr.com.br
AV. BRASIL, 1260 – FONE/FAX (44) 3656-1392 – CEP 87.580-000 ALTO PIQUIRI-PR
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O presidente do Sindicato Rural de Alto Piquiri, em conformidade com os estatutos da entidade e com as leis vigentes, convoca os associados quites com as obrigações sindicais para a Assembléia Geral Ordinária que será realizada no dia 30 de junho de 2018, às 10h00min em primeira convocação, na sede do Sindicato Rural, à Avenida Brasil, nº. 1260, nesta cidade, sendo a seguinte ordem do dia:
1. Aprovação do balanço referente ao exercício financeiro de 2017.
2. Assuntos gerais.
Não havendo quorum necessário para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a assembléia será realizada uma hora após, ou seja, às 11h00min, do mesmo dia e local, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes.
Alto Piquiri-PR, 22 de junho de 2018.
Máximo Riedi
Presidente

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA.

Amando Molinari inscrito no CPF n° 125.054.079-87, torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Simplificada para Empreendimento de Piscicultura (Criação de peixes) Instalada nos Lotes de Terras n° 83-A e 83-B, encravado na Gleba Santa Helena, Núcleo Xambrê, 3ª Zona – Município de Francisco Alves/PR.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Parana
DECRETO N.º 07/2018
SÚMULA: Estabelece horário especial de funcionamento do Poder Legislativo Municipal em razão dos jogos da Copa e dá outras providências.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º - Em virtude dos jogos do Brasil na Copa do Mundo fica estabelecido o horário de funcionamento das 13h às 17h no dia 22/06/2018 e das 7h30min. às 13h no dia 27/06/2018.
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
MÁRCIO TADASHI MATSUMOTO
Presidente do Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 029/2018
ID: 1862
CONTRATANTE – Prefeitura Municipal de Tapira.
CONTRATADO – LUIS CARLOS DA SILVA
OBJETO – CONTRATO DE LOCAÇÃO para a finalidade da locação dar-se-á para cede-lo em regime de comodato à Associação das Costureiras, representada por Josi Masquietto da Costa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.032.145-7 SSP-PR, e do CPF nº 042.858.019-06
VALOR – R$ 6.000,00 (seis mil reais)
PRAZO – 12 (doze) meses.
Tapira, 13 de junho de 2018.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Parana
DECRETO Nº 52/2018
Abre Crédito Especial por Excesso de Arrecadação no Orçamento Geral do Município no Exercício de 2018.
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ CARLOS BARALDI, Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio/PR, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº. 2.133, de 27 de novembro de 2017,
APROVA:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Crédito Adicional Suplementar por anulação de Dotação no corrente Exercício Financeiro, no valor de R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), destinados ao pagamento de despesas, nas seguintes dotações orçamentárias:
Fonte 0 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade 04.122.00512.012 – Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio
El. Despesa (40) 3.3.90.33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO........................R$ 5.000,00
Órgão 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Un. Orç. 05.02 – Departamento de Educação
Atividade 12.361.00252.060 – Manutenção e Atividades do Departamento de Educação
El. Despesa (230) 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO..R$ 3.500,00
Un. Orç. 05.05 – Departamento de Esporte
Atividade 27.812.00362.082 – Manutenção e Encargos do Departamento de Esportes
El. Despesa (341) 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.............R$ 8.000,00
Órgão 08 – Secretaria da Agricultura
Un. Orç. 08.02 – Departamento de Agricultura
Atividade 20.605.00692.154 – Manutenção e Encargos do Matadouro
El. Despesa (504) 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.............R$ 3.000,00
Subtotal da Fonte 0...R$ 19.500,00
Fonte 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais – Exercício Corrente
Órgão 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Un. Orç. 05.01 – Gabinete do Secretário
Atividade 12.361.00702.058 – Manutenção e Encargos Gerais da Educação
El. Despesa (216) 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO..R$ 3.000,00
Un. Orç. 05.02 – Departamento de Educação
Atividade 12.361.00252.062 – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
El. Despesa (252) 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.............R$ 3.000,00
Subtotal Fonte 103...R$ 6.000,00
Fonte 104 – 25% Sobre Demais Impostos Vinculados – Exercício Corrente
Órgão 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Un. Orç. 05.02 – Departamento de Educação
Atividade 12.361.00262.064 – Manutenção e Encargos do Transporte Escolar
El. Despesa (262) 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO..R$ 3.500,00
Subtotal Fonte 104...R$ 3.500,00
Fonte 510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia
Órgão 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade 04.122.00512.012 – Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio
El. Despesa (46) 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA...........R$ 10.000,00
Subtotal Fonte 510...R$ 10.000,00
TOTAL GERAL...R$ 39.000,00
Art. 2° Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, constante do art. 1º, deste Decreto, fica utilizada parte das dotações orçamentárias discriminadas abaixo no valor de R$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais), conforme seguem:
Fonte 0 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade 04.122.00512.012 – Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio
El. Despesa (41) 3.3.90.34 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC DE CONTRATAÇÃO......R$ 5.000,00
Órgão 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Un. Orç. 05.02 – Departamento de Educação
Atividade 12.361.00252.060 – Manutenção e Atividades do Departamento de Educação
El. Despesa (236) 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.............R$ 3.500,00
Un. Orç. 05.05 – Departamento de Esporte
Atividade 27.812.00362.082 – Manutenção e Encargos do Departamento de Esportes
El. Despesa (339) 3.3.90.31 – PREM. CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTÍFICAS.........................R$ 8.000,00
Órgão 08 – Secretaria da Agricultura
Un. Orç. 08.02 – Departamento de Agricultura
Atividade 20.605.00692.154 – Manutenção e Encargos do Matadouro
El. Despesa (503) 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO..R$ 3.000,00
Subtotal da Fonte 0...R$ 19.500,00
Fonte 103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais – Exercício Corrente
Órgão 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Un. Orç. 05.01 – Gabinete do Secretário
Atividade 12.361.00702.058 – Manutenção e Encargos Gerais da Educação
El. Despesa (217) 3.3.90.31 – PREM. CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTÍFICAS.........................R$ 3.000,00
Un. Orç. 05.02 – Departamento de Educação
Atividade 12.361.00252.062 – Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental
El. Despesa (251) 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA..................R$ 3.000,00
Subtotal Fonte 103...R$ 6.000,00
Fonte 104 – 25% Sobre Demais Impostos Vinculados – Exercício Corrente
Órgão 05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
Un. Orç. 05.02 – Departamento de Educação
Atividade 12.361.00262.064 – Manutenção e Encargos do Transporte Escolar
El. Despesa (267) 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.............R$ 3.500,00
Subtotal Fonte 104...R$ 3.500,00
Fonte 510 – Taxas – Exercício Poder de Polícia
Órgão 03 – Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade 04.122.00512.012 – Manutenção da Secretaria de Administração, Desenvolvimento, Indústria e Comércio
El. Despesa (37) 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO..R$ 10.000,00
Subtotal Fonte 510...R$ 10.000,00
TOTAL GERAL...R$ 39.000,00
Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar as modificações orçamentárias necessárias descritas no artigo 1º desta Lei no Orçamento para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA instituída pela Lei Municipal nº 2133/2017; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO – instituída pela Lei Municipal n°. 2120/2017; e Plano Plurianual Lei n°.2116 /2017, ambas com vigência para o exercício financeiro de 2018.
Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ, 21 de junho de 2018.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2018
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa que de acordo com a legislação em vigor, encontra-se aberta LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: Contratação de empresa, para prestação de serviços de coleta de animais (bovinos, equinos e caprinos), com fornecimento de transporte até local apropriado, alimentação e tratamentos básicos para a saúde, em atendimento aos animais soltos e/ou abandonados nos logradouros, deste Município.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.
DATA DO CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: 09/07/2018 – HORÁRIO: DAS 15:00 ÁS 15:45 HORAS
DATA DA ABERTURA: 09/07/2018 – HORÁRIO: 16:00 HORAS
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, Lei 8666/93, Decreto Municipal nº 063/2006 e as Leis Complementares nº 123/06 e 147/2014 e Lei Municipal nº. 4.201/17.
O EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – www.umuarama.pr.gov.br – Licitações, ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717, mediante preenchimento da solicitação de edital.
OUTROS ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER FORNECIDOS NA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS, NA AVENIDA RIO BRANCO, 3717, UMUARAMA – PARANÁ, OU ATRAVÉS DO TELEFONE Nº (44) 3621-4141 RAMAL 127 e 129.
UMUARAMA, 20 DE JUNHO DE 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.982/2018
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 028/2018 – SAÚDE.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 028/2018 – SAÚDE, que trata da contratação de empresa para o fornecimento de produtos para pintura automotiva, para manutenção dos veículos da Vigilância em Saúde, deste Município, tendo sido declarada vencedora a empresas M.S. COMERCIAL DE TINTAS LTDA.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 20 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.983/2018
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 080/2018 – PMU.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 080/2018 – PMU, que trata da aquisição de 01 (um) rolo compactador vibratório de solo, que será utilizado na manutenção da malha viaria, deste Município, tendo sido declarada vencedora a empresas J.H.C. LOCAÇÕES EIRELI.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 20 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.984/2018
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 077/2018 – PMU.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 077/2018 – PMU, que trata da contrtação de empresa para o fornecimento parcelado de produtos de limpeza, para atender a demanda das secretarias municipais, Fundação de Cultura e Turismo e Fundo Municipal de Saúde, deste Município, tendo sido declarada vencedora as empresas: FRAW DISTRIBUIDORA EIRELI – ME., para o item 03, V.L. DA CRUZ – ME., para o item 06, TUBARÃO LICITAÇÕES EIRELI – EPP., para os itens 01 e 02 e LIGHT DISTRIBUIDORA EIRELI, para os itens 04 e 05.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 20 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.985/2018
Homologa e adjudica o julgamento proferido pela Comissão Especial de Licitação sobre propostas apresentadas na Concorrência nº 001/2018 – PMU.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado e adjudicado o julgamento proferido pela Comissão Especial de Licitação sobre propostas apresentadas na Concorrência Pública nº 001/2018 - PMU, que trata da contratação de empresa, para execução de recapeamento asfáltico, com serviço de limpeza e lavagem da pista; pintura de ligação; reperfilamento de CBUQ; revestimento em CBUQ; remoção de meio fio para execução de rampas e calçadas; demolição de concreto simples; limpeza, regularização e compactação de solos; forro de pedra britada; calçada em concreto; meio fio em concreto; rampa para PNE; faixas de sinalização horizontal, placas de sinalização vertical; ensaios de controle tecnológicos e placas de comunicação visual do programa em diversos trechos do município, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, tendo sido declarada vencedora a empresa: CONSTRUTORA LONGUINI LTDA. – EPP.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 30 de maio de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
P O R T A R I A Nº 1.986/2018
Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão Presencial nº 081/2018 – PMU.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 081/2018 – PMU, que trata da contrtação de empresa para o fornecimento parcelado de óleo lubrificantes, óleo de transmissão, óleo hidráulico, óleo 2 tempos, agente redutor arla 32, fluído de freio, aditivo para radiador, graxa grafitada, que serão utilizados na manutenção dos veículos da frota municipal, Secretaria de Educação e Fundo Municipal de Saúde, deste Município, tendo sido declarada vencedora as empresas: FPM LOJA DE CONVENIENCIA LTDA. EPP., para os itens 01, 03, 12, 15, 21, 24, 25, 27, 28 e 30, DEISECLER BAILO ZANOLO EIRELI – ME., para os itens 02, 04, 05, 06, 13, 16, 17, 18 e 19, MENDES & VIEIRA COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA., para os itens 07 e 29, PORTELUB LUBRIFICANTES EIRELI, para os itens 08, 09, 10, 11, 14, 20, 22, 23 e 26.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 21 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2018 - PMU
A comissão de licitação constituída comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 012/2018 – PMU, que após a análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu classificar as seguintes proponentes:

Nº	EMPRESA	VALOR R$
01	CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI.	R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
02	ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI.	R$ 1.217.003,01 (um milhão, duzentos e dezessete mil, três reais e um centavo)

Comunica outrossim, que ambas as proponentes renunciaram expressamente, ao direito de recursos e ao respectivo prazo.
Umuarama, 21 de junho de 2018.
presidente da comissão : ______________________________
membros da comissão : ______________________________

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
DECRETO Nº 157, de 21 de junho de 2018.
Súmula: Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2018, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 2542 de 21 de junho de 2018, DECRETA:
Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 600.788,48 (seiscentos mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos) por Anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2027 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 494) R$ 63.640,18
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2027 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 494) R$ 230.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2026 Manutenção do Programa Agente Comunitário
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 494) R$ 117.989,70
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção das Atividades da Administração Geral Hospitalar
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 494) R$ 169.158,60
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção das Atividades da Administração Geral Hospitalar
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 494) R$ 20.000,00
TOTAL R$ 600.788,48
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2027 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 495) R$ 63.640,18
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2027 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 495) R$ 230.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2026 Manutenção do Programa Agente Comunitário
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 495) R$ 117.989,70
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção das Atividades da Administração Geral Hospitalar
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 336) R$ 169.158,60
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção das Atividades da Administração Geral Hospitalar
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 336) R$ 20.000,00
TOTAL R$ 600.788,48
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
DECRETO Nº 158, de 21 de junho de 2018.
Súmula: Autoriza abrir Crédito Suplementar por Anulação de dotação para 2018 incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 2543 de 21 de junho de 2018, DECRETA:
Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 57.600,00 (cinqüenta e sete mil e seiscentos reais) por Anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão...............: 10 S.M. DESENV. ECONÔMICO, TRAB. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 10.01 Depto Indústria, Com., Trabalho e Turismo
11.334.0013.2045 Manutenção do departamento de Indústria, Comércio, Trabalho e Turismo
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (FR 000) R$ 57.600,00
TOTAL R$ 57.600,00
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão...............: 06 S.M DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.156 Construção da Sede da Câmara dos Vereadores
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 000) R$ 50.000,00
Órgão...............: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazenda e Administração Financeira
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (FR 000) R$ 7.600,00
TOTAL R$ 57.600,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
DECRETO Nº 159, de 21 de junho de 2018.
Súmula: Autoriza abrir Crédito Especial por Anulação de dotação para 2018, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 2544 de 21 de junho de 2018, DECRETA:
Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Especial no valor de até R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) por Anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão...............: 01 CHEFIA DE GABINETE
Unidade Orçamentária: 01.01 Chefia de Gabinete
04.122.0001.2001 Manutenção de Gabinete
3.3.90.93.00.00.00 INDENIZAÇÁOE SE RESTITUIÇÕES (FR 000) R$ 2.000,00
Órgão...............: 05 S M DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazenda e Administração Financeira
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONTR. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 000) R$ 10.000,00
Órgão...............: 10 S.M. DESENV. ECONÔMICO, TRAB. E TURISMO
Unidade Orçamentária:10.01 Depto Indústria,Com. Trabalho e Turismo
11.334.0013.2045 Manutenção do departamento de Indústria ,Comércio, Trabalho e Turismo
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONTR. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 000) R$ 5.000,00
TOTAL R$ 17.000,00
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão...............: 05 S M DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazenda e Administração Financeira
3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ADM. FINANCEIRA (FR 000) R$ 12.000,00
Órgão...............: 06 S M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2006Manutenção da Secretaria de Urbanismo Obras e Serviços Públicos
3.1.90.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS (FR 000) R$ 5.000,00
TOTAL R$ 17.000,00 Art. 3º
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
DECRETO N° 161, de 21 de junho de 2018
Súmula: Autoriza abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro para 2018, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2018 e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e o contido na Lei nº 2.546 de 21 de junho de 2018, Decreta:
Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 2.660.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta mil reais), por Superávit Financeiro, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão...............: 12 FASPEL - Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos de Pérola
Unidade Orçamentária: 12.001 Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Serv. Públicos de Pérola
09.272.0016-2.049.000 Manutenção do FASPEL
3.1.90.01.00.00 Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares (FR 0551) R$ 2.300.000,00
Órgão...............: 12 FASPEL - Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos de Pérola
Unidade Orçamentária: 12.001 Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Serv. Públicos de Pérola
09.272.0016-2.049.000 Manutenção do FASPEL
3.1.90.03.00.00 Pensões do RPPS e do Militar (FR 0551) R$ 360.000,00
TOTAL R$ 2.660.000,00
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro da seguinte fonte de recurso:
0551 - Compensação entre Regimes Previdenciários R$ 2.660.000,00
TOTAL R$ 2.660.000,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
DECRETO Nº 162, 21 de junho de 2018.
Súmula: Autoriza abrir Crédito Especial por Anulação de dotação para 2018, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2018 e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 2547 de 21 de junho de 2018, DECRETA:
Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Especial no valor de até R$ 500,00 (quinhentos reais) por Anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão...............: 10 S. M. DESENV. ECONÔMICO, TRAB. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 10.01 Depto Indústria, Comércio, Trabalho e Turismo
22.661.0013.3171 Construção de um barracão industrial
4.4.90.51.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (FR 000) R$ 500,00
TOTAL R$ 500,00
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão...............: 10 S. M. DESENV. ECONÔMICO, TRAB. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 10.01 Depto Indústria, Comércio, Trabalho e Turismo
11.334.0013.2045 Manutenção do Departamento de Indústria, Comércio, Trabalho e Turismo
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 000) R$ 500,00
TOTAL R$ 500,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
DECRETO N° 163, de 21 de junho 2018.
Súmula: Autoriza abrir Crédito Especial por provável Excesso de arrecadação para 2018, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2018 e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 2548 de 21 de junho de 2018, DECRETA:
Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, do Plano Plurianual, na Programação Financeira e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Especial no valor de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por provável Excesso de arrecadação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão...............: 06 S M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.033000 Aquisição de veículos/Equipamentos Rodoviários
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 850) R$ 40.000,00
TOTAL R$ 40.000,00
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através do provável Excesso de arrecadação da seguinte fonte de recurso:
850 – Convênio nº 435/2018 – Aquisição de Equipamentos R$ 40.000,00
TOTAL R$ 40.000,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
DECRETO N° 164, de 21 de junho de 2018.
Súmula: Autoriza abrir Crédito Especial por Anulação de Dotação para 2018, incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias para 2018 e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 2549 de 21 de junho de 2018, DECRETA:
Art. 1º Autoriza abrir no corrente exercício financeiro e incluir nos anexos do cronograma de desembolso, do Plano Plurianual, na programação financeira e Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Especial no valor de até R$ 2.108,00 (dois mil e cento e oito reais) por Anulação de Dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão...............: 06 S M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários
15.451.0006.3.033000 Aquisição de veículos/Equipamentos Rodoviários
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 000) R$ 2.108,00
TOTAL R$ 2.108,00
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão...............: 06 S M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2.006000 Manutenção da Secretaria de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 000) R$ 2.108,00
TOTAL R$ 2.108,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
ATO DE APOSENTADORIA
DECRETO Nº. 165/2018
Concede aposentaria à MARIA DAS GRAÇAS GABARRON BARBOSA
O Prefeito DARLAN SCALCO, DO MUNICÍPIO DE PÉROLA, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora MARIA DAS GRAÇAS GABARRON BARBOSA,
DECRETA
Art. 1º Fica concedida, a partir de 01/07/2018, à servidora MARIA DAS GRAÇAS GABARRON BARBOSA, brasileira, viúva, servidora pública municipal de Pérola, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, Faixa I, Padrão O, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº. 5.294.582-8 SSP/PR e do CPF sob o nº. 007.027.699-40, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com proventos mensais e integrais, com fundamento no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 2.483,72 (dois mil, quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/07/2018, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.
Município de Pérola, Estado do Paraná, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito
ANTONIO FAVERO
Diretor Presidente
Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos de Pérola - FASPEL

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
ATO DE APOSENTADORIA
DECRETO Nº. 166/2018
Concede aposentaria à MARINALVA APARECIDA NUNES DE ARAUJO
O Prefeito DARLAN SCALCO, DO MUNICÍPIO DE PÉROLA, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora MARINALVA APARECIDA NUNES DE ARAUJO,
DECRETA
Art. 1º Fica concedida, a partir de 01/07/2018, à servidora MARINALVA APARECIDA NUNES DE ARAUJO, brasileira, divorciada, servidora pública municipal de Pérola, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, Faixa I, Padrão D, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº. 2.138.306 SSP/PR e do CPF sob o nº. 835.009.019-72, Aposentadoria por Invalidez Permanente, com proventos mensais e cálculo com base na média das 80% maiores remunerações, com fundamento no artigo 40, §1º, I, da Constituição Federal.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 1.035,89 (um mil, trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos), conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/07/2018, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.
Município de Pérola, Estado do Paraná, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito
ANTONIO FAVERO
Diretor Presidente
Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos de Pérola - FASPEL

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
DECRETO Nº 160, de 21 de junho de 2018.
Súmula: Autoriza abrir Crédito Suplementarpor Anulação de dotação para 2018, incluir nos anexos do cronograma de desembolso,na programação financeira, nas Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de 2018-2021.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 2545 de 21 de junho de 2018, DECRETA:
Art. 1ºAutoriza abrir no corrente exercício financeiroe incluir nos anexos do cronograma de desembolso, na programação financeira, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Crédito Suplementar no valor de até R$ 417.300,00(quatrocentos de dezessete mil e trezentos reais) por Anulação de dotação, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.365.0007.2012 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL(FR 103) R$ 30.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.365.0007.2012 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 103) R$ 2.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.361.0007.2144 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL (FR 103) R$ 2.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2027 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
3.1.90.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS(FR 303) R$ 53.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.01 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2018 Manutenção das Atividades de Administração Geral - Saúde
3.1.90.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS(FR 303) R$ 15.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.361.0007.2009 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 107) R$ 300,00
Órgão...............: 05 S M DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária:05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazendae Administração Financeira
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 510) R$ 3.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção dasAtividades da Administração Geral Hospitalar
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 494) R$ 80.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2027 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 494) R$ 30.000,00
Órgão...............: 05 S M DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária:05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazenda e Administração Financeira
3.1.90.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS(FR 000) R$ 20.000,00
Órgão...............: 05 S M DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária:05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazendae Administração Financeira
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 000) R$ 5.000,00
Órgão...............: 05 S M DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazendae Administração Financeira
3.3.90.47.00.00.00OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS(FR 000) R$ 2.000,00
Órgão...............: 01 CHEFIA DE GABINETE
Unidade Orçamentária: 01.01 Chefia de Gabinete
04.122.0001.2001 Manutenção de Gabinete
3.3.90.33.00.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO(FR 000) R$ 5.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.02 Cultura
13.392.0008.2015 Manutenção do Departamento de Cultura
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL(FR 000) R$ 30.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção dasAtividades da Administração Geral Hospitalar
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 000) R$ 100.000,00
Órgão...............: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária:09.01 Assistência Social
08.244.0011.2029 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 000) R$ 10.000,00
Órgão...............: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária:09.01 Assistência Social
08.244.0011.2029 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 000) R$ 5.000,00
Órgão...............: 10 S.M. DESENV. ECONÔMICO, TRAB. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 10.01 DeptoIndústria,Com. Trabalho e Turismo
11.334.0013.2045 Manutenção do departamento de Indústria,Comércio, Trabalho e Turismo
3.3.90.14.00.00.00 DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL(FR 000) R$ 5.000,00
Órgão...............: 11 S.M. DE AGRIC., PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária:11.01 DeptoAgric., Pecuária e Meio Ambiente
18.541.0014.2047 Manutenção do departamento da Agricultura e Pecuária
3.3.90.47.00.00.00OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS(FR 000) R$ 2.000,00
Órgão...............: 11 S.M. DE AGRIC., PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 11.01 Depto Agric., Pecuária e Meio Ambiente
18.541.0014.2047 Manutenção do departamento da Agricultura e Pecuária
3.3.90.30.00.00.00MATERIAL DE CONSUMO(FR 000) R$ 8.000,00
TOTAL R$ 417.300,00
Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.365.0007.2010 Manutenção do Ensino Infantil – Creche
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL(FR 103) R$ 30.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.365.0007.2012 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola
3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA(FR 103) R$ 2.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.361.0007.2144 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL(FR 103) R$ 12.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.302.0010.2024 Manutenção dasAtividades da Administração Geral Hospitalar
3.1.91.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS(FR 303) R$ 53.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.01 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2018 Manutenção das Atividades de Administração Geral - Saúde
3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL (FR 303) R$ 15.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.361.0007.2007 Manutenção do Ensino Fundamental- PNAE
3.3.90.32.00.00.00 MATERIAL,BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (FR 107) R$ 300,00
Órgão...............: 06 S M DE URBANISMO, OBRAS E SERV. PÚBLICOS
Unidade Orçamentária:06.01 Depto Obras, Serv. Públicos e Rodoviários
15.452.0006.2006Manutenção da Secretaria de Urbanismo Obras e Serviços Públicos
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 510) R$ 3.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2027 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
3.3.90.34.00.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DEC. DE CONT. DE TERCEIRIZAÇÃO (FR 494) R$ 110.000,00
Órgão...............: 05 S M DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária:05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazenda e Administração Financeira
3.1.91.13.00.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS(FR 000) R$ 20.000,00
Órgão...............: 05 S M DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária:05.01 Fazenda e Administração
04.129.0003.2005 Manutenção do Departamento de Fazendae Administração Financeira
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA(FR 000) R$ 7.000,00
Órgão...............: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade Orçamentária:04.01 Planejamento
04.121.0003.2004 Manutenção do Planejamento
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO(FR 000) R$ 5.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.365.0007.2012 Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola
3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO(FR 000) R$ 8.000,00
Órgão...............: 07 S. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária:07.01 Educação
12.361.0007.2145 Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL(FR 000) R$ 22.000,00
Órgão...............: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 08.02 Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2027 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(FR 000) R$ 100.000,00
Órgão...............: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária:09.01 Assistência Social
08.244.0011.2029 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL (FR 000) R$ 10.000,00
Órgão...............: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária:09.01 Assistência Social
08.244.0011.2029 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (FR 000) R$ 5.000,00
Órgão...............: 10 S.M. DESENV. ECONÔMICO, TRAB. E TURISMO
Unidade Orçamentária:10.01 DeptoIndústria,Com. Trabalho e Turismo
11.334.0013.2045 Manutenção do departamento de Indústria,Comércio, Trabalho e Turismo
3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL(FR 000) R$ 5.000,00
Órgão...............: 11 S.M. DE AGRIC., PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 11.01 Depto Agric., Pecuária e Meio Ambiente
18.541.0014.2047 Manutenção do departamento da Agricultura e Pecuária
3.3.30.41.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES(FR 000) R$ 10.000,00
TOTAL R$ 417.300,00
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Pérola, 21 de junho de 2018.
DARLAN SCALCO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 140/2018
Abre Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.251 de 15 de dezembro de 2017;
D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, aprovado pela Lei Municipal n° 4.251, de 15 de dezembro de 2017, no valor de R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º. Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente do provável excesso de arrecadação da Fonte 518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, considerando a tendência do exercício nos termos do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 15 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
ANEXO AO DECRETO N° 140 DE 15/06/2018
Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64
SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)
ÓRGÃO: 70. - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 70.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.S
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL NATUREZA DA DESPESA FONTE VALOR
10.122.0028.1.171 Aquisição e Reposição de Equipamentos e Material Permanente - Gestão do Sistema Unico de Saúde - SUS 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 518 R$ 190.000,00
TOTAL GERAL R$ 190.000,00
TOTAL GERAL 190.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ofício nº 106/2018 - SAD, solicito ratificação do ato por mim praticado, na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, para à contratação da NITROTEC – COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, para aquisição de nitrogênio liquido, para atender as necessidades do Programa de Inseminação Artificial deste Município, com dispensa de licitação.
DESPACHO/HOMOLOGAÇÃO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 020/2018, anexo. Em 21 de junho de 2018.
Assina: CELSO LUIZ POZZOBOM - Prefeito Municipal.
RATIFICO EM 21 DE JUNHO DE 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ofício nº 107/2018 - SAD, solicito ratificação do ato por mim praticado, na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para à contratação da empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, para a prestação de serviços de cursos de “Excelência no atendimento de Recepção”, “Atendimento para Garçom”, “Apresentação, Comunicação e Atendimento”, “Técnicas para Garçom” e “Qualidade no Atendimento ao cliente em restaurantes”, para a qualificação profissional, neste Município, com dispensa de licitação.
DESPACHO/HOMOLOGAÇÃO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 021/2018, anexo. Em 21 de junho de 2018.
Assina: CELSO LUIZ POZZOBOM - Prefeito Municipal.
RATIFICO EM 21 DE JUNHO DE 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste
Estado do Paraná
CNPJ: 02.015.462/0001-08

CERTIDÃO N.º 001/2018

CERTIFICO para os devidos fins do art. 263 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, que as Contas do Executivo Municipal de Tuneiras do Oeste, relativas ao exercício 2014, de responsabilidade do Ex-prefeito Municipal Sr. LUIZ ANTONIO KRAUSS, foram JULGADAS IRREGULARES por maioria absoluta dos vereadores da Câmara Municipal em data de 21/06/2018, com a rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2018 que era pela aprovação e julgamento como regulares com ressalva as contas do Poder Executivo do município de Tuneiras do Oeste relativas ao exercício financeiro de 2014 e rejeição do Acórdão de Parecer Prévio nº 14/18 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **CERTIFICO ainda,** que com a rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/2018 em 1º Turno pelo Plenário, restou prejudicada a realização de sua discussão em 2º Turno, ante a impossibilidade de aprovação em ambos os turnos, em conformidade com o normativo legal encartado no art. 128, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste. **CERTIFICO por fim,** que fica mantida a decisão constante do Acórdão de Parecer Prévio nº 14/18 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que recomenda a irregularidade das contas do Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Sr. Luiz Antonio Krauss, relativas ao exercício financeiro de 2014.

Edifício da Câmara Municipal de Tuneiras do Oeste, Estado do Paraná, 21 de junho de 2018.

JOSÉ CINÉSIO
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL TUNEIRAS DO OESTE PR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

LIDO NA SESSÃO DE 14/05/2018
PRESIDENTE

PROCESSO Nº:	275574/15
ASSUNTO:	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE:	MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
INTERESSADO:	LUIZ ANTONIO KRAUSS
ADVOGADO / PROCURADOR:	
RELATOR:	CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 14/18 - Segunda Câmara

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITO MUNICIPAL. Desídia do responsável no atendimento à intimação. Parecer Prévio recomendando a irregularidade das contas. Ausência de encaminhamento do Ato de nomeação válido dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho. Falta de encaminhamento do Relatório e Parecer do Controle Interno. Ressalvas: déficit orçamentário de fontes financeiras não vinculadas e falta de encaminhamento da Certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade. Aplicação de multas.

1. Trata-se da prestação de contas do Sr. LUIZ ANTONIO KRAUSS, prefeito do Município de Tuneiras do Oeste, relativa ao exercício financeiro de 2014.

A Coordenadoria de Fiscalização Municipal, por meio da Instrução nº 1036/17 (peça 32), considerando que o responsável não se manifestou quando concedido o contraditório e ampla defesa, segundo consta da Certidão de Decurso de Prazo nº 825/16-DP (peça 31), bem como, que *"[...] a ausência de pronunciamento do interessado autoriza, no mínimo, a considerar ter havido a concordância deste com as conclusões apontadas,"* ratificando os apontamentos da Instrução nº 252/16 (peça 23), conclui que as contas estão irregulares, em razão dos seguintes itens:

1) – *"Déficit Orçamentário de Fontes Financeiras Não Vinculadas"*;

2) – *"Falta de encaminhamento do Balanço Patrimonial emitido pela Contabilidade e/ou da respectiva publicação"*;

3) – *"Ausência de encaminhamento da Certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade cadastrado junto ao setor de cadastro do TCE/PR, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade"*;

4) – *"Ausência de encaminhamento do Ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho"*; e

5) – *"Falta de encaminhamento do Relatório e/ou Parecer do Controle Interno"*.

Ademais, a Coordenadoria de Fiscalização Municipal apontou que os itens abaixo, em decorrência das irregularidades acima, tiveram sua análise inviável:

a) – *"Divergências de saldos em quaisquer das classes ou grupos do balanço patrimonial entre os dados do SIM/AM e a contabilidade"*;

b) – *"Falta da Resolução do Conselho Municipal de Saúde ou não apresentação de esclarecimentos pelo seu não encaminhamento"*;

c) – *"A Resolução do Conselho Municipal de Saúde apresenta conclusão por irregularidade"*;

d) – *"O Parecer do Conselho Municipal de Saúde apresenta conclusão por irregularidade"*;

e) – *"Falta do Parecer do Conselho Municipal de Saúde ou não apresentação de esclarecimentos pelo seu não encaminhamento"*;

f) – *"O Relatório do Controle Interno apresenta ocorrência de irregularidade passível de desaprovação da gestão"*; e

g) – *"O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal"*.

Na mesma instrução, relativamente aos apontamentos de irregularidade, a Unidade Técnica propõe a aplicação de multas ao Sr. Luiz Antonio Krauss, conforme se observa do quadro abaixo transcrito (fls. 03/04):

a) - Decorrentes de Restrições indicadas nesta instrução

Irregularidade	*Tipificação*
Restrição - Ausência de encaminhamento da Certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade cadastrado junto ao setor de cadastro do TCE/PR, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade	Fonte de Critério - IN TCE-PR 104/2015; Multa: LCE 113/2005, art. 87, III c/§ 4º / art. 87, I, b.
Restrição - Ausência do encaminhamento do Ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho.	Fonte de Critério - Constituição Federal, art. 77, § 3º - ADCT; Lei nº 8.142/90, art. 1º; Resolução CNS nº 453/2012 - Multa LCE. 113/2005, art. 87, III, c/§ 4º / art. 87, I, b.
Restrição - Déficit Orçamentário de Fontes Financeiras Não Vinculadas	Fonte de Critério - LC 101/00 art. 1º, § 1º, arts. 9º e 13 - Multa Lei 10028/00 art. 5º - III e § 1º.
Restrição - Falta de encaminhamento do Balanço Patrimonial emitido pela Contabilidade e/ou da respectiva publicação. Considera ainda a hipótese de a publicação não atender às especificações.	Fonte de Critério - Lei 4320/64 Capítulo IV - Instrução Normativa nº 104/2015 - TCE/PR - Multa LCE. 113/2005, art. 87, III, c/§4º / art. 87, I, b.
Restrição - Falta de encaminhamento do Relatório e/ou Parecer do Controle Interno.	Fonte de Critério - Constituição Federal, arts. 31, 70 e 74 e IN nº 104/2015 - Multa L.C.E. 113/2005, art. 87, III, c/§4º / art. 87, I, b.

O Ministério Público de Contas, inicialmente, considerando os apontamentos da Unidade Técnica, por meio do Parecer nº 3277/17 (peça 33), requereu a citação do Contador, do Conselho Municipal de Saúde e do responsável pelo Controle Interno do Município.

Entretanto, por entender que a responsabilidade pelos atos que são objeto do escopo de análise deve restringir-se ao mesmo gestor, ressalvada a possibilidade de que, em processos apartados de tomada de contas, desde que verificada a hipótese de efetivo dano ao erário de que trata o art. 236 do Regimento Interno, sejam chamados outros agentes públicos como responsáveis, deixei de acolher o pedido do douto Ministério Público de Contas.

Desta feita, instado a se manifestar, o *parquet*, em congruência com a manifestação da Coordenadoria, por intermédio do Parecer nº 7136/17 (peça 38), opina pela irregularidade das contas, com a aplicação de multas.

É o relatório.

2. As manifestações da Coordenadoria de Fiscalização Municipal e Ministério Público de Contas são uniformes em opinarem pela irregularidade das contas, com aplicação de multas administrativas, destacando, ainda, que ao responsável foi concedida oportunidade de defesa, sem que a tenha aproveitado, encontrando-se, ao final, configuradas irregularidades a seguir descritas.

<u>2.1. Déficit Orçamentário de Fontes Financeiras não vinculadas</u> (peça 23 – fls. 07/09):

Em que pese o entendimento diverso da Coordenadoria de Fiscalização Municipal e do Ministério Público de Contas, entendo que a irregularidade apontada pode ser objeto de conversão em ressalva, e, consequentemente, afastada a multa sugerida.

Em sua instrução, a Coordenadoria apontou, de acordo com o quadro evolutivo de fls. 07/08, o encerramento do exercício de 2014 com o resultado financeiro acumulado negativo de R$ 238.531,69, equivalente a 2,97% da receita arrecadada de fontes não vinculadas – fontes livres (R$ 8.018.777,86).

Neste caso, entretanto, esta Corte, em situações análogas, tem pugnado pela aplicação de ressalva às contas e sem aplicação de multa, entendendo que o déficit não seria motivo suficiente para caracterizar desequilíbrio orçamentário que implique na irregularidade das contas.

Frise-se, neste particular, que no exercício seguinte 2015, esta situação não se repetiu, conforme indicado nos autos de prestação de contas do Município de Tuneiras do Oeste sob nº 26973-0/16, o que reforça a solução de sua conversão em ressalva.

<u>2.2. Falta de encaminhamento do Balanço Patrimonial emitido pela Contabilidade e/ou da respectiva publicação. Considera ainda a hipótese de a publicação não atender às especificações</u> (peça 23 – fls. 12/13) e <u>2.3. Ausência de encaminhamento da Certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade cadastrado junto ao setor de cadastro do TCE/PR, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade</u> (peça 23 – fls. 13/14):

Segundo a Unidade Técnica:

(...) O balanço apresentado, peça processual nº 5, possui a assinatura do responsável técnico pela contabilidade do Município no exercício de 2014, Sr. Rubens Barbosa de Matos, contudo não foi apresentada nos autos a Certidão de Habilitação do responsável técnico que assinou o balanço patrimonial junto ao Conselho Regional de Contabilidade, ficando prejudicada sua aceitabilidade.

(...) Não foi apresentada a Certidão de Habilitação do responsável técnico pela contabilidade do Município no exercício de 2014, Sr. Rubens Barbosa de Matos, junto ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC, sendo informado apenas que a mesma será enviada quando disponível.

Diversamente da metodologia estabelecida na instrução da unidade fiscalizatória, entendo que ambos apontamentos merecem análise em conjunto, já que a origem é a ausência de documento que comprove a regularidade do profissional que responde pela contabilidade do Município.

Isso porque o Município de Tuneiras do Oeste anexou aos presentes autos de prestação de contas relativos ao exercício de 2014 o respectivo balanço patrimonial e a sua publicação.

No entanto, sua aceitação pela COFIM restou prejudicada, diante da ausência de comprovação da certidão de regularidade profissional do responsável pela contabilidade que firma o documento, Sr. Rubens Barbosa de Matos.

No curso da instrução, embora regularmente intimado, o gestor público não sanou o vício indicado, que resultou na manutenção das irregularidades dos itens 2.2 e 2.3.

Porém, em consulta pública ao endereço eletrônico do Conselho Regional de Contabilidade identifica-se que o Sr Rubens Barbosa de Matos possui registro no órgão de classe, sob nº 036625/0-6, na categoria técnico em contabilidade, com situação ativa[1], inclusive foi obtida a respectiva certidão de regularidade profissional[2].

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME................:	RUBENS BARBOSA DE MATOS
REGISTRO..........:	PR-036625/O-6
CATEGORIA.........:	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF....................:	390.499.229-53

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: CURITIBA, 10.01.2018 as 16:39:08.
Válido até: 31.01.2018.
Código de Controle: 252297.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.

Sendo assim, divirjo do setor técnico, por entender não configurada a irregularidade no balanço patrimonial, que se encontra devidamente acostado na peça nº 5, acompanhado de sua respectiva publicação no Jornal Umuarama Ilustrado, em 31/03/2015, peça nº 6.

Desta forma, embora regularizado o item pertinente à regularidade do profissional de contabilidade junto ao Conselho da classe, e, por via de consequência, a habilitação do emitente do Balanço Patrimonial, permanece a inércia do gestor público no envio de documentos obrigatórios, razão pela qual cabe a indicação de ressalva.

<u>2.4. Ausência de encaminhamento do Ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho</u> (peça 23 – fls. 21/23):

De acordo com a análise inicial da Coordenadoria de Fiscalização Municipal, a portaria que nomeou os membros do Conselho Municipal de Saúde para o mandato de 2014 e 2015 foi emitida em 27/03/2015, ou seja, após o encerramento do exercício de 2014, *"[...] fato que em princípio inviabilizou o exercício das atividades inerentes aos membros do Conselho Municipal de Saúde durante o exercício de 2014, prejudicando assim a elaboração do Parecer e da Resolução do Conselho sobre a gestão da saúde municipal no ano de 2014."*

Neste aspecto, considerando que a análise do Parecer e da Resolução do Conselho restou inviável em face da incongruência no Ato de Nomeação, a Unidade Técnica entendeu que mereciam esclarecimentos adicionais os seguintes pontos:

I) Os motivos que levaram a elaboração do ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde para o e exercício de 2014 somente no ano de 2015;

II) Qual era o período e a composição do Conselho de Saúde que definia a Portaria nº 601/2011 (revogada pela Portaria nº 75/2015);

III) Quais membros do Conselho de Saúde participaram efetivamente do acompanhamento da gestão da saúde municipal, o que deve ser comprovado por meio da apresentação das Atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde realizadas no exercício de 2014, bem como das atas das reuniões realizadas no exercício de 2015 para avaliação da gestão da saúde municipal do exercício de 2014;

IV) Como foi realizada a eleição do presidente do Conselho Municipal de Saúde para o ano de 2014, devendo ser apresenta a Ata da reunião do Conselho que conste as deliberações sobre a eleição.

Diante da absoluta ausência de manifestação quando concedida oportunidade de defesa, resta configurada a irregularidade, impondo-se a aplicação da multa do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica deste Tribunal, por desatendimento aos dispositivos constitucionais e legais indicados pela Coordenadoria de Fiscalização Municipal, na Instrução nº 1036/17, quadro de fl. 3/4 da peça nº 32, o que impediu a efetiva fiscalização por esta Corte.

<u>2.5. Falta de encaminhamento do Relatório e/ou Parecer do Controle Interno</u> (peça 23 – fls. 23/24):

Este item foi tido por irregular, pela Unidade Técnica, pois constava do Parecer do Controle Interno encaminhado (peça 08), com data de 31/03/2015, que só havia alimentação dos dados do SIM-AM até o 5º bimestre de 2014, prejudicando a análise do Controle Interno.

Tendo-se em conta que o envio de todos os dados foi concluído em 23/04/2015, segundo a unidade, se faz necessário o encaminhamento de novo documento que contemple a análise de todo o exercício de 2014.

Diante da absoluta ausência de apresentação do documento complementar, que permita a análise de todo o período fiscalizatório, resta configurada a irregularidade, impondo-se a aplicação da multa do art. 87, I, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal contra o gestor.

<u>2.6. Da Aplicação das Multas</u>:

Complementarmente, convém destacar que, no tocante à aplicação da multa prevista no art. 87, III, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, indicada para os itens 2.2. até 2.5., ao contrário da Unidade Técnica e Ministério Público de Contas, tenho que apenas uma sanção deve ser aplicada para a irregularidade das contas, e não uma sanção para cada item irregular.

Ressalte-se, nesse ponto, que o dispositivo citado fala em *"irregularidade das contas"*, em termos genéricos e, não, a cada uma das irregularidades apontadas, como pretende a Coordenadoria de Fiscalização Municipal.

Por outro lado, trata-se de dispositivo de aplicação subsidiária, que deixa de ser aplicado quando uma norma sancionatória específica dispuser sobre a matéria de forma específica.

No caso em tela, as irregularidades remanescentes implicaram ou na imposição da multa do art. 87, I, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal, ou na do art. 87, IV, "g", da mesma lei.

À guisa de complementação dessa fundamentação, cabe esclarecer que a aplicação da primeira multa, nos moldes delineados nesta decisão, dá-se quando a omissão pode ser enquadrada como de natureza formal, em mero descumprimento à Instrução Normativa que prevê o escopo das contas e o rol dos documentos necessários, como é o caso do item anterior, nº 2.5, em que os dados do SIM-AM puderam ser objeto de verificação pelo Tribunal, restando ausente, apenas, a manifestação do Controle Interno a esse respeito.

Diversa é a hipótese da omissão de documentos ou informações que impediram o exercício dessa fiscalização, com é o caso do item 2.4, em que esse prejuízo é expressamente apontado pela Coordenadoria de Fiscalização Municipal. Nessas condições, configura-se ofensa à respectiva norma legal que estabelece a obrigatoriedade de omissão e os requisitos dos documentos que deixaram de ser juntados.

3. Face ao exposto, VOTO, com fundamento no artigo 1º, I, combinado com o art. 16, III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no sentido de que:

3.1. Seja emitido Parecer Prévio recomendando a irregularidade das contas do Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Sr. LUIZ ANTONIO KRAUSS, relativas ao exercício financeiro de 2014, em virtude da ausência de encaminhamento do Ato de nomeação válido dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho; e falta de encaminhamento do Relatório e Parecer do Controle Interno;

3.2. Sejam apostas ressalvas às contas, em face do déficit orçamentário de fontes financeiras não vinculadas e da ausência de encaminhamento da certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade; e

3.3. Sejam aplicadas, contra o Sr. LUIZ ANTONIO KRAUSS, as multas do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica deste Tribunal (item 2.4) e do art. 87, I, "b", da mesma lei (item 2.5).

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Execuções para registro, e, posteriormente, ao Gabinete da Presidência, para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno e, por fim, à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos moldes do artigo 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I- Emitir Parecer Prévio, com fundamento no artigo 1º, I, combinado com o art. 16, III, "b", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, recomendando a irregularidade das contas do Prefeito Municipal de Tuneiras do Oeste, Sr. LUIZ ANTONIO KRAUSS, relativas ao exercício financeiro de 2014, em virtude da ausência de encaminhamento do Ato de nomeação válido dos membros do Conselho Municipal de Saúde que subscrevem o Parecer do Conselho; e falta de encaminhamento do Relatório e Parecer do Controle Interno;

II- Apor ressalvas às contas, em face do déficit orçamentário de fontes financeiras não vinculadas e da ausência de encaminhamento da certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade; e

III- Aplicar, contra o Sr. LUIZ ANTONIO KRAUSS, as multas do art. 87, IV, "g", da Lei Orgânica deste Tribunal (item 2.4) e do art. 87, I, "b", da mesma lei (item 2.5).

IV- Remeter os autos, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Execuções para registro, e, posteriormente, ao Gabinete da Presidência, para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno e, por fim, à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos moldes do artigo 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES e o Auditor CLÁUDIO AUGUSTO KANIA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas KATIA REGINA PUCHASKI.
Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2018 – Sessão nº 1.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro Relator

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro no exercício da Presidência

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE HABILITAÇÃO
REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2018 - PMU
A comissão de licitação comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 012/2018 – PMU, que após a análise e verificação da documentação de habilitação, decidiu habilitar as seguintes proponentes:
Nº EMPRESA
01 ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI
02 CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI
E inabilitar as seguintes proponentes :
Não houve proponente inabilitada.
Comunica outrossim, que ambas as proponentes renunciaram expressamente, ao direito de recursos e ao respectivo prazo.
Umuarama, 21 de junho de 2018.
presidente da comissão : ______________________________
membros da comissão : ______________________________

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
N O T I F I C A Ç Ã O Nº 055/2018
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
19/06/2018	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE R$	771,60
19/06/2018	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE R$	771,60
19/06/2018	FNS/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE R$	810,00

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE CONTRATOS
Contrato de Compra n° 158/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: M. S. COMERCIAL DE TINTAS LTDA - ME
Objeto: Contratação de empresa, para o fornecimento de tintas e materiais diversos, que serão utilizados em serviços de pintura para os prédios próprios do Município de Umuarama.
Valor Total: R$ 40.649,50 (quarenta mil seiscentos e quarenta e nove reais e cinqüenta centavos)
Vigência: 14/05/2018 a 14/05/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 058/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.519/2018, em 11 de maio de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 12 de maio de 2018, edição nº. 11.261, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.

Contrato de Prestação de Serviços n° 179/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: BARAZETTI E GRIS LTDA - ME
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de Câmeras de Vídeo Monitoramento para compor o CCO – Centro de Controle de Operações e Vídeo monitoramento da Guarda Municipal de Umuarama
Valor Total: R$ 35.600,00 (trinta e cinco mil seiscentos reais)
Vigência: 28/05/2018 a 31/12/2018..
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 065/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.609/2018, em 24 de maio de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 28 de maio de 2018, edição nº. 11.273, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.

Contrato de Compra n° 180/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: FRAW DISTRIBUIDORA – EIRELI - EPP
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis (lanches) e materiais diversos, que serão servidos a crianças e adolescentes que participam dos treinamentos esportivos que acontecem no Ginásio de Esportes Armário Vieira da Costa, Ginásio de Esportes Mario Oncken e Estádio Municipal Lucio Pipino e em eventos e projetos recreativos realizados pela Secretaria de Esporte e Lazer, deste Município.
Valor Total: R$ 127.066,10 (cento e vinte sete mil e sessenta e seis reais e dez centavos)
Vigência: 28/05/2018 a 28/05/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 070/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.610/2018, em 24 de maio de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 28 de maio de 2018, edição nº. 11.273, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.

Contrato de Compra n° 185/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: CONSTRUMIX COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Objeto: Contratação de empresa, para o fornecimento parcelado de materiais de construção, que serão utilizados na manutenção e reparos em prédios próprios do Município de Umuarama.
Valor Total: R$ 41.594,50 (quarenta e um mil quinhentos e noventa e quatro reais e cinqüenta centavos)
Vigência: 28/05/2018 a 28/05/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 071/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.611/2018, em 24 de maio de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 26 de maio de 2018, edição nº. 11.273, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.

Contrato de Compra n° 194/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: DORIVAL GAMEIRO – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - ME
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de arame galvanizado nº 14, que será utilizado na fabricação de alambrados para a proteção de parque infantis, bosques e quadras esportivas, deste Município.
Valor Total: R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais)
Vigência: 12/06/2018 a 12/06/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Pregão Presencial n° 078/2018 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.811/2018, em 11 de junho de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 12 de junho de 2018, edição nº. 11.285, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, bem como demais alterações posteriores.

Contrato de Compra n° 195/2018
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: DORIVAL GAMEIRO – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - ME
Objeto: Contratação de empresa sob regime de empreitada global, para serviços de engenharia/arquitetura, para obras de adequação de cruzamentos viários, execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, meio fio, sarjeta, grama, canteiros e rampas de acessibilidade nos cruzamentos da Av. Rolândia x Rua Ministro Oliveira Salazar, Rua Ministro Oliveira Salazar x Rua Arapongas, Av. Ângelo Moreira da Fonseca x Rua Apucarana, Av. Zaeli x Av. Ângelo Moreira da Fonseca, Av. Ângelo Moreira da Fonseca x Av. Rondônia, Av. dos Tamoios x Av. Roberto Silveira, Av. General Mascarenhas de Moraes x Av. Apucarana, Av. Parigot de Souza x Av. Ariovaldo R. Moraes, nesta cidade de Umuarama – PR.
Valor Total: R$ 175.386,43 (cento setenta e cinco mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos)
Vigência: 12/06/2018 a 12/06/2019.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento na Tomada de Preços n° 010/2018 - PMU, homologada pela Portaria n° 1.812/2018, em 11 de junho de 2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, em 12 de junho de 2018, edição nº. 11.285, que integram o presente Termo e na Lei nº. 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e demais alterações.
Umuarama, 21 de junho de 2018.
Vicente Afonso Gasparini
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS
Termo Aditivo 002 ao Contrato 043/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: J.P.F. BOMBAS INJETORAS LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 15 de setembro de 2018.
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 14/03/2018

Termo Aditivo 003 ao Contrato 261/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: EMPREENDE CONSTRUÇÕES LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de julho de 2018. Cláusula Segunda: Altera-se a cláusula oitava do respectivo contrato passando o prazo de 06 (seis) meses de execução, para um total de 07 (sete) meses.
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 30/05/2018

Termo Aditivo 004 ao Contrato 024/2015
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: DIRCE PANIZZA VISSOCI
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até o dia 30 de junho de 2019.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do presente contrato de R$ 1.175,80 (um mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta centavos), perfazendo o valor deste termo em R$ 14.109,60 (quatorze mil, cento e nove reis e sessenta centavos), passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 45.030,36 (quarenta e cinco mil, trinta reais e trinta e seis centavos), para R$ 59.139,96 (cinqüenta e nove mil cento e trinta e nove reais e noventa e seis centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
05.001.04.122.0002.2.088 – ED: 3.3.90.36.00.00 D: 63 F: 1000
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 04/06/2018

Termo Aditivo 001 ao Contrato 147/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: UMUCAMPO COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E VEÍCULOS RODOVIÁRIOS LTDA - EPP
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 25 de julho de 2018. Cláusula Segunda: Altera-se a cláusula oitava do respectivo contrato passando o prazo de 06 (seis) meses de execução, para um total de 07 (sete) meses.
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 26/05/2018

Termo Aditivo 005 ao Contrato 113/2014
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA - EPP
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 15 de julho de 2019.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de R$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), perfazendo o valor deste termo em R$ 111.600,00 (cento e onze mil e seiscentos reais), conforme descrição em anexo, passando e atualizando o valor total do presente contrato de R$ 465.000,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), para R$ 576.600,00 (quinhentos e setenta e seis mil e seiscentos reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
05.001.04.122.0002.2.012 – ED: 3.3.90.39.00.00 D: 60 F: 1000
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 04/06/2018

Termo Aditivo 001 ao Contrato 122/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: AUTO MECANICA OLINIAUTO LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até o dia 09 de maio de 2019.
Cláusula Segunda: Alteram-se o gestor de execução do presente contrato, passando-se a ser o Sr. MAURO LIUTTI, inscrito no CPF sob nº 158.339.849-04, Secretário de Serviços Rodoviários do Município de Umuarama/PR.
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 08/05/2018

Termo Aditivo 001 ao Contrato 131/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: INVIOLÁVEL UMUARAMA LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até o dia 17 de maio de 2019.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal do contrato de R$ 1.841,66 (um mil oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos), conforme especificações constantes no Anexo I, perfazendo o valor deste termo em R$ 22.099,92 (vinte dois mil e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 22.099,92 (vinte dois mil noventa e nove reais e noventa e dois centavos), para até R$ 44.199,84 (quarenta e quarto mil cento e noventa e nove reais e oitenta e quarto centavos).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
14.001.08.122.0002.2.160. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:401 - F:1000
14.001.08.243.0013.2.185. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:407 - F:1000
14.001.08.244.0014.2.199. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:4111 - F:1000
15.001.08.244.0012.2.173. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:492 - F:1000
15.001.08.243.0013.6.018. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:474 - F:1000
15.001.08.244.0012.2.188. - ED:3.3.90.39.00.00 - D:531 - F:1000
Cláusula Terceira: Alteram-se os respectivos endereços constantes no Anexo I do respectivo contrato, conforme especificações constantes no Anexo II.
Cláusula Quarta: Altera-se o gestor de administração do presente contrato, passando a ser a Sra. IZAMARA AMADO DE MOURA, inscrita no CPF sob n° 055.702.778-03, Secretária de Assistência Social do Município de Umuarama/PR,
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 17/05/2018

Termo Aditivo 001 ao Contrato 187/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: QNET TELECOM LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até 04 de julho de 2019.
Cláusula Segunda: Fica mantido o valor mensal de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), perfazendo o valor deste termo em R$ 126.000,00 (cento e vinte seis mil reais), conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I, passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais), para até o valor de R$ 274.500,00 (duzentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
19.002.26.125.0017.2.217. – ED: 3.3.90.39.00.00 – D:733 – F:509
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 28/05/2018

Termo Aditivo 002 ao Contrato 129/2017
Contratante: Município de Umuarama
Contratada: ALPIN COMÉRCIO DE ENXOVAIS LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do respectivo contrato para até 15 de agosto de 2018.
Cláusula Segunda: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 17/05/2018
Umuarama, 21 de junho de 2018.
Vicente Afonso Gasparini
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 1.824/2018
Conceder Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor OSMAR MENDES DAS NEVES.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder ao servidor OSMAR MENDES DAS NEVES, portador da cédula de identidade RG nº 3.971.281-4-SSP/PR, inscrito no CPF n.º 474.573.689-49, admitido em 13 de agosto de 1982 e nomeado em 01 de abril de 1991, pelo regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 03 (três) meses de Licença Prêmio por Assiduidade referente ao período aquisitivo de 2009/2014, de acordo com a Lei Complementar n.º 169 de 19 de outubro de 2006, nos termos do Processo n.º 1579/2015, com fruição no período de 30 de maio de 2018 a 29 de agosto de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 11 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.952/2018
Concede Progressão na Carreira por Merecimento ao Servidor Municipal PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o que estabelece os artigos 9, 11, inciso III e 23, §§ 1º e 3º da Lei Complementar nº. 188/2007 de 19 de novembro de 2007, alterada pela Lei Complementar nº.194/2007 de 21 de dezembro de 2007, e seu anexo XIII, art.5º,
CONSIDERANDO ainda, o anexo VIII da já citada Lei, que estabelece a Tabela de Vencimentos/Salários;
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder Progressão por Merecimento ao Servidor Municipal PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA, matrícula nº 994341, portador da cédula de identidade RG nº 10.686.720-8 SSP/PR e inscrito no CPF nº 074.416.829-59, ocupante do cargo de carreira de Motorista II, nomeado em 18.03.2015 pelo regime Estatutário, lotado no Fundo Municipal de Saúde, conforme estabelece os artigos 9, 11, inciso III e 23, §§ 1º e 3º e anexo VIII da Lei Complementar nº.188/2007 de 19 de novembro de 2007, referente aos períodos de 01.02.2014 a 17.03.2015 e 18.03.2017 a 17.03.2018 passando da referência 22 para referência 23, classe "B", Grupo Ocupacional Operacional (GOO).
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 18 de março de 2.018.
PAÇO MUNICIPAL, aos 15 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.953/2018
Incorporar para fins de Adicional Tempo de serviço a servidora ANGELA MARIA DA MOTA BETANIM.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Incorpora para fins de Adicional Tempo de Serviço, em favor da servidora ANGELA MARIA DA MOTA BETANIM, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.729.601-8-SSP/PR, inscrita no CPF n.º 004.913.049-86, nomeada em 18 de maio de 2018, para ocupar o cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, o tempo líquido de serviço prestado ao Município de Umuarama no período de 17 de maio de 2012 a 17 de maio de 2018, perfazendo um total de 06 (seis) anos e 01 (um) dia, em consonância às disposições do § 1.º do art. 24, da Lei Complementar n.º 188/2007, alterada pela Lei Complementar n.º 194/2007, de acordo com o processo nº 4615/2018, a contar de 18 de maio de 2018.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 15 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.956/2018
Concede licença Luto a servidora ANGELICA LETICIA DE CARVALHO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder a servidora ANGELICA LETICIA DE CARVALHO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.934.866-8-SSP/PR, inscrita no CPF n.º 067.298.459-88, nomeada em 22 de maio de 2015, para ocupar o cargo de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença Luto, no período de 09 de junho de 2018 a 16 de junho de 2018, sem prejuízo de seu vencimento, de acordo com a alínea "b", inciso III, do artigo 111 da Lei Complementar n.º 018/1992.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 18 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.957/2018
Conceder licença Maternidade à servidora JAQUELINE CEROZINO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder à servidora JAQUELINE CEROZINO, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.320.587-1-SESP/PR, inscrita no CPF n.º 070.179.719-30, admitida em 02 de setembro de 2013, para ocupar o cargo de carreira de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença Maternidade no período de 10 de junho de 2018 a 07 de outubro de 2018, sem prejuízo de seu vencimento.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 18 de junho de 2018.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
VICENTE AFONSO GASPARINI
Secretario Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE JULGAMENTO
REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2018 - PMU
OBJETO: Reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Municipal Orlando de Carvalho, município de Umuarama – PR.
01. ABERTURA: 21 de junho de 2018 – as 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama - PR.
02. PUBLICIDADE: O aviso de licitação foi publicado nos seguintes diários:
– Diário Oficial do Município: Jornal Umuarama Ilustrado no dia 31/05/2018;
– Diário Oficial do Estado: DIOE – Diário Oficial do Estado do Paraná no dia 05/06/2018;
– Jornal de Grande Circulação no Estado: Jornal Bem Paraná no dia 01/06/2018;
– Jornal de circulação regional: Jornal Umuarama Ilustrado no dia 31/05/2018;
– Site do Município de Umuarama;
– Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
A disponibilidade do edital se deu a partir de 05 de junho de 2018.
A data da sessão de abertura e recebimento de envelopes foi designada para 21 de junho de 2018, portanto, cumpriu-se o disposto no art. 21, II e III c/c o § 2º, III e § 3º da Lei 8.666/93.
03. EMPRESAS QUE ADQUIRIRAM O EDITAL:
Nº NOME ENDEREÇO
01 CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI. Rua Projetada A, nº 1400 – Parque Industrial Vereador Sebastião Xavier Mendonça, fone: 44-3624-0544 – Umuarama – PR.
02 ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI. Rua Marechal Candido Random, 1705 – 1º Andar, fone: 44-3423-2172, CEP. 87.704-060 – Paranavaí – PR.
04. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
Durante o prazo para elaboração das propostas não houve solicitação de esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos.
05. PARTICIPANTES DO CERTAME
Nº EMPRESA REPRESENTANTE CREDENCIADO
01 CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI. Everton André Queiroz
02 ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI. Jamil Abou Nouh
06. HABILITAÇÃO
Proponentes habilitados:
Nº EMPRESA
01 CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI.
02 ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI.
Proponentes inabilitados:
Não houve proponente inabilitada
A decisão foi comunicada na própria ata.
07. RECURSOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO
Não houve recursos relativos a habilitação, as proponentes renunciaram ao respectivo prazo recursal.
08. JULGAMENTO DOS RECURSOS
Não houve recursos relativos a habilitação, as proponentes renunciaram ao respectivo prazo recursal.
09. COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS
Não houve recursos relativos a habilitação, as proponentes renunciaram ao respectivo prazo recursal.
02 – Proposta de Preços.
10. ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
Participaram da sessão de abertura as seguintes empresas:
Nº EMPRESA REPRESENTANTE CREDENCIADO
01 CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI. Everton André Queiroz
02 ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI. Jamil Abou Nouh
Os preços propostos foram:
Nº EMPRESA VALOR PROPOSTO R$
01 CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI. R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
02 ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI. R$ 1.217.003,01 (um milhão, duzentos e dezessete mil, três reais e um centavo)
11. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
Inicialmente a Comissão de Licitação analisou a adequação formal das propostas aos termos do Edital. O valor máximo admitido é de R$ 1.373.881,77 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos), o prazo de execução é de 150 (cento e cinqüenta) dias, o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.
Na seqüência procedeu-se a conferência das planilhas de serviço e cronograma físico-financeiro, apurando-se os seguintes valores finais:
Nº EMPRESA VALOR PROPOSTO R$ VALOR ANALISADO R$
01 CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI. R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
02 ARENITO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI. R$ 1.217.003,01 (um milhão, duzentos e dezessete mil, três reais e um centavo) R$ 1.217.003,01 (um milhão, duzentos e dezessete mil, três reais e um centavo)
A decisão foi comunicada às empresas na própria ata.
12. RECURSOS
As proponentes renunciaram expressamente ao direito de interpor recurso face ao resultado do julgamento das propostas de preços.
13. JULGAMENTO DOS RECURSOS
Não houve recursos e as proponentes renunciaram expressamente ao direito de interpor recurso face ao resultado do julgamento das propostas de preços.
14. COMUNICAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS
Não houve recursos e as proponentes renunciaram expressamente ao direito de interpor recurso face ao resultado do julgamento das propostas de preços.
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS
Em face do exposto nos itens anteriores deste relatório e no contido nas demais peças constituintes do processo licitatório, a comissão de licitação emite a seguir seu parecer final.
- Que a contratação do(s) objeto(s) constante(s) do(s) lote(s) adiante descrito(s), objeto da TOMADA DE PREÇOS nº 012/2018 – PMU, sejam adjudicadas, com base no edital, na legislação pertinente e nas decisões constantes deste relatório, às respectivas proponentes vencedoras, para entrega nos prazos e de acordo com os cronogramas físico-financeiros propostos e pelos valores globais seguintes:
Lote único : Reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Municipal Orlando de Carvalho, município de Umuarama – PR.
proponente : CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ EIRELI.
valor global : R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).
prazo de execução : 150 (cento e cinquenta) dias.
Umuarama 21 de junho de 2018.
presidente da comissão : ______________________________
membros da comissão : ______________________________

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
JUSTIFICATIVA
A justificativa da ausência de Chamamento Público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica no caso, a PROVOPAR, mantenedora da Casa Lar e Lar do Idoso, referente ao Decreto nº 1.472 de 30 de Janeiro de 2017, prende-se ao fato de que o Regulamento das Parcerias entre Município de Alto Paraíso e as Organizações da Sociedade Civil, está de acordo, também, com a Lei Federal nº. 13.019, 31 de Julho de 2014.
Tendo em vista que no Município de Alto Paraíso, PR, somente existe uma Entidade de Assistencialismo, ou seja, a PROVOPAR, não há necessidade de Chamamento Público para os objetivos delineados no Decreto Municipal nº. 1.472 e na Lei Federal nº 13.019.
E com base no Parecer da Assessoria Jurídica do Município de Alto Paraíso, a inexigibilidade do referenciado chamamento está caracterizado para os fins de direito. Assim, ficam os interessados intimados para procederem à impugnação à justificativa, desde que apresentada em até 05 (cinco) dias a contar da publicação.
Alto Paraíso, 21 de Junho de 2018.
Dercio Jardim Júnior
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 001/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO
CONTRATADO: AM -TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS LTDA ME
OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para recuperação de crédito tributários e treinamento dos servidores da prefeitura municipal na revisão da carga tributária, relativo as contribuições previdenciárias com parametrização das alíquotas e dos encargos sociais que compõe a base de cálculo da folha de pagamento de outras verbas, conforme descrições dos serviços contidas no anexo I deste edital.
CLAUSULA PRIMEIRA:
Fica alterada a cláusula terceira, passando a ter a seguinte redação;
Pelos serviços prestados ora contratados, a contratante pagará o valor de até R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) que corresponde a R$ 0,20 (vinte centavos) de cada 1,00 (um real) recuperado. Podendo ser este valor parcelado em até 05 (cinco) pagamentos mensais, proporcionalmente aos valores recuperados ou compensados aos cofres públicos. Por não ter o valor exatamente correto a ser recuperado. Conforme a proposta apresentada no Pregão Presencial n° 124/2017 pela contratada.
CLAUSULA SEGUNDA:
O presente termo de Aditivo deste contrato entrará em vigor a partir do dia 20/06/2018, permanecendo inalteradas as demais clausulas e condições do referido contrato.
FORUM: Comarca de Xambrê.

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

UMUTRANS UMUARAMA

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS até 01/08/2018.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAB9677	279350S000001888	07/06/2018	60503
AAS8701	279350S000001980	09/06/2018	56732
ABJ1568	279350S000002156	11/06/2018	60503
ABK3997	279350S000002220	11/06/2018	60503
ABK5126	279350S000002303	12/06/2018	60503
ABL2358	279350S000002314	12/06/2018	60503
ABL2466	279350S000002203	11/06/2018	56732
ABN5013	279350S000002188	11/06/2018	60503
ABW5451	279350S000001979	09/06/2018	60503
ABY3641	279350S000002129	08/06/2018	60503
ABY8750	279350S000002161	11/06/2018	60503
ACA0097	279350S000002020	09/06/2018	60503
ACE6191	279350S000001973	09/06/2018	60503
ACJ0391	279350S000002021	09/06/2018	60503
ACZ8278	279350S000001900	07/06/2018	60503
ACZ8600	279350S000002116	08/06/2018	60503
ACZ8600	279350S000001929	09/06/2018	60503
ADE4851	279350S000002160	11/06/2018	60503
ADK9755	279350S000002236	10/06/2018	60503
ADM3996	279350S000002268	11/06/2018	60503
ADX6300	279350S000002088	10/06/2018	60503
AEI8383	279350S000002084	10/06/2018	60503
AEP6089	279350S000002299	12/06/2018	56732
AER5557	279350S000002043	08/06/2018	60503
AES6556	279350S000002148	08/06/2018	60503
AET8321	279350S000002060	08/06/2018	60503
AEU3581	279350S000001940	09/06/2018	60503
AEU9922	279350S000002192	11/06/2018	56732
AFA5311	279350S000002229	10/06/2018	60503
AFH2915	279350S000002250	11/06/2018	60503
AFK4596	279350S000001974	09/06/2018	60503
AFM6632	279350S000001976	09/06/2018	60503
AFP2713	279350S000002092	08/06/2018	60503
AFZ9350	279350S000001969	09/06/2018	60503
AGM3106	279350S000002133	08/06/2018	60503
AHC9949	279350S000002302	12/06/2018	60503
AHQ2073	279350S000001903	07/06/2018	60503
AHQ2385	279350S000002232	11/06/2018	60503
AHT8758	279350S000002177	11/06/2018	60503
AHY1338	279350S000001984	09/06/2018	56732
AIA0837	279350S000001877	07/06/2018	60503
AIJ0034	279350S000001918	08/06/2018	60503
AIK7651	279350S000001975	09/06/2018	60503
AIM3521	279350S000002167	11/06/2018	60503
AIS7800	279350S000001876	07/06/2018	60503
AIT1555	279350S000002234	10/06/2018	60503
AJC3350	279350S000002091	08/06/2018	60503
AJE0711	279350S000002257	11/06/2018	60503
AJF5708	279350S000001906	08/06/2018	60503
AJH4392	279350S000002007	08/06/2018	60503
AJK1053	279350S000002095	08/06/2018	60503
AJK1539	279350S000002146	08/06/2018	60503
AJL2530	279350S000001932	09/06/2018	60503
AJM1767	279350S000001977	09/06/2018	56732
AJQ3430	279350S000001880	07/06/2018	60503
AKA4603	279350S000002205	11/06/2018	60503
AKF1188	279350S000002138	08/06/2018	60503
AKF1283	279350S000002037	08/06/2018	60503
AKF1901	279350S000001970	09/06/2018	60503
AKK2032	279350S000002253	11/06/2018	60503
AKK2035	279350S000001986	09/06/2018	60503
AKM2351	279350S000002122	08/06/2018	56732
AKM8035	279350S000002296	12/06/2018	56732
AKN6924	279350S000002130	08/06/2018	60503
AKS3836	279350S000002274	10/06/2018	60503
AKT8302	279350S000001946	09/06/2018	60503
AKU1640	279350S000002206	10/06/2018	60503
AKW0943	279350S000002064	10/06/2018	60503
AKW0943	279350S000002075	10/06/2018	60503
AKW0943	279350S000002158	11/06/2018	60503
ALC4831	279350S000002115	08/06/2018	60503
ALE4851	279350S000001953	09/06/2018	60503
ALG5516	279350S000002155	11/06/2018	60503
ALJ1683	279350S000002117	08/06/2018	60503
ALN4208	279350S000002259	11/06/2018	60503
ALO8204	279350S000002244	10/06/2018	60503
ALO8204	279350S000002212	11/06/2018	60503
ALO8204	279350S000002109	08/06/2018	60503
ALQ4092	279350S000002103	10/06/2018	60503
ALR3097	279350S000001878	07/06/2018	60503
ALS1396	279350S000002266	11/06/2018	60503
ALU0312	279350S000002321	12/06/2018	60503
ALW3355	279350S000001905	08/06/2018	60503
ALY9430	279350S000002263	10/06/2018	60503
ALY9430	279350S000001944	09/06/2018	60503
ALY9430	279350S000002272	10/06/2018	60503
ALY9430	279350S000002096	10/06/2018	60503
AMA7399	279350S000002249	11/06/2018	60503
AMB6323	279350S000002325	12/06/2018	60503
AMF1728	279350S000002030	09/06/2018	60503
AMG2693	279350S000002003	09/06/2018	60503
AMN5264	279350S000002174	11/06/2018	60503
AMO5098	279350S000001911	08/06/2018	60503
AMS4391	279350S000001939	09/06/2018	60503
AMT2119	279350S000002311	12/06/2018	60503
AMT7299	279350S000002313	12/06/2018	60503
AMW9862	279350S000002247	11/06/2018	60503
AMY0795	279350S000001909	08/06/2018	60503
AMY7278	279350S000002094	08/06/2018	60503
ANB7238	279350S000002252	11/06/2018	60503
AND0297	279350S000002008	08/06/2018	60503
AND7512	279350S000002198	10/06/2018	60503
ANE6068	279350S000002033	09/06/2018	60503
ANE8658	279350S000002312	12/06/2018	60503
ANM4419	279350S000001934	09/06/2018	60503
ANW6734	279350S000002141	08/06/2018	60503
ANZ4321	279350S000002028	09/06/2018	60503
ANZ8400	279350S000002214	10/06/2018	60503
AOH9579	279350S000001956	09/06/2018	56732
AOJ0978	279350S000001978	09/06/2018	56732
AOJ7170	279350S000002056	08/06/2018	60503
AON1369	279350S000002295	12/06/2018	60503
AOQ2583	279350S000001954	09/06/2018	56732
AOS6003	279350S000002317	12/06/2018	60503
AOX7823	279350S000001924	06/06/2018	60503
APE2703	279350S000002209	10/06/2018	60503
APE5137	279350S000001894	07/06/2018	60503
APG7221	279350S000002128	08/06/2018	60503
API9630	279350S000001935	09/06/2018	56732
APJ3739	279350S000001931	09/06/2018	60503
APQ0591	279350S000002125	08/06/2018	60503
APQ8211	279350S000001936	09/06/2018	56732
APT2167	279350S000002282	12/06/2018	60503
APT5916	279350S000002284	12/06/2018	56732
APV6022	279350S000002260	10/06/2018	60503
APX8386	279350S000002319	12/06/2018	60503
APY1443	279350S000001941	09/06/2018	56732
AQD1421	279350S000001875	07/06/2018	60503
AQF3578	279350S000002068	10/06/2018	60503
AQF6729	279350S000002104	08/06/2018	60503
AQJ4077	279350S000001989	09/06/2018	56732
AQL5180	279350S000002063	10/06/2018	60503
AQL7031	279350S000001915	08/06/2018	60503
AQL8475	279350S000002176	11/06/2018	60503
AQQ4895	279350S000001959	09/06/2018	60503
AQQ5181	279350S000002222	11/06/2018	60503
AQQ8069	279350S000001966	09/06/2018	60503
AQS3483	279350S000001999	08/06/2018	60503
AQS8609	279350S000001930	09/06/2018	60503
AQT6133	279350S000001943	09/06/2018	60503
AQT6232	279350S000001907	08/06/2018	60503
AQV2008	279350S000002287	12/06/2018	60503
AQX4565	279350S000002171	11/06/2018	60503
AQY9544	279350S000001971	09/06/2018	60503
AQY9544	279350S000002189	11/06/2018	60503
AQY9544	279350S000002111	08/06/2018	60503
ARA2420	279350S000002307	12/06/2018	60503
ARA5449	279350S000002240	11/06/2018	60503
ARB6781	279350S000002126	08/06/2018	60503
ARC4338	279350S000002009	08/06/2018	60503
ARE2841	279350S000002228	11/06/2018	60503
ARH7744	279350S000002324	12/06/2018	60503
ARI8369	279350S000002067	10/06/2018	60503
ARJ7290	279350S000002078	08/06/2018	60503
ARL6882	279350S000002054	08/06/2018	60503
ARM4391	279350S000002297	12/06/2018	60503
ARN4946	279350S000002211	10/06/2018	60503
ARQ0281	279350S000001961	09/06/2018	60503
ARQ8810	279350S000002279	11/06/2018	60503
ARU4992	279350S000002243	11/06/2018	60503
ARU5472	279350S000002227	10/06/2018	60503
ARW2698	279350S000002304	12/06/2018	60503
ARW3105	279350S000002050	08/06/2018	60503
ARW8578	279350S000001952	09/06/2018	56732
ARX1541	279350S000002248	11/06/2018	60503
ARX5620	279350S000002159	11/06/2018	60503
ARY1689	279350S000002034	08/06/2018	60503
ARY9144	279350S000002277	11/06/2018	60503
ARZ2728	279350S000002027	09/06/2018	60503
ARZ8610	279350S000001897	07/06/2018	60503
ASB0200	279350S000002308	12/06/2018	60503
ASE5279	279350S000001987	09/06/2018	60503
ASH5215	279350S000002320	12/06/2018	60503
ASJ6209	279350S000002114	10/06/2018	60503
ASL2815	279350S000002145	08/06/2018	60503
ASL6161	279350S000001881	07/06/2018	60503
ASL6466	279350S000002040	08/06/2018	60503
ASM7003	279350S000002182	11/06/2018	60503
ASO8935	279350S000002309	12/06/2018	60503
ASP3312	279350S000001945	09/06/2018	60503
ASQ1997	279350S000002163	11/06/2018	60503
ASU2470	279350S000002022	09/06/2018	60503
ASV3899	279350S000001908	08/06/2018	60503
ASV8461	279350S000001916	08/06/2018	60503
ASZ6645	279350S000002036	09/06/2018	60503
ASZ9124	279350S000001985	09/06/2018	60503
ASZ9656	279350S000002105	10/06/2018	60503
ATD0607	279350S000002275	11/06/2018	60503
ATE7630	279350S000002098	08/06/2018	60503
ATF2067	279350S000001896	07/06/2018	60503
ATG3849	279350S000001898	07/06/2018	60503
ATG7231	279350S000002224	11/06/2018	60503
ATJ2569	279350S000002179	11/06/2018	60503
ATJ9304	279350S000002217	10/06/2018	60503
ATP5266	279350S000001921	06/06/2018	60503
ATV3532	279350S000002085	08/06/2018	60503
ATY5583	279350S000002256	11/06/2018	60503
ATY9488	279350S000002285	10/06/2018	60503
AUB4658	279350S000002286	12/06/2018	60503
AUB5664	279350S000001889	07/06/2018	60503
AUE2640	279350S000002101	10/06/2018	60503
AUM9242	279350S000002113	08/06/2018	56732
AUO1352	279350S000002108	08/06/2018	60503
AUV5171	279350S000002077	10/06/2018	60503
AUV5177	279350S000002294	10/06/2018	60503
AUX3185	279350S000002204	11/06/2018	60503
AUY9436	279350S000002044	08/06/2018	60503
AUZ2835	279350S000002132	08/06/2018	60503
AUZ6255	279350S000002305	12/06/2018	60503
AVA2713	279350S000002038	08/06/2018	60503
AVB9425	279350S000002245	11/06/2018	60503
AVC8326	279350S000002139	08/06/2018	60503
AVC9809	279350S000002081	10/06/2018	60503
AVH1554	279350S000002058	08/06/2018	60503
AVJ5150	279350S000002042	09/06/2018	60503
AVL9235	279350S000002197	11/06/2018	60503
AVM7929	279350S000002016	09/06/2018	60503
AVN9489	279350S000001879	07/06/2018	60503
AVS4784	279350S000001892	07/06/2018	60503
AVT8267	279350S000002223	10/06/2018	60503
AVX1283	279350S000001883	07/06/2018	60503
AVZ8200	279350S000002061	08/06/2018	60503
AWJ8874	279350S000001951	09/06/2018	60503
AWK1262	279350S000002090	08/06/2018	60503
AWL7545	279350S000002242	11/06/2018	60503
AWM1337	279350S000002080	08/06/2018	60503
AWN4139	279350S000002154	11/06/2018	60503
AWR0037	279350S000002230	11/06/2018	60503
AWR3199	279350S000002074	08/06/2018	60503
AWR8725	279350S000002151	11/06/2018	60503
AWS1016	279350S000001964	09/06/2018	60503
AWV5199	279350S000002066	08/06/2018	60503
AWW1297	279350S000001990	09/06/2018	60503
AWY8628	279350S000001960	09/06/2018	60503
AXC5591	279350S000001949	09/06/2018	60503
AXD7428	279350S000001947	09/06/2018	60503
AXD7720	279350S000002162	11/06/2018	60503
AXG3791	279350S000002053	08/06/2018	60503
AXI9673	279350S000002239	11/06/2018	60503
AXK4505	279350S000001899	07/06/2018	60503
AXN1529	279350S000002265	11/06/2018	60503
AXN1989	279350S000002326	12/06/2018	60503
AXO1645	279350S000002083	08/06/2018	60503
AXO1737	279350S000001919	08/06/2018	56732
AXP3247	279350S000001997	08/06/2018	60503
AXU0991	279350S000002180	11/06/2018	60503
AXU0991	279350S000002185	11/06/2018	60503
AXU5785	279350S000001887	07/06/2018	60503
AXX9942	279350S000002121	08/06/2018	60503
AXZ5904	279350S000002029	09/06/2018	60503
AYG1349	279350S000002032	09/06/2018	60503
AYI7890	279350S000002190	11/06/2018	60503
AYI8129	279350S000002298	12/06/2018	56732
AYJ6753	279350S000001995	08/06/2018	60503
AYK6724	279350S000002097	08/06/2018	60503
AYN1382	279350S000002269	11/06/2018	60503
AYP3500	279350S000001885	07/06/2018	60503
AYR0814	279350S000002014	08/06/2018	60503
AYR9021	279350S000001927	09/06/2018	60503
AYW6146	279350S000001910	08/06/2018	60503
AYW9386	279350S000001882	07/06/2018	60503
AZB8538	279350S000002046	08/06/2018	60503
AZF5112	279350A000058468	09/06/2018	60501
AZF5112	279350A000058465	09/06/2018	58350
AZG0910	279350S000002271	11/06/2018	60503
AZH2527	279350S000001884	07/06/2018	60503
AZJ3433	279350S000001992	09/06/2018	56732
AZK4196	279350S000001917	08/06/2018	56732
AZL4194	279350S000002210	11/06/2018	60503
AZM3650	279350S000002049	08/06/2018	60503
AZM5962	279350S000002073	08/06/2018	60503
AZN0499	279350S000002261	11/06/2018	60503
AZS5266	279350S000002241	10/06/2018	60503
AZT5295	279350S000002202	11/06/2018	60503
AZU7010	279350S000002076	10/06/2018	60503
AZV1422	279350S000002012	09/06/2018	60503
AZV7962	279350S000002175	11/06/2018	60503
AZW7613	279350S000002047	08/06/2018	60503
AZY7556	279350S000002051	08/06/2018	60503
AZZ5565	279350S000002157	11/06/2018	60503
BAB8801	279350S000001904	08/06/2018	60503
BAH2999	279350S000002024	08/06/2018	60503
BAH2999	279350S000001963	09/06/2018	56732
BAI3901	279350S000002207	11/06/2018	60503
BAL7637	279350S000002089	08/06/2018	60503
BAP3233	279350S000002112	10/06/2018	60503
BAQ6079	279350S000002143	08/06/2018	60503
BAU4608	279350S000002150	11/06/2018	60503
BAU7949	279350S000002013	08/06/2018	60503
BAW3754	279350S000002178	11/06/2018	60503
BAX3583	279350S000002219	10/06/2018	56732
BAY2519	279350S000002079	10/06/2018	60503
BAY2537	279350S000002278	10/06/2018	60503
BAZ5897	279350S000002306	12/06/2018	60503
BAZ7459	279350S000002035	09/06/2018	60503
BBD5405	279350S000002215	11/06/2018	56732
BBJ4075	279350S000002001	08/06/2018	60503
BBL5132	279350S000002276	11/06/2018	60503
BBN2239	279350S000002039	08/06/2018	60503
BBN8382	279350S000001926	09/06/2018	60503
BBO7100	279350S000002015	09/06/2018	60503
BBP7081	279350S000002118	08/06/2018	60503
BBP8326	279350S000002193	11/06/2018	56732
BBP9661	279350S000001958	09/06/2018	60503
BBQ6347	279350S000002045	09/06/2018	60503
BBT1635	279350S000001895	07/06/2018	60503
BBT8704	279350S000002131	08/06/2018	60503
BBU3340	279350S000002062	10/06/2018	60503
BBV3280	279350S000002221	10/06/2018	60503
BBV9619	279350S000002200	11/06/2018	56732
BBW6561	279350S000001920	08/06/2018	60503
BBX4994	279350S000001948	09/06/2018	60503
BBY3219	279350S000002123	08/06/2018	56732
BCA5669	279350S000002195	11/06/2018	60503
BCD2654	279350S000001928	09/06/2018	60503
BCJ6744	279350S000002235	11/06/2018	60503
BDL0260	279350S000002055	08/06/2018	60503
BDQ6006	279350S000002137	08/06/2018	60503
BDT1411	279350S000002017	08/06/2018	60503
BET0381	279350S000001901	07/06/2018	60503
BEX1130	279350S000002002	08/06/2018	60503
BEZ2509	279350S000002322	12/06/2018	60503
BID4528	279350S000002196	10/06/2018	60503
BID4528	279350S000002187	11/06/2018	60503
BIU9334	279350S000002270	10/06/2018	56732
BMG9696	279350S000002251	11/06/2018	60503
BMK9894	279350S000002300	12/06/2018	56732
BNH9610	279350S000001922	06/06/2018	60503
BPP6025	279350S000002048	08/06/2018	60503
BUU5003	279350S000002310	12/06/2018	56732
BUV1270	279350S000001886	07/06/2018	60503
BYG4695	279350S000002280	10/06/2018	60503
BYO3529	279350S000001893	07/06/2018	60503
CJR6739	279350S000001983	09/06/2018	60503
CLJ9777	279350S000002169	11/06/2018	60503
CME4889	279350S000002172	11/06/2018	60503
CMK7610	279350S000002052	08/06/2018	60503
CNW3878	279350S000001994	09/06/2018	60503
CPQ3913	279350S000002264	11/06/2018	60503
CRY8566	279350S000002006	09/06/2018	60503
CVS0719	279350S000002142	08/06/2018	60503
CWQ7163	279350S000001925	06/06/2018	60503
CXT4388	279350S000002025	09/06/2018	60503
CYM2284	279350S000002120	08/06/2018	60503
CZB9140	279350S000002149	11/06/2018	60503
CZT0610	279350S000002099	08/06/2018	60503
CZV1410	279350S000002059	10/06/2018	60503
DAP5197	279350S000002194	11/06/2018	60503
DCA7934	279350S000002290	12/06/2018	60503
DDA4378	279350S000002165	11/06/2018	60503
DDD3892	279350S000002106	10/06/2018	60503
DFU7642	279350S000002316	12/06/2018	60503
DFV3220	279350S000002225	10/06/2018	60503
DIQ1594	279350S000002238	11/06/2018	60503
DIQ1594	279350S000002170	11/06/2018	60503
DIT1639	279350S000002184	11/06/2018	60503
DIZ2667	279350S000002124	08/06/2018	56732
DJJ1557	279350S000002273	10/06/2018	60503
DMO3638	279350S000002135	08/06/2018	60503
DRU6168	279350S000002093	08/06/2018	60503
DSD9882	279350S000002191	11/06/2018	60503
DSI7147	279350S000001988	09/06/2018	60503
DTA3208	279350S000001962	09/06/2018	60503
DWB7744	279350S000002011	09/06/2018	60503
DWH5875	279350S000002254	11/06/2018	60503
DWH5875	279350S000001965	09/06/2018	60503
DYF5626	279350S000001982	09/06/2018	60503
DZE5948	279350S000001902	07/06/2018	60503
EDF0233	279350S000002072	10/06/2018	60503
EEH2043	279350S000001957	09/06/2018	60503
EEK1225	279350S000002110	10/06/2018	56732
EEK1225	279350S000001938	09/06/2018	60503
EEV1730	279350S000002147	08/06/2018	60503
EGK8607	279350S000002018	09/06/2018	60503
EIG4730	279350S000002201	11/06/2018	60503
EMU9550	279350S000002208	11/06/2018	56732
ENC5206	279350S000002166	11/06/2018	60503
ENS7352	279350S000002004	09/06/2018	60503
EQV7905	279350S000002071	10/06/2018	60503
EQV7905	279350S000002237	10/06/2018	60503
ERO5022	279350S000002213	10/06/2018	60503
ERO5022	279350S000002258	10/06/2018	60503
ETF9715	279350S000002087	10/06/2018	60503
ETH2019	279350S000002164	11/06/2018	60503
ETP2697	279350S000001998	08/06/2018	60503
ETS2984	279350S000001981	09/06/2018	60503
EYM3554	279350S000002144	08/06/2018	60503
EYQ3262	279350S000002119	08/06/2018	56732
EYT3092	279350S000002323	12/06/2018	60503
FDZ6580	279350S000002293	12/06/2018	60503
FEF0190	279350S000002057	08/06/2018	60503
FEF0190	279350S000002315	12/06/2018	60503
FEU5884	279350S000002127	08/06/2018	56732
FHC5657	279350S000002107	08/06/2018	60503
FMG2011	279350S000002267	11/06/2018	60503
FMQ8454	279350S000001972	09/06/2018	60503
FNJ1248	279350S000002082	08/06/2018	60503
FYM0578	279350S000001923	06/06/2018	60503
FYM5938	279350S000002086	08/06/2018	60503
GJO7000	279350S000002041	08/06/2018	60503
GWP1377	279350S000002183	11/06/2018	56732
GYW8979	279350S000001912	08/06/2018	56732
HBM1356	279350S000001891	07/06/2018	60503
HDB6042	279350S000001967	09/06/2018	60503
HFO9153	279350S000001937	09/06/2018	60503
HOX8022	279350S000002153	11/06/2018	60503
HQP0043	279350S000002070	10/06/2018	60503
HRW4810	279350S000002289	12/06/2018	60503
HRW7802	279350S000002010	09/06/2018	60503
HSG6288	279350S000001950	09/06/2018	60503
HSJ4447	279350S000002199	11/06/2018	60503
HSM4978	279350S000002233	10/06/2018	60503
HTP6387	279350S000002000	08/06/2018	60503
HTT3453	279350S000001955	09/06/2018	60503
HTT7164	279350S000002173	11/06/2018	60503
HZO2223	279350S000001991	09/06/2018	60503
IHC0626	279350S000002255	11/06/2018	60503
IQH3593	279350S000002231	10/06/2018	60503
JKV8126	279350S000002100	08/06/2018	60503
JOJ6420	279350S000002181	11/06/2018	60503
JON1310	279350S000002152	11/06/2018	56732
JOZ6085	279350S000002226	10/06/2018	60503
JPI1194	279350S000002186	11/06/2018	60503
JYY5562	279350S000002301	12/06/2018	56732
KAR4344	279350S000002031	08/06/2018	60503
KIC9206	279350S000002283	12/06/2018	56732
KPP9877	279350S000001914	08/06/2018	60503
KYU1993	279350S000002134	08/06/2018	60503
LLC5261	279350S000001890	07/06/2018	60503
LPI3775	279350S000002288	10/06/2018	60503
LWB9642	279350S000002019	08/06/2018	60503
MBL8413	279350S000002291	12/06/2018	60503
MDE1644	279350S000002069	08/06/2018	60503
MDQ7932	279350S000001933	09/06/2018	60503
MDQ7932	279350S000002140	08/06/2018	60503
MDZ1809	279350S000002292	12/06/2018	56732
MGC8161	279350S000001942	09/06/2018	60503
MJQ7822	279350S000002102	08/06/2018	60503
MKQ8893	279350S000002246	11/06/2018	60503
MLQ9050	279350S000002136	08/06/2018	60503
MLY3481	279350S000002216	10/06/2018	60503
MUK5260	279350S000002318	12/06/2018	60503
NDD7221	279350S000001996	08/06/2018	60503
NPO9540	279350S000002005	09/06/2018	60503
NXX8192	279350S000001913	08/06/2018	60503
OAX1629	279350S000002168	11/06/2018	60503
OHU5960	279350S000001968	09/06/2018	60503
OLE2675	279350S000002262	10/06/2018	60503
ONH1818	279350S000001993	09/06/2018	60503
OOS1791	279350S000002218	10/06/2018	60503
OPZ9969	279350S000002281	12/06/2018	60503
OQT9960	279350S000002026	08/06/2018	60503
OXF5953	279350S000002065	10/06/2018	60503
PJE8978	279350S000002023	08/06/2018	60503

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

UMUTRANS UMUARAMA

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS até 06/08/2018, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAK5310	279350R000000459	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AAT1115	279350R000000425	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AAY0803	279350T000004454	01/04/2018	55500	R$ 130,16
ABN3672	279350R000000388	24/03/2018	55412	R$ 195,23
ACG9922	279350R000000442	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AEN8174	279350R000000421	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AFR8385	279350T000004453	01/04/2018	51930	R$ 293,47
AFX0552	279350T000002407	06/04/2018	55411	R$ 195,23
AFY4855	279350R000000494	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AFY4855	279350R000000495	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AFY9106	279350T000003379	02/04/2018	51851	R$ 195,23
AGH2738	279350T000002417	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AGW9430	279350T000000265	05/04/2018	76332	R$ 293,47
AHP3777	279350T000000270	05/04/2018	76331	R$ 293,47
AHV8941	279350T000004465	03/04/2018	52070	R$ 88,38
AHX6447	279350R000000440	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AID5071	279350T000001131	02/04/2018	52070	R$ 88,38
AIX8154	279350R000000402	24/03/2018	55412	R$ 195,23
AJA6689	279350R000000436	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AJH7485	279350T000002408	07/04/2018	76332	R$ 293,47
AJL9555	279350R000000462	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AJL9555	279350R000000414	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AJN2453	279350T000004459	02/04/2018	60501	R$ 293,47
AJY7250	279350T000002422	09/04/2018	76331	R$ 293,47
AJZ5304	279350T000002409	08/04/2018	65300	R$ 195,23
AKF3307	279350T000002395	01/04/2018	51930	R$ 293,47
AKM2615	279350T000000273	05/04/2018	65300	R$ 195,23
AKN7890	279350T000002421	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AKR1007	279350T000004452	01/04/2018	51852	R$ 195,23
AKS1803	279350R000000426	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AKV7311	279350T000002419	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AKY4882	279350T000004501	09/04/2018	57380	R$ 293,47
ALA9056	279350T000001125	02/04/2018	60501	R$ 293,47
ALU1914	279350R000000415	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ALU2675	279350T000002404	06/04/2018	55500	R$ 130,16
AMC7690	279350R000000429	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AMJ2939	279350T000002415	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AMV8739	279350T000004497	09/04/2018	60501	R$ 293,47
AMY2147	279350T000001129	02/04/2018	60501	R$ 293,47
AMZ4029	279350T000004508	09/04/2018	57380	R$ 293,47
ANM3884	279350R000000390	24/03/2018	55412	R$ 195,23
AOE2336	279350R000000428	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AOG2041	279350T000001144	06/04/2018	52070	R$ 88,38
AOJ8728	279350T000004507	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AOP8382	279350T000003395	07/04/2018	76251	R$ 293,47
AOR6456	279350T000002396	01/04/2018	73662	R$ 130,16
AOR7178	279350T000004479	05/04/2018	52070	R$ 88,38
AOU3711	279350T000001141	04/04/2018	76332	R$ 293,47
APF0422	279350T000004494	09/04/2018	52070	R$ 88,38
APS1693	279350T000004473	05/04/2018	60501	R$ 293,47
APV4166	279350R000000457	26/03/2018	55412	R$ 195,23
APZ4118	279350T000002426	09/04/2018	54521	R$ 195,23
AQA3681	279350R000000451	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AQD1356	279350T000004468	04/04/2018	54521	R$ 195,23
AQK9582	279350T000001128	02/04/2018	60501	R$ 293,47
AQL4890	279350R000000435	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AQN6951	279350R000000478	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AQO4591	279350R000000492	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AQQ0209	279350T000000269	05/04/2018	52070	R$ 88,38
AQR2907	279350T000003377	02/04/2018	51852	R$ 195,23
AQR9144	279350R000000498	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AQS9684	279350R000000448	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ARB7514	279350T000004451	01/04/2018	51852	R$ 195,23
ARD7338	279350T000002405	06/04/2018	76252	R$ 293,47
ARU9871	279350R000000424	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ARY1598	279350R000000467	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ARY3102	279350T000002414	09/04/2018	57380	R$ 293,47
ASD7431	279350T000001149	06/04/2018	60501	R$ 293,47
ASH8922	279350T000004458	02/04/2018	60501	R$ 293,47
ASM3496	279350R000000373	24/03/2018	55412	R$ 195,23
ASO2601	279350T000004499	09/04/2018	60501	R$ 293,47
ASU0494	279350T000003380	02/04/2018	76252	R$ 293,47
ASX8987	279350R000000465	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ASZ0558	279350R000000372	24/03/2018	55412	R$ 195,23
ATB6307	279350T000003391	07/04/2018	76251	R$ 293,47
ATE2628	279350R000000491	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ATE8112	279350R000000398	24/03/2018	55412	R$ 195,23
ATF3277	279350T000000266	05/04/2018	60501	R$ 293,47
ATO1616	279350R000000474	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ATO1616	279350R000000475	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ATW7524	279350T000004510	09/04/2018	57380	R$ 293,47
ATY8945	279350R000000483	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AUF3015	279350T000003392	07/04/2018	55414	R$ 195,23
AUG8547	279350T000004505	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AUO0691	279350R000000378	24/03/2018	55412	R$ 195,23
AUQ8720	279350T000004483	05/04/2018	60501	R$ 293,47
AUS3161	279350T000002399	03/04/2018	76252	R$ 293,47
AUT9396	279350R000000463	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AUU3976	279350T000000274	06/04/2018	54521	R$ 195,23
AUX1518	279350T000004509	09/04/2018	52070	R$ 88,38
AUX7965	279350R000000420	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AUX9807	279350T000002420	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AVF1103	279350T000004461	03/04/2018	54521	R$ 195,23
AVF7375	279350R000000416	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AVF7375	279350R000000453	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AVJ7585	279350T000001134	02/04/2018	76252	R$ 293,47
AVK7101	279350T000003390	07/04/2018	76331	R$ 293,47
AVK7640	279350T000003385	04/04/2018	76252	R$ 293,47
AVO2892	279350R000000423	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AVP2423	279350T000001135	02/04/2018	52070	R$ 88,38
AVZ4805	279350R000000432	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AWB5115	279350T000002410	09/04/2018	54600	R$ 130,16
AWC6019	279350R000000452	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AWJ4241	279350R000000496	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AWS2972	279350T000001126	02/04/2018	60501	R$ 293,47
AWW1043	116100E007995466	05/04/2018	60501	R$ 293,47
AWW1043	116100E007995467	05/04/2018	60501	R$ 293,47
AWW9388	279350R000000468	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AXE9309	279350T000004511	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AXH9486	279350T000004491	07/04/2018	54600	R$ 130,16
AXJ4768	279350R000000422	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AXR7901	279350T000002403	06/04/2018	51851	R$ 195,23
AXT7849	279350R000000497	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AYD3587	279350R000000473	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AYT1376	279350T000004435	31/03/2018	54521	R$ 195,23
AYX8709	279350T000001133	02/04/2018	60501	R$ 293,47
AZE7976	279350R000000499	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AZJ7387	279350T000002418	09/04/2018	57380	R$ 293,47
AZK1445	279350T000000272	05/04/2018	60501	R$ 293,47
AZM0980	279350T000003396	07/04/2018	76331	R$ 293,47
AZO5905	279350R000000406	24/03/2018	55412	R$ 195,23
AZQ7156	279350T000003378	02/04/2018	51851	R$ 195,23
AZU2079	279350T000001130	02/04/2018	52070	R$ 88,38
AZV0271	279350R000000450	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BAA3813	279350T000004472	05/04/2018	60501	R$ 293,47
BAC5153	279350T000004478	05/04/2018	55411	R$ 195,23
BAC8668	279350T000004464	03/04/2018	76331	R$ 293,47
BAD2590	279350R000000493	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BAJ1148	279350T000004462	03/04/2018	76331	R$ 293,47
BAL3301	279350T000003389	07/04/2018	53800	R$ 130,16
BAM3811	279350T000004487	07/04/2018	76331	R$ 293,47
BAR8765	279350T000004503	09/04/2018	57380	R$ 293,47
BAU1512	279350T000004455	01/04/2018	51852	R$ 195,23
BBE2988	279350T000004463	03/04/2018	52070	R$ 88,38
BBH1788	279350T000004495	09/04/2018	60501	R$ 293,47
BBK5047	279350R000000364	24/03/2018	55412	R$ 195,23
BBK5379	279350T000004482	05/04/2018	53800	R$ 130,16
BBM3554	279350R000000433	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BBM4637	279350T000004480	05/04/2018	52070	R$ 88,38
BBM8502	279350R000000412	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BBX0430	279350T000001139	03/04/2018	76332	R$ 293,47
BBZ1356	279350T000001137	02/04/2018	76331	R$ 293,47
BCV8890	279350R000000486	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BEC2555	279350T000002397	03/04/2018	76252	R$ 293,47
BES0138	279350R000000484	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BOB6969	279350T000004492	09/04/2018	60501	R$ 293,47
BOQ1392	279350R000000447	26/03/2018	55412	R$ 195,23
CEF7619	279350T000003376	02/04/2018	51852	R$ 195,23
CGB6498	279350R000000464	26/03/2018	55412	R$ 195,23
CHB8857	279350T000004504	09/04/2018	57380	R$ 293,47
COV1705	279350T000004474	05/04/2018	60501	R$ 293,47
CRY8727	279350T000001146	06/04/2018	76252	R$ 293,47
CRY8727	279350T000001147	06/04/2018	58350	R$ 195,23
CXA7497	279350R000000479	26/03/2018	55412	R$ 195,23
CYY3487	279350T000003383	04/04/2018	51852	R$ 195,23
DFG4666	279350R000000405	24/03/2018	55412	R$ 195,23
DIE7798	279350R000000471	26/03/2018	55412	R$ 195,23
DMU5296	279350T000004481	05/04/2018	51930	R$ 293,47
DON7999	279350T000003393	07/04/2018	55414	R$ 195,23
DPG2370	279350T000002425	09/04/2018	76331	R$ 293,47
DPJ3667	279350T000000267	05/04/2018	76252	R$ 293,47
DRL1716	279350T000004477	05/04/2018	76332	R$ 293,47
DRN8475	279350T000004493	09/04/2018	60501	R$ 293,47
DTD6926	279350R000000438	26/03/2018	55412	R$ 195,23
DUA0614	279350R000000413	26/03/2018	55412	R$ 195,23
EEH2043	279350T000003398	07/04/2018	60412	R$ 195,23
EGG1085	279350T000004471	04/04/2018	73662	R$ 130,16
EGG4686	279350T000001132	02/04/2018	76332	R$ 293,47
EGV6018	279350T000004496	09/04/2018	76332	R$ 293,47
EKT0484	279350R000000439	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ENQ4321	279350T000001138	02/04/2018	76332	R$ 293,47
EPY1754	279350T000000268	05/04/2018	55414	R$ 195,23
EXY0784	279350T000003381	02/04/2018	51930	R$ 293,47
FDC2876	279350R000000431	26/03/2018	55412	R$ 195,23
FSD3008	279350T000004466	03/04/2018	76331	R$ 293,47
HMJ6308	279350T000001148	06/04/2018	65300	R$ 195,23
HSK3606	279350R000000389	24/03/2018	55412	R$ 195,23
IRS3232	279350T000000271	05/04/2018	76331	R$ 293,47
JDR6714	279350T000004506	09/04/2018	57380	R$ 293,47
JGK4420	279350T000004502	09/04/2018	57380	R$ 293,47
JVA3152	279350T000002413	09/04/2018	60501	R$ 293,47
KAF5188	279350T000004498	09/04/2018	52070	R$ 88,38
KEO3561	279350T000003382	02/04/2018	76252	R$ 293,47
KXT7991	279350R000000430	26/03/2018	55412	R$ 195,23
LAI2657	279350T000002416	09/04/2018	57380	R$ 293,47
LXT5716	279350T000003394	07/04/2018	55411	R$ 195,23
LXY1053	279350T000001127	02/04/2018	60501	R$ 293,47
MBL4721	279350R000000456	26/03/2018	55412	R$ 195,23
MCW6231	279350T000004489	07/04/2018	76331	R$ 293,47
MFP0525	279350R000000411	24/03/2018	55412	R$ 195,23
MGT3803	116100E007791961	10/04/2018	57380	R$ 293,47
MIG2725	279350R000000449	26/03/2018	55412	R$ 195,23
MIU6706	279350T000004456	02/04/2018	51930	R$ 293,47
MWO0653	279350T000002398	03/04/2018	55500	R$ 130,16
NCY2446	279350T000003387	05/04/2018	73662	R$ 130,16
OAX6777	279350T000002423	09/04/2018	76331	R$ 293,47
OBR5449	279350T000001136	02/04/2018	55414	R$ 195,23
OOG4587	279350T000002412	09/04/2018	76331	R$ 293,47
QBB6290	279350R000000444	26/03/2018	55412	R$ 195,23
QIM4616	279350T000003386	04/04/2018	76252	R$ 293,47

UMUTRANS UMUARAMA

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS até 06/08/2018, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AHQ0959	279350R000000418	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AHS2213	279350NIC0014596	06/06/2018	50020	R$ 195,23
AJC9722	279350R000000480	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ALA5439	279350NIC0014648	13/06/2018	50020	R$ 1.366,61
AMJ4632	279350NIC0014647	13/06/2018	50020	R$ 780,92
AMV3641	279350R000000488	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AMX4851	279350NIC0014642	13/06/2018	50020	R$ 195,23
ANH0604	279350NIC0014610	09/06/2018	50020	R$ 1.171,38
ANH0604	279350NIC0014600	06/06/2018	50020	R$ 976,15
ANJ6025	279350NIC0014640	13/06/2018	50020	R$ 585,69
AOI8623	279350R000000446	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AOM6952	279350NIC0014580	06/06/2018	50020	R$ 20.108,69
AOM6952	279350NIC0014582	06/06/2018	50020	R$ 20.499,15
AOM6952	279350NIC0014572	05/06/2018	50020	R$ 19.913,46
AOM6952	279350NIC0014646	13/06/2018	50020	R$ 20.889,61
AOM6952	279350NIC0014651	13/06/2018	50020	R$ 21.084,84
AOM6952	279350NIC0014654	13/06/2018	50020	R$ 21.280,07
AOM6952	279350NIC0014608	09/06/2018	50020	R$ 20.694,38
AOM6952	279350NIC0014581	06/06/2018	50020	R$ 20.303,92
APV6788	279350NIC0014611	09/06/2018	50020	R$ 195,23
APY5197	279350R000000441	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AQA3681	279350R000000455	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AQR0156	279350NIC0014656	13/06/2018	50020	R$ 195,23
AQU1117	279350NIC0014565	02/06/2018	50020	R$ 293,47
ARA2841	279350R000000489	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ASD6419	279350R000000466	26/03/2018	55412	R$ 195,23
ASD9338	279350NIC0014561	02/06/2018	50020	R$ 293,47
ASD9338	279350NIC0014587	06/06/2018	50020	R$ 976,15
ASO5900	279350NIC0014605	09/06/2018	50020	R$ 195,23
ASZ0201	279350NIC0014616	09/06/2018	50020	R$ 293,47
ATG8769	279350NIC0014584	06/06/2018	50020	R$ 195,23
ATL9072	279350NIC0014621	09/06/2018	50020	R$ 195,23
ATN0471	279350NIC0014620	09/06/2018	50020	R$ 293,47
ATO1616	279350NIC0014569	05/06/2018	50020	R$ 976,15
ATQ0119	279350R000000454	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AUH1529	279350R000000461	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AUS2364	279350NIC0014562	02/06/2018	50020	R$ 293,47
AUT9098	279350R000000487	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AUV3999	279350R000000437	26/03/2018	55412	R$ 195,23
AUX5108	279350NIC0014593	06/06/2018	50020	R$ 780,92
AWC3552	279350NIC0014625	13/06/2018	50020	R$ 195,23
AWJ6303	279350NIC0014615	09/06/2018	50020	R$ 585,69
AXA0255	279350NIC0014618	09/06/2018	50020	R$ 195,23
AXE3191	279350NIC0014653	13/06/2018	50020	R$ 1.366,61
AXE3191	279350NIC0014597	06/06/2018	50020	R$ 976,15
AXE3191	279350NIC0014574	05/06/2018	50020	R$ 780,92
AXE3191	279350NIC0014628	13/06/2018	50020	R$ 1.171,38
AXG7384	279350NIC0014641	13/06/2018	50020	R$ 2.537,99
AXG7384	279350NIC0014577	06/06/2018	50020	R$ 1.757,07
AXG7384	279350NIC0014579	06/06/2018	50020	R$ 1.952,30
AXG7384	279350NIC0014589	06/06/2018	50020	R$ 390,46
AXG7384	279350NIC0014627	13/06/2018	50020	R$ 2.147,53
AXG7384	279350NIC0014632	13/06/2018	50020	R$ 2.342,76
AXH0874	279350NIC0014607	09/06/2018	50020	R$ 195,23
AXV6094	279350NIC0014564	02/06/2018	50020	R$ 293,47
AYC7078	279350NIC0014626	13/06/2018	50020	R$ 390,46
AYK4622	279350NIC0014659	13/06/2018	50020	R$ 780,92
AZD9516	279350NIC0014601	06/06/2018	50020	R$ 390,46
AZF1408	279350NIC0014576	06/06/2018	50020	R$ 195,23
AZJ7388	279350NIC0014649	13/06/2018	50020	R$ 195,23
AZP6732	279350NIC0014568	05/06/2018	50020	R$ 4.490,29
AZT2144	279350NIC0014629	13/06/2018	50020	R$ 195,23
BAI3901	279350R000000482	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BAS6679	279350NIC0014622	09/06/2018	50020	R$ 88,38
BAW6535	279350R000000469	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BBD6744	279350NIC0014645	13/06/2018	50020	R$ 195,23
BBG8454	279350NIC0014571	05/06/2018	50020	R$ 195,23
BBV7661	279350R000000485	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BEL4198	279350NIC0014604	09/06/2018	50020	R$ 195,23
BEX3011	279350R000000434	26/03/2018	55412	R$ 195,23
BEZ2509	279350NIC0014613	09/06/2018	50020	R$ 195,23
BOM3190	279350R000000460	26/03/2018	55412	R$ 195,23
CMD6506	279350NIC0014578	06/06/2018	50020	R$ 390,46
CYR4361	279350R000000490	26/03/2018	55412	R$ 195,23
CZX5159	279350NIC0014652	13/06/2018	50020	R$ 780,92
DCY7161	279350NIC0014614	09/06/2018	50020	R$ 1.171,38
DHO8736	279350NIC0014623	13/06/2018	50020	R$ 1.171,38
DHV0306	279350NIC0014594	06/06/2018	50020	R$ 6.052,13
DHV0306	279350NIC0014595	06/06/2018	50020	R$ 5.856,90
DHV0306	279350NIC0014599	06/06/2018	50020	R$ 6.247,36
DHV0306	279350NIC0014635	13/06/2018	50020	R$ 6.833,05
DHV0306	279350NIC0014637	13/06/2018	50020	R$ 7.028,28
DHV0306	279350NIC0014633	13/06/2018	50020	R$ 6.637,82
DHV0306	279350NIC0014644	13/06/2018	50020	R$ 7.223,51
DHV0306	279350NIC0014566	05/06/2018	50020	R$ 5.661,67
DHV0306	279350NIC0014609	09/06/2018	50020	R$ 6.442,59
DJB1336	279350NIC0014606	09/06/2018	50020	R$ 18.546,85
DJB1336	279350NIC0014655	13/06/2018	50020	R$ 18.742,08
DJB1336	279350NIC0014590	06/06/2018	50020	R$ 18.351,62
DJB1336	279350NIC0014657	13/06/2018	50020	R$ 18.937,31
DKZ3430	279350NIC0014570	05/06/2018	50020	R$ 9.956,73
DKZ3430	279350NIC0014586	06/06/2018	50020	R$ 10.151,96
DKZ3430	279350NIC0014634	13/06/2018	50020	R$ 10.151,96
DSN6362	279350NIC0014602	06/06/2018	50020	R$ 195,23
EAY1044	279350NIC0014591	06/06/2018	50020	R$ 20.889,61
EAY1044	279350NIC0014573	05/06/2018	50020	R$ 20.499,15
EAY1044	279350NIC0014575	05/06/2018	50020	R$ 20.694,38
EBN7975	279350NIC0014598	06/06/2018	50020	R$ 195,23
EDE9126	279350NIC0014583	06/06/2018	50020	R$ 1.467,35
EEK3379	279350NIC0014612	09/06/2018	50020	R$ 195,23
EKT0484	279350R000000417	26/03/2018	55412	R$ 195,23
EPX0376	279350NIC0014650	13/06/2018	50020	R$ 195,23
FAO8856	279350NIC0014567	05/06/2018	50020	R$ 390,46
FFX4690	279350R000000476	26/03/2018	55412	R$ 195,23
FHB1234	279350NIC0014617	09/06/2018	50020	R$ 195,23
FHB1234	279350NIC0014636	13/06/2018	50020	R$ 390,46
FIU1537	279350NIC0014603	06/06/2018	50020	R$ 195,23
FIU1537	279350NIC0014639	13/06/2018	50020	R$ 585,69
FIU1537	279350NIC0014630	13/06/2018	50020	R$ 390,46
FPT1613	279350NIC0014585	06/06/2018	50020	R$ 293,47
FVU2013	279350R000000458	26/03/2018	55412	R$ 195,23
GDJ2233	279350NIC0014588	06/06/2018	50020	R$ 195,23
HJF9250	279350NIC0014624	13/06/2018	50020	R$ 195,23
HRY1304	279350R000000443	26/03/2018	55412	R$ 195,23
HSK2209	279350R000000445	26/03/2018	55412	R$ 195,23
IYB1922	279350NIC0014563	02/06/2018	50020	R$ 293,47
JDT0634	279350R000000419	26/03/2018	55412	R$ 195,23
JNC6062	279350NIC0014592	06/06/2018	50020	R$ 195,23
LVY3314	279350NIC0014638	13/06/2018	50020	R$ 195,23
MFF0001	279350R000000472	26/03/2018	55412	R$ 195,23
NEG5763	279350NIC0014658	13/06/2018	50020	R$ 195,23
PYB0019	279350NIC0014619	09/06/2018	50020	R$ 780,92
QMU5410	279350NIC0014643	13/06/2018	50020	R$ 195,23
QNC6040	279350NIC0014631	13/06/2018	50020	R$ 195,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL DE PREGÃO Nº 017/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2018
Processo Licitatório: Pregão Presencial N. 017/2018
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BRASILANDIA DO SUL, com sede administrativa na Avenida Adão Arcângelo Dal Bem, 882, na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 95.640.520/0001-75, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. MARCIO JULIANO MARCOLINO, brasileiro, casado, agente político, portador da Cédula de Identidade Civil RG n.º 7.179.380-0 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 019.237.059-62, residente e domiciliado a Rua Antônio Barros de Souza, 468 na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná doravante denominada CONTRATANTE.
DETENTORAS:
* PLANTA VERDE PAISAGISMO LTDA ME, situada na Rua Princesa Isabel, 635, na cidade de Assis Chateaubriand-PR, - CNPJ 28.190.332/0001-03, neste ato representado por seu representante legal, AGUINALDO ALVES DA SILVA portador (a) da cédula de identidade civil RG n.º 10.283.578-6-SSP/PR, inscrito (a) no CPF/MF sob n.º 066.745.799-20 residente e domiciliado (a) à Rua Princesa Isabel, 635, na cidade de Assis Chateaubriand-PR.
Doravante denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PLANTAS ORNAMENTAIS E INSUMOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, de acordo com as especificações contidas no Anexo III, conforme segue:
* PLANTA VERDE PAISAGISMO LTDA ME:
Item Descrição Unidade Quant. Valor Unit. Valor Total Marca/Espec.
1 FORRAÇÃO COM 15 (QUINZE) MUDAS DE PETÚNIA (PETUNIA INTEGRIFOLIA) CX 40,00 R$ 10,80000 432,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
2 FORRAÇÃO COM 15 (QUINZE) MUDAS IMPATIENS VALERIANA CX 135,00 R$ 17,80000 2.403,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
3 GRAMA ESMERALDA ZOYSIA JAPÔNICA EM PLACAS M² 2.500,00 R$ 4,60000 11.500,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
4 MUDA DE BUXUS (BUXUS SEMPERVIRENS) TAMANHOS 0,30 – 0,40 E 0,50 Unid 50,00 R$ 36,00000 1.800,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
5 MUDAS DE CICA REVOLUTA (CYCAS REVOLUTA) COM MUDA DE 0,15CM DE TRONCO Unid 10,00 R$ 34,00000 340,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
6 SUBSTRATO PARA FLORES COM 20 KG SC 30,00 R$ 20,00000 600,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
7 SUPERFOSFATO SIMPLES 00-22-00 COM 25 KG SC 30,00 R$ 48,00000 1.440,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
8 TAGETES ERECTA CAIXA COM 15 MUDAS CX 50,00 R$ 14,50000 725,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
9 SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE EXECUCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAISAGISMO HR 500,00 R$ 51,50000 25.750,00 PLANTA VERDE PAISAGISMO
Valor do Contrato: 44.990,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e noventa reais).
VALOR: R$44.990,00 (QUARENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).
O FORNECIMENTO SERÁ REALIZADO DE FORMA PARCELADA, CONFORME A NECESSIDADE SOLICITADA E A ENTREGA DEVERÁ SER EFETUADA NOS TERMOS DO EDITAL AO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
AMPARO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93; LEI FEDERAL Nº 10.520/2002; DECRETO FEDERAL Nº 3931/2001.
VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA DA ASSINATURA: 21/06/2018.
BRASILÂNDIA DO SUL - PR, 21 de junho de 2018.
MARCIO JULIANO MARCOLINO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 146/2018, DE 20 DE JUNHO DE 2018
SÚMULA: DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando a sugestão da AMERIOS – Associação dos Municípios de Entre Rios, em virtude dos jogos da Seleção Brasileira na primeira fase da Copa do Mundo 2018 na Rússia,
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado horário de atendimento parcial, no dia 22 de junho de 2018 (sexta-feira), devido ao jogo entre o Brasil e Costa Rica, às 09 horas, horário de Brasília, sendo assim, o expediente desta administração, será apenas na parte da tarde, das 13 às 17 horas.
Art. 2º - Em decorrência do que prevê o artigo anterior, não haverá expediente nas Repartições Públicas Municipais, até as 13 horas, exceto os de caráter essencial, definidos e supervisionados pelo Secretário de cada pasta.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de junho de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018 - INEXIGIBILIDADE
Ratifico o ato por mim praticado, na contratação da empresa J. A. GARGANTINI & CIA LTDA - ME, para prestação de serviços aos usuários do CISA, na área da saúde, com a realização de exames de apoio e diagnóstico, conforme edital de chamamento público nº 002/2018 - Credenciamento de Serviços de Saúde, com valores constantes na tabela CISA, com inexigibilidade de licitação.
DESPACHO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 027/2018 anexo. Em 21 de junho de 2018.
LUIS CARLOS BORGES CARDOSO
Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018 - INEXIGIBILIDADE
Ratifico o ato por mim praticado, na contratação da empresa A. V. TEOLOGIDES & CIA. LTDA., para prestação de serviços aos usuários do CISA, na área da saúde, com a realização de cirurgias eletivas à nível hospitalar, conforme edital de chamamento público nº 005/2018 - credenciamento de serviços de saúde, com valores constantes na tabela CISA, com inexigibilidade de licitação.
DESPACHO: RATIFICO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 026/2018, anexo. Em 21 de junho de 2018.
LUÍS CARLOS BORGES CARDOSO
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
TERMO ADITIVO Nº. 01 ao CONTRATO Nº. 66/2017, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a SRª OLINDA SATIE MISAWA
I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Ítalo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a SRª OLINDA SATIE MISAWA, neste sito à Avenida Manoel Vicente do Carmo, Centro, nesta cidade. Denominada CONTRATADA.
II – REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado á Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafezal do Sul-PR, portador do RG sob nº 7.154.290-4 SSP/PR e CPF sob nº 004.695.479-10
e a CONTRATADA SRª OLINDA SATIE MISAWA, neste ato representada por sua procuradora a senhora LILIAN TIEMI MISAWA Pessoa física, brasileira, residente e domiciliado à Avenida Manoel Vicente do Carmo, Centro, nesta cidade, portador do RG nº 7.360.9968 - SSP/PR e CPF sob n° 039.335.259-50.
III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido Processo Administrativo n.º 57/2017, Dispensa 12/2017.
IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO,- passando a ter a seguinte redação:
"CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO"
-Fica prorrogado por mais 12(doze) meses o respectivo contrato, devido à necessidade ser contínua, pois se trata do incentivo a facção e geração de empregos.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.
3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.
Cafezal do Sul, 15 de Junho de 2018.
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal
OLINDA SATIE KUNIWAKE MISAWA
Testemunhas:
GLICÉRIO DIAS DE ARAÚJO CPF: 395.665.289-49
CLODOALDO TAKAITI AMORIM CPF: 562.792.321-53

Conselho Escolar

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL VILA FORMOSA

CNPJ: 02.007.903/0001-20
E-mail: escola_vilaformosa@hotmail.com
Fone: (44) 3663-60-63
Rua Massato Nakamura S/Nº–Distrito de Vila Formosa
CEP 87.485-000 - DOURADINA - PR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 004/2018

A Presidente Conselho Escolar da Escola Rural Municipal Vila Formosa do Distrito de Vila Formosa no Município de Douradina-Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas.

CONVOCA:

Os Membros do Conselho Escolar representantes dos Segmentos, Equipe Pedagógica, Pais de alunos da Educação Infantil e Pais de alunos do Ensino Fundamental, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 25/06/2018 (vinte e um de maio de dois mil e dezoito), às 19h00min (dezenove horas) na Escola Rural Municipal Vila Formosa, com a seguinte ordem do dia:

- Escolha dos Membros entre os representantes dos Segmentos acima citados do Conselho Escolar, para composição do Grupo de Trabalho do Programa Dinheiro Direto na Escola-PDDE Interativo.

Vila Formosa, 21 de junho de 2018

Ana Gil Vicentin
Presidente
Conselho Escolar

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES –PR

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO n.º 074/2018
PREGÃO PRESENCIAL SRP- Nº. 052/2018
DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 04 DE JULHO DE 2018.
HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 13:45 HORAS - LOCAL: Prefeitura Municipal de Francisco Alves - sala de Licitações.
HORÁRIO DO INICIO DA SESSÃO: 14:00 HORAS - LOCAL: Prefeitura Municipal de Francisco Alves - sala de Licitações.
OBJETO: Implantação do sistema de registro de preços, visando a contratação de empresas para o Fornecimento de material de construção destinados a atender as Diretorias ligadas a Administração Municipal de Francisco Alves estado do Paraná, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.
FORMA E PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS: De forma imediata após a solicitação da secretaria ou departamento competente.
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme serviços prestados e/ou nas demais determinações contidas no edital.
DEMAIS INFORMAÇÕES: Quaisquer esclarecimentos sobre o presente Edital poderão ser obtidos da comissão, diariamente, nos dias úteis das 09h:00min as 11h:00min e das 14h:min00 as 16h:00min, no endereço sito a Rua Jorge Ferreira, 627 município de Francisco Alves, Estado do Paraná, através do e-mail licitacaopmfa@hotmail.com, ou pelo endereço eletrônico: http://www.franciscoalves.pr.gov.br. A licitante interessada deverá deixar por escrito na divisão de licitação.
Francisco Alves – Pr. 21 de Junho de 2018.
DANIEL DOS SANTOS T CHAMORRO
PREGOEIRO
ALÍRIO JOSÉ MISTURA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

ESTADO DO PARANÁ
AVISO
Processo Administrativo n° 084/2018
Pregão Presencial nº 063/2018
A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: "Contratação de uma empresa para prestação de serviços de instalação e aquisição de materiais/equipamentos (Aparelho Receptor, Suporte TV, Cabo HDMI, Insufilme, Baterias, entre outros), a fim de atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso. Os serviços/materiais solicitados serão solicitados conforme a necessidade do município e entregues em local especificado pela Secretaria correspondente, de acordo com as condições particulares deste Edital".
Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar Municipal nº 077/2017, a presente licitação é destinado à participação exclusiva de ME E EPP.
As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e do art. 7º, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 077/2017, benefício que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.
Não havendo proposta exclusiva de participação das MPE'S, EPP'S e MEI'S, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadrem como tal.
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
DATA DE ABERTURA: 09/07/2018 – 14h00m – Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 5.504 de 05 de agosto de 2005, Decreto Federal nº 7.892/2013, da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei Complementar Municipal nº 077/2017, Decreto Municipal nº 1566/2017 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 ás 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaiso.pr.gov.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de Junho de 2018.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

ESTADO DO PARANÁ
Portaria Nº 119/2018 de 21/06/2018
SÚMULA: Concede Licença Maternidade a servidora LUCIANA SATI FERREIRA RICHTER e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Resolve:
I - Fica concedida Licença Maternidade prevista no artigo 1º da Lei Nº 072/2009 pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a servidora abaixo relacionada:
NOME PERIODO PERÍODO DE GOZO
LUCIANA SATI FERREIRA RICHTER 180 DIAS 15/06/2018 A 11/12/2018
II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 15 de junho de 2018.
Alto Piquiri, Quinta-feira, 21 de Junho de 2018.
Luis Carlos Borges Cardoso
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
REF. Contrato nº 057/2018
Pelo presente instrumento de Rescisão Contratual, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade civil RG. nº. 1494048-0 e do CPF nº. 280.552.339-34, residente e domiciliado, em Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, e outro lado, como CONTRATADA a Sr.ª ANA FLAVIA DE OLIVEIRA, brasileiro (a), portadora da cédula de identidade civil 14.148.996-8 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 109.326.439-06, residente e domiciliada à Av. Sertanópolis, 712, em Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná,
RESOLVEM:
Rescindir, amigavelmente e sem prejuízo a nenhuma das partes, a partir do dia 14 (quatorze) de abril de 2018, o contrato 057/2018, que tem por objeto à prestação de serviços da Contratada para a função de Recepcionista - vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.
Declaram as partes que não há obrigações pendentes, sejam elas de natureza econômica ou não, bem como nada há a ser reclamado pelas partes, de quaisquer das cláusulas contratuais.
Cruzeiro do Oeste, 14 de abril de 2018.
HEDILBERTO VILLA NOVA SOBRINHO
Prefeito Municipal
ANA FLAVIA DE OLIVEIRA
Contratada

Publicações legais

UMUTRANS UMUARAMA

Em cumprimento ao disposto na Resolução 619/2016 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS até 02/08/2018.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAK5852	279350R000005350	26/05/2018	55412
AAK5852	279350R000005758	02/06/2018	55412
AAM7961	279350R000005783	02/06/2018	55412
AAM8642	279350T000002581	12/06/2018	52070
AAN0666	279350T000000487	12/06/2018	76252
ABF5898	279350R000005407	28/05/2018	55412
ABJ7120	279350R000005329	25/05/2018	55412
ABJ7120	279350R000005318	25/05/2018	55412
ABL9811	279350T000004901	07/06/2018	55414
ABM0964	279350R000005790	02/06/2018	55412
ABM0964	279350R000005766	02/06/2018	55412
ACI4580	279350T000000479	12/06/2018	51851
ACO1811	279350R000005652	01/06/2018	55412
ADA0861	279350R000005379	26/05/2018	55412
ADK6700	279350R000005576	30/05/2018	55412
ADM3794	279350R000005399	28/05/2018	55412
ADP6457	279350R000005388	28/05/2018	55412
ADQ1624	279350R000005593	30/05/2018	55412
ADS7961	279350R000005347	26/05/2018	55412
ADX0014	279350R000005265	25/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005583	30/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005502	29/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005364	26/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005538	29/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005464	29/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005570	30/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005410	28/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005328	25/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005482	29/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005525	29/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005610	30/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005311	25/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005561	30/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005389	28/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005426	28/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005272	25/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005420	28/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005594	30/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005345	26/05/2018	55412
AEK0248	279350R000005511	29/05/2018	55412
AEN5789	279350R000005655	01/06/2018	55412
AEP2326	279350T000001620	08/06/2018	76332
AEW4141	279350T000001634	13/06/2018	76251
AFI3727	279350R000005483	29/05/2018	55412
AFO8788	279350R000005694	01/06/2018	55412
AFP0090	279350R000005609	30/05/2018	55412
AFQ9078	279350R000005559	30/05/2018	55412
AFV6300	279350R000005762	02/06/2018	55412
AGD6640	279350R000005719	01/06/2018	55412
AGK8880	279350R000005372	26/05/2018	55412
AGK8880	279350R000005337	26/05/2018	55412
AGM1209	279350R000005573	30/05/2018	55412
AGM7951	279350T000004915	12/06/2018	51852
AGQ3607	279350R000005326	25/05/2018	55412
AGY7667	279350T000002582	12/06/2018	51851
AGZ0717	279350R000005304	25/05/2018	55412
AGZ7883	279350T000001639	13/06/2018	73662
AHC7848	279350R000005642	01/06/2018	55412
AHD7273	279350R000005686	01/06/2018	55412
AHF4087	279350R000005480	29/05/2018	55412
AHF4087	279350R000005533	29/05/2018	55412
AHH5924	279350T000001650	14/06/2018	51851
AHJ1362	279350R000005305	25/05/2018	55412
AHK1989	279350R000005293	25/05/2018	55412
AHL1183	279350R000005543	29/05/2018	55412
AHL1183	279350R000005516	29/05/2018	55412
AHL4215	279350R000005678	01/06/2018	55412
AHP0554	279350R000005759	02/06/2018	55412
AHP6856	279350R000005473	29/05/2018	55412
AHR7292	279350R000005572	30/05/2018	55412
AHS3653	279350R000005397	28/05/2018	55412
AHT8168	279350R000005716	01/06/2018	55412
AHU4194	279350R000005415	28/05/2018	55412
AHX6447	279350R000005395	28/05/2018	55412
AHZ3995	279350R000005656	01/06/2018	55412
AIC0993	279350R000005264	25/05/2018	55412
AIH4616	279350R000005286	25/05/2018	55412
AIH7307	279350T000003638	11/06/2018	52070
AIK1248	279350R000005791	02/06/2018	55412
AIL9668	279350R000005565	30/05/2018	55412
AIX5896	279350R000005675	01/06/2018	55412
AJE2905	279350R000005357	26/05/2018	55412
AJF5960	279350R000005743	01/06/2018	55412
AJG0078	279350T000003615	08/06/2018	53800
AJG9706	279350R000005353	26/05/2018	55412
AJH9548	279350R000005374	26/05/2018	55412
AJH9548	279350R000005402	28/05/2018	55412
AJI2007	279350R000005747	01/06/2018	55412
AJL9823	279350R000005587	30/05/2018	55412
AJN5828	279350R000005445	28/05/2018	55412
AJN5828	279350R000005532	29/05/2018	55412
AJV0566	279350R000005709	01/06/2018	55412
AJW9290	279350R000005773	02/06/2018	55412
AJX6221	279350R000005361	26/05/2018	55412
AJY1019	279350R000005753	01/06/2018	55412
AJY1019	279350R000005729	01/06/2018	55412
AKB9052	279350R000005761	02/06/2018	55412
AKB9052	279350R000005784	02/06/2018	55412
AKC6810	279350R000005324	25/05/2018	55412
AKE7540	279350R000005650	01/06/2018	55412
AKF2125	279350R000005769	02/06/2018	55412
AKF3307	279350T000002573	08/06/2018	51930
AKG2775	279350R000005440	28/05/2018	55412
AKG3339	279350T000001636	13/06/2018	55414
AKH2300	279350T000004908	09/06/2018	56222
AKJ3996	279350T000004918	12/06/2018	55411
AKJ5057	279350R000005351	26/05/2018	55412
AKK4945	279350R000005639	01/06/2018	55412
AKK4945	279350R000005658	01/06/2018	55412
AKK4945	279350R000005728	01/06/2018	55412
AKK4945	279350R000005677	01/06/2018	55412
AKK4945	279350R000005697	01/06/2018	55412
AKL0282	279350T000001618	08/06/2018	52070
AKO8330	279350R000005400	28/05/2018	55412
AKO8514	279350T000001637	13/06/2018	54522
AKP9143	279350T000004902	08/06/2018	55411
AKT7035	279350R000005413	28/05/2018	55412
AKT7035	279350R000005322	25/05/2018	55412
AKT8302	279350R000005768	02/06/2018	55412
AKU6250	279350R000005514	29/05/2018	55412
AKV4512	279350R000005738	01/06/2018	55412
ALC7693	279350R000005341	26/05/2018	55412
ALC9647	279350R000005778	02/06/2018	55412
ALF0683	279350T000002570	07/06/2018	76252
ALF3147	279350T000001644	13/06/2018	73662
ALF8206	279350R000005700	01/06/2018	55412
ALG3860	279350T000002578	12/06/2018	60501
ALG8691	279350R000005414	28/05/2018	55412
ALM6796	279350R000005391	28/05/2018	55412
ALQ4135	279350R000005643	01/06/2018	55412
ALR7065	279350R000005303	25/05/2018	55412
ALS1396	279350R000005544	29/05/2018	55412
ALU1914	279350R000005786	02/06/2018	55412
ALU9118	279350R000005632	01/06/2018	55412
ALU9118	279350R000005725	01/06/2018	55412
ALU9118	279350R000005696	01/06/2018	55412
ALU9118	279350R000005754	02/06/2018	55412
ALV9856	279350R000005625	30/05/2018	55412
ALW0686	279350T000002577	12/06/2018	76332
ALW5311	279350R000005336	26/05/2018	55412
ALX9442	279350R000005595	30/05/2018	55412
ALY8015	279350R000005623	30/05/2018	55412
ALY8071	279350R000005615	30/05/2018	55412
AMA0403	279350T000004920	12/06/2018	55411
AMF4841	279350R000005434	28/05/2018	55412
AMG2152	279350R000005521	29/05/2018	55412
AMI1591	279350R000005580	30/05/2018	55412
AMJ4220	279350R000005386	28/05/2018	55412
AMJ4220	279350R000005602	30/05/2018	55412
AML0041	279350R000005567	30/05/2018	55412
AML2259	279350R000005751	01/06/2018	55412
AML7768	279350R000005586	30/05/2018	55412
AML9571	279350T000003627	11/06/2018	76331
AMS8757	279350R000005367	26/05/2018	55412
AMV3633	279350R000005460	29/05/2018	55412
AMW0957	279350R000005294	25/05/2018	55412
AMY6383	279350R000005605	30/05/2018	55412
AMZ4148	279350R000005321	25/05/2018	55412
ANA0536	279350R000005568	30/05/2018	55412
ANA0536	279350R000005557	30/05/2018	55412
ANB6663	279350R000005439	28/05/2018	55412
ANC3730	279350T000003618	09/06/2018	52070
ANC5396	279350T000003610	08/06/2018	60501
AND9659	279350R000005446	28/05/2018	55412
ANE4250	279350R000005536	29/05/2018	55412
ANE4250	279350R000005448	28/05/2018	55412
ANF9924	279350R000005472	29/05/2018	55412
ANH0590	279350R000005266	25/05/2018	55412
ANI9728	279350R000005393	28/05/2018	55412
ANK3550	279350R000005290	25/05/2018	55412
ANK3550	279350R000005450	28/05/2018	55412
ANM1190	279350R000005558	30/05/2018	55412
ANM3884	279350R000005517	29/05/2018	55412
ANP1881	279350T000003642	13/06/2018	57380
ANP6825	279350T000003643	13/06/2018	54600
ANQ5366	279350R000005556	30/05/2018	55412
ANU5119	279350R000005611	30/05/2018	55412
ANU9667	279350R000005553	29/05/2018	55412
ANW9015	279350R000005327	25/05/2018	55412
ANX0889	279350R000005267	25/05/2018	55412
AOA0855	279350R000005284	25/05/2018	55412
AOA9353	279350T000001617	08/06/2018	76332
AOB2132	279350R000005268	25/05/2018	55412
AOB6933	279350R000005737	01/06/2018	55412
AOD5940	279350T000003632	11/06/2018	59910
AOD7832	279350R000005724	01/06/2018	55412
AOE1771	279350R000005604	30/05/2018	55412
AOE1771	279350R000005563	30/05/2018	55412
AOE1771	279350R000005578	30/05/2018	55412
AOF9147	279350R000005507	29/05/2018	55412
AOF9570	279350R000005527	29/05/2018	55412
AOG6459	279350T000001628	09/06/2018	54521
AOG8992	279350R000005486	29/05/2018	55412
AOJ1472	279350R000005518	29/05/2018	55412
AOK2602	279350R000005505	29/05/2018	55412
AOL7391	279350R000005368	26/05/2018	55412
AOP1763	279350R000005454	28/05/2018	55412
AOR7683	279350T000001659	14/06/2018	52070
AOS9982	279350R000005794	02/06/2018	55412
AOT1515	279350R000005710	01/06/2018	55412
AOU9100	279350T000002576	12/06/2018	76331
AOV8108	279350R000005277	25/05/2018	55412
APF0284	279350R000005428	28/05/2018	55412
APG3251	279350T000004911	10/06/2018	76252
APH3444	279350T000000480	12/06/2018	51851
APH8885	279350R000005796	02/06/2018	55412
APH8885	279350R000005459	28/05/2018	55412
APJ1785	279350T000001652	14/06/2018	51851
APJ8923	279350R000005405	28/05/2018	55412
APJ8923	279350R000005366	26/05/2018	55412
APL6966	279350R000005455	28/05/2018	55412
APQ5679	279350R000005317	25/05/2018	55412
APT8624	279350T000003647	13/06/2018	76331
APV8016	279350R000005485	29/05/2018	55412
APV8016	279350R000005404	28/05/2018	55412
APV8016	279350R000005463	29/05/2018	55412
APV8016	279350R000005387	28/05/2018	55412
AQA2870	279350R000005546	29/05/2018	55412
AQA3681	279350R000005545	29/05/2018	55412
AQA3681	279350R000005508	29/05/2018	55412
AQB1461	279350T000001657	14/06/2018	52070
AQD2596	279350R000005355	26/05/2018	55412
AQD9713	279350R000005717	01/06/2018	55412
AQE4623	279350T000004909	09/06/2018	61220
AQG2910	279350R000005506	29/05/2018	55412
AQI2241	279350R000005711	01/06/2018	55412
AQJ5639	279350R000005627	30/05/2018	55412
AQL0725	279350R000005458	28/05/2018	55412
AQN1283	279350R000005597	30/05/2018	55412
AQN1352	279350R000005444	28/05/2018	55412
AQN6951	279350R000005411	28/05/2018	55412
AQR9654	279350T000000478	12/06/2018	51852
AQS9684	279350R000005331	25/05/2018	55412
AQU5423	279350R000005497	29/05/2018	55412
ARA9150	279350R000005590	30/05/2018	55412
ARB4369	279350T000003612	08/06/2018	60501
ARC6231	279350R000005522	29/05/2018	55412
ARE4747	279350R000005422	28/05/2018	55412
ARG3170	279350R000005496	29/05/2018	55412
ARH5557	279350R000005409	28/05/2018	55412
ARJ9079	279350R000005289	25/05/2018	55412
ARK8367	279350R000005285	25/05/2018	55412
ARK8367	279350R000005608	30/05/2018	55412
ARN4946	279350R000005519	29/05/2018	55412
ARP5730	279350R000005592	30/05/2018	55412
ARQ2744	279350R000005510	29/05/2018	55412
ARS3155	279350R000005720	01/06/2018	55412
ARS7980	279350T000003622	09/06/2018	76331
ARU0861	279350R000005447	28/05/2018	55412
ARW9367	279350R000005788	02/06/2018	55412
ARX3817	279350R000005665	01/06/2018	55412
ARZ5089	279350R000005384	28/05/2018	55412
ASA4679	279350R000005649	01/06/2018	55412
ASB0200	279350R000005764	02/06/2018	55412
ASB2595	279350R000005734	01/06/2018	55412
ASB5859	279350T000001645	13/06/2018	73662
ASB7667	279350R000005542	29/05/2018	55412
ASB7907	279350R000005275	25/05/2018	55412
ASH8212	279350T000001626	09/06/2018	76251
ASI0682	279350R000005551	29/05/2018	55412
ASJ6209	279350R000005606	30/05/2018	55412
ASL4341	279350R000005599	30/05/2018	55412
ASL7249	279350R000005441	28/05/2018	55412
ASM7181	279350R000005375	26/05/2018	55412
ASO2495	279350T000002569	07/06/2018	54521
ASQ7035	279350T000001610	07/06/2018	54521
ASU6710	279350T000001663	14/06/2018	57380
ASU8466	279350R000005340	26/05/2018	55412
ASX1457	279350R000005617	30/05/2018	55412
ASX2315	279350T000003633	11/06/2018	76251
ASX7901	279350T000004907	09/06/2018	55414
ASX8514	279350T000000486	12/06/2018	51852
ASY1069	279350R000005470	29/05/2018	55412
ASY2260	279350T000003634	11/06/2018	76251
ASZ1704	279350R000005684	01/06/2018	55412
ATA0490	279350T000003645	13/06/2018	55414
ATD3346	279350R000005628	30/05/2018	55412
ATD3346	279350R000005614	30/05/2018	55412
ATD3346	279350R000005679	01/06/2018	55412
ATD4014	279350T000001658	14/06/2018	51851
ATE2706	279350R000005495	29/05/2018	55412
ATG7792	279350R000005334	26/05/2018	55412
ATG7792	279350R000005638	01/06/2018	55412
ATG7792	279350R000005554	30/05/2018	55412
ATK4610	279350R000005513	29/05/2018	55412
ATK9430	279350R000005601	30/05/2018	55412
ATL9359	279350R000005370	26/05/2018	55412
ATL9579	279350R000005451	28/05/2018	55412
ATL9773	279350R000005690	01/06/2018	55412
ATM5449	279350T000004922	13/06/2018	76252
ATN4667	279350R000005365	26/05/2018	55412
ATR7283	279350R000005344	26/05/2018	55412
ATS5836	279350T000002583	12/06/2018	76331
ATS9206	279350R000005695	01/06/2018	55412
ATT0728	279350R000005520	29/05/2018	55412
ATY8903	279350R000005504	29/05/2018	55412
ATZ1724	279350R000005342	26/05/2018	55412
AUC2687	279350R000005736	01/06/2018	55412
AUE5456	279350R000005424	28/05/2018	55412
AUH0836	279350T000002584	12/06/2018	76331
AUH7803	279350R000005408	28/05/2018	55412
AUI2083	279350R000005631	01/06/2018	55412
AUK8829	279350T000001619	08/06/2018	51930
AUM3582	279350R000005461	29/05/2018	55412
AUM8167	279350R000005419	28/05/2018	55412
AUN6868	279350R000005256	25/05/2018	55412
AUN6868	279350R000005276	25/05/2018	55412
AUN8528	279350T000000483	12/06/2018	51851
AUO5959	279350R000005330	25/05/2018	55412
AUS7597	279350T000003648	13/06/2018	76331
AUV6570	279350R000005301	25/05/2018	55412
AUV6570	279350R000005795	02/06/2018	55412
AUV6570	279350R000005423	28/05/2018	55412
AUX9407	279350R000005619	30/05/2018	55412
AVD6005	279350R000005603	30/05/2018	55412
AVF7375	279350R000005581	30/05/2018	55412
AVF7375	279350R000005291	25/05/2018	55412
AVG8688	279350T000003616	09/06/2018	76252
AVH5709	279350R000005373	26/05/2018	55412
AVJ6888	279350R000005509	29/05/2018	55412
AVJ8143	279350T000003628	11/06/2018	76331
AVL9235	279350R000005425	28/05/2018	55412
AVO7427	279350T000001633	11/06/2018	73662
AVQ5065	279350R000005343	26/05/2018	55412
AVQ8241	279350R000005702	01/06/2018	55412
AVS6338	279350R000005457	28/05/2018	55412
AVU6345	279350R000005662	01/06/2018	55412
AVU6345	279350R000005475	29/05/2018	55412
AVU6345	279350R000005282	25/05/2018	55412
AWA5556	279350R000005314	25/05/2018	55412
AWA7381	279350R000005744	01/06/2018	55412
AWC6019	279350R000005435	28/05/2018	55412
AWE4724	279350R000005394	28/05/2018	55412
AWE4724	279350R000005325	25/05/2018	55412
AWE5641	279350R000005255	25/05/2018	55412
AWF7436	279350R000005706	01/06/2018	55412
AWG0264	279350T000001632	11/06/2018	73662
AWI5271	279350R000005363	26/05/2018	55412
AWJ8103	279350T000003649	13/06/2018	76331
AWL5634	279350R000005682	01/06/2018	55412
AWN5325	279350R000005260	25/05/2018	55412
AWN5325	279350R000005271	25/05/2018	55412
AWN5325	279350R000005288	25/05/2018	55412
AWO1181	279350R000005396	28/05/2018	55412
AWP8316	279350T000001641	13/06/2018	76251
AWQ2250	279350T000003654	13/06/2018	76331
AWR0034	279350T000004921	13/06/2018	76252
AWR5431	279350T000001643	13/06/2018	61220
AWR5598	279350R000005634	01/06/2018	55412
AWS3047	279350R000005540	29/05/2018	55412
AWS9319	279350T000003607	07/06/2018	76252
AWV0121	279350T000001612	07/06/2018	76331
AWV9771	279350R000005705	01/06/2018	55412
AXC0321	279350R000005362	26/05/2018	55412
AXC1472	279350R000005562	30/05/2018	55412
AXE3940	279350T000003624	11/06/2018	76331
AXF6436	279350T000003630	11/06/2018	55414
AXG4134	279350R000005712	01/06/2018	55412
AXH3014	279350R000005674	01/06/2018	55412
AXI9057	279350T000002579	12/06/2018	76332
AXJ1693	279350T000001640	13/06/2018	73662
AXJ3654	279350T000003609	07/06/2018	76252
AXJ5607	279350R000005436	28/05/2018	55412
AXJ6092	279350R000005579	30/05/2018	55412
AXJ7940	279350R000005616	30/05/2018	55412
AXJ7940	279350R000005378	26/05/2018	55412
AXK6421	279350R000005456	28/05/2018	55412
AXN1623	279350R000005469	29/05/2018	55412
AXN6785	279350T000001624	09/06/2018	76331
AXP3236	279350R000005740	01/06/2018	55412
AXQ1781	279350R000005600	30/05/2018	55412
AXR7901	279350T000004917	12/06/2018	51852
AXS8018	279350T000004919	12/06/2018	55411
AXT9766	279350T000003623	09/06/2018	55680
AXV5546	279350T000003629	11/06/2018	76331
AXV7869	279350R000005452	28/05/2018	55412
AXV9377	279350T000004903	08/06/2018	55411
AXV9753	279350T000001631	09/06/2018	76331
AXW6683	279350T000003652	13/06/2018	76331
AXX1848	279350T000003637	11/06/2018	55414
AYB4547	279350R000005430	28/05/2018	55412
AYD3587	279350R000005466	29/05/2018	55412
AYF3039	279350R000005767	02/06/2018	55412
AYH2344	279350T000003617	09/06/2018	54525
AYJ1379	279350T000001656	14/06/2018	51851
AYK4781	279350R000005338	26/05/2018	55412
AYK4781	279350R000005360	26/05/2018	55412
AYN5631	279350T000001623	09/06/2018	55411
AYO3227	279350R000005757	02/06/2018	55412
AYQ0911	279350R000005741	01/06/2018	55412
AYS1695	279350R000005698	01/06/2018	55412
AYS3580	279350R000005668	01/06/2018	55412
AYS9108	279350R000005732	01/06/2018	55412
AYT0644	279350R000005369	26/05/2018	55412
AYW7211	279350T000001661	14/06/2018	51851
AYX1265	279350R000005688	01/06/2018	55412
AZA4226	279350R000005735	01/06/2018	55412
AZA5870	279350T000003641	13/06/2018	60501
AZA9047	279350R000005449	28/05/2018	55412
AZA9761	279350T000001613	07/06/2018	76331
AZB5606	279350R000005296	25/05/2018	55412
AZD9516	279350R000005494	29/05/2018	55412
AZE7976	279350R000005315	25/05/2018	55412
AZE7976	279350R000005589	30/05/2018	55412
AZE7976	279350R000005555	30/05/2018	55412
AZE7976	279350R000005657	01/06/2018	55412
AZG5813	279350R000005664	01/06/2018	55412
AZH2919	279350T000003611	08/06/2018	60501
AZI8298	279350R000005381	26/05/2018	55412
AZK3061	279350T000003636	11/06/2018	55414
AZM1673	279350T000001647	14/06/2018	51851
AZN1137	279350T000001646	14/06/2018	76331
AZP6732	279350R000005349	26/05/2018	55412
AZT2149	279350R000005306	25/05/2018	55412
AZT3540	279350T000003646	13/06/2018	76331
AZU9987	279350R000005687	01/06/2018	55412
AZW3408	279350R000005295	25/05/2018	55412
AZW6367	279350T000004914	12/06/2018	51851
AZX4983	279350R000005745	01/06/2018	55412
BAA0867	279350R000005723	01/06/2018	55412
BAD8245	279350R000005382	26/05/2018	55412
BAE3188	279350R000005406	28/05/2018	55412
BAE3188	279350R000005390	28/05/2018	55412
BAG2903	279350T000003650	13/06/2018	76331
BAJ5398	279350R000005670	01/06/2018	55412
BAN4258	279350R000005385	28/05/2018	55412
BAO5293	279350R000005421	28/05/2018	55412
BAQ6077	279350R000005645	01/06/2018	55412
BAQ6077	279350R000005683	01/06/2018	55412
BAQ6077	279350R000005666	01/06/2018	55412
BAT7889	279350R000005489	29/05/2018	55412
BAU1445	279350T000001664	14/06/2018	76331
BAU4899	279350R000005721	01/06/2018	55412
BAV8596	279350R000005547	29/05/2018	55412
BAV8596	279350R000005777	02/06/2018	55412
BAV9890	279350R000005493	29/05/2018	55412
BAW4081	279350R000005661	01/06/2018	55412
BAZ5897	279350R000005733	01/06/2018	55412
BAZ6069	279350R000005703	01/06/2018	55412
BBA7327	279350R000005352	26/05/2018	55412
BBC1913	279350R000005621	30/05/2018	55412
BBC9094	279350R000005713	01/06/2018	55412
BBD1264	279350R000005548	29/05/2018	55412
BBF0066	279350R000005358	26/05/2018	55412
BBI1085	279350R000005622	30/05/2018	55412
BBJ5403	279350R000005499	29/05/2018	55412
BBO7623	279350R000005624	30/05/2018	55412
BBQ6347	279350R000005653	01/06/2018	55412
BBR1080	279350R000005612	30/05/2018	55412
BBR2486	279350T000000481	12/06/2018	51851
BBR3958	279350T000003639	12/06/2018	76331
BBR6918	279350R000005524	29/05/2018	55412
BBU6141	279350T000003631	11/06/2018	55414
BBV2301	279350T000001635	13/06/2018	54600
BBV7687	279350T000003653	13/06/2018	76331
BBX4994	279350T000003644	13/06/2018	76331
BBX7084	279350T000001622	09/06/2018	55414
BBY8972	279350R000005584	30/05/2018	55412
BBZ3329	279350R000005692	01/06/2018	55412
BBZ3329	279350R000005637	01/06/2018	55412
BCB2388	279350R000005685	01/06/2018	55412
BCB7483	279350T000001648	14/06/2018	52070
BCQ2802	279350T000003613	08/06/2018	76331
BCS0507	279350R000005693	01/06/2018	55412
BED5161	279350R000005746	01/06/2018	55412
BEJ6889	279350R000005727	01/06/2018	55412
BEK2230	279350R000005782	02/06/2018	55412
BEP7575	279350T000003626	11/06/2018	76331
BFH0253	279350T000004910	10/06/2018	76252
BLP3234	279350T000001653	14/06/2018	51851
BLT3933	279350R000005739	01/06/2018	55412
BNG4403	279350R000005299	25/05/2018	55412
BNP8595	279350R000005431	28/05/2018	55412
BOG9099	279350R000005316	25/05/2018	55412
BOY6767	279350R000005500	29/05/2018	55412
BSC2481	279350R000005262	25/05/2018	55412
BSF7017	279350T000002574	08/06/2018	51930
BTJ9212	279350R000005772	02/06/2018	55412
BTL4821	279350R000005528	29/05/2018	55412
BVN9228	279350R000005417	28/05/2018	55412
BVZ2826	279350T000001621	08/06/2018	76331
CBH8000	279350R000005418	28/05/2018	55412
CBH8000	279350R000005752	01/06/2018	55412
CDM3218	279350R000005332	26/05/2018	55412
CEH2347	279350R000005534	29/05/2018	55412
CLN6869	279350R000005607	30/05/2018	55412
CMJ2371	279350R000005755	02/06/2018	55412
CMJ2371	279350R000005279	25/05/2018	55412
CMJ2371	279350R000005416	28/05/2018	55412
CMJ2371	279350R000005401	28/05/2018	55412
CMJ2371	279350R000005383	28/05/2018	55412
CMJ2371	279350R000005781	02/06/2018	55412
CNJ0166	279350R000005515	29/05/2018	55412
COJ1539	279350R000005310	25/05/2018	55412
CPM3643	279350T000001651	14/06/2018	51851
CSP5074	279350R000005771	02/06/2018	55412
CSS0918	279350R000005465	29/05/2018	55412
CTE9592	279350R000005462	29/05/2018	55412
CXX9706	279350T000001642	13/06/2018	60501
CYL5898	279350R000005775	02/06/2018	55412
CYR3943	279350R000005667	01/06/2018	55412
CZX9190	279350T000001654	14/06/2018	51851
CZX9969	279350R000005280	25/05/2018	55412
DAM0116	279350R000005258	25/05/2018	55412
DCB2368	279350R000005376	26/05/2018	55412
DDC0237	279350R000005618	30/05/2018	55412
DFQ2393	279350T000002572	08/06/2018	51852
DFV8763	279350R000005582	30/05/2018	55412
DGD9904	279350T000001625	09/06/2018	54100
DHO6213	279350R000005371	26/05/2018	55412
DJG7021	279350R000005531	29/05/2018	55412
DKX5166	279350T000004906	09/06/2018	76252
DMI0014	279350R000005339	26/05/2018	55412
DOG6987	279350R000005474	29/05/2018	55412
DPL0476	279350T000004916	12/06/2018	51852
DPR6811	279350R000005541	29/05/2018	55412
DPR6811	279350R000005530	29/05/2018	55412
DPX4691	279350R000005283	25/05/2018	55412
DRN7253	279350R000005689	01/06/2018	55412
DRP1967	279350R000005596	30/05/2018	55412
DSD9882	279350R000005574	30/05/2018	55412
DSD9882	279350R000005613	30/05/2018	55412
DSU2547	279350R000005491	29/05/2018	55412
DSU2547	279350R000005412	28/05/2018	55412
DSU2547	279350R000005392	28/05/2018	55412
DTS7485	279350T000000477	12/06/2018	51851
DUL1322	279350T000003651	13/06/2018	76332
DVB5313	279350T000001655	14/06/2018	51851
DZY1170	279350R000005529	29/05/2018	55412
EBS3582	279350T000004912	10/06/2018	55414
EBY3599	279350R000005453	28/05/2018	55412
ECS6562	279350R000005346	26/05/2018	55412
EDA1119	279350R000005512	29/05/2018	55412
EDE0828	279350R000005269	25/05/2018	55412
EDE0828	279350R000005292	25/05/2018	55412
EDK4441	279350R000005569	30/05/2018	55412
EFP4557	279350R000005323	25/05/2018	55412
EGE0994	279350T000001615	08/06/2018	51930
EGS1215	279350R000005789	02/06/2018	55412
EGS1215	279350R000005765	02/06/2018	55412
EGS6921	279350T000001627	09/06/2018	76252
EIU1261	279350R000005691	01/06/2018	55412
EIU1261	279350R000005647	01/06/2018	55412
EJT9244	279350R000005257	25/05/2018	55412
ELH6178	279350R000005313	25/05/2018	55412
ELQ9646	279350T000002586	12/06/2018	76331
ELW7368	279350T000004913	12/06/2018	51852
EMJ8597	279350T000001629	09/06/2018	55414
EMT9103	279350R000005671	01/06/2018	55412
EMT9979	279350R000005585	30/05/2018	55412
EMT9979	279350R000005575	30/05/2018	55412
EMT9979	279350R000005718	01/06/2018	55412
EMT9979	279350R000005676	01/06/2018	55412
EMT9979	279350R000005564	30/05/2018	55412
EMV8565	279350R000005591	30/05/2018	55412
ENA5596	279350R000005307	25/05/2018	55412
ENB6781	279350R000005560	30/05/2018	55412
ENO5554	279350R000005261	25/05/2018	55412
ENO5554	279350R000005298	25/05/2018	55412
ENO5554	279350R000005281	25/05/2018	55412
ENV4253	279350T000001614	07/06/2018	76332
EOU3610	279350R000005635	01/06/2018	55412
EOU3610	279350R000005763	02/06/2018	55412
EOU3610	279350R000005785	02/06/2018	55412
EPC2545	279350T000003614	08/06/2018	76331
EPJ5315	279350T000001630	09/06/2018	55414
EQX7750	279350R000005481	29/05/2018	55412
ETF9715	279350R000005377	26/05/2018	55412
ETF9715	279350R000005471	29/05/2018	55412
ETF9715	279350R000005488	29/05/2018	55412
ETH2019	279350R000005749	01/06/2018	55412
EUI0123	279350T000000482	12/06/2018	51851
EWM7184	279350R000005629	30/05/2018	55412
EYB8564	279350R000005722	01/06/2018	55412
EYD6556	279350R000005774	02/06/2018	55412
EYD6556	279350R000005798	02/06/2018	55412
EYQ3262	279350R000005348	26/05/2018	55412
FBM0769	279350R000005490	29/05/2018	55412
FER1715	279350R000005437	28/05/2018	55412
FHB1234	279350R000005501	29/05/2018	55412
FHC5657	279350T000003640	12/06/2018	56222
FJZ4294	279350T000001611	07/06/2018	55414
FKF9099	279350T000001616	08/06/2018	76331
FLC5773	279350R000005333	26/05/2018	55412
FNC5754	279350T000004905	09/06/2018	76252
FOD3887	279350R000005359	26/05/2018	55412
FPA7055	279350R000005731	01/06/2018	55412
FQW1103	279350R000005300	25/05/2018	55412
FUI4878	279350T000000485	12/06/2018	51851
GYG0262	279350R000005503	29/05/2018	55412
HEB8171	279350R000005663	01/06/2018	55412
HEO3331	279350R000005309	25/05/2018	55412
HRN7214	279350R000005673	01/06/2018	55412
HRY9447	279350T000001665	14/06/2018	65300
HRZ1344	279350R000005477	29/05/2018	55412
HRZ1344	279350R000005278	25/05/2018	55412
HSE1019	279350R000005598	30/05/2018	55412
HSN3700	279350T000001662	14/06/2018	51851
HTH5598	279350T000003625	11/06/2018	52070
IGL2323	279350R000005726	01/06/2018	55412
IJF5645	279350R000005708	01/06/2018	55412
INP5506	279350R000005308	25/05/2018	55412
IUO3084	279350R000005792	02/06/2018	55412
JAH7474	279350R000005681	01/06/2018	55412
JEV3389	279350R000005770	02/06/2018	55412
JGC9687	279350T000003620	09/06/2018	76331
JGC9687	279350T000003621	09/06/2018	51930
JGR1135	279350R000005270	25/05/2018	55412
JNK2369	279350R000005476	29/05/2018	55412
JZG3534	279350R000005443	28/05/2018	55412
KAL9723	279350R000005566	30/05/2018	55412
KAT8059	279350T000004924	13/06/2018	76252
KAT8059	279350T000004923	13/06/2018	51930
KOT0224	279350R000005468	29/05/2018	55412
KOT0224	279350R000005484	29/05/2018	55412
KPD1341	279350R000005398	28/05/2018	55412
KYS0374	279350R000005659	01/06/2018	55412
KYS0374	279350R000005680	01/06/2018	55412
KYS0374	279350R000005641	01/06/2018	55412
KYS0374	279350R000005699	01/06/2018	55412
LBR5893	279350R000005750	01/06/2018	55412
LQP3262	279350R000005626	30/05/2018	55412
LTJ4080	279350R000005380	26/05/2018	55412
LXV2206	279350R000005654	01/06/2018	55412
LZL6354	279350R000005354	26/05/2018	55412
LZL6354	279350R000005797	02/06/2018	55412
LZL6354	279350R000005779	02/06/2018	55412
MBI0874	279350R000005273	25/05/2018	55412
MBW9717	279350R000005715	01/06/2018	55412
MBW9717	279350R000005730	01/06/2018	55412
MCB9783	279350T000002585	12/06/2018	76331
MEE9460	279350R000005660	01/06/2018	55412
MEE9460	279350R000005633	01/06/2018	55412
MFJ6550	279350R000005438	28/05/2018	55412
MFQ1610	279350R000005433	28/05/2018	55412
MIU6706	279350R000005535	29/05/2018	55412
MJH0411	279350R000005787	02/06/2018	55412
MKI6084	279350R000005630	30/05/2018	55412
MVT7804	279350T000000484	12/06/2018	51852
MWI3030	279350R000005620	30/05/2018	55412
NAG0587	279350R000005636	01/06/2018	55412
NBG1778	279350R000005335	26/05/2018	55412
NBT4777	279350R000005356	26/05/2018	55412
NJL2244	279350R000005549	29/05/2018	55412
NLU9366	279350R000005651	01/06/2018	55412
NNA1571	279350R000005577	30/05/2018	55412
NOV4574	279350R000005701	01/06/2018	55412
NPN4932	279350R000005742	01/06/2018	55412
NQU9998	279350R000005714	01/06/2018	55412
NRX0362	279350R000005793	02/06/2018	55412
NRX0362	279350R000005776	02/06/2018	55412
NRY8079	279350R000005319	25/05/2018	55412
OBE0289	279350R000005479	29/05/2018	55412
OBE0289	279350R000005498	29/05/2018	55412
OBM8436	279350R000005523	29/05/2018	55412
ODR5352	279350R000005537	29/05/2018	55412
OFK1131	279350R000005263	25/05/2018	55412
OOJ5880	279350T000002575	12/06/2018	76331
OOP7985	279350R000005571	30/05/2018	55412
PAQ2003	279350R000005640	01/06/2018	55412
PEK9999	279350R000005644	01/06/2018	55412
PUB7699	279350R000005312	25/05/2018	55412
PVB4424	279350R000005669	01/06/2018	55412
PWI5093	279350R000005552	29/05/2018	55412
QAC4231	279350R000005467	29/05/2018	55412
QAH4468	279350T000003619	09/06/2018	56222
QCA8600	279350R000005748	01/06/2018	55412
QCA8600	279350R000005487	29/05/2018	55412
QKQ7258	279350R000005442	28/05/2018	55412
QNU4165	279350R000005646	01/06/2018	55412
QNU4165	279350R000005780	02/06/2018	55412
QNU4165	279350R000005704	01/06/2018	55412
QNU4165	279350R000005760	02/06/2018	55412

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 288/2018
SÚMULA: Nomeia Comissão Administrativa para julgar impugnação pelo sujeito passivo do valor venal de imóveis do lançamento IPTU, exercício de 2018 no Município de Cruzeiro do Oeste – PR e da outras providências.
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor a Comissão Administrativa, para julgar impugnação pelo sujeito passivo do valor venal de imóveis do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), exercício de 2018, conforme o artigo 145 do Código Tributário Nacional:
NELCI NATALINA B. CALDATO Chefe Dep Tributação CPF: 330.048.629-72
ANTONIO CARLOS CARMINTTI Fiscal de Tributos CPF: 527.067.539-00
VIVIANE LOPES Dep Patrimônio CPF: 974.551.642-20
OTAVIO ROBERTO Corretor de Imóveis CPF: 331.929.109-25
CARLOS ROBERTO PEREIRA Corretor de Imóveis CPF: 763.504.959-34
Art. 3º - Os membros de que trata o artigo anterior farão a avaliação de acordo com o mercado imobiliário de imóveis, situados neste município, podendo tomar apontamentos e pareceres de corretores de imóveis, devendo considerar os dados do cadastro imobiliário, localização, área do terreno e da edificação existente, acabamento, estado de conservação da construção e elaborar decisão/julgamento do valor do objeto da impugnação, de forma circunstanciada.
Art. 4º - O prazo para protocolo da impugnação é até o dia 05 (cinco) de agosto de 2018.
Parágrafo Único: Não serão conhecidas e nem julgadas as impugnações intempestivas, devendo as mesmas serem indeferidas sem análise de mérito.
Art. 5º - Os Servidores Públicos designados a colaborar nas ações deste Decreto exercerão as atividades sem prejuízo das funções que ocupam e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.
Parágrafo Único – Os Membros representante da sociedade civil não receberá qualquer remuneração pelo exercício das atividades, eis que consideradas de relevância social.
Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
Prefeita Municipal Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 212/2018
Concede licença para tratamento de Saúde.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao servidor público municipal AMILTON ANTONIO CASSIMIRO, portador da Cédula de Identidade Nº. 7.801.191-2 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tratorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Agricultura e Serviços Públicos, no período de 18.06.2018 a 20.06.2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 18 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 214/2018
Concede licença para tratamento de Saúde.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao servidor público municipal HEVERTON GOULARTE ROCHA, portador da Cédula de Identidade Nº. 12.860.678-5 SSP/PR, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18.06.2018 a 21.06.2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 21 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ
D E C R E T O Nº 285/2018
A Prefeita Municipal em Exercício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Nomear em Função Gratificada a contar do dia 20 de junho de 2018 a servidora SELMA BEZERRA DE SOUZA ALMEIDA, CPF nº 843.720.019-91, para exercer o cargo de Assessor Técnico Profissional, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo mensalmente o valor do símbolo FG-04.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de 20/06/2018.
Cruzeiro do Oeste aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal em Exercício-

D E C R E T O Nº 286/2018
A Prefeita Municipal em Exercício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Designar SELMA BEZERRA DE SOUZA ALMEIDA, portadora do RG nº 4.936.228-5 e CPF nº 843.720.019-91, ocupante do cargo de Assessor Técnico Profissional, para responder pelas funções de Secretária Municipal de Assistência Social, a contar do dia 20 de junho de 2018.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de 20/06/2018.
Cruzeiro do Oeste, aos 21 (vinte e um) dias do mês de Junho do ano de 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal em Exercício-

D E C R E T O Nº 287/2018
A Prefeita Municipal em Exercício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Designar ELIANE CORREIA E SILVA, portadora do RG nº 7.414.829-8 e CPF nº 021.040.589-96, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelas funções de Secretária Municipal de Planejamento, a contar do dia 20 de junho de 2018.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de 20/06/2018.
Cruzeiro do Oeste, aos 21 (vinte e um) dias do mês de Junho do ano de 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal em Exercício-

D E C R E T O Nº 289/2018
A Prefeita Municipal em Exercício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - REVOGAR a contar do dia 19/06/2018, o Decreto 133/2017 do dia 17/04/17, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado no dia 20/04/17 na página C1, o cargo de Chefe de Departamento – FG 06, ANTONIO CARLOS CARMINATTI, CPF 527.067.539-00.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de 19/06/2018.
Cruzeiro do Oeste, aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal em Exercício-

D E C R E T O Nº 290/2018
A Prefeita Municipal em Exercício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Nomear em Função Gratificada a contar do dia 19 de junho de 2018, o servidor ANTONIO CARLOS CARMINATTI, CPF nº 527.067.539-00, para exercer o cargo de Assessor Geral, no Setor de Tributação, junto à Secretaria Municipal de Finanças, percebendo mensalmente o valor do símbolo FG-07.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de 19/06/2018.
Cruzeiro do Oeste aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal em Exercício-

D E C R E T O Nº 291/2018
A Prefeita Municipal em Exercício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Nomear cargo em comissão a contar do dia 19 de junho de 2018, a servidora NELCI NATALINA BRABO CALDATO, CPF nº 330.048.629-72, para exercer o cargo de Chefe de Departamento, no Setor de Tributação, junto à Secretaria Municipal de Finanças, percebendo mensalmente o valor do símbolo CC-06.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de 19/06/2018.
Cruzeiro do Oeste aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho do ano de 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal em Exercício-

EDITAL Nº 048/2018
SÚMULA: Exclui a Candidata Aprovada em Processo Seletivo Simplificado de que se trata o Edital nº 001/2017.
A Prefeita Municipal em Exercício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, EXCLUI a candidata abaixo relacionada da lista dos aprovados, referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Edital 001/2017 e Edital de Convocação nº. 047/2018, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 14/06/2018, por motivo do não comparecimento no prazo estipulado, conforme condições previstas no Edital n°001/2017.
CARGO: MONITOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, JOGOS MATEMÁTICOS, REFORÇO ESCOLAR E ATIVIDADES RECREATIVAS (20H)

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
27	MARIA MARLENE LIBANEO NERY	017.217.019-23	9°

Este Edital entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Cruzeiro do Oeste, 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal em Exercício-

EDITAL Nº. 049/2018
SÚMULA: Convoca a Candidata Aprovada em Processo Seletivo Simplificado de que se trata o Edital nº. 001/2017, para assumir suas atividades e dá outras providências:
A Prefeita Municipal em Exercício de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, por meio deste CONVOCA a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº. 001/2017, publicado em 05/01/2017, homologado o resultado final dos aprovados no referido Processo Seletivo Simplificado, através do Edital nº. 013/2017 do dia 26/01/2017, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 27/01/2017, observadas as condições previstas no Edital nº. 001/2017, itens 9 à 12.2.
CARGO: MONITOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, JOGOS MATEMÁTICOS, REFORÇO ESCOLAR E ATIVIDADES RECREATIVAS (20H)

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
18	VIVIANE VIEIRA DA SILVA	057.516.319-43	10°

CRUZEIRO DO OESTE, 21 DE JUNHO DE 2018.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
- Prefeita Municipal em Exercício-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 215/2018
Concede licença para tratamento de Saúde.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de Saúde à servidora pública municipal MARTA APARECIDA CARNIEL MONTEIRO, portadora da Cédula de Identidade Nº. 1.723.506 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem prejuízo de seus vencimentos, no período de 13/06/2018 a 15/06/2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 21 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 216/2018
Concede licença para tratamento de Saúde.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de Saúde a servidora pública municipal ROZANI PEREIRA MORAES ALMEIDA, portadora da Cédula de Identidade Nº. 6.071.569-6 SSP/PR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem prejuízo de seus vencimentos, no período de 13.06.2018 a 20.06.2018.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, Estado do Paraná, aos 21 de junho de 2018.
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº.3163, DE 21 DE JUNHO DE 2018.
Ementa: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 1571 de 04 Dezembro de 2017.
D E C R E T A
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:
Crédito Adicional
Suplementar
499 Fundo Municipal de Saúde 6.1.10.301.36.2035 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica (UBS)
319113 - Obrigações patronais
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 6.500,00
Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;
Fonte de Recurso
Anulação Dotação
524 Fundo Municipal de Saúde 6.1.4.122.9.2034 - Manutenção das Atividades da Gestão do SUS
319113 - Obrigações patronais
Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente 6.500,00
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 21 de junho de 2018
ALTAIR DONIZETE DE PADUA
Prefeito

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TERMO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 096/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP – Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia 3G pelo sistema digital pós-pago, oferecendo os serviços de ligações locais, além de serviços de mensagens de texto, pacote de dados para acesso à internet e roaming nacional e internacional, a serem executados por empresa prestadora de telefonia, para o Município de Guaíra, em conformidade com o Decreto n° 6.654, de 20 de novembro de 2008 – Plano Geral de Outorga de Serviço de Telecomunicação prestado no regime público – PGO, e alterações posteriores; Decreto n°2.056, de 04 de novembro de 1996 – Regulamento de Serviços Móvel celular (Resolução n° 477/2007 – Anatel), e alterações posteriores, e demais normas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
ACATO a decisão da Comissão Permanente de Licitações e do parecer jurídico da PROJUR do Município, e pelo qual estou convencido de que seguramente as decisões tomadas neste certame foram para impossibilitar futuro danos para a administração, razão porque REVOGO o processo licitatório em questão, o que faço então pelas razões acima e com fundamento no artigo 49 da Lei de Licitação.
PUBLIQUE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA ÀS INTERESSADAS.
Gabinete do Prefeito de Guaíra PR, 21 de junho de 2018.
Heraldo Trento / Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
14º Termo Aditivo do Contrato de Prestação de Serviços nº 161/2014
Pregão Presencial nº 47/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PÉROLA
CONTRATADA: COMETA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo da vigência do presente contrato estabelecido na Cláusula sexta, com término previsto para 31 de dezembro de 2018.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica acrescido na cláusula quarta do presente instrumento o valor de R$ 512.379,04 (Quinhentos e doze mil trezentos e setenta e nove reais e quatro centavos), referente ao acréscimo de serviços estabelecido na cláusula segunda, conforme parecer jurídico e anexo I.
CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data da Assinatura: 21/06/2018.

MUNICÍPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2018
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL–ME/EPP/MEI
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP/MEI LOCAIS E REGIONAIS
O MUNICIPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação do objeto abaixo especificado, observada as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações, na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2367 de 31 de março de 2017, Decreto Municipal nº 012/2009 e Decreto Municipal nº 257 de 18 de agosto de 2009, e demais legislações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.
TIPO: Menor Preço Unitário Por Item.
OBJETO: Registro de Preços e contratação de empresa para o fornecimento parcelado de Alimento nutricionalmente completo para alimentação enteral e leite especial infantil que será destinado à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pérola, Estado do Paraná.
DATA E HORÁRIO DO PROTOCOLO E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, deverão ser protocolados IMPRETERIVELMENTE, no Setor de Protocolo Geral da Prefeitura de Pérola, sito na Av. Dona Pérola Byington, nº 1800 Pérola/PR, até as 11h00min do mesmo dia previsto para abertura do certame, onde não serão aceitos envelopes com protocolo após o horário determinado, com o objetivo de não causar tumulto no momento de inicio da sessão.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h00min do dia 05/07/2018.
LOCAL DA ABERTURA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pérola, sito na Avenida Dona Pérola Byington, nº 1800, CEP: 87.540-000, em Pérola, Estado do Paraná.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2367 de 31 de março de 2017, Decreto Municipal nº 012/2009 e Decreto Municipal nº 257 de 18 de agosto de 2009.
INFORMAÇÕES: O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.perola.pr.gov.br/, no link Processos Licitatórios. Maiores informações pelo Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.
Pérola/PR, 20 de junho de 2018.
JOSÉ DE ALMEIDA ROCHA
Secretário Municipal de Planejamento.

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Parana
LEI DO No 2.166
De 21 de Junho de 2.018
"Dispõe sobre as viagens oficiais e a concessão de diárias aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências"
A Câmara Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:
Art. 1º. Fica instituída na Câmara Municipal de Douradina/PR a concessão de diárias para custeio de despesas realizadas com viagens empreendidas pelos Vereadores e Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, para tratarem de interesse do Poder Legislativo Municipal.
Art. 2º. As diárias destinam-se a custear despesas com alimentação, deslocamento urbano e pernoites realizadas pelo beneficiário, sendo instituídas de acordo com os seguintes destinos:
I -Brasília - DF: R$ 815,00 (oitocentos e quinze reais);
II –Cidades com distância acima de 150 (cento e cinquenta) quilômetros de Douradina: R$ 485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais)
Parágrafo único: será reduzido à metade o valor da diária prevista nos incisos I e II do art. 2º, quando o deslocamento não implicar pernoite ou se a hospedagem em hotéis já estiver incluída no valor de inscrição para seminários e eventos.
Art. 3º. Em viagens de, no mínimo, 50 (cinquenta) quilômetros de Douradina até 150 (cento e cinquenta) quilômetros de Douradina, as despesas serão reembolsadas mediante apresentação de comprovantes, limitado ao valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), desde que encaminhados ao Departamento de Contabilidade no prazo máximo de três dias após o retorno da viagem.
Parágrafo único: a diária prevista no art. 3º, somente será devida ao beneficiário que se deslocar a serviço exclusivo da Câmara Municipal.
Art. 4º. Os documentos das despesas que são cobertas por diárias como alimentação, deslocamento urbano e pernoites, deverão ser emitidos em nome dos beneficiários, servindo apenas para comprovação da viagem.
Art. 5º. As passagens poderão ser adquiridas previamente pela Câmara Municipal.
Parágrafo único: Caso a aquisição das passagens seja realizada diretamente pelo beneficiário, o comprovante das passagens deve ser emitido em nome da Câmara Municipal para fins de reembolso e encaminhados ao Departamento de Contabilidade no prazo máximo de três dias após o retorno da viagem.
Art. 6º. A concessão de diárias fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 7º. As viagens serão autorizadas por Ato da Mesa da Câmara Municipal, mediante solicitação e especificação detalhada do dia e razões do deslocamento.
Art. 8º. Os valores fixados por esta Lei serão reajustados automaticamente no mês de janeiro de cada ano, pelo índice acumulado do IPCA do IBGE do ano anterior.
Art. 9º. Fica revogada a Resolução nº 001/2013, bem como as demais disposições em contrário.
Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de junho do ano de 2.018
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

Lei nº 2.167
De 21 de Junho de 2.018
SÚMULA: "Dispõe sobre o direito, a forma de rateio e o repasse dos honorários de sucumbência aos servidores públicos do Município de Douradina ocupantes do cargo efetivo de Advogado Municipal, integrantes da Advocacia Pública do Município de Douradina, Estado do Paraná, e dá outras providencias"
A Câmara Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aprovou e eu prefeito municipal sanciono a seguinte Lei Complementar:
Art. 1.º Esta Lei regulamenta no âmbito do Poder Executivo Municipal o disposto no §19 do art. 85 da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, disciplinando o direito, a forma de rateio e o repasse dos honorários de sucumbência, aos servidores públicos do Município de Douradina ocupantes do cargo efetivo de Advogado Municipal, integrantes da Advocacia Pública do Município de Douradina - PR.
Art. 2.º Para fins desta Lei são considerados honorários de sucumbência os valores previstos no art. 85 da Lei Federal 13.105, de 16 de março de 2015, provenientes de qualquer feito judicial em que o Município de Douradina, bem como a Fazenda Pública do Município de Douradina e suas Autarquias, forem vencedores, oriundos de condenação judicial e decorrente do reconhecimento do direito pela parte adversa, incluindo os acordos homologados em Juízo, relativos à créditos tributários ou não.
§ 1.º A ocorrência de compensação, transação, parcelamento e dação em pagamento, ainda que em âmbito administrativo, não afasta a da parte sucumbente a obrigação do pagamento das verbas de que trata esta Lei.
§ 2.º Não existindo estipulação judicial quanto às verbas de sucumbência até o momento em que se derem quaisquer das hipóteses previstas no caput do presente artigo, o percentual devido será o patamar mínimo estabelecido na legislação processual civil.
Art. 3.º Os honorários de sucumbência previstos nesta Lei correspondem a verba profissional autônoma e não constituem receita ou despesa pública, sendo pagos exclusivamente pela partesucumbente ou devedora em processo judicial ou parcelamento administrativo de dívida ajuizada.
Art. 4.º A arrecadação para fins de depósito, rateio e repasse dos honorários de sucumbência será feita em instituição financeira oficial, através de conta bancária específica denominada "honorários de sucumbência", a ser providenciada pelos órgãos da Administração Direta.
§ 1.º Os honorários de sucumbência devidos em razão de execução fiscal ou havendo acordo judicial, bem como os decorrentes de outras ações, eventualmente disponibilizados diretamente pelo Poder Judiciário através da expedição de alvará judicial, deverão ser depositados junto à conta específica prevista no presente artigo.
§ 2.º Quanto à dívida fiscal cobrada em juízo, a ocorrência de pagamento total ou parcial, parcelamento, compensação, transação ou dação em pagamento, não exime o executado da quitação dos honorários de sucumbência, os quais poderão ser recolhidos conjuntamente com a obrigação principal, em guia única, destacados, ou em guia separada, emitida pelo respectivo órgão da administração direta.
§ 3.º Nos casos em que for efetuado pela parte adversa, em favor do Município de Douradina, o depósito judicial do montante de débito juntamente com o valor dos honorários de sucumbência, o responsável pelo levantamento do total, por meio de competente alvará judicial, fará o depósito na conta específica de que trata o caput do presente artigo, do valor correspondente aos honorários de sucumbência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
Art. 5.º A verba correspondente aos honorários de sucumbência de que trata esta Lei, depositada junto à conta específica prevista no caput do Art. 4º, deverá ser mensalmente apurada, rateada em partes iguais e repassadas aos Advogados integrantes da Advocacia Pública do Município de Douradina.
§ 1.º Para fins da realização do rateio e repasse de que trata o caput do presente artigo, será elaborado, no âmbito do Departamento Jurídico, relatório mensal, que deverá ser enviado à Secretaria Municipal de Finanças, até o décimo quinto dia de cada mês.
§ 2.º A fim de acompanhar a regularidade e viabilizar a realização da apuração, rateio e repasse dos honorários de sucumbência, aos Advogados integrantes da Advocacia Pública do Município de Douradina serão fornecidas, sempre que solicitado, informações a respeito do saldo e movimentação da conta específica prevista no caput do Art. 4.º.
Art. 6.º O Município de Douradina poderá instituir um fundo específico para executar a arrecadação e distribuição dos valores a que se refere à presente Lei.
Parágrafo único. Enquanto não foi regulamentado pelo Executivo o fundo de que trata o caput, os valores serão pagos diretamente em folha de pagamento.
Art. 7.º Os valores recebidos a título de honorários de sucumbência serão repassados aos Advogados integrantes da Advocacia Pública do Município de Douradina sem prejuízo dos vencimentos integrais do cargo e funções de seus destinatários, sob o qual incidirá, contudo, desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.
Art. 8.º Os valores recebidos a título de honorários de sucumbência constituem verba variável e não integrarão a remuneração dos Advogados para nenhum efeito e em nenhuma hipótese integralizarão os vencimentos dos servidores mencionados nesta lei.
Parágrafo único. Os valores percebidos a título de honorários de sucumbência não servirão de parâmetros, não influenciarão nos percentuais, nos índices ou na data base de reajuste de seus beneficiários, nem mesmo incidirão no cômputo do décimo terceiro salário, abono de férias, quinquênio ou quais outras vantagens, bem como não integra a base de cálculo, compulsória ou facultativa, de contribuição previdenciária;
Art. 9.º O Advogado integrante da Advocacia Pública do Município de Douradina nomeado em cargo de comissão ou investido função de diretor, chefia ou assessoramento técnico ou especializado, junto ao Departamento Jurídico ou outro órgão do Município de Douradina, não perderá o direito ao repasse dos honorários de sucumbência de que trata esta Lei.
Art. 10.º Não suspenderão a percepção dos honorários de sucumbência, por seus beneficiários, os seguintes afastamentos:
I– férias;
II– casamento;
III– luto;
IV– licença à servidora gestante;
V – licença paternidade,;
VI – licença para tratamento de saúde;
V – licença em razão de doença de pessoa da família;
Art. 11.º Suspendem o recebimento dos honorários de sucumbência, enquanto perdurar, os seguintes afastamentos:
I – licença para tratamento de interesses particulares;
II – licença para campanha eleitoral;
III – para o exercício de mandato eletivo ou mandato classista;
IV – a título de punição ou de medida cautelar em processo disciplinar;
Art. 12. O Advogado integrante da Advocacia Pública do Município de Douradina que for demitido, requerer exoneração, for exonerado, aposentado, compulsoriamente ou a pedido ou falecer, não fará jus ao rateio dos honoráriosde sucumbência a partir do mês em que se efetivou a vacância do cargo.
Art. 13. O regime de percepção, rateio e repasse de honoráriosde sucumbência previsto nesta Lei prevalecerá sobre quaisquer valores recebidos a título de honorários a partir do mês de sua vigência.
Art. 14. Os Advogados que se considerarem prejudicados no rateio e repasse dos honorários de sucumbência, poderão formalizar reclamação, cuja decisão caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo Municipal.
Art. 15. É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire do Advogado o direito ao recebimento de honorários de sucumbência de que trata esta Lei.
Paço Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de junho do ano de 2.018.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 226/2018
Ementa: Homologa julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Concorrência Pública nº 004/2018 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.
O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pela Comissão de Licitação sobre propostas apresentadas ao edital de Concorrência Pública nº 004/2018, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em construção civil para edificação de uma CRECHE PRÓ-INFÂNCIA, tipo 1, a ser executada no bairro Vila Alta, Município de Guaíra, conforme memorial descritivo, planilhas, projetos e demais anexos do edital. Tal licitação visa atender o Termo de Compromisso Pac 2 7595/2013, recursos oriundos do FNDE/Governo Federal (CONCLUSÃO DA EDIFICAÇÃO).
A empresa:
CESAR AUGUSTO RODRIGUES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ N° 10.479.287/0001-38, vencedora global da licitação, com valor total máximo de R$ 1.474.749,28 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos);
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Guaíra, Paraná, 18 de junho de 2018.
HERALDO TRENTO / PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 107/2018
REF.: PROCESSO LICITATORIO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de Junho de 2018.
CONTRATANTE: Município de Icaraíma, Estado do Paraná.
CONTRATADA: J. P. FARIA & CIA LTDA - ME.
CNPJ: 02.657.448/0001-08.
OBJETO: Contratação de empresa para futuras e eventuais execuções de serviços de serralheria para atendimento de todas as secretarias municipais.
VALOR TOTAL: R$ 106.600,00 (cento e seis mil e seiscentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 meses contados a partir da data de assinatura, ressalvado o direito de prorrogação de acordo com o art. 57, inc. II da lei 8.666/93, reajustado anualmente pelo IGP-M-FGV (índice Geral de Preço do Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulado no período.
FORO: Comarca de Icaraíma, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

ESTADO DO PARANÁ
LEI COMPLEMENTAR Nº. 65
De 21 de Junho de 2018.
Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber imóveis urbanos a título de indenização e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, à título de indenização oferecida pela empresa José Carlos Pedroso- Imóveis-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº06.300.595/0001-87, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, 661-A, Centro, Município de Douradina, Estado do Paraná, imóveis urbanos localizados no loteamento denominado Residencial Ana Laura, instalado sobre os lotes de terras nº 79,80-A/81-A, 81 e 82, da Gleba nº 10, do Núcleo Serra dos Dourados, Município de Douradina, Estado do Paraná, com área de 150.834,00 m², assim especificados:
I – Lote Urbano nº 05, da Quadra nº23, com área de 258,75 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com a Rua Izolina Vivian, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,25 metros. Ao LESTE: Confronta com os Lotes urbanos nºs 04 e 03, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com o Lote urbano nº 10, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,25 metros. Ao OESTE: Confronta com o Lote urbano nº 06, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro;
II – Lote Urbano nº06 da Quadra nº23. Com área de 258,75 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com a Rua Izolina Vivian, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,25 metros. Ao LESTE: Confronta com o Lote urbano nº 05, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com o Lote urbano nº 09, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,25 metros. Ao OESTE: Confronta com o Lote urbano nº 07, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
III – Lote Urbano nº02 da Quadra nº24, com área de 247,50 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com o Lote urbano nº 03, rumo SO 80°10' NE a distância de 22,50 metros. Ao LESTE: Confronta com a Rua Moacir Neves, rumo NO 09°00' SE a distância de 11,00 metros. Ao SUL: Confronta com o Lote urbano nº 01, rumo NE 80°10' SO a distância de 22,50 metros. Ao OESTE: Confronta com parte do Lote urbano nº 12, rumo SE 09°00' NO a distância de 11,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
IV- Lote Urbano nº03 da Quadra nº24, com área de 247,50 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com o Lote urbano nº 04, rumo SO 80°10' NE a distância de 22,50 metros. Ao LESTE: Confronta com a Rua Moacir Neves, rumo NO 09°00' SE a distância de 11,00 metros. Ao SUL: Confronta com o Lote urbano nº 02, rumo NE 80°10' SO a distância de 22,50 metros. Ao OESTE: Confronta com parte do Lote urbano nº 05, rumo SE 09°00' NO a distância de 11,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
V- Lote Urbano nº05 da Quadra nº24, com área de 264,50 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com a Rua Fausto Roberto de Souza, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,50 metros. Ao LESTE: Confronta com os Lotes urbanos nºs 04 e 03, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com o Lote urbano nº 12, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,50 metros. Ao OESTE: Confronta com o Lote urbano nº 06, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
VI - Lote Urbano nº06 da Quadra nº24, com área de 264,50 m², com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com a Rua Fausto Roberto de Souza, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,50 metros. Ao LESTE: Confronta com o Lote urbano nº 05, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com o Lote urbano nº 11, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,50 metros. Ao OESTE: Confronta com o Lote urbano nº 07, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
VII - Lote Urbano nº07 da Quadra nº24, com área de 264,50 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com a Rua Fausto Roberto de Souza, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,50 metros. Ao LESTE: Confronta com o Lote urbano nº 06, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com o Lote urbano nº 10, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,50 metros. Ao OESTE: Confronta com o Lote urbano nº 08, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
VIII - Lote Urbano nº08 da Quadra nº24, com área de 264,50 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com a Rua Fausto Roberto de Souza, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,50 metros. Ao LESTE: Confronta com o Lote urbano nº 07, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com o Lote urbano nº 09, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,50 metros. Ao OESTE: Confronta com parte do Lote urbano nº 78, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
IX - Lote Urbano nº09 da Quadra nº24, com área de 264,50 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com o Lote urbano nº 08, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,50 metros. Ao LESTE: Confronta com o Lote urbano nº 10, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com a Rua Izolina Vivian, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,50 metros. Ao OESTE: Confronta com parte do Lote urbano nº 78, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
X- Lote Urbano nº10 da Quadra nº24, com área de 264,50 m², com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com o Lote urbano nº 07, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,50 metros. Ao LESTE: Confronta com o Lote urbano nº 11, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com a Rua Izolina Vivian, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,50 metros. Ao OESTE: Confronta com o Lote urbano nº 09, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
XI- Lote Urbano nº11 da Quadra nº24, com área de 264,50 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com o Lote urbano nº 06, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,50 metros. Ao LESTE: Confronta com o Lote urbano nº 12, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com a Rua Izolina Vivian, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,50 metros. Ao OESTE: Confronta com o Lote urbano nº 10, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
XII- Lote Urbano nº12 da Quadra nº24, com área de 264,50 m² com os seguintes limites e confrontações: Ao NORTE: Confronta com o Lote urbano nº 05, rumo SO 80°10' NE a distância de 11,50 metros. Ao LESTE: Confronta com os Lotes urbanos nº 02 e 01, rumo NO 09°00' SE a distância de 23,00 metros. Ao SUL: Confronta com a Rua Izolina Vivian, rumo NE 80°10' SO a distância de 11,50 metros. Ao OESTE: Confronta com o Lote urbano nº 11, rumo SE 09°00' NO a distância de 23,00 metros. Todos os rumos, áreas e distâncias, referem-se ao Norte Verdadeiro.
Parágrafo único: Os imóveis especificados nos incisos I a XII perfazem área total de 3.128,50 m².
Art. 2º os imóveis mencionados nos incisos I a XII do artigo 1º, serão transferidos ao Município como indenização de áreas faltantes no sistema viário do loteamento denominado Residencial Ana Laura, em razão das vias terem sido implantadas com dimensionamento menor que o previsto no Plano Diretor Municipal, no total de 3.023,70 m².
Art. 3º Os imóveis indenizados nos termos desta lei serão utilizados pelo Município de Douradina como áreas de interesse público, onde serão edificados equipamentos comunitários que atendam o interesse da coletividade.
Art. 4º As despesas decorrentes das transferências dos imóveis ao Município, correrão às expensas do loteador, por ocasião do registro público do loteamento, perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
Paço Municipal Francisco Gil Vera, vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezoito (21/06/2018).
JOÃO JORGE SOSSAI
Prefeito Municipal

Lei nº 2.168
De 21 de Junho de 2.018
SÚMULA: "Altera a Lei n° 084 de 14 de Março de 2001"
A Câmara Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aprovou e eu prefeito municipal sanciono a seguinte lei:
Art. 1°.A Lei n° 084, de 14 de março de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º. Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar – CAE - órgão colegiado deliberativo, de caráter fiscalizador, permanente e de assessoramento, em âmbito municipal, para atuar nas questões referentes a alimentação escolar e na fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Art. 2º. São atribuições do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, além daquelas descritas no artigo 35, da Resolução 26/ 2013, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE e as competências definidas na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 :
I - monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos e o cumprimento do disposto nos arts. 2º e 3º da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
II - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos a conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;
III - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição ate a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
IV - receber, analisar e remeter ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, com parecer conclusivo as prestações de contas do PNAE encaminhada pelo Município, na forma estabelecida nos arts. 45 e 46, da Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
V - comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria- Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros.
Art. 2º-A. O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, terá a seguinte composição:
I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito;
II - dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
III - dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de municipal de ensino, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e
IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.
§1º Os alunos só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados.
§2º Preferencialmente, um dos representantes a que se refere o inciso II deste artigo deve pertencer à categoria de professores.
§3º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção dos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer uma das entidades referidas no inciso.
§4º Os membros terão mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.
§5º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação deverão realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.
§6º Ficam impedidos de compor o Conselho de Alimentação Escolar o Ordenador de Despesas do Município, o ocupante de qualquer cargo em comissão do município, o funcionário que esteja desempenhando alguma função gratificada ou que possua algum grau de parentesco com o gestor ou ordenador de despesa.
§7º A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por Portaria, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se o Município a acatar todas as indicações dos segmentos representados.
§8° Os dados referentes ao o Conselho de Alimentação Escolar deverão ser informados pelo Município de Douradina por meio do cadastro disponível no portal do FNDE (www.fnde.gov.br) e, no prazo máximo de vinte dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE o ofício de indicação do representante do Poder Executivo, as atas relativas aos incisos II, III e IV deste artigo e a Portaria de nomeação do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho.
§ 9° A presidência e a vice-presidência do Conselho de Alimentação Escolar somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.
§ 10 O Conselho de Alimentação Escolar terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre os membros titulares, por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez consecutiva; e
§ 11 O Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá(ão) ser destituído(s), em conformidade com o disposto no Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato do Conselho.
§ 12 Após a nomeação dos membros do Conselho de Alimentação Escolar, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:
I - mediante renúncia expressa do conselheiro;
II - por deliberação do segmento representado; e
III - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno do Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.
§13 Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Administração Municipal de Douradina.
§ 14 Nas situações previstas nos §§ 10 e 11, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantida a exigência de nomeação por portaria do Prefeito Municipal, conforme o caso.
§ 15 No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma do §12, o período do seu mandato será complementar ao tempo restante daquele que foi substituído.
Art. 2º-B. Os membros do Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-ão ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente na forma que dispuser o seu Regimento Interno, devendo suas reuniões serem públicas.
Art. 2º-C. O Regimento interno do Conselho de Alimentação Escolar será elaborado e aprovado pelos seus membros, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a vigência desta Lei.
Art. 2º-D. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial para cobrir despesas de instalação e funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar, especialmente àquelas relacionadas ao Plano de Ação Anual do CAE, como determina o Art. 36 da Res. 26/2013 FNDE.
Art. 2 °. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de junho do ano de 2.018.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

Lei nº 2.169
De 21 de Junho de 2.018
SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOURADINA/PR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
A Câmara Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aprovou e eu prefeito municipal sanciono a seguinte lei:
Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder diárias aos servidores públicos municipais, quando, no desempenho de suas atribuições, se deslocarem do Município de Douradina/PR para outra localidade do território estadual ou nacional.
Art. 2°. A diária será devida a cada período mínimo inicial superior a 6 horas e máximo de 24 horas de afastamento, tomando-se como termo inicial e final para contagem dos dias, respectivamente, a hora da partida e da chegada na sede do Município onde exerce seu cargo.
Parágrafo Único.Ao servidor que estiver percebendo diárias previstas nos incisos I e II do artigo 7º desta Lei não se aplica o pagamento de eventual realização de serviço extraordinário.
Art. 3°. As diárias serão destinadas para cobrir despesas com alimentação e hospedagem não incluindo as despesas com passagem ou qualquer gasto com locomoção, as quais serão assumidas diretamente pelo Município de Douradina/PR.
Parágrafo único. As despesas de alimentação e hospedagem que eventualmente excederem o valor da diária serão de responsabilidade do servidor e correrão às suas expensas, não havendo ressarcimento.
Art. 4°. As diárias são de natureza indenizatória das despesas previsíveis do trabalho e não se incluem nos vencimentos para nenhum efeito, tanto para os servidores regidos pelo regime estatutário como pelo regime da consolidação das leis trabalhistas, ou ocupantes de cargo em comissão.
Art. 5°. São competentes para autorizar a concessão de diárias os Secretários Municipais, podendo ser delegada a atribuição a Chefes de Departamento ou Divisão, por ato próprio do Secretário Municipal.
Parágrafo único. As Secretarias Municipais deverão manter controle das diárias devendo informar o Departamento responsável pela publicação da portaria em tempo hábil à publicação, empenho e pagamento.
Art. 6°. O valor da diária será devido ao Servidor Público Municipal, independentemente de comprovação da realização da despesa, sempre que houver o fato gerador das despesas, até o limite estabelecido nesta lei.
Art. 7°. As diárias dos servidores municipais, excetuando-se o Chefe do Poder Executivo e os Secretarios Municipais, serão pagas obedecendo aos seguintes valores:
I – R$ 330,00 (trezentos e trinta reais) quando o período de afastamento for superior a 10 horas e houver pernoite;
II – R$ 200,00 (duzentos reais) quando o período de afastamento for superior a 10 horas e não houver pernoite;
III – R$ 40,00 (quarenta reais) quando o período de afastamento for superior a 6 horas e inferior a 10 horas.
Art. 8°. As diárias do Chefe do Poder Executivo e dos Secretários Municipais serão pagas obedecendo aos seguintes valores:
I – R$485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais) nos deslocamentos dentro do Estado do Paraná;
II – R$815,00 (oitocentos e quinze reais) nos deslocamentos para fora do Estado do Paraná;
Parágrafo único. O valor da diária do Chefe do Poder Executivo e dos Secretários Municipais será reduzido em 50% (cinquenta por cento) quando não houver a necessidade de pernoite.
Art. 9°.Os valores fixados nos artigos 7º e 8º da presente lei poderão ser corrigidos anualmente, mediante Decreto a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo, pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).
Art. 10°. As despesas decorrentes da execução da presente lei, serão autorizadas dentro dos limites de créditos orçamentários e correrão à conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.
§1°. A Secretaria Municipal, na qual estiver vinculado o Servidor Público Municipal beneficiário das diárias deverá manter controle dos deslocamentos realizados e das diárias devidas.
§2°. Na ausência de apresentação deste demonstrativo, bem como na constatação de irregularidades na concessão das diárias, será instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta do servidor responsável.
Art. 11. As diárias de que trata a presente Lei serão concedidas através de Portarias assinadas pelo Prefeito Municipal e na sua ausência pelo Secretário de Governo e deverão conter os seguintes elementos essenciais:
I – número de identificação sequencial e cronológico do documento;
II – nome, cargo, emprego ou função do servidor beneficiário;
III – descrição objetiva do serviço a ser executado;
IV – indicação dos locais onde o serviço será realizado;
V – período provável de afastamento;
VI – quantidade de diárias concedidas.
§1º.A concessão de diárias em sábados, domingos e feriados deve ser fundamentada, configurando autorização de pagamento pelo ordenador da despesa à aceitação da justificativa do proponente.
§2º.Autorizada a prorrogação do prazo de afastamento já concedido, o servidor faz jus às diárias correspondentes ao período adicional.
Art. 12. Não serão devidas as diárias:
I - Quando o deslocamento do servidor durar menos de 06 horas ou for para localidade onde haja fornecimento de alimentação por empresa contratada pelo Poder Público local;
II – Quando o servidor dispuser de alimentação e hospedagem oficiais gratuitas ou incluídas em evento para o qual esteja participando;
Art. 13. Na necessidade de deslocamento emergencial, quando não houver possibilidade de concessão imediata de diárias, fica garantido ao servidor o reembolso de despesas realizadas, respeitando ao previsto na presente lei quanto aos horários de afastamento e valores.
Art. 14. Constituem infrações disciplinares, puníveis na forma da lei:
I – a concessão de diárias com objetivo de remunerar serviços ou encargos;
II – a percepção de diárias indevidas.
Parágrafo único. São solidariamente responsáveis pela restituição imediata e integral de diárias pagas indevidamente o servidor que a autorizar e o que a receber.
Art. 15. A pendência de relatórios de viagem, na forma estabelecida nesta lei, impedirá o recebimento de novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aos 21 dias do mês de Junho do ano de 2.018.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE DISPENSA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com o fundamento legal que vem dispor a Lei n.º 8.666/93, em especial ao artigo 24, e alterações posteriores, sendo dispensável a licitação.
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 075/2018.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2018.
Objeto: Aquisição de um Televisor LED 40 Polegadas para o CMEI – Pequeno Príncipe do Bairro Rio Bonito, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Francisco Alves-Pr.
CONTRATADO: M N – COMERCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ nº - 08.053.975/0001-90, com sede na Rua Brigadeiro Faria Lima, n° 1011, bairro Centro, município de FRANCISCO ALVES - PR.
Francisco Alves – Pr. 20 de Junho de 2018.
DANIEL DOS SANTOS TERCEIRO CHAMORRO
Pregoeiro
ALIRIO JOSE MISTURA
Prefeitura Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE DISPENSA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com o fundamento legal que vem dispor a Lei n.º 8.666/93, em especial ao artigo 24, e alterações posteriores, sendo dispensável a licitação.
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 076/2018.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 016/2018.
Objeto: Aquisição de um Aparelho Celular Smartphone (novo), provenientes do recurso do Bloco de Gestão – IGD/SUAS, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, conforme Resolução 014/2018, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Ação Social do Município de Francisco Alves-Pr.
CONTRATADO: C. ROCHA FERREIRA & CIA LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ nº - 26.519.545/0001-00, com sede na Rua Brigadeiro Faria Lima, n° 766, bairro Centro, município de FRANCISCO ALVES - PR.
Francisco Alves – Pr. 20 de Junho de 2018.
DANIEL DOS SANTOS TERCEIRO CHAMORRO
Pregoeiro
ALIRIO JOSE MISTURA
Prefeitura Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA

ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2018
EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL-ME/EPP/MEI.
PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP/MEI LOCAIS E REGIONAIS
O MUNICIPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório para contratação do objeto abaixo especificado, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, observada as disposições contidas na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2367 de 31 de março de 2017 e o Decreto Municipal nº 012/2009, e demais legislações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.
TIPO: Menor Preço Unitário Por Item.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de persianas na Unidade de Atenção Primária à Saúde da Família, Marli Saila Montana do Lago Albuquerque e Sivanilda Rodrigues de Souza Pulsides do Município de Pérola, Estado do Paraná.
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 09h00min do dia 05/07/2018.
LOCAL DA ABERTURA: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pérola, sito na Avenida Dona Pérola Byington, nº 1800, CEP: 87.540-000, em Pérola, Estado do Paraná.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 2367 de 31 de março de 2017, e o Decreto Municipal nº 012/2009.
INFORMAÇÕES: O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.perola.pr.gov.br/, no link Processos Licitatórios. Maiores informações pelo Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.
Pérola/PR, 20 de Junho de 2018.
JOSÉ DE ALMEIDA ROCHA
Secretário Municipal de Planejamento.

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
ADITIVO CONTRATUAL Nº 048/2018
Extrato do Segundo Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 030/2018, do Edital de Pregão Presencial nº 004/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Detentor da Ata: GRANDO & GROFF LTDA, CNPJ Nº 00.161.576/0001-30
Objeto da Ata de Registro de Preços: contratação de empresa especializada situada na zona urbana, para fornecimento de combustíveis e lubrificantes (Gasolina, Etanol, Óleo Diesel, Óleo Diesel BS-10 e Aditivo), para o abastecimento de veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota pública do Município de Guaíra.
Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é o realinhamento de valor do item 01 do lote 01, da Ata de Registro de Preços nº 030/2018.
Alteração do Valor: A partir de 19 de junho de 2018, o valor contratado na presente Licitação através da Ata de Registro de Preços nº 030/2018, sofre realinhamento econômico contratual no item 01 do lote 01, conforme descrito abaixo:
Lote 1 - ZONA URBANA / GASOLINA

Item	Produto	UN	Valor Unitário Anterior	Valor Unitário Reajustado
1	Gasolina.	Litro	R$ 4,09	R$ 4,29

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços.
Guaíra, Paraná, 19 de junho de 2018.

ADITIVO CONTRATUAL Nº 049/2018
Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 205/2017, do Edital de Tomada de Preços nº 011/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: ALIANÇA ENGENHARIA E ASSESSORIA LTDA - EPP, CNPJ Nº 17.085.435/0001-89
Objeto do contrato: contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra de ampliação e reforma da Escola Municipal Ana Maria Silva Roggia, situada à Travessa do Cascudo, nº 50, lote nº 04-REM da quadra nº 04-A da Vila São Francisco, no Município de Guaíra - PR, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária e de quantitativos, cujos serviços deverão ser realizados rigorosamente de acordo com o projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária e de quantitativos e demais documentos anexos ao edital.
Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação dos prazos de vigência e execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 205/2017.
Da prorrogação do prazo de vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços acima citado até 30 de março de 2019.
Da prorrogação do prazo de execução: Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviços acima citado até 20 de dezembro de 2018.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços.
Guaíra, Paraná, 20 de junho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 113/2018
Concorrência Pública nº 004/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: CESAR AUGUSTO RODRIGUES EIRELI - EPP, CNPJ n° 10.479.287/0001-38
Objeto do Contrato: contratação de empresa especializada em construção civil para edificação de uma CRECHE PRÓ-INFÂNCIA, tipo 1, a ser executada no bairro Vila Alta, Município de Guaíra, conforme memorial descritivo, planilhas, projetos e demais anexos do edital. Tal licitação visa atender o Termo de Compromisso Pac 2 7595/2013, recursos oriundos do FNDE/Governo Federal (CONCLUSÃO DA EDIFICAÇÃO).
Valor Total: R$ 1.474.749,28 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Contrato de Empreitada, podendo ser prorrogado na forma da lei.
Data de Assinatura: 18 de junho de 2018.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 18 de junho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 118/2018, DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 040/2018
Locatário: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Locador: FABIO ISSAMU YOSHIKAWA, CPF Nº 166.810.048-73
Objeto do Contrato: Locação do imóvel, lotes urbanos nº 02 (dois) e 20 (vinte) da quadra 49 (quarenta e nove), situado no Novo Loteamento Urbano, com área de 974,26m2, contendo uma construção estilo residencial com área de 180 m2, localizado na Rua Comandante Moraes Rego, n. 1063, Centro, na cidade de Guaíra/PR.
Valor Total: O valor do aluguel será de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) mensais, totalizando o valor de R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência tem início em 22 de junho de 2018 e término em 21 de junho de 2019.
Data de Assinatura: 18 de junho de 2018.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, 18 de junho de 2018.

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 119/2018
DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 050/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE GUAÍRA
Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, CNPJ nº 34.028.316/0001-03
Objeto do Contrato: Prestação de serviços postais e telemáticos convencionais, adicionais, nas modalidades nacionais e internacionais, carga de máquina de franquear, bem como a venda de produtos postais, disponibilizados em Unidades de Atendimento da ECT, em âmbito regional.
Valor Total: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência tem início na data de assinatura do Contrato e término em 18 de junho de 2019.
Data de Assinatura: 19 de junho de 2018.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 19 de junho de 2018.
HERALDO TRENTO / PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

ESTADO DO PARANÁ
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
PORTARIA N.º 191/2018
DATA: 18/06/2018
SÚMULA: Autoriza o Prefeito a viajar para Curitiba - Paraná
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
1º. Autorizar o Sr. Marcos Alex de Oliveira - Prefeito Municipal, a viajar para Curitiba - Paraná, no seguinte período: 21h do dia 18 a 19 de junho do corrente ano, representando este Poder Executivo na Assembleia Legislativa do Paraná, no Departamento de Estradas de Rodagem-DER, na Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR e, no PARANACIDADE, com direito ao recebimento de 01 (uma) diária com 01 (uma) pernoite, antecipadamente, conforme Lei Municipal n.º 1.394/2017 publicada em 21/07/2017 no Jornal Umuarama Ilustrado.
2º. Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 18 de junho de 2018.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Parana
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
7º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 97/2015
Pregão Presencial nº 31/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PÉROLA
CONTRATADA: ELMU EMPRESA DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO URBANA LTDA.
Os signatários do presente, partes legitimas do Contrato de Prestação de Serviços em epígrafe, tem justo e acertado o seguinte.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo da vigência do presente contrato estabelecido na Cláusula Quinta, com término previsto para 31 de dezembro de 2018.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica acrescido na cláusula terceira do presente instrumento o valor de R$ 460.391,46 (Quatrocentos e sessenta mil trezentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos), referente ao acréscimo de serviços estabelecido na cláusula segunda, conforme parecer jurídico e anexo I.
CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data da Assinatura: 21/06/2018.

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Parana

Lei nº 64
De 21 de Junho de 2.018
SÚMULA: "Institui o Código Sanitário Municipal e dá outras providências".
A Câmara Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aprovou e eu prefeito municipal sanciono a seguinte lei:
CÓDIGO SANITÁRIO MUNICIPAL
TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º. Este código estabelece normas de ordem pública e interesse social para a proteção, defesa, promoção, prevenção e recuperação de saúde.
Art. 2º. Pela interdependência do seu conteúdo e do desenvolvimento de suas ações, a Vigilância Sanitária, a Vigilância Epidemiológica e a Vigilância à Saúde do Trabalhador são tratadas, conceitualmente neste Código Sanitário, como a Vigilância em Saúde, implicando compromisso solidário do Poder Público, do setor privado e da sociedade em geral na proteção e defesa da qualidade de vida.
§ 1º. No âmbito do Município de Douradina/PR, a atuação dos sistemas de Vigilância Sanitária, de Vigilância Epidemiológica, e de Vigilância à Saúde do Trabalhador dar-se-á de forma integrada.
§ 2º. A atuação administrativa de que se trata esse artigo será realizada pelos órgãos e autoridades sanitárias municipais.
Art. 3º. A defesa e a proteção da saúde, individual e coletiva, no tocante a alimentos às disposições de engenharia sanitária e de saúde do trabalhador que se especifica, serão disciplinadas, neste Município, pelos princípios deste Código, ressalvadas as competências federal e estadual.
Art. 4º. Somente poderão ser expostos à venda alimentos, matérias-primas alimentares, alimentos "in natura", alimentos enriquecidos, alimentos dietéticos, alimentos congelados, alimentos de fantasia ou artificiais, alimentos irradiados, aditivos para alimentos, produtos alimentícios, materiais, artigos e utensílios destinados a entrar em contato com alimentos que:
a) tenham sido previamente registrados no órgão Federal, Estadual e Municipal competentes;
b) tenham sido embalados, reembalados, transportados, importados ou vendidos por estabelecimentos devidamente licenciados, com prazo de validade, se obrigatório;
c) tenham sido rotulados segundo as disposições das legislações Federal, Estadual e Municipal;
d) obedeçam, na sua composição, às especificações do respectivo padrão de qualidade, quando se tratar de alimentos padronizados ou daqueles que tenham sido declarados no momento do respectivo registro, mesmo quando se tratar de alimentos de fantasia ou artificial ou ainda não padronizado.
Art. 5º. Aplica-se o disposto neste Código às bebidas de qualquer tipo ou procedência, aos complementos alimentares, aos produtos destinados a serem mascados e a outras substâncias dotadas ou não de valor nutritivo, utilizadas no fabrico, preparação e tratamento de alimentos, matérias primas alimentares e alimentos "in natura".
Art. 6º. Todo o alimento, bem como os requisitos de seu registro obedecerão à Legislação Federal que dispõe a respeito de "Normas Básicas sobre Alimentos".
Art. 7º. A maquinaria, os aparelhos, utensílios, recipientes, vasilhames e outros materiais que entrem em contato com alimentos, empregados no fabrico, manipulação, acondicionamento, transporte, conservação e venda dos mesmos deverão ser de material que assegure perfeita higienização e de modo a não contaminar, alterar ou diminuir o valor nutritivo dos alimentos.
§ 1º. A autoridade sanitária poderá interditar temporária ou definitivamente, os materiais referidos neste artigo, bem como as instalações que não satisfaçam os requisitos técnicos e as exigências deste Código e das Normas Técnicas Especiais.
§ 2º. É obrigatória a dedetização e desratização periódica dos locais comerciais e industriais que trabalhem com alimentos.
Art. 8º. O emprego de produtos destinados a higienização de alimentos, matérias-primas alimentares e alimentos "in-natura" ou recipientes ou utensílios destinados a entrar em contato com os mesmos, dependerá de prévia autorização do órgão competente.
Art. 9º. A autoridade sanitária, sempre que julgar necessário, poderá exigir provas laboratoriais de controle de qualidade dos produtos alimentícios bem como dos seus componentes, através de laboratórios oficiais e credenciados.
Art. 10. A Secretaria Municipal de Saúde incube a aplicação do disposto neste Código através dos seus órgãos específicos, incumbindo-lhe, também, coordenar e fiscalizar o exato cumprimento de outras normas próprias, constantes das legislações Federal, Estadual e Municipal.
Art. 11. A autoridade sanitária, no exercício de suas atribuições, não comportando exceção de dia nem de hora, terá livre acesso a todas as dependências dos estabelecimentos que lidem com gêneros alimentícios, bem como dos veículos destinados à distribuição e comércio destes.
§ 1º. No exercício das respectivas funções, a autoridade sanitária fica obrigada a exibir a "Carteira de Fiscalização" expedida segundo os modelos oficiais.
§ 2º. Será necessária a presença do médico veterinário ou engenheiro quando a fiscalização incidir sobre matéria relativa as respectivas profissões.
§ 3º. Nos casos previstos no parágrafo anterior, se a Vigilância Sanitária não dispuser dos profissionais citados em seu quadro, poderá solicitar o apoio da Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e outros órgãos competentes para realizar as ações necessárias.
§ 4º. Aquele que embaraçar a autoridade incumbida de inspeção e fiscalização sanitária será punido na forma da legislação em vigor.
CAPÍTULO I
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 12. À Secretaria Municipal de Saúde do Município de Douradina, além de outras atribuições nos termos da lei, compete:
I - executar os serviços e programas de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Vigilância da Saúde do Trabalhador e Controle Ambiental;
II - colaborar com a União e o Estado na Execução dos programas citados no item I;
III - normalizar, em caráter complementar, procedimentos para o controle de qualidade de produtos e substâncias de consumo humano;
IV - definir as instâncias e mecanismos de controle e fiscalização das ações e serviços de saúde;
V - expedir, nos limites de sua competência constitucional, ofícios circulares, portarias, ordens de serviço e resoluções;
VI - participar conjuntamente com outros órgãos, em especial com o Órgão Municipal de Defesa do Meio Ambiente do controle dos agravos do meio ambiente, incluindo o de trabalho, que tenham repercussão na saúde individual ou coletiva;
VII - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
CAPÍTULO II
DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE
Art. 13. O órgão competente da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde exercerá o controle e a fiscalização da produção, manipulação, armazenamento, transporte, distribuição, comércio, dispensação e uso de:
I - drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, produtos biológicos, dietéticos e nutrientes;
II - cosméticos, produtos de higiene, perfumaria e correlatos; sangue e hemoderivados;
III - saneantes, domissanitários, compreendendo inseticidas, raticidas, defensivos agrícolas, desinfetantes e congêneres;
IV - alimento, matéria prima alimentar, alimento enriquecido, alimento dietético, alimento de fantasia e artificial, alimento irradiado, aditivo e produto alimentício;
V - água para consumo humano;
VI - produtos tóxicos e radioativos;
VII - entorpecentes que produzam dependência, bem como das respectivas toxicomanias;
VIII - outros produtos ou substâncias que interessem à saúde da população.
Parágrafo Único. Ficam adotadas as definições constantes da Legislação Federal e Estadual próprias no que se referem aos produtos citados.
CAPÍTULO III
DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTO E LOCAIS DE INTERESSE À SAÚDE
Art. 14. A Secretaria Municipal de Saúde, através de seu órgão de Vigilância Sanitária, mediante indicação ou execução de medidas capazes de assegurar proteção à saúde da população, participará direta ou indiretamente, do controle e fiscalização:
I - da coleta e destinação de dejetos, da coleta e transporte e destinação de lixos e refugos industriais;
II - de animais sinantrópicos, vetores de doenças, e de outros animais prejudiciais ao homem;
III - das fontes de radiação ionizantes e dos resíduos radiativos;
IV - dos estabelecimentos veterinários em geral;
V - dos cemitérios necrotérios, locais de velório para uso público, bem como inumações, exumações, trasladações e cremações;
VI - de hospitais, maternidades, postos de atendimento de urgência, ambulatórios, clínicas médicas, consultórios médicos, unidades móveis de atendimento médico e odontológico, laboratórios de prótese, consultórios e clínicas odontológicas, farmácias e drogarias, bancos de sangue, dispensários, lactários, creches, laboratórios de análises, clínicas e anatomopatológicos, estabelecimento de fisioterapia e afins;
VII - dos estabelecimentos que industrializem ou comercializem artigos cirúrgicos, ortopédicos, odontológicos e congêneres;
VIII - dos estabelecimentos que industrializem ou comercializem lentes oftálmicas e de contato e congêneres;
IX - dos estabelecimentos de terapia holística ou alternativa;
X - o comércio de produtos de interesse à saúde em eventos especiais tais como, exposições, feiras, rodeios, festas em logradouro público e afim;
XI - do comércio de produtos de interesse à saúde em feira livre quiosques, trailers, ambulante e afim;
XII - da assistência às comunidades do Município em situação de emergência e de calamidade pública;
XIII - da produção, comércio e uso de produtos agropecuários;
XIV – das atividades profissionais médicas, veterinárias, farmacêuticas, odontológicas, de enfermagem e de outras profissões afins ligadas a saúde;
XV – dos estabelecimentos onde se fabriquem, beneficiem, acondicionem, conservem, depositem, transportem, produzam, distribuam, vendam, alimentos, produtos farmacêuticos, cosméticos, saneantes domissanitários e outros produtos de interesse à saúde e prestem serviços que possam pôr em risco a saúde individual ou coletiva da população;
XVI - dos estabelecimentos industriais e de trabalho em geral;
XVII - das habitações e seus anexos e das construções em geral;
XVIII - dos hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos afins, dos acompanhantes e das estâncias de repouso;
XIX - dos logradouros em geral nas áreas urbanas e zonas rurais;
XX - dos locais de esporte e recreação e lazer, bem como os estabelecimentos de diversão publica em geral;
XXI - dos estabelecimentos escolares, creches, e ensino de qualquer natureza;
XXII - dos institutos de beleza e estética, casas de massagem, salões de beleza e barbearias, estabelecimentos de tatuagens e piercings;
XXIII - de qualquer outra atividade não relacionada nos incisos anteriores cujo controle estejam sujeitos a ações a fiscalização sanitária.
TÍTULO II
DO REGISTRO E CONTROLE
Art. 15. Todo alimento somente será exposto ao consumo e entregue à venda depois de registrado nos órgãos competentes e na forma da Lei.
Parágrafo Único. Os alimentos industrializados vendidos a granel estarão sujeitos a registro quando a Norma Técnica Especial assim o determinar.
Art. 16. O registro de aditivos intencionais e de embalagens, equipamentos e utensílios, elaborados e revestidos internamente de substâncias resinosas e poliméricas, e o de coadjuvante de tecnologia de fabricação, declarado obrigatório, serão sempre precedidos de análise prévia, na forma da Lei Federal.
TÍTULO III
DA ROTULAGEM
Art. 17. Os alimentos e aditivos intencionais deverão ser rotulados de acordo com a legislação Federal e Norma Técnicas Especiais.
Parágrafo Único. Aplicam-se às disposições deste artigo aos aditivos intencionais e produtos alimentícios dispensados de registro, bem como às matérias-primas alimentares "in natura", quando condicionados em embalagens que os caracterizam.
Art. 18. Os rótulos deverão mencionar em caracteres perfeitamente legíveis:
I – a qualidade, a natureza e o tipo de alimento, observadas a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade no rótulo arquivado no órgão competente do Ministério da Saúde, no caso alimentos de fantasia ou artificial, ou de alimentos não padronizados;
II – nome e marca do alimento;
III – nome do fabricante ou produtor;
IV – sede da fábrica ou local de produção;
V – número do registro do alimento no órgão competente;
VI – indicação do emprego de aditivo intencional, mencionando-o expressamente ou indicando o código de identificação correspondente com a especificação da classe a que pertence;
VII – número de identificação da partida, lote, data da fabricação e prazo de validade, quando se tratar de alimento perecível;
VIII – peso ou volume líquido;
IX – a temperatura máxima permitida para sua perfeita conservação, quando se tratar de alimentos perecíveis que exijam conservação sob refrigeração.
§ 1º. Os rótulos de alimentos destituídos, total ou parcialmente, de um de seus componentes normais, deverão mencionar a alteração autorizada.
§ 2º. Os nomes científicos que foram inscritos nos rótulos de alimentos deverão, sempre que possível, ser acompanhados da denominação comum correspondente.
Art. 19. Os rótulos de alimentos de fantasia ou artificial não poderão conter indicações especiais de qualidade, nem trazer menções, figuras ou desenhos que possibilitem falsa interpretação, ou que induzam o consumidor a erro ou engano quanto a sua origem, natureza ou composição.
Art. 20. Os rótulos de alimentos que contiverem corantes artificiais deverão trazer na rotulagem a declaração "Colorido Artificialmente".
Art. 21. Os rótulos dos alimentos enriquecidos, dos alimentos dietéticos e dos alimentos irradiados deverão trazer a respectiva indicação em caracteres legíveis.
Parágrafo Único. A declaração de "Alimento Dietético" deverá ser acompanhada da indicação do tipo de regime a que se destina o produto, expressa em linguagem de fácil entendimento.
Art. 22. Não serão permitidas na rotulagem quaisquer indicações relativas à qualidade do alimento que não sejam as estabelecidas por esse Regime de Normas Técnicas Especiais.
Art. 23. As disposições deste Código se aplicam aos textos e matérias de propagandas de alimentos qualquer que seja o veículo utilizado para sua divulgação.
Art. 24. Os estabelecimentos ao venderem alimentos industrializados, a granel ou a varejo, manterão indicações ao consumidor quanto à sua origem.
TÍTULO IV
PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE
Art. 25. O padrão de Identidade e Qualidade dos alimentos, para cada tipo ou espécie, obedecerá ao disposto na legislação Federal sobre:
I – denominação, definição e composição, compreendendo a descrição do alimento, citando o nome científico, quando houver e os requisitos que permitam fixar um critério de qualidade;
II – requisitos de higiene, compreendendo medidas sanitárias concretas e demais disposições necessárias à obtenção de um alimento puro, comestível e de qualidade comercial;
III – aditivos de intencionais que podem ser empregados, abrangendo a finalidade do emprego e o limite de adição;
IV – requisitos aplicáveis a peso e medida;
V – requisitos relativos à rotulagem e apresentação do produto;
VI – métodos de coleta de amostra, embalagem e análise do alimento;
Parágrafo Único. Os requisitos de higiene abrangerão o padrão microbiológico do alimento e o limite residual de pesticidas contaminantes tolerados.
TÍTULO V
INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS
CAPÍTULO I
NORMAS GERAIS
Art. 26. A inspeção e a fiscalização sanitária serão exercidas pela autoridade municipal, nos limites da sua competência.
Art. 27. A inspeção e a fiscalização de alimentos, se estenderão à publicidade e a propaganda qualquer que seja o meio empregado para sua divulgação.
Art. 28. O responsável pelas atividades de manipulação dos alimentos deve ser o proprietário ou funcionário designado, devidamente capacitado, sem prejuízo dos casos onde há previsão legal para responsabilidade técnica. O responsável pelas atividades de manipulação dos alimentos deve ser comprovadamente submetido a curso de capacitação, com carga horária mínima de 4 horas, abordando, no mínimo os seguintes temas:
a) contaminantes alimentares;
b) doenças transmitidas por alimentos;
c) manipulação higiênica dos alimentos;
d) boas Práticas.
Art. 29. O poder de polícia sanitária será exercido sobre os alimentos, sobre o pessoal que os manipula, sobre os locais e instalações onde se fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, conserve, deposite, armazene, transporte, distribua, venda ou consuma alimentos.
Art. 30. No fabrico, produção, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, conservação, armazenamento, transporte, distribuição, venda e consumação de alimentos, deverão ser observados os preceitos de limpeza e higiene.
Art. 31. É proibido manter no mesmo recipiente ou transportar no mesmo compartimento de um veículo, alimentos e substâncias estranhas que possam contamina-los ou corrompê-los.
Art. 32. No interesse da saúde pública, poderá a autoridade sanitária proibir nos locais que determinar o ingresso e a venda de gêneros e produtos alimentícios de determinadas procedências, quando plenamente justificados os motivos.
Art. 33. Pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas ou transmissíveis, exceto quando houver um vetor hospedeiro intermediário obrigatório, bem como as afetadas de dermatoses exsudativas ou esfoliativas ou portadoras de doenças de aspecto repugnante não poderão exercer atividades que envolvem contato ou manipulação de gêneros alimentícios.
Art. 34. Os utensílios e recipientes dos estabelecimentos onde se consumam alimentos deverão ser lavados e higienizados na forma estabelecida pelas Normas Técnicas Especiais ou usados recipientes não reutilizáveis.
Art. 35. Nenhum alimento de ingestão direta poderá ser exposta a venda sem estar devidamente protegido contra a poeira, insetos e animais, bem como com o contato direto e indireto do consumidor.
Parágrafo Único. Exclui-se da exigência deste artigo os alimentos "in natura".
Art. 36. Será proibida a venda por ambulantes ou em feiras de produtos alimentícios que não puderem ser objetos desse tipo de comércio.
Art. 37. A venda por ambulante ou em feiras, de produtos perecíveis de consumo imediato, poderá ser autorizado pelo poder público municipal, que levará em conta as condições e características locais e do produto, desde que obedecidas as Normas Técnicas Especiais.
Art. 38. A critério da autoridade sanitária e sob pena de apreensão e inutilização sumária, os alimentos destinados ao consumo imediato, que tenham ou não sofrido processo de cocção só poderão ser expostos à venda em locais de comércio de gêneros alimentícios, em feiras e por ambulantes, se devidamente protegidos.
Parágrafo Único. Excluem-se da exigência deste artigo os alimentos "in natura" e aqueles, que, por qualquer forma, possam ser higienizados antes de serem consumidos.
Art. 39. A critério da autoridade sanitária que levará em conta as características locais e de fiscalização, poderá a título precário, ser autorizada a venda de determinados tipos de alimentos em estabelecimentos não especializados, sob inteira responsabilidade da empresa instalada no local com o outro ramo de atividade.
Art. 40. Os gêneros alimentícios e bebidas depositadas ou em trânsito nos armazéns das empresas transportadoras ficarão sujeitos à fiscalização da autoridade sanitária.
Parágrafo Único. As empresas transportadoras serão obrigadas, quando parecer oportuno à autoridade sanitária, a fornecer esclarecimentos sobre as mercadorias em trânsito ou depositadas em seus armazéns, a lhe dar vista da guia de expedição ou importação, faturas, conhecimentos e demais documentos relativos às mercadorias sob sua guarda, bem como facilitar a inspeção desta e a coleta de amostras.
CAPÍTULO II
COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Art. 41. Consideram-se gêneros alimentícios quaisquer substâncias ou mistura de substâncias que se destinem à alimentação.
Art. 42. Só é permitida a produção de gêneros alimentícios, sua guarda, armazenagem, exposição à venda e ao comércio quando próprios para o consumo.
§ 1º. Próprios para o consumo serão unicamente os alimentos que se acharem em perfeito estado de conservação e que por sua natureza, composição, fabrico, manipulação, procedência e acondicionamento, estiverem isentos de nocividade à saúde e de acordo com as normas sanitárias vigentes.
§ 2º. Impróprios para o consumo serão os gêneros alimentícios:
a) danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou embolorados, e de caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem descuido na manipulação ou acondicionamento;
b) que forem alterados ou deteriorados, ou ainda, contaminados ou infectados por parasitas;
c) que forem fraudados, adulterados ou falsificados;
d) que contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;
e) que forem prejudiciais ou imprestáveis à alimentação, por qualquer motivo;
f) que não estiverem de acordo com a legislação em vigor.
Art. 43. Considerar-se-ão contaminados ou deteriorados os produtos alimentícios que, pela ação da umidade, luz, temperatura, microorganismos patológicos ou saprófitas, capazes de transmitir doenças aos homens ou aos animais, em que contenham microorganismos indicativos de contaminação de origem fecal ou de produzir deterioração de substâncias alimentícias, tais como enegrecimento, gosto ácido, gás sulfídrico ou gasogêneos suscetíveis de produzir estofamento do vasilhame.
Art. 44. Considerar-se-ão alterados os produtos alimentícios que, pela ação da umidade, luz, temperatura, microorganismos, parasitos, conservação e acondicionamento inadequado ou por qualquer outra causa, tenham sofrido avaria, deterioração e estiverem prejudicados em sua pureza, composição ou características organolépticas.
Art. 45. Considerar-se-ão adulterados os produtos alimentícios:
a) quando estiverem sidos adicionados ou misturados com substâncias que lhes modifiquem a qualidade, reduzam o valor nutritivo ou provoquem deterioração;
b) quando se lhes tiver tirado, embora parcialmente, um de seus elementos de sua constituição normal;
c) quando contiverem substâncias ou ingredientes nocivos à saúde ou substâncias conservadoras de uso proibido;
d) que tiverem sido no todo ou em parte, substituído por outros de qualidade inferior;
e) que tiverem sido coloridos, revestidos, aromatizados ou adicionados de substâncias estranhas, para efeito de ocultar qualquer fraude ou de alteração ou de aparentar melhor qualidade que a real, exceto nos casos expressamente pela legislação vigente.
Parágrafo Único. As disposições das alíneas "A" e "B" não compreendem os leites preparados, produtos dietéticos, nem outros produtos alimentícios legalmente registrados.
Art. 46. Considerar-se-ão fraudados os produtos alimentícios:
a) que tiverem sido, no todo ou em parte, substituído em relação ao indicado recipiente;
b) que na composição, peso ou medida, diversificarem do anunciado nos invólucros ou rótulos, e não estiverem de acordo com as especificações exigidas pela legislação em vigor.
Art. 47. O asseio e limpeza deverão ser observados no fabrico, produção, manipulação, preparação, conservação, acondicionamento, transporte e venda de gêneros alimentícios.
Art. 48. É considerada matéria-prima alimentar toda substância de origem vegetal ou animal, em estado bruto que, para se transformar em alimento, deva sofrer tratamento ou transformação da natureza físico-química.
§ 1º. Alimento "in natura" é todo alimento de origem animal ou vegetal, para cujo consumo imediato seja necessária apenas à remoção da parte não comestível.
§ 2º. Alimento de fantasia ou artificial é todo aquele preparado com o objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição entrem substâncias não encontradas no alimento a ser imitado.
Art. 49. Os gêneros alimentícios somente poderão ser confeccionados com matérias permitidas e que satisfaçam as exigências da legislação vigente.
CAPÍTULO III
DA COLETA DE AMOSTRAS E ANÁLISE FISCAL
Art. 50. Compete à autoridade sanitária realizar, periodicamente ou quando julgar necessário, coletas de amostras de alimentos, matérias primas para alimentos, aditivos, coadjuvantes, recipientes, produtos e materiais que forem de interesse sanitário, para efeito de análise administrativa ou fiscal.
Art. 51. - Coleta de amostra será feita sem interdição da mercadoria, quando se tratar de análise fiscal de rotina.
Parágrafo Único. Se à análise fiscal de amostra colhida em fiscalização de rotina for condenatória, a autoridade sanitária poderá efetuar nova coleta de amostra, com interdição da mercadoria, lavrando o termo de interdição.
Art. 52. A coleta de amostra, para fins de análise, será feita mediante a lavratura de termo de coleta de amostra e esta deverá ser em quantidade representativa do estoque existente, dividida em 03 (três) invólucros tornados invioláveis, para assegurar sua autenticidade e conservadas adequadamente, de modo a assegurar suas características originais.
§ 1º. Das amostras colhidas, duas serão enviadas ao laboratório oficial para análise fiscal, a terceira ficará em poder do detentor ou responsável pelo alimento, servindo esta última para eventual perícia ou contraprova.
§ 2º. Se a quantidade ou a natureza do alimento não permitir a coleta de amostra, na forma prevista neste regulamento e em Normas Técnicas Especiais, o alimento será apreendido, mediante lavratura do termo respectivo, e levado ao laboratório oficial onde, na presença do possuidor ou responsável e do perito por ele indicado, ou na sua falta, duas testemunhas, será efetuada, de imediato a análise fiscal.
Art. 53. A análise fiscal será realizada no laboratório oficial e os laudos analíticos resultantes deverão ser fornecidos à autoridade sanitária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias e, no caso de alimentos perecíveis, no menor prazo possível, a contar da data do recebimento da amostra.
Art. 54. Da análise fiscal condenatória o laboratório oficial deverá lavrar laudo minucioso e conclusivo, contendo a discriminação expressa, de modo claro e inequívoco, das características da infração cometida, além da indicação dos dispositivos legais ou regulamentares infringidos.
Art. 55. Serão encaminhadas cópias do laudo analítico aos detentos do produto e ao fabricante, ficando uma via para instrução do processo administrativo.
Art. 56. Quando a análise fiscal concluir pela condenação do alimento, a autoridade sanitária notificará o responsável para apresentar defesa escrita e requerer perícia e contraprova no prazo de 10 (dez) dias.
§ 1º. A notificação de que trata este artigo será acompanhada de 01(uma) via do laudo analítico e deverá ser feita dentro de prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento do resultado da análise condenatória.
§ 2º. Decorrido o prazo referido no "caput" deste artigo, sem que o responsável tenha apresentado defesa ou requerido perícia de contraprova, o laudo analítico da análise será considerado definitivo.
CAPÍTULO IV
DA INTERDIÇÃO DE ALIMENTOS
Art. 57. Os alimentos suspeitos ou com indícios de fraudes por alteração, adulteração ou falsificação, serão interditados pela autoridade sanitária como medida cautelar, e deles serão colhidas amostras para análise fiscal.
Art. 58. Na interdição de alimentos, para fins de análise laboratorial, será lavrado o termo respectivo assinado pela autoridade sanitária e pelo possuidor ou detentor da mercadoria ou seu representante legal e, na ausência ou recusa destes, por 02 (dois) testemunhas.
Parágrafo Único. O termo de interdição especificará a natureza, tipo, marca, procedência e quantidade da mercadoria, nome e endereço do detentor e do fabricante e será lavrado em 04 (quatro) vias, destinando-se uma delas ao infrator.
Art. 59. A interdição do produto e do estabelecimento, como medida cautelar, durará o tempo necessário à realização dos testes, provas, análises e outras providências requeridas, não podendo, em qualquer caso, exceder o prazo de 60 (sessenta) dias, e de 10 (dez) dias para os produtos perecíveis, findo o qual o produto ou estabelecimento ficará automaticamente liberado.
§ 1º. Se análise fiscal não comprovar infração a qualquer norma legal vigente, a autoridade comunicará ao interessado dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento de laudo respectivo, a liberação da mercadoria.
§ 2º. Se a análise fiscal concluir pela condenação ao alimento, a autoridade notificará o responsável, mantendo a interdição até decisão final.
Art. 60. O possuidor ou responsável pelo alimento interditado fica proibido de entregá-lo ao consumo, desviá-lo ou substituí-lo, no todo ou em parte, até que ocorra a liberação da mercadoria pela autoridade sanitária, na forma prevista pelo artigo anterior.
Art. 61. Quando resultar provado, em análise fiscal, ser o alimento impróprio para o consumo, será obrigatório a sua inutilização, e se for o caso de interdição no setor, seção e/ou estabelecimento, será lavrado respectivos termos.
CAPÍTULO V
DA APREENSÃO E INUTILIZAÇÃO DE ALIMENTOS
Art. 62. Os alimentos deteriorados e os alterados, de tal forma que a alteração justifique considera-los, de pronto, impróprios para o consumo, serão apreendidos e inutilizados sumariamente pela autoridade sanitária, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
§ 1º. A autoridade sanitária lavrará o auto de infração, com imposição de penalidade de inutilização e o respectivo termo de apreensão e inutilização, que especificará a natureza, marca, quantidade do produto, os quais serão assinados pela autoridade e pelo infrator, ou, na recusa deste, por duas testemunhas, além da autoridade.
§ 2º. Se o interessado não se conformar com a inutilização, protestará no termo respectivo, devendo, neste caso, ser feita a coleta de amostra do produto para análise fiscal.
§ 3º. Quando o valor da mercadoria for ínfimo, poderá ser dispensada a lavratura do termo de apreensão e inutilização desde que, com a dispensa, concorde, por escrito, o infrator.
§ 4º. Quando, a critério da autoridade sanitária, o produto for passível de inutilização para fins agropecuários, ou industriais, sem prejuízo para a saúde pública, poderá ser transportado, por conta e risco do infrator, para local designado, acompanhado por autoridade sanitária, que verificará a sua destinação até o momento de não mais ser possível colocá-lo para o consumo humano.
Art. 63. Não serão apreendidos, mesmo nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, os tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, quando destinados ao plantio ou a fim industrial, desde que essa circunstância esteja declarada no envoltório de modo inequívoco e facilmente legível.
CAPÍTULO VI
DA PERÍCIA E CONTRAPROVA
Art. 64. A perícia de contraprova será efetuada sobre a amostra em poder do detentor, no laboratório fiscal que tenha realizado a análise fiscal, com a presença do perito indicado pelo interessado.
§ 1º. Ao perito indicado pelo interessado, que terá habilitação legal, serão fornecidas as informações que solicitar sobre a perícia, dando-se-lhe visto da análise condenatória e de mais elementos por ele julgados indispensáveis.
§ 2º. O não comparecimento do perito indicado pela parte interessada, no dia e hora fixados, sem causa previamente justificada, acarretará o encerramento automático da perícia de contraprova.
Art. 65. Na perícia de contraprova, não será efetuada a análise no caso da amostra em poder do infrator apresentar indícios de alteração ou violação dos envoltórios autenticados pela autoridade e, nessa hipótese, prevalecerá como definitivo o laudo condenatório.
Art. 66. Não sendo comprovada, através dos exames periciais, a infração alegada, e sendo o produto considerado próprio para o consumo, a autoridade competente proferirá despacho, liberando-o e determinando o arquivamento do processo.
CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES COMUNS
Art. 67. Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do alimento em razão do laudo laboratorial condenatório confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de flagrante fraude, falsificação ou adulteração do produto.
Art. 68. Os alimentos de origem clandestina serão interditados pela autoridade sanitária e deles serão colhidas amostras para análise fiscal.
§ 1º. Se a análise fiscal revelar que o produto é impróprio para o consumo, ele será imediatamente inutilizado pela autoridade sanitária.
§ 2º. Se a análise fiscal revelar tratar-se de produto próprio para o consumo, ele será apreendido pela autoridade sanitária e distribuído a instituições assistenciais públicas ou privadas, desde que beneficentes, de caridade ou filantrópicas.
Art. 69. No caso de condenatória definitiva do produto cuja alteração, adulteração ou falsificação não impliquem em torná-lo impróprio para o uso ou consumo, ele será apreendido pela autoridade sanitária e distribuído a estabelecimentos assistenciais, de preferência municipais.
Art. 70. O resultado definitivo da análise condenatória de alimentos oriundos de outro estado será, obrigatoriamente,comunicado ao órgão de vigilância sanitária federal e aos estados interessados.
Art. 71. O cancelamento da autorização para o funcionamento de empresa e de licença de estabelecimento somente ocorrerá após a publicação, na imprensa oficial, de decisão irrecorrível, sem prejuízo da interdição nos casos previstos em lei.
TÍTULO VI
DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS
Art. 72. Todo estabelecimento ou local destinado à produção, fabrico, preparo, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito ou venda de alimentos deverá possuir Certificado de Inspeção Sanitária, Licença de Consulta Prévia e Alvará de Localização.
§ 1º. O Certificado de Inspeção Sanitária será concedido após inspeção das instalações pela autoridade sanitária, obedecida às especificações desse Código e Normas Técnicas Especiais.
§ 2º. Para cada supermercado ou congênere, a repartição sanitária fornecerá um único certificado de inspeção sanitária e para os mercados conjuntos ou feiras, um certificado para cada Box.
§ 3º. Os veículos de transporte de gêneros alimentícios deverão possuir Licença Sanitária de Veículo, o qual será concedido pela autoridade sanitária, após a inspeção.
Art.73. Nos locais que fabriquem, beneficiem, preparem ou acondicionem alimentos, é proibido terem em depósito substâncias nocivas à saúde ou que possam servir para alterar, adulterar, fraudar ou falsificar alimentos.
Art. 74. Só será permitido o comércio de saneantes, desinfetantes e produtos similares, em estabelecimentos de venda ou consumo de alimentos, quando neles existir recinto isolado, em local de difícil acesso às crianças, devidamente aprovados pela autoridade sanitária competente, de acordo com a legislação específica.
Parágrafo Único. Os produtos mencionados no "Caput" deste artigo deverão ser acondicionados em embalagens impermeáveis.
Art. 75. É obrigatória a existência de aparelhos de refrigeração ou congelamento nos estabelecimentos em que se produzam, fabriquem, preparem, beneficiem, manipulem, acondicionem, armazenem, depositem ou vendam produtos perecíveis ou alteráveis.
Parágrafo Único. À critério da autoridade sanitária, a exigência de que trata esse artigo poderá estender-se aos veículos de transporte.
Art. 76. Nos locais e estabelecimentos onde se manipulem, beneficiem, preparem, fabriquem ou comercializem produtos alimentícios e bebidas, fica vedada às pessoas que neles exerçam as suas atividades:
I – fumar;
II – varrer a seco;
III – permitir a entrada ou permanência de quaisquer animais.
Art. 77. Nos estabelecimentos onde se fabriquem, preparem, vendam ou depositem gêneros alimentícios haverá recipientes adequados, de fácil limpeza e providos de tampa ou recipientes descartáveis para coleta de resíduos.
Art. 78. Será obrigatório, vigoroso asseio nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios.
Parágrafo Único. Nos gabinetes sanitários, que deverão ser separados por sexo, na proporção prevista em lei, recebendo luz natural ou artificial, bem como ventilação e isolados dos locais de venda, será obrigatória a existência de papel higiênico, lavatório com água corrente, sabão, toalhas de papel ou secador de ar quente com aviso fixado em ponto visível, determinando a obrigatoriedade de seu uso, ficando proibidos recipientes para papel higiênico usado, sem tampa.
Art. 79. As pessoas que manipulam alimentos, quando no exercício de atividades, devem:
I – manter o mais rigoroso asseio corporal e do vestuário;
II – fazer uso do vestuário adequado à natureza dos serviços;
III – fazer uso do gorro ou outro dispositivo que cubra os cabelos;
IV – ter as mãos obrigatoriamente lavadas com água e sabão antes do início das atividades, quando tenham tocado material contaminado ou dinheiro e após a utilização do gabinete sanitário;
V – ter as unhas cortadas sem pintura e limpas;
VI – abster-se de tocar diretamente com as mãos nos alimentos mais do que o absolutamente necessário e desde que não possa fazê-lo com uso de utensílios apropriados;
VII – abster-se de fumar e mascar gomas, bem como usar adornos nos braços;
VIII – apresentar à fiscalização sanitária o Certificado de Vacinação Anti-tetânica atualizado, sempre que for exigido;
IX – usar somente calçados fechados.
§ 1º. O responsável pelo caixa deverá receber diretamente dos fregueses o dinheiro e dar-lhes o troco, sendo absolutamente vedado ao manipulador de alimentos tocar o dinheiro.
§ 2º. As pessoas mencionadas no "caput" deste artigo não podem praticar quaisquer outros atos capazes de comprometer a limpeza do estabelecimento ou asseio dos alimentos.
§ 3º. As exigências deste artigo são extensivas a todos aqueles que, mesmo não sendo empregados ou operários registrados nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, estejam vinculados, de qualquer forma, à fabricação, manipulação, venda, depósito ou transporte de gêneros alimentícios, em caráter habitual.
TÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS OU COMERCIAIS DE GÊNERO ALIMENTÍCIOS
Art. 80. É proibido elaborar, extrair, manipular, armazenar, fracionar, ou vender produtos alimentícios, condimentos ou bebidas e suas matérias-primas correspondentes, em locais inadequados para esses fins, por sua capacidade, temperatura, iluminação, ventilação, e demais requisitos de higiene.
Art. 81. Os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deverão:
I – dispor de dependências e instalações mínimas adequadas, na forma da lei, para produção, fracionamento, conservação, acondicionamento, armazenamento e comercialização de alimentos;
II – manter permanentemente higienizados as dependências, bem como as máquinas, utensílios e outros materiais nela existentes, sendo proibido utilizar essas dependências como habitação ou dormitório ou como área de circulação para residência ou moradia;
III – impedir a existência de plantas tóxicas em quaisquer de suas dependências;
IV – possuir iluminação por luz natural, sempre que seja possível, e quando for necessário a utilização de luz artificial, esta deverá ser fria e protegida contra acidentes;
V – evitar a presença de roedores e insetos, agindo cautelosamente quanto ao emprego de venenos cujo uso só será permitido em dependências não destinada à manipulação ou depósito de alimentos e realizadas por empresas devidamente registradas e credenciadas pela autoridade competente;
VI – dispor de adequado abastecimento de água para atender às necessidades do trabalho industrial ou comercial e às exigências sanitárias;
VII – dispor de adequado sistema de esgotamento ligado a tubos coletores e estes ao sistema geral público, quando existentes, ou a fossas sépticas;
VIII – dispor de ventilação suficiente em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis;
IX – possuir instalações de frio dotadas de dispositivo de temperatura e umidade, quando se fizerem necessárias, em número e com área suficiente, segundo a capacidade do estabelecimento;
X – armazenar os produtos elaborados, as matérias primas, os aditivos e as bebidas, bem como o material destinado ao acondicionamento de alimentos, em locais apropriados, em estantes ou suportes adequados; em caso de sacarias, estas deverão ser colocadas sobre estrados, afastados no mínimo 15 centímetros do piso e das paredes;
XI - possuir mesas de manipulação revestidas na superfície de material liso impermeável e resistente;
XII – possuir pisos de superfície lisa, de material compacto e resistente, com ralos sifonados, providos de grelhas que se fechem, ligados à rede de esgotos e paredes convenientemente impermeabilizadas, com material adequado, azulejos, tinta a óleo, liso e resistente, até a altura mínima de 2 (dois) metros, salvo no caso das cozinhas, onde tal material será estendido até o teto;
XIII – possuir recipientes metálicos com tampa e capacidade suficiente para recolher todo lixo acumulado durante o dia;
XIV – manter os produtos alimentares em locais separados dos usados para produtos saneantes, desinfetantes, tóxicos e produtos similares.
§ 1º. Nos estabelecimentos comerciais, não será permitida a exposição de gêneros alimentícios fora de sua área física.
§ 2º. Nos locais de elaboração de alimentos, é proibida a existência de matérias-primas, instrumentos ou materiais estranhos ao processo de fabricação.
§ 3º. Nos locais onde se manipulem ou armazenam produtos alimentícios, as aberturas de comunicação e ventilação deverão estar providas de dispositivos adequados para impedir, tanto quanto possível, a entrada de insetos e de impurezas.
Art. 82. As empresas proprietárias de estabelecimentos que produzam ou fracionem alimentos são responsáveis por todo produto que enviem ao comércio e quando verificarem que a elaboração ou acondicionamento se deu em condições higiênicas defeituosas, bem como a infração das disposições vigentes, deverão inutilizar o produto imediatamente, ressalvados os casos de aproveitamento autorizado pela autoridade sanitária.
§ 1º. Considerar-se-ão como destinados ao consumo quaisquer alimentos encontrados em estabelecimentos comerciais ou industriais próprios, ou em suas dependências, salvo se estiverem em recipientes de lixo, já inutilizados ou em locais isolados com a indicação de "impróprio para o consumo".
§ 2º. A amostra para fins de análise fiscal, que permanecer nos estabelecimentos pelo prazo necessário à referida análise, deverá ficar em recipiente fechado, isolado e sob refrigeração quando for o caso.
Art. 83. Nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios, só poderão existir dormitórios quando o prédio dispuser de aposentos especiais para esse fim, adequadamente separados da parte industrial e/ou comercial.
Parágrafo Único. Nos casos a que se refere ao presente artigo, os compartimentos de habitação não poderão ter comunicação direta com as dependências ou locais destinados à manipulação, preparo ou fabrico, depósito ou venda de gêneros alimentícios.
TÍTULO VIII
ESTABELECIMENTOS ESPECIAIS
CAPÍTULO I
ESTABELECIMENTOS DE BENEFICIAMENTO E MOAGEM DE TRIGO, MILHO, MANDIOCA E CONGÊNERES
Art. 84. Os estabelecimentos de beneficiamento e moagem de trigo, milho, mandioca e produtos congêneres terão:
I – dependências de moagem, ensacamento e estocagem com piso compacto, resistente e liso, e paredes revestidas de material também liso e impermeável, de modo a facilitar a limpeza permanente da pintura sempre que necessário;
II – dependências de lavagem de matéria-prima com piso compacto, liso e resistente, providas de escoamento das águas servidas e paredes revestidas de azulejos claros, de preferência brancos, até a altura mínima de 2 (dois) metros.
§ 1º. Os silos observarão as exigências específicas de construção de tecnologia de armazenagem.
§ 2º. A operação de acondicionamento do produto final deverá ser feita por processos mecânicos, evitando-se, quanto possível, o manual.
CAPÍTULO II
FABRICAS DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E DE BISCOITOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES
Art. 85. As fábricas de massas alimentícias, de biscoitos, e estabelecimentos congêneres terão locais de dependências reservados a:
a) preparo e elaboração de produtos;
b) acondicionamento, rotulagem e expedição;
c) exposição e venda;
d) refeitórios;
e) vestiários;
f) instalações sanitárias;
g) depósitos de combustíveis;
h) depósitos de matérias-primas.
Art. 86. As dependências destinadas ao preparo e transformação dos produtos serão constituídas de fornos, caldeiras, maquinarias e depósitos de matérias-primas e de aditivos para alimentos.
§ 1º. Os fornos e caldeiras serão instalados em locais apropriados e ficarão afastados, no mínimo, cinqüenta centímetros das paredes dos compartimentos vizinhos.
§ 2º. Os depósitos de matérias-primas alimentares e de aditivos para alimentos, que entrem na elaboração dos produtos, deverão ter proteção permanente contra a ação de roedores, insetos e outros agentes nocivos à saúde.
Art. 87. Nas fábricas de massas alimentícias e estabelecimentos congêneres, a secagem dos produtos devem ser feitos por meio de câmaras e estufas, sendo estas de especificações técnicas aprovadas pelo órgão competente.
Parágrafo Único. As câmaras de secagem terão, obrigatoriamente, paredes, pisos e tetos revestidos de material liso, compacto, resistente e impermeável, com visores para observação do interior.
Art. 88. As massas, durante a operação de secagem, deverão ficar, obrigatoriamente, em armações com prateleiras de material de fácil higienização, instaladas dentro das câmaras.
Art. 89. Os produtos alimentícios fabricados que, por força de sua natureza ou tipo de comercialização, não puderem ser completamente protegidos por invólucros próprios e adequados deverão ser abrigados em vitrinas.
CAPÍTULO III
PADARIAS, CONFEITARIAS E CONGÊNERES
Art. 90. As padarias, confeitarias e congêneres, quando o prédio em que se instalarem se destinar também a indústria panificadora, terão:
a) sala de manipulação;
b) sala de expedição;
c) loja de vendas;
d) vestiários;
e) instalações sanitárias;
f) depósito de combustíveis;
g) depósitos de matérias-primas.
Parágrafo Único. A sala de manipulação, com área total mínima de 30 m² (trinta metros quadrados), deve ser constituída de forno, câmara termoreguladora, fermentação, depósito de farinha, maquinaria, mesa de manipulação e assentos.
Art. 91. Os depósitos de farinha deverão ter:
a) paredes revestidas até o teto com material liso e impermeável;
b) piso de material compacto, resistente e liso, sem apresentar fendas, de modo a não permitir o acúmulo de detritos;
c) ventilação e iluminação suficientes;
d) proteção permanente contra roedores, insetos e outros agentes nocivos à saúde.
Art. 92. Nas salas de manipulação, devem ser observadas as condições de higiene e saúde ocupacionais, relativas à iluminação, arejamento, regularização térmica, limpeza, paredes revestidas até o teto com azulejos brancos, vidrados ou de outro material equivalente e piso de superfície lisa e resistente, com ralos sifonados, providos de grelhas que se fechem.
Art. 93. As dependências destinadas à expedição de pães e demais produtos de fabricação devem ter paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente, até a altura mínima de 2 (dois) metros, piso de superfície lisa, balcões com tampos de material liso e impermeável, apoiados sobre bases de concreto ou acima do piso, no mínimo, trinta centímetros e dotados de instalações com dispositivos que protejam os alimentos.
Art. 94. As dependências destinadas à confecção de doces e salgados deverão observar os seguintes requisitos:
a) área total interna com o mínimo de dez metros quadrados;
b) paredes revestidas de azulejos brancos, vidrados ou outro material equivalente;
c) fogão a gás, elétrico ou outro sistema aprovado, provido de mecanismo de exaustão de fumaça e de vapores;
d) armários para louças e utensílios;
e) bancadas com tampo de material liso e impermeável;
f) pias de aço inoxidável ou ferro esmaltado, providas de água corrente quente e fria.
Art. 95. Nas atividades de produção devem ser usados fermentos selecionados, de pureza comprovada, sendo proibida a fermentação pelas "iscas" de massa.
Art. 96. Nos casos em que o pão deva ser embalado, a embalagem será feita em invólucro impermeável, transparente e fechado, contendo o nome e o domicílio da empresa produtora, bem como a data de fabricação e de validade.
Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Saúde determinará os casos e condições em que o pão deva ser embalado.
Art. 97. As fábricas de doces e demais estabelecimentos congêneres deverão ter locais e dependências destinados:
a) à elaboração ou preparo dos produtos;
b) ao acondicionamento, rotulagem e expedição;
c) ao depósito de farinha, açúcar e matérias-primas;
d) à venda;
e) às máquinas, fornos e caldeiras.
Art. 98. As farinhas, pastas, frutas, caldas e outras substâncias em manipulação deverão ser trabalhadas com amassadores e outros aparelhos mecânicos de tipo aprovado.
Art. 99. Os produtos serão protegidos por invólucros adequados ao abrigo dos insetos e poeiras e não poderão ser embrulhados em papel de imprensa ou já servidos.
CAPÍTULO IV
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ
Art. 100. Os estabelecimentos de torrefação e moagem de café, serão instalados em locais próprios em que não se permitirá a exploração de qualquer outro ramo de comércio ou indústria de produtos alimentícios.
Art. 101. Os estabelecimentos de torrefação e moagem de café terão:
a) azulejos brancos ou outro material liso, compacto e resistente, em cores claras, na dependência de torrefação, paredes revestidas, até o teto, e com cantos arredondados;
b) nas dependências de moagem, acondicionamento, expedição e venda, paredes impermeabilizadas até o teto;
c) chaminé de material adequado, com vazão suficiente para o exterior;
d) máquinas e utensílios de tipo aprovado pela tecnologia específica;
e) local apropriado para depósito de café cru, provido com estrados de material apropriado, afastados do piso pelo menos quinze centímetros, de forma a assegurar a conservação do produto e a protegê-lo contra umidade.
CAPÍTULO V
FÁBRICAS DE GELO, FRIGORÍFICOS E ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS
Art. 102. Nos estabelecimentos citados acima, as câmaras de refrigeração serão providas de antecâmaras ou cortinas de ar frio e instaladas de modo a assegurar a temperatura e umidade adequadas.
Art. 103. Os frigoríficos e armazéns frigoríficos só poderão aceitar os gêneros alimentícios que estejam em perfeitas condições sanitárias.
§ 1º. Os gêneros alimentícios em conservação deverão ser depositados em separado, por espécie, de modo a facilitar a sua inspeção.
§ 2º. Ao entrar ou sair dos frigoríficos ou armazéns frigoríficos, os gêneros alimentícios receberão carimbos próprios, assinalando as respectivas datas nas unidades de embalagem.
§ 3º. No eventual retorno da mercadoria que estejam em perfeitas condições sanitárias, não havendo decorrido o prazo de 24 (vinte quatro) horas, a empresa frigorífica poderá aceitá-la, observando o disposto no parágrafo anterior.
§ 4º. Os gêneros alimentícios não poderão ficar estocados por mais de 06(seis) meses, ressalvadas as condições peculiares à tecnologia de congelamento.
§ 5º. Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, e não tendo sido entregue ao consumo público, os gêneros alimentícios serão apreendidos, podendo a mercadoria ser doada a instituição de fins filantrópicos, a critério da autoridade sanitária.

Art. 104. O gelo será fabricado com água filtrada e potável, em forma de material inóculo e desenformado por processo higiênico.
CAPÍTULO VI
ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZEM LEITE E LATICÍNIOS
Art. 105. Sob a designação genérica de "leite" só é permitido a comercialização de leite de vaca e cabra.
Parágrafo Único. O leite que procede de outros mamíferos deverá conter no seu invólucro, a indicação precisa do animal de origem e estará sujeita a mesma exigência prevista para o leite de vacas.
Art. 106. Todo leite destinado ao consumo humano deverá ser pasteurizado ou submetido a processo legalmente permitido, de modo a torná-lo isento de germes patogênico, sem prejuízo de suas propriedades físicas e químicas, de seus elementos bioquímicos e de suas características organolépticas normais.
Parágrafo Único. As usinas de pasteurização estão sujeitas à fiscalização sanitária permanente por parte da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 107. Os padrões de identidade e de qualidade do leite e os laticínios são os estabelecimentos nos dispositivos da legislação vigente.
Art. 108. A conservação do leite "in natura" será feita por meio de emprego exclusivo do frio ressalvado o leite esterilizado.
§ 1º. Nos entreposto e depósitos, o leite será mantido em câmaras frigoríficas que garantam uma temperatura não superior a 5ºC (cinco graus centígrados).
§ 2º. Durante o transporte e nos locais de venda, até a sua entrega ao consumo, o leite poderá ser mantido em temperatura não superior a 7ºC (sete graus centígrados).
Art. 109. O transporte e a distribuição do leite serão feitas em viaturas que assegurem a temperatura e que satisfaçam as condições sanitárias e higiênicas.
§ 1º. Nessas viaturas, não será permitida a condução de outros produtos, exceto os derivado do leite.
§ 2º. As viaturas, de que se trata este artigo, deverão sofrer vistoria pela autoridade sanitária, anualmente.
Art. 110. O leite e seus derivados destinados ao consumo público serão transportados e colocados à venda envasados em embalagem devidamente aprovadas.
Art. 111. Só será permitida a venda de leite e laticínios em estabelecimentos que disponham de sistema de frio exclusivo destinado à sua conservação, atendidas as suas peculiaridades de tecnologia específica para cada produto.
Art. 112. É proibido a abertura de embalagem do leite para venda fracionada do produto, salvo quando destinado ao consumo imediato, nas leiterias, cafés, bares e estabelecimentos similares.
Art. 113. O leite cuja análise revelar fraude em sua composição, sujeitar- se-á o responsável além das cominações previstas neste Código, a imediata apreensão do produto, que servirá como prova para representar a autoridade judicial competente no sentido de obter ação penal cabível.
Art. 114. O leite vendido em desacordo com as normas deste Código será apreendido e inutilizado de imediato.
CAPÍTULO VII
ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM CARNES E DERIVADOS OU SUB-PRODUTOS
Art. 115. São consideradas carnes para consumo humano as oriundas das espécies bovina, suína, eqüina, ovina e caprina, bem como aves, coelhos, caças e animais aquáticos e anfíbios.
Art. 116. Somente poderá ser exposta à venda e ao consumo, com a denominação de carne fresca ou verde, a proveniente de animais sadios, abatidos em abatedouros registrados e fiscalizados, e entregues até 24 (vinte e quatro) horas após o abate do animal.
§ 1º. Ultrapassadas às 24 (vinte e quatro) horas do abate, a carne somente poderá ser entregue ao consumidor se conservada em câmara frigorífica, mediante processo adequado da refrigeração ou congelamento e transportada, dessa forma, dos estabelecimentos de base para os entrepostos ou estabelecimentos de consumo.
§ 2º. As carnes conservadas, na forma do parágrafo anterior, denominam-se resfriadas e congeladas, respectivamente.
Art. 117. Carnes preparadas e conservas de carne são todas as carnes e vísceras que, nas condições prescritas neste Código, tenham sido tratadas pelo calor ou por dissecação, cura, defumação ou adicionadas de outros alimentos ou condimentos especiais, ou substâncias conservadoras permitidas.
§ 1º. Esses produtos quando envolvidos por serosas ou tecidos dos próprios animais, ou outros permitidos, poderão ter nomes especiais, ficando reservados de lingüiça, fiambre, presunto exclusivamente para os produtos provenientes de suínos.
§ 2º. O preparo das carnes deverá ser feio por meio de máquinas apropriadas, ficando restritos, ao mínimo possível, os processos manuais.
§ 3º. Não serão empregadas carnes, vísceras ou qualquer outros órgãos, sem certificados de procedência e inspeção, em que se mencionem a hora da matança, ficando ressalvadas destas exigências as fábricas anexas a matadouros e entrepostos fiscalizados pela autoridade competente.
§ 4º. É proibido utilizar carnes, conservadas pelo processo de congelamento, no preparo de salames, mortadelas, lingüiças e demais produtos de carnes.
§ 5º. As tripas que se destinarem ao preparo de produtos, enquanto não utilizadas, serão conservadas em cloreto de sódio.
§ 6º. Não é permitido colorir as carnes ou posta de carne, destinadas ao preparo de produtos derivados.
§ 7º. É proibido adicionar às salsichas e aos demais produtos de carnes, polvilhos, féculas, farinha, massas ou ingredientes destinados a ligar as carnes.
§ 8º. É proibido empregar qualquer anti-séptico como agente conservador dos produtos de carnes.
Art. 118. Não será permitido em açougues o fabrico dos produtos mencionados no artigo anterior.
Art. 119. A matança de animais só poderá ser feita em matadouros licenciados e fiscalizados pela autoridade sanitária competente.
Parágrafo Único. Para a fiscalização dos matadouros com relação à instalação e funcionamento serão observadas as normas específicas ditadas pelos órgãos competentes.
Art. 120. Ao solicitar licença para funcionar, a empresa ou firma que se propuser à fabricação dos produtos mencionados no artigo 117, deverá especificar com precisão o que pretende fabricar e os processos que irão utilizar.
§ 1º. Se o processo de fabricação proposto não for aprovado, não será permitida a sua aplicação, sem as modificações que assegurem a conservação dos produtos.
§ 2º. Os processos de fabricação, aprovados não poderão ser modificados sem prévia autorização da autoridade sanitária competente.
Art. 121. Será necessária a autorização prévia da autoridade sanitária competente para que as firmas que se propuserem à fabricação desses produtos, possam colocar ao consumo esses produtos.
Parágrafo Único. Os proprietários dessas firmas ficarão obrigados a facilitar e custear as visitas de inspeção a seus estabelecimentos, por parte da autoridade sanitária competente, quando se fizer mister, a bem do interesse da Saúde Pública.
Art. 122. Somente será permitido expor à venda e ao consumo as carnes e derivados provenientes de estabelecimentos devidamente registrados no órgão competente.
Art. 123. Os produtos e sub-produtos oriundos de animais abatidos em estabelecimentos não registrados, quando expostos à venda e ao consumo e julgados pela fiscalização em condições higiênicas satisfatórias, serão apreendidos e distribuídos a instituições de fins filantrópicos, de preferência municipais.
Art. 124. Nos estabelecimentos que comercializam carne, será facultada a venda de carne fresca moída, sendo feita esta operação, obrigatoriamente na presença do comprador, ficando, porém, proibido mantê-la estocada neste estado.
Art. 125. Nos estabelecimentos que comercializam carnes será permitida a venda de vísceras ou frescas ou frigorificadas.
Art. 126. É proibida a industrialização nos estabelecimentos que comercializam carnes.
§ 1º. Será facultado vender carnes conservadas e preparadas procedentes de fábricas legalmente licenciadas e registradas, desde que os estabelecimentos mencionados no "caput" deste artigo possuam balcão com vitrina frigorificado, especialmente destinado à exposição dos referidos produtos.
§ 2º. As carnes preparadas, conservadas ou fabricadas nos estabelecimentos que comercializam carnes, excetuados os casos do parágrafo anterior, serão sumariamente apreendidas.
Art. 127. Os açougues deverão obedecer às seguintes condições físicas:
a) área mínima de 20 m² (vinte metros quadrados) com testada nunca inferior a 4 m (quatro metros);
b) paredes impermeabilizadas, até o teto, com azulejos brancos ou de outro material equivalente de cor clara sendo proibidas a cor vermelha e seus matizes;
c) piso de superfície lisa, compacta, de cor clara, excluindo-se a vermelha e seus matizes, com declive suficiente para o escoamento das águas de lavagem, através de ralos sifonados, providos de grelhas que se fechem e ligados à rede de esgotos, quando existente ou a fossas sépticas;
d) teto pintado de cor clara ou revestido de material impermeável sendo proibido a cor vermelha e seus matizes;
e) portas de frente guarnecidas por grades de ferro ou aço, de modo a permitir constante e franca renovação de ar, tendo na parte inferior, almofadas em chapa metálica com altura de 20 cm (vinte centímetros).
Art. 128. Nos açougues, a iluminação se fará por luz natural; quando se tornar necessário o emprego de luz artificial, esta deverá ser semelhante o mais possível à luz natural, sendo proibida a coloração vermelha mediante quaisquer artifícios.
Art. 129. Os açougues terão água corrente em quantidade suficiente e serão providos de pias esmaltadas ou inoxidáveis e lavatórios de louça, com sifão, ligado diretamente à rede de esgotos, quando existente, ou a fossa séptica.
Parágrafo Único. Nas localidades onde não haja rede de esgotos, as águas servidas terão destino conveniente, de acordo com o sistema indicado pelo órgão técnico.
Art. 130. Todo o equipamento, inclusive o tendal, será de aço inoxidável ou de outro material previamente aprovado pelo órgão técnico; o tendal será instalado a uma altura mínima de modo que as carnes a serem dependuradas para desossa ou pesadas não entrem em contato com o piso estabelecido.
Parágrafo Único. Os utensílios e instrumentos serão de aço inoxidável, sendo desaconselhável o uso de machados e machadinhas permitidos a utilização de bandejas de material impermeável de cantos arredondados.
Art. 131. Os balcões de alvenaria serão revestidos de azulejos brancos ou material liso impermeável, desprovido de molduras e terão a altura mínima de um metro, devendo assentar diretamente sobre o piso, em base de concreto.
§ 1º. Os balcões pré-fabricados serão de aço inoxidável ou outro material permanente aprovado pelo órgão técnico, obedecendo às demais especificações previstas neste artigo.
§ 2º. Os balcões serão equipados com vitrinas frigorificadas, com altura de um metro e temperatura nunca superior a 7 ºC (sete graus centígrados) onde serão expostas, obrigatoriamente, as carnes destinadas à venda.
Art. 132. Os açougues serão dotados de geladeiras comerciais ou câmaras frigoríficas, com temperatura não superior a 0 ºC (zero grau centígrado), equipadas com estrados de material apropriado e destinadas, exclusivamente, à conservação de carnes.
Art. 133. Somente será permitido manter as carnes no tendal, em temperatura ambiente, durante a operação de desossa e corte.
Art. 134. As carnes em geral e as vísceras serão mantidas em frigorífico ou em vitrines frigorificadas.
Art. 135. A carne encontrada em contato direto com o gelo será apreendida.
Art. 136. É expressamente proibido o emprego de jornais, revistas e papéis usados ou servidos, para embrulhar carnes e vísceras.
Art. 137. Somente será permitida a entrega de carnes e vísceras em domicílios, quando devidamente acondicionada em veículos providos de caixa fechada revestida interna e externamente de aço inoxidável, ou vasilhames plásticos capazes de conservar o produto em temperatura não superior a 7 ºC (sete graus centígrados).
Art. 138. É obrigatória a limpeza e higienização diária dos açougues e estabelecimentos congêneres e de todos os seus equipamentos, utensílios e instrumentos.
Art. 139. Os ossos, sebos e resíduos sem aproveitamento imediato, serão armazenados sob refrigeração em caixas fechadas revestidas interna e externamente de folha-de-flandres, alumínio, aço inoxidável ou vasilhames plásticos higienizados diariamente em local próprio.
Parágrafo Único. o uso de cepo de madeira fica proibido nos estabelecimentos que vendam carnes de qualquer tipo.
CAPÍTULO VIII
ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PESCADO
Art. 140. As peixarias são estabelecimentos destinados à venda de peixes, moluscos, crustáceos, e outras espécies aquáticas, frescas, frigorificadas ou congeladas.
§ 1º. As peixarias são obrigadas a vender o peixe eviscerado e limpo, excetuando-se pescado miúdo, de tamanho máximo de 25 cm (vinte e cinco centímetros).
§ 2º. Será facultada, às peixarias, a venda de peixes, moluscos, crustáceos, e outras espécies aquáticas, congeladas, oriundas de outros estabelecimentos registrados, quando devidamente conservadas em invólucros rotulados.
Art. 141. É proibida qualquer industrialização de pescado no local de venda e armazenamento, inclusive a salga, prensagem, cozimento e defumação.
Art. 142. As peixarias deverão ter as seguintes condições físicas:
a) área mínima total de 20 m² (vinte metros quadrados), sendo que a largura não deverá ser inferior a 3 m (três metros), nos estabelecimentos específicos, excetuados os localizados em mercado e supermercados, cuja área total não poderá ser inferior a 15 m² (quinze metros quadrados);
b) paredes impermeabilizadas até o teto, com azulejos brancos ou outro material equivalente, sendo proibida a cor vermelha e seus matizes;
c) piso de superfície lisa, compacta, de cor clara, excluindo-se a vermelha e seus matizes, com declive suficiente para o escoamento das águas de lavagens através de ralos sifonados, providos de grelhas que se fechem e ligados à fossa biológica e daí a rede de esgoto, caso existente;
d) teto pintado de cor clara ou revestido de material impermeável, sendo proibida a cor vermelha e seus matizes;
e) portas de frente guarnecidas por grades de ferro ou aço, de modo a permitir a renovação do ar, tendo na parte inferior almofadas em chapa metálica com a altura mínima de 20 cm (vinte centímetros);
f) instalações sanitárias isoladas dos locais de trabalho e obedecendo aos requisitos técnicos.
Art. 143. A iluminação artificial das peixarias será a mais semelhante possível à natural, sendo permitida, também, a luz fria e proibida a cor vermelha mediante quaisquer artifícios.
Art. 144. As peixarias terão água corrente, em quantidade suficiente, e serão providas de pias inoxidáveis e lavatórios de louça, com sifão, ligado diretamente a uma fossa biológica e daí a rede de esgoto.
Parágrafo Único. Nas localidades onde não haja rede de esgotos, as águas servidas terão destino conveniente de acordo com sistema indicado pelo órgão técnico competente.
Art. 145. Os balcões de alvenaria serão revestidos de azulejos brancos ou material liso e impermeável, desprovido de molduras e terão altura mínima de 1 m (um metro), devendo assentar diretamente sobre o piso em base de concreto.
Parágrafo Único. Os balcões pré-fabricados serão de aço inoxidável ou outro material previamente aprovado pelo órgão técnico e deverão ficar afastados do piso, no mínimo, 15 cm (quinze centímetros), obedecendo as demais especificações previstas neste artigo.
Art. 146. As peixarias serão dotadas de geladeiras comerciais e câmaras frigoríficas, com temperatura não superior a 0 ºC (zero grau centígrado) equipados com estrados de material apropriado e destinados, exclusivamente, à conservação do pescado.
Art. 147. É proibido manter o pescado fora de conservação frigorífica, exceto durante a fase de limpeza e evisceração.
§ 1º. O pescado fresco ou resfriado só pode ser exposto à venda desde que conservado sob a ação direta do gelo ou em balcão frigorificado.
§ 2º. O pescado fracionado será exposto, obrigatoriamente, em balcão frigorificado.
Art. 148. É expressamente proibido o emprego de jornais, revistas e papéis usados ou maculados para embrulhar o pescado.
Art. 149. Somente será permitida a entrega de pescado em domicílio quando devidamente acondicionado e em veículo provido de caixa fechada e revestida, interna e externamente, de aço inoxidável, capaz de conservar o produto à temperatura superior a 0 ºC (zero grau centígrado).
Art. 150. É obrigatória a limpeza diária das peixarias e todos os seus equipamentos, utensílios e instrumentos.
Art. 151. As peixarias terão em local apropriado, caixas fechadas, de material aprovado pelo órgão técnico, revestido interna e externamente de folha de flandres, alumínio ou aço inoxidável, destinada à guarda de escamas, vísceras e demais resíduos do pescado, as quais serão retiradas diariamente ou conservadas sob refrigeração, devidamente separadas dos produtos destinados à venda.
Art. 152. Somente será permitida a venda de pescado, fora das peixarias, quando devidamente acondicionado e em veículos frigoríficos vistoriados pela autoridade sanitária.
Art. 153. Consideram-se entrepostos do pescado os estabelecimentos que, além dos seus demais componentes e obedecidas às disposições referentes aos estabelecimentos que o comercializam, forem equipados com câmaras frigoríficas, com capacidade suficiente de armazenagem à temperatura não superior a -25 ºC (vinte e cinco graus centígrados negativos).
Art. 154. É proibido o preparo ou fabrico de conservas nos estabelecimentos que comercializam o pescado.
Art. 155. O peixe magoado ou deteriorado será apreendido e inutilizado de imediato.
CAPÍTULO IX
DOS MERCADOS E SUPERMERCADOS
Art. 156. O edifício ou prédio, cuja construção se destina a mercado e supermercado, deverá atender as exigências e condições seguintes:
a) área livre, para circulação correspondente a 40% (quarenta por cento) da área livre total;
b) pé direito mínimo de 6 m (seis metros), medidos da parte mais baixa do telhado, observando-se a regulamentação específica para os diferentes ramos do comércio;
c) paredes, mesmo as divisórias de boxes, impermeabilizadas, até a altura mínima de 2 m (dois metros), com azulejos ou outro material previamente aprovado pelo órgão técnico competente e de acordo com a regulamentação específica para os diferentes ramos de comércio;
d) paredes acima do revestimento a que se refere à alínea anterior, pintada em cores clara, com tinta a óleo, plástica ou outro material previamente aprovado pelo órgão técnico e mantidas permanentemente íntegras e limpas.
Art. 157. Os mercados e supermercados serão providos de instalações frigoríficas adequadas ao tipo de comércio.
Parágrafo Único. A conservação do pescado, carnes, frutas e demais gêneros alimentícios, nas câmaras frigoríficas desses estabelecimentos não deverá ultrapassar o prazo de 15 (quinze) dias.
Art. 158. As bancas para exposição de conservas de origem animal serão de material liso, impermeável e resistente, com inclinação suficiente para o escoamento de líquidos.
Art. 159. Os gêneros alimentícios deverão estar separados dos produtos de perfumaria e de limpeza.
Art. 160. Todos os equipamentos, utensílios e instrumentos utilizados nos estabelecimentos deverão ser mantidos conservados e limpos.
Art. 161. Os pisos dos mercados e supermercados serão mantidos limpos.
Parágrafo Único. Serão dispostos em locais próprios recipientes de fácil limpeza, para a coleta de lixo e detritos.
Art. 162. São proibidos aos mercados e supermercados a fabricação de produtos alimentícios e a instalação de abatedouros de aves e pequenos animais.
Parágrafo Único. É permitido aos mercados e supermercados a fabricação de produtos de panificação e de assados em geral.
CAPÍTULO X
DOS EMPÓRIOS, MERCEARIAS, ARMAZÉNS, DEPÓSITOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES
Art. 163. Os empórios, mercearias, armazéns, depósitos de gêneros alimentícios e estabelecimentos congêneres terão:
a) piso ladrilhado e paredes revestidas com material liso, impermeável e resistente, até a altura de dois metros, no mínimo;
b) mesas ou balcões com tampos lisos, impermeáveis e resistentes, podendo ser de alvenaria em base de concreto.
Art. 164. É proibido:
a) manter em depósitos ou expor à venda substâncias tóxicas ou cáusticas cujas embalagens se prestem à confusão com alimentos;
b) expor à venda ou ter em depósito, entre os gêneros alimentícios, para consumo público, gêneros deteriorados, falsificados ou fraudados.
Art. 165. Os gêneros alimentícios deverão estar protegidos da ação da poeira, insetos e impurezas, devendo, ainda, evitar-se a ação direta dos raios solares sobre os alimentos de fácil alteração ou que possam ser ingeridos sem cocção.
Art. 166. As quitandas, casas e depósitos de frutas, deverão ter suas instalações em lojas destinadas exclusivamente a esse ramo de comércio, sendo proibida a exposição e venda de aves e outros animais, assim como a de combustíveis.
Art. 167. Nas quitandas, casas e depósitos de frutas, todos os gêneros alimentícios deverão estar convenientemente protegidos de agentes nocivos à saúde, devendo ainda, evitar-se a ação direta dos raios solares.
Art. 168. É permitido o armazenamento de frutas em estufa, ficando proibido para o seu amadurecimento o uso de quaisquer processos que constituam riscos a saúde.
Art. 169. É proibido expor à venda ou manter em depósito frutas amolecidas, esmagadas ou fermentadas, bem como verduras e legumes deteriorados ou impróprios para o consumo.
Art. 170. Será facultada a venda de carvão nas quitandas, desde que exposto em sacos de papel resistente, conservados em perfeito estado, sendo proibido o fracionamento dessa mercadoria.
CAPÍTULO XI
DAS CASAS E DEPÓSITOS DE OVOS, AVES E PEQUENOS ANIMAIS VIVOS
Art. 171. As casas e depósitos de ovos, aves e pequenos animais vivos poderão ter suas instalações ou lojas destinadas exclusivamente a esse ramo de comércio, devendo as portas de frente ser guarnecidas por grades de ferro ou aço de modo a permitir a renovação de ar, tendo, na parte inferir, almofada em chapa metálica com altura mínima de 20 cm (vinte centímetros).
Parágrafo Único. O transporte de aves em pé, deve ser feito em caixas teladas e o horário de carga e descarga no comércio, deverá atender às normas previstas pela Legislação Municipal.
Art. 172. As gaiolas serão de fundo duplo móvel, de modo a permitir a sua limpeza e lavagens, providas de comedouros e bebedouros metálicos.
Art. 173. É expressamente proibido expor à venda ou manter no estabelecimento aves e pequenos animais doentes, em más condições de nutrição, ou confinados em espaços insuficientes.
Art. 174. É proibido o abate, bem como a venda de aves e pequenos animais abatidos assim como a permanência de equipamentos destinados a tal finalidade.
Art. 175. O abate de aves só é permitido em matadouros destinados exclusivamente para este fim, sujeitos à fiscalização da autoridade sanitária e assistidos permanentemente por um veterinário.
§ 1º. As aves abatidas deverão ser postas à venda limpas de plumagens, vísceras e partes não comestíveis, em saco plástico transparente, observadas as disposições deste Código, com relação à identificação, sendo mantidas em câmaras ou balcões frigoríficos, com vitrine que possibilite a escolha por parte do comprador.
§ 2º. O transporte de aves abatidas deve ser feito em câmaras frigoríficas, de forma a evitar sua deterioração ou contaminação.
Art. 176. Os ovos expostos à venda serão acondicionados em caixas apropriadas, protegidas da ação direta dos raios solares, em locais ventilados, devendo ser considerados impróprios para o consumo os que apresentem sujos, gretados, quebrados, putrefeitos ou com odores anormais, bem como os que, à ovoscopia se mostrarem embrionados, infestados, infectados ou mofados.
Parágrafo Único. Tanto os ovos estragados ou quebrados quanto às aves abatidas deterioradas ou contaminadas serão apreendidas e inutilizadas de imediato.
CAPÍTULO XII
RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, BARES, CAFÉS, LANCHONETES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES, HOTÉIS, MOTÉIS E PENSÕES
Art. 177. Os restaurantes, churrascarias, bares, cafés, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão possuir:
a) fogão dotado de coifa ou cúpula equipada com filtro de carvão ou outro material absorvente;
b) cozinhas providas de bancadas com tampos de material liso, compacto e resistente, com pias de aço inoxidável em número suficiente, água corrente quente e fria e dispositivos adequados para guarda dos utensílios e apetrechos de trabalho em condições higiênicas.
§ 1º. As cozinhas, quando instaladas em edifícios de mais de dois pavimentos, deverão possuir sistema exaustor adequado e suficiente, de modo a evitar o superaquecimento, o viciamento da atmosfera interior e exterior por fumaça, fuligem ou resíduos gasosos resultantes da cocção de frituras de alimentos.
§ 2º. Não serão licenciados os estabelecimentos mencionados no "caput" deste artigo, se as cozinhas não estiverem ajustadas à capacidade operacional instalada, de acordo com o código de obras em vigor.
Art. 178. Os bares e estabelecimentos que não confeccionem nem sirvam refeições poderão ter copas e cozinhas com áreas compatíveis com os equipamentos e suas finalidades.
Art. 179. É expressamente proibido o funcionamento desses estabelecimentos quando não disponham de água corrente quente e fria em quantidades suficiente aos seus misteres.
Art. 180. Nos restaurantes, churrascarias, cafés, lanchonetes e estabelecimento congêneres observar-se-á o seguinte:
I – os vasilhames e os utensílios utilizados para preparar ou servir alimentos serão de material inóculo;
II – é expressamente proibido o uso de pratos, copos, talheres e demais utensílios quando quebrados, lascados, gretados ou defeituosos;
III – os açucareiros serão de tipo higiênicos e providos de tampa de fechamento suficiente;
IV – as louças, copos, talheres e guardanapos deverão ser levados para as mesas limpas e secas;
V – as substâncias destinadas à preparação dos alimentos deverão ser depositados em locais adequados e convenientemente protegidas, sendo que as carnes, o pescado e os demais alimentos de fácil decomposição serão conservados em geladeiras ou câmaras frigoríficas;
VI – as toalhas de mesa, logo após a sua utilização, serão substituídas por outras limpas;
VII – nas cozinhas, serão guardadas exclusivamente os utensílios e apetrechos de trabalho, bem como as substâncias e artigos necessários à confecção dos alimentos e dispostos de forma a assegurar sua higiene e conservação;
VIII – uma vez confeccionados para consumo imediato, com ou sem cocção, assadura ou fritura, os alimentos não poderão ser guardados por mais de 24 h (vinte e quatro horas) após o preparo, nem serem utilizados para elaboração de novos pratos;
IX – as sobras e os restos de comidas que voltam dos pratos, por não terem sido consumidos, deverão ser imediatamente depositados nos recipientes próprios para coleta dos resíduos de alimentos;
X – é proibido produzir bebidas alcoólicas no próprio estabelecimento, sendo permitida a sua manipulação para uso imediato e sempre à vista do consumidor;
XI – os copos, taças, cálices e demais recipientes para servir bebidas só poderão ser resfriados pelo uso direto de gelo obtido de água filtrada e água gelada filtrada;
XII – o uso obrigatório de filtros de água, de modelo aprovado;
XIII – a lavagem prévia em água corrente e fria das xícaras e colheres, que serão conservadas em aparelhos apropriados a uma temperatura não superior a 90ºC (noventa graus centígrados).
Art. 181. As despensas e adegas serão instaladas em locais específicos, obedecendo aos requisitos de higiene.
Art. 182. É facultativo as churrascarias instalar churrasqueiras em locais adequados, mesmo ao ar livre, desde que atendam aos preceitos de higiene, bem como confeccionar molhos e usar carvão vegetal como combustível.
Art. 183. Nos hotéis, pensões e motéis, será obrigatório:
I – o uso de roupa de cama individual;
II – a desinfecção periódica de todas as instalações;
III – atender a todas as disposições gerais deste Código, para funcionamento de bares, restaurantes e lanchonetes.
CAPÍTULO XIII
PASTELARIAS, PIZZARIAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES
Art. 184. As pastelarias, pizzarias e estabelecimentos congêneres deverão ter:
a) local de manipulação e elaboração;
b) paredes revestidas até o teto de azulejos ou outro material liso e impermeável, devendo a cozinha dispor de área interna de acordo com o código de obras em vigor;
c) fogão a gás, elétrico ou de outro sistema aprovado, dotado de coifa ou cúpula equipada com filtro de carvão ou outro material absorvente,sendo proibido conduzir a fumaça, fuligem ou resíduos gasosos, resultantes de cocção, frituras dos alimentos diretamente para o exterior sem conexão com sistema exaustor;
d) local de exposição e venda.
Art. 185. As massas e recheios deverão ser preparados e utilizados no mesmo dia, não podendo ser conservados por mais de 24 h (vinte e quatro horas).
§ 1º. Os ingredientes para a confecção dos recheios deverão estar em condições de consumo.
§ 2º. Na elaboração de massas e recheios, é proibida a utilização de óleos e gorduras já servidos, ou utilizados, previamente.
§ 3º. É obrigatória a substituição da gordura ou do óleo de fritura assim que a apresentarem sinais de saturação, modificação na sua coloração, ou presença de resíduos queimados.
Art. 186. Os fornos de pizza e máquinas de assar serão instalados em locais adequados, fora do alcance do público.
§ 1º. As formas de pizza só poderão ser de alumínio ou aço inoxidável.
§ 2º. As massas de pizza uma vez preparadas, poderão ser utilizadas dentro do prazo de 24 h (vinte e quatro horas) desde que sejam conservadas em frigoríficos.
§ 3º. Todos os ingredientes para a confecção de pizzas deverão ser conservados dentro dos preceitos de higiene e em frigoríficos.
Art. 187. As pizzas, uma vez preparadas e cozidas, quando destinadas à venda em fatias, serão conservadas nas próprias formas, devidamente protegidas do contato direto e indireto do consumidor.
Parágrafo Único. As pizzas só poderão ser levadas dos estabelecimentos em embalagens apropriadas.
Art. 188. As churrasqueiras, frigideiras e demais aparelhos e utensílios serão rigorosamente limpos e os equipamentos destinados a frituras serão dotados de sistema exaustor.
Art. 189. A venda de churrasco ou churrasquinho somente será permitida quando forem preparados no próprio estabelecimento.
§ 1º. A carne destinada à manipulação de churrasco e churrasquinhos deverá ser conservada no frigorífico do estabelecimento em condições higiênicas satisfatórias.
§ 2º. As carnes, uma vez manipuladas, serão obrigatoriamente conservadas em frigoríficos.
§ 3º. As verduras e os legumes serão frescos e acondicionados higienicamente.
Art. 190. As carnes, lingüiças, salsichas, e outros produtos derivados, para consumo no estabelecimento, terão obrigatoriamente, invólucro, rótulo ou nota de venda que torne possível identificar a sua procedência, devendo ser conservados em frigoríficos.
Art. 191. Só será permitido o uso de molhos e condimentos oriundos de estabelecimentos industriais quando mantidos os recipientes originais e sempre protegidos de insetos e impurezas.
CAPÍTULO XIV
DOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LIQUIDIFICADOS E SORVETES
Art. 192. As moendas de cana terão instalações apropriadas, devendo o caldo obtido passar por coador destinados à sua melhor preparação.
§ 1º. Só será permitida a utilização de cana raspada em condições satisfatórias de consumo.
§ 2º. A estocagem e a raspagem de cana serão realizadas em dependências com piso e paredes impermeabilizados.
§ 3º. Os resíduos de cana deverão ser mantidos em depósitos fechados até sua remoção.
§ 4º. O uso de gelo em contato direto com a bebida, só é permitido quando obtido de água filtrada.
Art. 193. Os produtos obtidos pela liquidificação de alimentos "in natura" com ou sem adição de matéria-prima alimentar, serão de preparação recente para consumo imediato.
§ 1º. As frutas, legumes, leite e demais produtos alimentícios utilizados deverão estar em perfeitas condições de consumo.
§ 2º. A água em seu estado natural ou sólido, quando usada nos produtos liquefeitos e sorvetes, deverá ser filtrada e estar em condições de consumo.
Art. 194. Os sorvetes, refrescos e refrigerantes, serão preparados com água filtrada e os ingredientes em perfeitas condições de consumo, sendo permitida, quanto aos últimos, a gaseificação exclusivamente pelo anidrido carbônico puro.
Art. 195. Nas sorveterias, além das disposições referentes aos estabelecimentos comerciais e industriais de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes normas:
I – é obrigatória a existência de refrigeradores e câmaras frigoríficas e filtros industriais;
II – os palitos de picolés e as casquinhas deverão ser acondicionados de modo a ficarem protegidos de poeiras, insetos e outras fontes de contaminação;
III – as conchas utilizadas para colocar sorvete em casquinhas, devem permanecer em recipientes com água potável renovada várias vezes ao dia.
CAPÍTULO XV
DOS ESTABELECIMENTOS DE HORTICULTURA E FRUTICULTURA
Art. 196. A autoridade sanitária poderá apreender ou determinar a destruição de todo o produto de horticultura ou fruticultura quando verificar que, em sua produção foram utilizados defensivos agrícolas ou agrotóxicos de forma indevida, ou em percentuais superiores aos permitidos pela Legislação vigente ou, ainda quando em sua irrigação, rega ou lavagem, for usada água poluída, servida ou contaminada.
Art. 197. Todos e quaisquer estabelecimentos destinados à industrialização e comercialização de produtos químicos, com produtos de limpeza, defensivos agrícolas ou agrotóxicos e produtos similares, estão sujeitos à inspeção da fiscalização sanitária.
§ 1º. São defensivos agrícolas os inseticidas fungicidas, herbicidas, e outros produtos químicos usados para proteger as culturas e os rebanhos contra as pragas e doenças daninhas e os empregados na desratização e dedetização.
§ 2º. Estes produtos não devem ser armazenados em locais que mantenham alimentos de nenhuma espécie.
§ 3º. Devem ser acondicionados em embalagens próprias rotulados de acordo com a legislação federal e normas técnicas especiais do Ministério da Agricultura e do Ministério da Saúde.
§ 4º. Não é permitido o fracionamento desses produtos de forma a facilitar a sua comercialização, a não ser em embalagens próprias de origem.
§ 5º. Todos os produtos dessa natureza só deverão ser expostos à venda em embalagens próprias de origem.
TÍTULO IX
DAS FEIRAS LIVRES E DO COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS
CAPÍTULO I
DAS FEIRAS LIVRES
Art. 198. Todos os alimentos destinados à venda nas feiras livres deverão estar agrupados de acordo com a sua natureza e protegidos da ação dos raios solares, chuvas e outras intempéries, sendo proibido tê-los diretamente sobre o solo.
Parágrafo Único. A exposição dos alimentos que a autoridade sanitária especificar somente será permitida em bancas ou tabuleiros devidamente protegidos e revestidos de chapas de ferro zincado, galvanizado ou outro material equivalente.
Art. 199. Nas feiras livres é permitido vender alimentos "in natura" e produtos alimentícios de procedência comprovada de industria registrada, assim especificados:
a) frutas e hortaliças;
b) galináceos, quando mantidos em gaiolas de fundo duplo móvel, de ferro galvanizado, provido de comedouros e bebedouros metálicos;
c) ovos devidamente inspecionados e classificados, oriundos de estabelecimentos registrados;
d) aves e pequenos animais abatidos, limpos, eviscerados, originários de abatedouros registrados e com inspeção federal, estadual ou municipal, desde que acondicionados em veículos frigoríficos com sistema de frio próprio e contínuo que conserve os produtos à temperatura não superior a 7 ºC (sete graus centígrados) e garantam a proteção contra poeira, insetos e contato direto e indireto com o consumidor;
e) massas alimentícias, cereais e produtos enlatados ou de acondicionamento adequado, com a rotulagem indicativa de sua procedência;
f) balas, doces ou biscoitos, quando acondicionados por unidade de peso ou quantidade, em invólucro impermeável, transparente e fechado, devidamente rotulado;
g) biscoitos a granel, acondicionados em recipientes apropriados, que só serão abertos à venda;
h) produtos salgados, defumados e embutidos com especificações indicativas de sua procedência;
i) laticínios regularmente embalados, rotulados e mantidos sob refrigeração.
Art. 200. É expressamente proibido:
a) vender doces de preparação caseira ou retalhada;
b) vender frutas previamente raladas ou fracionadas, bem como hortaliças cortadas;
c) vender carne fresca ou verde;
d) vender galináceos doentes ou em mal estado de nutrição;
e) vender ovos sujos, gretados, velhos ou anormais;
f) vender carne bovina fresca, resfriada ou congelada;
g) o fracionamento e a evisceração nos produtos nos locais de venda bem como o contato direto com o piso dos veículos.
Parágrafo Único. Em casos especiais e a critério da autoridade sanitária, poderá ser permitida a venda dos produtos relacionados nos itens "a" e "b" do "caput" deste artigo, desde que obedecidas às normas de higiene e qualidade necessárias.
Art. 201. Aos feirantes é obrigatório:
a) trazer em seu poder licença e carteira de saúde devidamente atualizada;
b) usar durante a jornada de trabalho vestuário adequado, de cor clara;
c) manter asseio individual e conservar limpos os tabuleiros, bancas, mesas, veículos e demais instrumentos de trabalho, bem como a área a seu redor;
d) embrulhar alimentos em papel manilha ou similar, quando necessário, sendo vedado o emprego de jornais, revistas, papéis usados ou maculados;
e) manter protegidos os gêneros alimentícios que, de acordo com sua natureza necessitem de

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Parana

proteção contra insetos e outros agentes nocivos;
f) manter em seu veículo água potável corrente.
Parágrafo Único. A licença sanitária do feirante é pessoal e intransferível e deve ser renovada anualmente.
Art. 202. Além das exigências contidas anteriormente, os feirantes deverão observar, também, no que couber, o disposto no comércio Ambulante de Alimentos.
CAPÍTULO II
DO COMÉRCIO AMBULANTE DE ALIMENTOS
Art. 203. O comércio ambulante de alimentos poderá ser exercido mediante o emprego de:
a) veículos, motorizados ou não, estando incluídos os "trailers", previamente vistoriados e aprovados pela autoridade sanitária;
b) tabuleiros adequados com dimensões máximas de 1 m por 60 cm (um metro por sessenta centímetros);
c) cestas, caixas envidraçadas, pequenos recipientes térmicos e outros meios adequados.
Parágrafo Único. Os implementos a que se refere este artigo devem ser mantidos em boas condições de higiene e conservação.
Art. 204. Os produtos alimentícios e bebidas só poderão ser dados ao consumo quando oriundos de estabelecimentos industriais ou comerciais registrados no órgão competente e acondicionados em invólucro ou recipientes rotulados.
Art. 205. Somente será permitida a venda de pescado quando devidamente acondicionados em viaturas providas de instalações especiais que assegurem frigorificação adequada.
§ 1º. Nesta modalidade de venda, serão permitidas no interior dos veículos especiais a evisceração, a limpeza e o fracionamento do pescado.
§ 2º. O pescado eviscerado ou fracionado encontrado em contato direto com o gelo será apreendido e inutilizado.
Art. 206. Somente será permitida a venda de refrescos e sorvetes, quando originários de estabelecimentos registrados, em recipientes descartáveis ou consumíveis.
Art. 207. As frutas e legumes deverão estar em perfeitas condições de consumo e expostos a venda em tabuleiros ou outros recipientes adequados.
Parágrafo Único. Não será permitida a venda de frutas previamente fracionadas.
Art. 208. Os veículos empregados no comércio ambulante devem ser equipados com recipientes adequados, destinados a recolher os resíduos e os envoltórios.
Art. 209. O pedido de Licença Sanitária de Veículo ou de sua renovação deverá ser feito à autoridade sanitária em requerimento instruído com os seguintes documentos:
a) xerox do Certificado de Vacinação Antitetânica;
b) xerox da Carteira Profissional;
§ 1º. Os ambulantes serão obrigados a trazer em seu poder a documentação a que se refere este artigo.
§ 2º. A Licença Sanitária de Veículos do ambulante é pessoal, intransferível e deverá ser renovado anualmente.
Art. 210. Os ambulantes devem apresentar-se trajados e calçados, em condições de asseio, sendo obrigatório o uso do guarda-pó, boné, gorro ou outra proteção para cabelo.
Art. 211. É expressamente proibido ao ambulante:
a) a venda de bebidas alcoólicas;
b) o uso de fogareiro na via pública, salvo quando indispensável à atividade licenciada;
c) o preparo ou manipulação de qualquer tipo de bebidas ou alimento na via pública, com exceção das atividades licenciadas para esse fim;
d) o contato manual direto com os produtos não acondicionados;
e) a utilização dos veículos, cestas, caixa ou tabuleiros destinados ao transporte e à venda de alimentos, com depósito de qualquer mercadoria ou objetos estranhos à atividade comercial;
f) embrulhar gêneros alimentícios em jornais, revistas e papeis usados ou maculados;
g) o uso de maionese caseira ou industrializada no preparo dos alimentos.
Parágrafo Único. A maionese, o catchup ou a mostarda fornecida ao consumidor deve estar acondicionada em saches.
TÍTULO X
DA ENGENHARIA SANITÁRIA
CAPÍTULO I
NORMAS GERAIS
Art. 212. Todo prédio destinado à habitação ou para fins comerciais ou industriais deverá ser ligado à rede de abastecimento de água e de remoção de dejetos, quando a exploração dos respectivos sistemas for estadual, municipal ou concedida.
Parágrafo Único. No caso de inexistência das redes de abastecimento e remoção de dejetos, fica o proprietário responsável pela adoção de processos adequados, observados as normas estabelecidas pelo órgão sanitário.
Art. 213. Processar-se-ão em condições que não afetem a estética nem tragam malefícios ou inconvenientes à saúde e ao bem-estar coletivo ou individual:
I – a coleta, a remoção, o destino e o acondicionamento do lixo;
II – o lançamento ao ar de substâncias estranhas, sob a forma de vapores, gases, poeiras ou qualquer substância incômoda ou nociva à saúde;
III – a drenagem do solo, como medida de saneamento do meio;
IV – o uso de piscinas;
V – a manutenção de áreas baldias.
Art. 214. As habitações e construções em geral obedecerão aos requisitos de higiene indispensáveis à proteção da saúde dos moradores e usuários.
§ 1º. As habitações, os estabelecimentos comerciais, públicos ou privados, e as entidades e instituições de qualquer natureza são obrigados a atender aos preceitos de higiene.
§ 2º. Os projetos de construção de imóveis, destinados a qualquer fim, deverão prever os requisitos de que trata o presente artigo.
Art. 215. Os projetos de sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos, destinados a fins públicos ou privados, deverão ser elaborados em obediência as normas e especificações baixadas pelo órgão técnico encarregado de examiná-los, sendo vedada à instalação de tubulação de esgoto em locais que possam representar risco de contaminação da água potável.
Art. 216. A disposição de esgotos nos corpos de água, bem como em áreas adjacentes ou de influência, só poderá ser feita de modo a não causar riscos à saúde.
Art. 217. Todo imóvel, qualquer que seja sua finalidade, deverá ser abastecido de água potável em quantidade suficiente e dotado dispositivos de instalação adequados, destinados a receber e conduzir os despejos e ligados à rede pública, salvo as exceções previstas em Lei.
§ 1º. Para efeito deste artigo, excluem-se os edifícios cuja disposição dos telhados orientem as águas pluviais para o seu próprio terreno.
§ 2º. As águas pluviais provenientes de calhas e condutores das edificações deverão ser canalizadas até as sarjetas, passando sempre por baixo das calçadas.
Art. 218. Tratando-se de propriedade urbana, o plano e a planta do loteamento devem ser previamente aprovadas pela Prefeitura Municipal, ouvidas, quanto aos que lhes disser respeito, as autoridades sanitárias.
Art. 219. São proibidas construções capazes de poluir ou inutilizar, para uso ordinário, a água de poços ou fontes alheias a elas pré-existentes.
Art. 220. Não é permitido fazer escavações que tirem ao poço ou a fonte de outrem a água necessária. É, porém, permitido fazê-las, se apenas diminuírem o suprimento do poço ou da fonte do vizinho, não sendo mais profundas que as deste em relação ao nível do lençol de água.
Art. 221. A inspeção e a fiscalização no tocante à Engenharia Sanitária, Higiene Habitacional, Ambiental e à emissão de Certificado de Inspeção Sanitária serão realizados sob a supervisão técnica do engenheiro ou arquiteto.
CAPÍTULO II
DOS NECROTÉRIOS, LOCAIS PARA VELÓRIOS, CEMITÉRIOS E CREMATÓRIOS, DAS ATIVIDADES MORTUÁRIAS
Art. 222. O sepultamento e cremação de cadáveres só poderão realizar- se em cemitérios licenciados pela Secretaria de Saúde Municipal.
Art. 223. Nenhum cemitério será aberto sem a prévia aprovação dos projetos pelas autoridades sanitárias municipais.
Art. 224. As autoridades sanitárias poderão ordenar a execução de obras ou trabalhos que sejam considerados necessários para o melhoramento sanitário dos cemitérios, assim como a interdição temporária ou definitiva dos mesmos.
Art. 225. O sepultamento, cremação, embalsamento, exumação, transporte e exposição de cadáveres deverão obedecer às exigências sanitárias previstas em norma técnica especial aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 226. O depósito e a manipulação de cadáveres para qualquer fim, incluindo as necropsias, deverão fazer-se em estabelecimentos autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 227. O embalsamento ou quaisquer procedimentos para a conservação de cadáveres, se realizará em estabelecimentos licenciados de acordo com as técnicas e procedimentos determinados pelas autoridades competentes, inclusive pela Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 228. As exumações dos restos que tenham cumprido o tempo assinalado para sua permanência nos cemitérios, observará as normas citadas pelas autoridades sanitárias.
Art. 229. A translação e depósito de restos humanos ou de suas cinzas a lugares previamente autorizados para esse fim requerem autorização sanitária.
Art. 230. A entrada e a saída de cadáveres do território nacional e seu translado, só poderão fazer-se mediante autorização sanitária, e prévia satisfação dos requisitos que estabeleçam a legislação federal e estadual pertinente.
Art. 231. A Secretaria Municipal de Saúde exercerá a vigilância sanitária sobre as instalações dos serviços funerários.
Art. 232. Nos cemitérios, os vasos, jarras, jardineiras e outros ornatos não poderão conter água, devendo os receptáculos ser permanentemente atulhados de areia.
Art. 233. Os mausoléus, catacumbas e urnas serão conservados em condições de não coletarem água.
Art. 234. As administrações dos cemitérios adotarão as medidas necessárias a evitar a coleção de águas nas escavações e sepulturas.
CAPÍTULO III
DA PROMOÇÃO DA HIGIENE HABITACIONAL
Art. 235. As habitações e construções em geral obedecerão aos requisitos de higiene indispensáveis à proteção da saúde dos moradores e usuários.
Parágrafo Único. É obrigatório manter em perfeito estado de asseio e funcionamento as instalações de banheiros, lavabos, mictórios, pias, tanques, ralos, bebedouros, inclusive sistemas hidráulico.
Art. 236. É proibida a instalação de peças, canalizações e aparelhos sanitários que apresentem defeitos ou soluções de continuidade e que possam acarretar infiltrações, vazamentos ou acidentes.
Art. 237. É obrigatório à limpeza e a desinfecção das caixas e das cisternas, semestralmente, devendo suas tampas ser mantidas em perfeita vedação e sem acúmulo de objetos sobre elas.
Art. 238. As caixas de água e cisternas deverão:
I – ter a superfície lisa, resistente e impermeável;
II – ser construídas e revestidas de material que não possa contaminar a água;
III – permitir fácil acesso, inspeção e limpeza;
IV – possibilitar esgotamento total;
V – ser protegidas, contra inundações, infrações e penetrações de corpos estranhos;
VI – ter cobertura adequada;
VII – ser equipadas com torneira de bóia na tubulação de alimentação, à sua entrada, sempre que não se tratar de reservatórios alimentados por recalque;
VIII – ser dotadas de extravasor com diâmetro superior ao da canalização de aviso, desaguando em ponto perfeitamente visível;
IX – ser providas de canalização de limpeza, funcionando por gravidade ou por meio de elevação mecânica.
Art. 239. Não serão permitidos:
I – a passagem de tubulação de água potável pelo interior de fossas, ramais de esgotos e caixas de inspeção de esgotos, bem como as tubulações de esgoto por reservatórios ou depósitos de água;
II – qualquer outro processo, instalação ou atividade que, a juízo da autoridade sanitária, possa representar riscos de contaminação de água potável.
Art. 240. A autoridade sanitária competente poderá determinar correções, bem como exigir informações complementares, esclarecimentos e documentos, sempre que necessário ao cumprimento das disposições deste Código e das Normas Técnicas Especiais.
Art. 241. Os poços freáticos ou tubulações poderão ser intermediados e lacrados, desde que suas águas estejam em condições de causar prejuízos à saúde, aplicando-se tal disposição também aos poços abertos para fins industriais ou agrícolas.
§ 1º. A água deverá ser prévia e regularmente examinada por laboratório licenciado e credenciado, para avaliação da potabilidade e qualidade, devendo o interessado, sempre que solicitado, apresentar a comprovação dos respectivos exames.
§ 2º. Os poços deverão:
I – estar convenientemente situados e adequadamente afastados de fossas, estrumeiras, entulhos ou quaisquer instalações de forma a impedir, direta ou indiretamente, a poluição das águas;
II – estar fechados e dotados de sistemas de sucção;
III – ter as paredes impermeabilizadas, estanques de modo a evitar a infiltração de águas superficiais.
§ 3º. Os poços que não preenchem as condições do presente artigo deverão ser aterrados até o nível do solo.
Art. 242. É obrigatória a limpeza de sarjetas, caixas coletoras, calhas e telhados, a fim de evitar estagnação das águas pluviais ou o seu transbordamento.
Parágrafo Único. A limpeza do passeio e sarjetas fronteiriças às residências ou de estabelecimentos são de responsabilidade de seus ocupantes e/ou proprietários.
Art. 243. É vedado:
I – lançar águas pluviais, de esgotos ou servidas para terrenos vizinhos ou adjacentes, sem adequado sistema de escoamento;
II – atirar aves ou outros animais mortos, lixo, detritos ou outras impurezas, através das portas, janelas ou aberturas para as vias públicas, bem como nos cursos d'água e suas margens;
III – interligar instalações prediais internas com as de prédios situados em lotes distintos;
IV – fazer varredura de lixo do interior de residências, estabelecimentos comerciais, industriais e educacionais, construções, terrenos ou veículos para as vias públicas;
V – lançar aterro ou entulho nas vias públicas;
VI – transportar, sem as devidas precauções, quaisquer materiais ou produtos que possam prejudicar a estética ou o asseio das vias públicas;
VII – colocar em janelas, sacadas ou varandas, vasos ou objetos outros que possam cair nas vias públicas.
Art. 244. Nas edificações situadas em logradouros destituídos de coletor público de esgoto sanitário, será adotado para o tratamento de esgotos domésticos o sistema de fossa seca ou sumidouros com instalações complementares.
Art. 245. As fossas sépticas, além do disposto no Código e em Normas Técnicas da ABNT, devem:
a) receber todos os despejos domésticos ou qualquer outro despejo de características semelhantes;
b) não receber águas pluviais nem despejos industriais;
c) ter capacidade adequada ao número de pessoas a atender ;
d) ser construída com material de durabilidade e estanqueidade;
e) ter facilidade de acesso;
f) não ser localizadas no interior das edificações.
Parágrafo Único. Se a fossa séptica não preencher os requisitos necessários na sua construção, seu proprietário será intimado a reconstruí-la dentro das normas, o que deverá fazer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
Art. 246. Quando a origem do vazamento ou infrações forem capazes de causar insalubridade e envolver diversas unidades imobiliárias e a autoridade sanitária não conseguir detectar a origem deles, poderá ser exigido laudo técnico, assinado por um profissional habilitado, livremente escolhido pelas partes.
Art. 247. Em prédios de apartamentos, conjuntos habitacionais, condomínios e construções em gerais, sempre que o vazamento ou as infiltrações pertencerem às partes comuns, será intimado o condomínio na pessoa do síndico, que providenciará os necessários reparos ou os consertos, em prazo nunca superior a 30 (trinta) dias; caso não haja condomínio registrado e legalizado serão responsabilizados todos os condôminos.
Art. 248. Nos prédios de apartamentos não será permitido depositar materiais ou exercer atividades que, pela sua natureza, sejam prejudiciais à saúde a ao bem-estar dos moradores e vizinhos.
CAPÍTULO IV
DA PROMOÇÃO DA HIGIENE AMBIENTAL
Art. 249. É proibido o lançamento de efluentes de fossas e resíduos ou substâncias industriais, de qualquer espécie, em cursos e captações de água, bem como diretamente no solo sem prévio tratamento.
Parágrafo Único. As substâncias residuais nocivas à saúde são obrigatoriamente sujeitas a tratamento que as tornem inócuas.
Art. 250. Os terrenos baldios serão convenientemente fechados, drenados e periodicamente limpos, sendo obrigatória a remoção ou soterramento de latas, cascas e outros recipientes que possam conter água, assim como resíduos putrescíveis.
Art. 251. As chaminés de qualquer natureza terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem e os gases ou outros resíduos expelidos não venham a prejudicar as condições de saúde nem causem incômodos aos moradores e à vizinhança.
§ 1º. A altura das chaminés não poderá ser inferior a 3 m (três metros), do ponto mais alto das coberturas existentes num raio de 50 m (cinqüenta metros) e, no caso de impossibilidade do cumprimento dessa exigência, será obrigatória a instalação de aparelho fumívoro conveniente.
§ 2º. A autoridade sanitária poderá exigir, a qualquer tempo, as obras que se tornarem necessárias à correção de irregularidades ou defeitos verificados na instalação ou utilização das chaminés, a que este artigo se refere.
Art. 252. Nos estabelecimentos industriais, será obrigatória a instalação de aparelhos ou dispositivos apropriados para a aspiração ou retenção de fuligem, detritos, partículas, poeiras, fumaça e outros, resultantes dos processos residuais e industriais.
TÍTULO XI
DA PREVENÇÃO E DO CONTROLE DE ZOONOSES
Art. 253. A Secretaria de Saúde Municipal coordenará, em âmbito municipal, as ações de prevenção e controle de zoonoses, em articulação com os demais órgãos federais, estaduais e municipais competentes.
Art. 254. Para os efeitos desta lei, entende-se por zoonoses, a infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e o homem.
Art. 255. Na coordenação das ações básicas de controle de zoonoses caberá a Secretaria Municipal de Saúde:
I – promover a mais ampla integração dos recursos humanos, técnicos e financeiros, estaduais e municipais, principalmente para que o Município possa dispor de uma estrutura física, orgânica ou técnica, capaz de atuar no controle e/ou erradicação de zoonoses;
II – promover articulações intra e interinstitucionais com organismos nacionais e internacionais de saúde e o intercâmbio-científico;
III – promover ações que possibilitem melhorar a qualidade do diagnóstico laboratorial para a raiva humana e animal, calazar, leptospirose, e outras zoonoses;
IV – promover medidas visando impedir a articulação de animais roedores, com previsão de instalações, equipamentos específicos e pessoal capacitado;
V – promover e estimular o sistema de vigilância epidemiológica, para zoonoses;
VI – promover a capacitação de recursos humanos em todos os níveis (elementar, médio e superior);
VII – promover ações de educação em saúde, tais como, campanhas de comunicação, e difusão no assunto nos currículos de primeiro grau e outros.
Art. 256. Todo proprietário ou possuidor de animais, a qualquer título, deverá observar as disposições legais e regulamentares pertinentes e adotar às medidas indicadas pelas autoridades de saúde para evitar a transmissão de zoonoses às pessoas.
Art. 257. É obrigatória a vacinação dos animais contra as doenças especificadas pelo Ministério da Saúde.
Art. 258. A permanência de animais só será permitida quando não ameacem a saúde ou segurança das pessoas e quando o lugar onde forem mantidos reúna condições de saneamento estabelecidas pela autoridade de saúde competente, a fim de que não se constituam em focos de infecção, causas de doenças ou insalubridade ambiental, tampouco em mal-estar para o animal.
Art. 259. Fica proibida a permanência de animais nos logradouros públicos, tais como, mercados, feiras, piscinas, estabelecimentos, hospitais e outros, de saúde, escolas, clubes esportivos e recreativos, estabelecimentos industriais ou comerciais, em halls de edifícios, suas escadas, elevadores, patamares, e áreas de uso comum, ruas e avenidas.
Parágrafo Único. Excetuam-se da proibição prevista neste artigo os estabelecimentos, legal e adequadamente instalados, para a criação, venda, exposição, competição e tratamento de animais, e abatedouros, quando licenciados pelos órgão de saúde competentes, e os pequenos animais que possam permanecer no colo de seus proprietários.
Art. 260. O trânsito de animais nos logradouros públicos só será permitido quando não ofereçam riscos à saúde e devidamente atrelados, vacinados e com registro atualizado, quando for o caso.
Art. 261. Os animais encontrados soltos nas vias e nos logradouros públicos, serão apreendidos, recolhidos em canis públicos, castrados e sacrificados após o prazo de 15 (quinze) dias, a critério das autoridades de saúde competentes.
§ 1º. Se o animal apreendido for portador de registro seu proprietário deverá ser notificado.
§ 2º. O animal cuja apreensão for impossível ou perigosa poderá ser sacrificado in loco.
§ 3º. Quando o animal apreendido possuir valor econômico poderá ser leiloado, a juízo da autoridade competente.
Art. 262. Os proprietários ou responsáveis por construções, edifícios, ou terrenos, qualquer que seja o seu uso ou finalidade, deverão adotar as medidas indicadas pelas autoridades de saúde competentes, no sentido de mantê-las livres de roedores e de animais prejudiciais à saúde e ao bem estar do homem.
Parágrafo Único. Os proprietários ou responsáveis por construções, edifícios ou terrenos, deverão impedir o acúmulo de lixo, restos de alimentos ou de outros materiais que servirem de alimentação ou abrigo de roedores, e adotar outras providências a critério das autoridades de saúde competentes.
Art. 263. Os órgãos ou entidades responsáveis pela coleta de lixo, concorrerão para o atendimento do disposto no artigo anterior, promovendo a execução regular daqueles serviços, bem como a manutenção de locais e métodos apropriados para evitar abrigo, proliferação e alimentação de roedores, observando para tanto as instruções emanadas dos órgãos de saúde competentes.
Art. 264. O proprietário ou possuidor de animais doentes ou suspeitos de zoonoses deverá submetê-los a observação, isoladamente e cuidados, na forma determinada pela autoridade de saúde.
Art. 265. Os proprietários, administradores ou encarregados de estabelecimentos ou lugares onde hajam permanecido animais doentes ou suspeitos de padecer de doenças transmissíveis ao homem ou de notificação obrigatória, ficam obrigados a proceder a sua desinfecção ou desinfestação, conforme o caso, devendo observar as demais práticas ordenadas pelas autoridades sanitárias competentes.
Art. 266. Toda pessoa fica obrigada a permitir a entrada em seu domicílio ou em lugares cerrados de sua propriedade ou submetida a seus cuidados, dos médicos veterinários de serviço de saúde pública, devidamente identificados, para efeito de exames, tratamento, captura ou sacrifício de animais doentes ou suspeitos de zoonoses e controle de vetores, bem como dos demais agentes de vigilância sanitária e ou animal.
Parágrafo Único. Os proprietários ou encarregados de animais ficam obrigados a sacrificá-los seguindo as instruções de autoridades de saúde competentes ou entregá-los para seu sacrifício, aos funcionários competentes, quando assim for determinado.
Art. 267. É assegurada a toda pessoa mordida ou arranhada por animal doente ou suspeito da raiva, tratamento na forma indicada pela autoridade de saúde competente que poderá determinar sua internação quando julgar necessário.
Art. 268. Os animais suspeitos de raiva que houverem mordido ou arranhado qualquer pessoa serão isolados e observados no mínimo, durante 10 (dez) dias.
Parágrafo Único. A observação de que trata este artigo poderá, a juízo da autoridade sanitária competente, ocorrer na resistência do proprietário do animal suspeito ou no serviço municipal competente.
Art. 269. O transporte de animais doentes e a disposições de cadáveres de animais que houverem sofrido de zoonoses, serão efetivados na forma determinada pelas autoridades de saúde competentes.
Art. 270. Compete aos órgãos da Secretaria de Saúde Municipal, diretamente, ou em cooperação com a Secretaria de Saúde Estadual e demais órgãos e entidades competentes, o combate as zoonoses.
Art. 271. Cabe a Secretaria Municipal de Saúde, devidamente articulada com a Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério da Saúde, tendo em vista a freqüência da doença, as possibilidades de epidemias e riscos de propagação a área de mais de um município, estabelecer as prioridades para o controle e erradicação de espécies animais responsáveis pela ocorrência de propagação de zoonoses.
Art. 272. Fica instituída a obrigatoriedade do registro de animais, especialmente no que tange a população canina, bem como o credenciamento de instituições idôneas para tal fim, além da rede oficial, conforme dispuser a Secretaria Municipal de Saúde em ato próprio, disciplinando os procedimentos pertinentes aquele ato e estabelecendo as obrigações dos proprietários ou responsáveis pelos animais e das instituições credenciadas.
Art. 273. As autoridades municipais adotarão as medidas técnicas indicadas pelas autoridades de saúde na execução dos trabalhos relacionados com a coleta, transporte, tratamento, disposição sanitária dos dejetos, limpeza das vias públicas, e outras de modo a impedir a proliferação de insetos e roedores ponham em risco a saúde da população.
Art. 274. O município não responde por indenização de qualquer espécie no caso do animal apreendido vir a sucumbir.
CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO DE ANIMAIS
Art. 275. Os estábulos, cocheiras, aviários, pocilgas, apiários, e outros estabelecimentos que, de qualquer modo criem animais, não poderão estar situados em locais que possam causar incômodo ou insalubridade à população, não podendo em nenhuma hipótese, esses estabelecimentos estarem localizados a menos de 50 m (cinqüenta metros) das divisas vizinhas ou da frente dos logradouros.
Art. 276. É proibida a criação de animais em edifícios de apartamentos ou casas situadas dentro do perímetro urbano.
§ 1º. A autoridade sanitária poderá apreender, multar, interditar ou determinar a transferência da criação para local apropriado quando esta estiver causando incômodo ou insalubridade à população.
§ 2º. Os donos das criações, gozarão de um prazo de 30 a 50 dias a contar da data da intimação, para cumprirem as disposições deste Código.
Art. 277. É proibida a permanência de animais nas vias públicas.
§ 1º. Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos, serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Municipalidade, podendo ser retirado pelo proprietário ou seu representante legal dentro do prazo máximo de 07 (sete) dias, mediante pagamento de multa arbitrada.
§ 2º. Após este prazo o animal será posto à venda em hasta pública, pela Prefeitura, ou doado à Instituições Educacionais para estudos e pesquisas.
Art. 278. Sempre que houver necessidade de vistoria, em domicílios particulares, a autoridade sanitária, no exercício da ação de vigilância sanitária, lavrará, no local em que for verificada a recusa do morador, ou estabelecimento comercial, industrial, ou a impossibilidade do ingresso por motivo de abandono ou ausência de pessoas que possam, mas não queiram abrir a porta, um Auto de Infração, no local da infração ou na sede da repartição sanitária, que constará:
I - o nome do infrator e/ou seu domicílio, residência e os demais elementos necessários à sua qualificação civil, quando houver;
II – o local, a data e a hora da lavratura do Auto de Infração;
III – a descrição do ocorrido, a menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido e os dizeres: PARA A PROTEÇÃO DA SAÚDE, LAVRA-SE ESTE AUTO DE INFRAÇÃO;
IV – a assinatura do autuado ou, no caso de ausência pelo seu representante legal ou preposto. Em caso de recusa, a consignação dessa circunstância, será feita pela autoridade autuante;
V – a pena que está sujeita o infrator;
VI – a declaração do autuado de que está ciente e que responderá pelo fato administrativa e penalmente;
VII – o prazo para defesa ou impugnação do Auto de Infração será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua cientificação, observado o Código Tributário Municipal.
TÍTULO XII
DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS
CAPÍTULO I
DOS SALÕES DE BARBEIROS E CABELEREIROS
Art. 279. Além das normas de higiene previstas neste regulamento, os salões de barbeiros e cabeleireiros deverão atender às seguintes normas:
I – é obrigatório o fornecimento de golas e toalhas individuais;
II – os salões deverão dispor de dispositivos julgados satisfatórios pelas autoridades sanitárias, para a desinfecção dos instrumentos de trabalho, e ter uma área mínima de oito metros quadrados por pessoa e ser bem ventilado;
III – é obrigatória e esterilização dos instrumentos de corte, especialmente alicates de unha, tesouras e navalhas;
IV – é obrigatória a instalação de pias sifonadas com água corrente.
Art. 280. Os funcionários dos salões de barbeiros deverão:
I – apresentar-se convenientemente trajados, limpos e uniformizados;
II – fazer exame anual de saúde e manter o certificado de vacinação antitetânica permanentemente atualizado.
CAPÍTULO II
DAS PRAÇAS DE ESPORTES
Art. 281. É proibido, nas praças de esportes, a existência de águas estagnadas, pisos escorregadios, valas e outros obstáculos que possam causar danos aos desportistas e provocar acidentes.
Art. 282. Nas praças de esportes, é obrigatória a existência de instalações sanitárias completas e independentes para uso dos atletas de ambos os sexos, na proporção de 1 (um) para cada 50 (cinquenta) pessoas.
Art. 283. É obrigatória a instalação de bebedouros, na proporção de 1 (um) para cada 100 (cem) pessoas.
CAPÍTULO III
DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DAS FARMÁCIAS, DROGARIAS, POSTOS DE MEDICAMENTOS E UNIDADES VOLANTES
Art. 284. As farmácias, drogarias, postos de medicamentos, unidades volantes e ervanárias, estão sujeitas, obrigatoriamente, a licença do órgão de vigilância sanitária competente da Secretaria Estadual de Saúde, para fins de autoridades sanitárias municipais e federais.
Art. 285. As farmácias e drogarias deverão contar, obrigatoriamente, com a assistência e responsabilidade de técnico legalmente habilitado, durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, devendo possuir instalações e equipamento adequados.
Art. 286. Para controle, escrituração e guarda de entorpecentes e de substâncias que produzam dependência física ou psíquica, as farmácias e as drogarias deverão possuir, também, instalações que ofereçam segurança, e, bem assim, livros ou fichas para escrituração do movimento de entrada, saída e estoque daqueles produtos conforme modelos aprovados pelo órgão federal competente.
Art. 287. Será obrigatória a existência nas farmácias e drogarias de um exemplar, atualizado, da Farmacopéia Brasileira.
Art. 288. É permitido às farmácias e drogarias exercer o comércio de determinados correlatos, tais como: aparelhos e acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética; produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; produtos de higiene pessoal ou do ambiente: cosméticos e perfumes; produtos dietéticos; produtos óticos, de acústica médica, odontológica, veterinária e outros, desde que observada a legislação federal específica e a supletiva estadual pertinente.
§ 1º. Para os fins deste artigo as farmácias e drogarias deverão manter seções separadas, de acordo com a natureza dos produtos e a juízo da autoridade sanitária competente.
§ 2º. É vedada a aplicação, nos próprios estabelecimentos, de qualquer tipo de produtos e aparelhos mencionados neste artigo.
Art. 289. As ervanárias somente poderão efetuar a dispensação de plantas e ervas medicinais, excluídas as entorpecentes.
§ 1º. Os estabelecimentos a que se refere este artigo somente poderão funcionar após obterem licença do órgão sanitário competente e sob a responsabilidade de técnico legalmente habilitado.
§ 2º. É proibido as ervanárias negociar com objetos de cera, colares, fetiches e outros que se relacionem com práticas e curandeirismo.
§ 3º. As plantas vendidas sob classificação botânica falsa, bem como as desprovidas de ação terapêutica e entregues ao consumo com o mesmo nome vulgar de outras terapeuticamente ativas, serão apreendidas e inutilizadas, sendo os infratores punidos na forma de legislação em vigor.
§ 4º. Os estabelecimentos a que se refere este artigo possuirão armações e/ou armários adequados, a critério da autoridade sanitária competente e recipientes fechados para o acondicionamento obrigatório, livre de pó e de contaminação, de todas as plantas e partes vegetais.
Art. 290. Nas zonas com características suburbanas ou rurais onde em um raio de mais de 3 (três) quilômetros, não houver farmácia ou drogaria poderá, a juízo da autoridade sanitária estadual, ser concedida licença, a título precário, para instalação de posto de medicamentos, sob a responsabilidade de pessoa idônea, com capacidade necessária para proceder a dispensação dos produtos farmacêuticos, atestados por dois farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia do Estado.
Parágrafo Único. A licença não será renovada desde que se instale, legalmente, farmácia ou drogaria dentro da área mencionada neste artigo.
Art. 291. Poderão ser licenciadas, a título precário, pela autoridade sanitária, unidades volantes para o atendimento de região onde, num raio de três quilômetros, não houver farmácia, drogaria ou posto de medicamentos.
§ 1º. A permissão concedida pelo órgão sanitário competente fixará a região a ser percorrida pela unidade volante.
§ 2º. A licença será cancelada para as regiões onde se instalem, legalmente, farmácia, drogaria ou posto de medicamentos.
Art. 292. As unidades volantes, a juízo da autoridade sanitária competente, poderão funcionar sob a responsabilidade de pessoa idônea, com capacidade necessária para proceder à dispensação de produtos farmacêuticos, atestadas por dois farmacêuticos inscritos no Conselho Regional de Farmácia do estado.
Art. 293. Os dispensários de medicamentos deverão ser dotados dos equipamentos e instalações necessários ao seu funcionamento, fixados pela autoridade sanitária.
CAPÍTULO IV
DOS HOSPITAIS, DAS CASAS DE SAÚDE E MATERNIDADES E UNIDADES DE SERVIÇOS DE SAÚDE
Art. 294. Nos hospitais, casas de saúde e maternidades devem ser observadas as seguintes normas:
I – a existência de instalações sanitárias completas e independentes para ambos os sexos, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) pessoas;
II – a lavagem de roupa deverá ser feita em lavanderia própria, que garanta completa desinfecção de acordo com as normas vigentes;
III – desinfecção periódica de colchões e travesseiros;
IV – cada paciente deverá ter leito com jogo de lençóis, fronhas e cobertores individuais e esterilizados, sendo obrigatória à colocação de um novo jogo completo de roupa de cama para cada novo paciente;
V – médicos, enfermeiros e serventes deverão usar uniforme limpo e esterilizado;
VI – durante as intervenções cirúrgicas o médico e seus auxiliares deverão usar capote, máscara, gorro e luvas esterilizadas;
VII – todos os instrumentos cirúrgicos e auxiliares deverão ser lavados e esterilizados após o uso;
VIII – esterilização de louças, talheres, travessas e outros vasilhames utilizados na cozinha, observados as normas de higiene deste Código para estabelecimentos que preparem, e forneçam alimentos;
IX – é proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço na cozinha, a fim de evitar a contaminação de alimentos e utensílios;
X – é obrigatório, nas maternidades, e existência de um berçário;
XI – é proibida a colocação de mais de 10 (dez) recém-nascidos no mesmo berçário;
XII – para cada recém-nascido, deve haver uma média de 2,5 metros quadrados de superfície, sendo recomendável manter uma distância razoável entre os leitos a fim de evitar possíveis contaminações;
XIII – a temperatura ideal para berçários varia entre 20 e 22 graus centígrados, sem bruscas oscilações;
XIV – o local onde funciona o berçário deve ser ventilado;
XV – todos os utensílios do berçário devem ser lavados e fervidos após o uso;
XVI – é obrigatório o isolamento de pacientes portadores de moléstias infecto-contagiosas, bem como de pacientes que estejam de quarentena, obedecendo-se o que determina o Ministério da Saúde nesses casos;
XVII – o lixo hospitalar contaminado deve ser obrigatoriamente acondicionado de acordo com a legislação vigente;
XVIII – é proibido o uso de incineradores domiciliares e hospitalares;
XIX – é obrigatório incinerar:
a) lixo hospitalar contaminado;
b) medicamentos vencidos;
c) lixo dos consultórios;
d) tóxicos apreendidos;
e) animais mortos;
f) lixos derivados de cemitérios;
g) lixos derivados de Laboratório de Patologia Clínica;
h) lixos derivados de Anatomia Patológica;
i) lixos derivados de Hemoterapia;
XX – os estabelecimentos que produzem o lixo tóxico ou o lixo hospitalar, devem providenciar, com recursos próprios, a coleta e a destinação final dos mesmos;
XXI – os resíduos líquidos de serviços de saúde, de potencial ou efetivamente portadores de agentes patogênicos, deverão ser submetidos a processo de neutralização de patógenos, antes de serem encaminhados ao sistema de esgoto sanitário ou corpo receptor.
Art. 295. Nas outras unidades de serviços de saúde, além das normas observadas no artigo anterior deverá ser observado:
I – as salas de espera deverão ser bem ventilados e ter uma área mínima de 8 m² (oito metros quadrados) por pessoa;
II – a existência de instalações sanitárias completas e independentes para o uso de ambos os sexos;
III – a existência de bebedouros na proporção de 1 (um) para cada 100 (cem) pessoas.
Art. 296. Nestes estabelecimentos, todas as suas dependências e instalações deverão ser mantidas em condições higiênicas satisfatórias.
Art. 297. Todos os hospitais e serviços de saúde deverão observar as normas e padrões aprovados pelo Ministério da Saúde, bem como todas as outras vigentes, com relação a instalação e funcionamento.
CAPÍTULO V
DOS ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS
Art. 298. Todos os estabelecimentos de ensino devem apresentar os mais elevados padrões de higiene e segurança.
Art. 299. Os estabelecimentos de ensino deverão atender as seguintes normas:
I – é obrigatória a instalação de:
a) bebedouros, na porção de 1 (um) para cada 50 (cinqüenta) alunos;
b) mictórios, na porção de 1 (um) para cada 30 (trinta) alunos, do sexo masculino;
c) privadas, na proporção de 1 (um) para cada 20 (vinte) alunos;
d) lavatórios, na proporção de 1 (um) para cada 40 (quarenta) alunos;
e) chuveiros, na proporção de 1 (um) para cada 100 (cem) alunos;
II – as instalações sanitárias deverão obedecer ao critério de separação por sexo;
III – as escolas que se destinarem ao ensino de crianças e adultos deverão ter sanitários separados.
Art. 300. Os internatos e pensionistas, além de obedecerem às disposições deste artigo e as normas gerais deste Código referente à manipulação de gêneros alimentícios e à higiene de hotéis, pensões e estabelecimentos congêneres, deverão dispor de dormitórios separados para ambos os sexos.
Parágrafo Único. Os dormitórios deverão ser bem ventilados e ter uma área mínima de 8 m² (oito metros quadrados) por pessoa.
CAPÍTULO VI
DAS PISCINAS
Art. 301. O termo piscina, para efeito deste Código, abrange a estrutura destinada a banhos e a prática de esportes aquáticos, bem como os equipamentos de tratamento de água, casa de máquinas, vestiários e demais instalações que se relacionem com o seu uso e funcionamento.
Art. 302. As piscinas classificam-se em públicas e particulares.
§ 1º. São consideradas particulares as piscinas de uso exclusivo dos seus proprietários e pessoas de sua relação.
§ 2º. As piscinas públicas ou particulares deverão ter seus projetos de construção ou reforma aprovados pelo órgão competente da Prefeitura Municipal.
Art. 303. As piscinas deverão ter o suprimento de água pelo processo de recirculação.
Parágrafo Único. As máquinas e equipamentos das piscinas, em especial, das piscinas públicas, deverão permitir a recirculação do volume de água igual ao de sua capacidade, num período máximo de 12h00min (doze horas).
Art. 304. As piscinas terão aparelhagem de tratamento instalado antes da entrada da água, sempre que não forem supridas pelo sistema público de abastecimento.
Art. 305. Os dispositivos de entrada e saída de água, deverão ser localizados de modo a assegurar suprimento e esgotamento adequado.
Art. 306. O sistema de suprimento de água das piscinas não deverá permitir interconexões com a rede pública coletora de esgotos.
Art. 307. O revestimento das piscinas devem ser feitos de material liso, impermeável e resistente.
Art. 308. Os vestiários em piscinas públicas deverão obedecer aos preceitos sanitários deste Código, e terão capacidade suficiente para atender aos usuários das mesmas.
§ 1º. Nas piscinas públicas deverão ser instalados chuveiros sanitários, mictórios e lavatórios na razão de um chuveiro e um sanitário para cada 40 (quarenta) homens e um lavatório para cada 60 (sessenta) banhistas.
§ 2º. Os chuveiros devem ser localizados de forma a tornar obrigatória a sua utilização pelos banhistas, antes de entrarem na piscina.
Art. 309. Nos pontos de acessos às piscinas públicas, haverá tanques lava-pés, localizados de forma a tornar obrigatório o seu uso pelos banhistas.
Parágrafo Único. Os lava-pés devem ser mantidos com água corrente e clorada, com lâmina líquida de 10 cm (dez centímetros), no mínimo, para piscinas de adultos, e 5 cm (cinco centímetros), no mínimo, para piscinas infantis.
Art. 310. As calhas das paredes internas das piscinas somente serão permitidos quando construídas ao nível da superfície líquida dotada de declividade, e de um número de ralos que facilitem o rápido escoamento de seu conteúdo.
Art. 311. As bordas das piscinas devem ser feitas arredondadas, de forma a evitar contusões dos seus freqüentadores.
Art. 312. A verificação da qualidade de água nas piscinas públicas deverá ser feita rotineiramente pelos seus operadores, através dos ensaios de PH e do cloro residual independentemente dos exames bacteriológicos e outros que serão feitos periodicamente pelas autoridades sanitárias.
Art. 313. A qualidade da água das piscinas deverá obedecer aos seguintes requisitos:
I – quanto à qualidade bacteriológica:
a) de cada piscina pública deverá ser examinado um número representativo de amostras;
b) cada amostra deverá ser constituída de porção de 10 ml, exigindo-se que no mínimo 80% de 5 amostras consecutivas apresentem ausência de germes do gênero coliforme;
c) a contagem de placa deverá apresentar número inferior a 20 colônias por ml, em 80% de 05 ou mais amostras consecutivas.
II – quanto à qualidade física e química:
a) a visibilidade deverá ser conseguida com nitidez, por um observador situado a borda da piscina;
b) o PH da água deverá ficar entre 7,2 e 8,0;
c) a concentração de cloro na água deverá ser de 0,3 mg/l no mínimo, quando o residual for de cloro livre e de 0,7 mg/l, no mínimo, quando o residual for de cloro combinado.
Parágrafo Único. Quando for empregado o cloro gasoso, deverão ser observados todos os requisitos de localização e instalação de cloradores.
Art. 314. Para a desinfecção da água das piscinas, é recomendável o emprego do cloro ou de seus compostos.
Parágrafo Único. Quando for empregado o cloro gasoso, deverão ser observados todos os requisitos de localização e instalação de cloradores.
Art. 315. O uso de outros agentes de desinfecção da água, que não o cloro e seus compostos, dependerá de permissão da autoridade sanitária.
Art. 316. Os freqüentadores das piscinas deverão ser submetidos a exames médicos pelo menos uma vez por ano.
Parágrafo Único. O ingresso nas piscinas poderá ser impedido aos freqüentadores que apresentarem no intervalo entre exames médicos, infecção de pele, inflamações ou quaisquer outras moléstias que atentem contra a saúde dos demais freqüentadores.
Art. 317. O número máximo de banhistas utilizando a piscina pública ao mesmo tempo, não deve exceder a 1 (um) banhista para cada 2 m² (dois metros quadrados) de superfície.
Art. 318. Uma piscina pública não poderá ser utilizada sem que esteja presente um guarda-vidas ou um representante da administração da entidade indicada para esse fim.
Art. 319. Os dispositivos deste Código, referentes aos freqüentadores das piscinas públicas, deverão ser afixados em local visível.
Parágrafo Único. Nesse local deverá constar também o horário de funcionamento da piscina e o nome do guarda-vidas ou representante da administração da entidade, que esteja em serviço.
Art. 320. A administração da entidade onde está localizada a piscina será notificada pelo não cumprimento das prescrições deste Código, podendo a piscina ser interditada em caso de reincidência.
Art. 321. A autoridade sanitária, quando no desempenho de suas funções, deve ser assegurado o livre ingresso às piscinas e suas dependências, seja para coleta de amostra de água, ou para verificar o cumprimento das exigências deste Código.
Art. 322. Na infração de qualquer norma do assunto piscina, será imposta uma multa correspondente ao valor de 10 (dez) a 100 (cem) UFM vigente.
TÍTULO XIII
SETOR DE CONTROLE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR
CAPÍTULO I
DISPOSIÇOES GERAIS
Art. 323. As atividades relacionadas à Saúde do Trabalhador no âmbito do município de Douradina/PR são de responsabilidade da Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social.
Art. 324. A Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social deverá buscar, sempre que houver necessidade, a participação de entidades representantes dos trabalhadores para o desenvolvimento de todas as atividades relacionadas à proteção da saúde dos trabalhadores.
CAPÍTULO II
ATRIBUIÇÕES
Art. 325. Em matéria de Saúde do Trabalhador é competência das empresas:
I – cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;
II – instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho e/ou doenças profissionais;
III – adotar as medidas que lhe sejam determinadas pelos órgãos competentes;
IV – facilitar o exercício da fiscalização pelo órgão competente;
V - notificar o Sistema Único de Saúde sobre os casos de acidente de trabalho e doença ocupacional.
Art. 326. Cabe aos empregados:
I – observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;
II – colaborar com a Empresa na aplicação dos dispositivos deste capítulo.
Art. 327. Cabe à Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social, nos limites da sua atuação:
I – estabelecer, nos limites da sua competência, normas sobre a aplicação dos preceitos deste título, promovendo a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, de acordo com as Leis vigentes e adotando as medidas que se tornem exigíveis, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, se façam necessárias;
II – realizar a fiscalização em todas as situações em que haja risco de agressão ao meio ambiente, solicitando sempre que necessário o apoio das demais Secretarias Municipais;
III – coordenar, orientar, controlar e supervisionar a fiscalização e as demais atividades relacionadas com a Saúde do Trabalhador em todo o Município, inclusive a Campanha Municipal de Prevenção de Acidentes de Trabalho;
IV – conhecer, em última instância, dos recursos voluntários ou de ofício, das decisões proferidas pelos órgãos competentes em matéria de Saúde do Trabalhador;
V – desenvolver, em parceria com a Secretaria de Saúde e Secretaria do Meio Ambiente, ações de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica com vistas à promoção e proteção da Saúde do Trabalhador, através de atividades orientadoras, educativas e fiscalizadoras, conforme ditames do ordenamento jurídico pátrio;
VI – atender aos preceitos legais de municipalização das ações de Saúde do Trabalhador, ressaltadas as características da população trabalhadora de Douradina/PR;
VII – delinear o perfil epidemiológico do Município, no tocante às questões de Saúde do Trabalhador, mediante:
a) mapeamento dos riscos advindos dos diversos processos produtivos;
b) desenvolvimento de mecanismos de Vigilância Epidemiológica para acidentes e doenças do trabalho;
c) implementação da Notificação Compulsória de agravos decorrentes do trabalho;
d) estabelecimento dos fluxos de coleta de informações nas empresas do município, na rede assistencial e no IML;
e) análise dos dados e informações encaminhadas pelos níveis regionais no que se refere a condições de trabalho e saúde do trabalhador.
VIII – estabelecer mecanismos e prioridades de fiscalização, através da Vigilância Sanitária dos ambientes de trabalho e colaborar na eliminação dos riscos;
IX – identificar e estabelecer uma rede de referência em Saúde do trabalhador para atendimento de agravos específicos;
X – encaminhar os trabalhadores suspeitos de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho para os serviços de referência, a fim de se submeterem a avaliações clínicas e neuropsicológicas;
XI – solicitar os laudos e outros documentos referentes a órgãos e substâncias examinadas por laboratório de Medicina Legal no caso de haver morte suspeita do trabalhador;
XII – coordenar e/ou coletar material biológico para laboratório de referência no caso de trabalhadores que operam em áreas consideradas de riscos à saúde;
XIII - oferecer atendimento médico ambulatorial aos trabalhadores vitimados por acidente de trabalho ou doença ocupacional;
XIV – encaminhar exames para centros de referência para fins de reavaliação e controle no caso de trabalhadores que operam ou operavam em áreas consideradas de risco à saúde;
XV – avaliar, recomendar ou exigir os Equipamentos de Proteção Coletiva e Equipamentos de Proteção Individual (EPC e EPI) usados nas empresas, apreendendo-os e/ou inutilizando-os quando considerados inadequados às exigências regulamentares;
XVI – coletar e encaminhar amostras compostas de gases, ar, líquidos, produtos, produtos intermediários, subprodutos, rejeitos, resíduos, agentes biológicos, solo e material radioativo usado nos diversos processos de produção aos centros de referencia, para fins de análise de controle e avaliação das condições de trabalho e preservação do meio ambiente;
XVII– requerer informações sobre atividades econômicas e produtivas às empresas de modo a orientar as ações de Saúde do Trabalhador no Município;
XVIII – controlar e avaliar as condições de conforto e higiene dos trabalhadores em empresas de produção de bens e serviços;
XIX - sempre que for necessário trabalhar em conjunto com instituições públicas com responsabilidade na área de Saúde do Trabalhador ou Controle Ambiental, incorporando os Sindicatos, Assessorias Técnicas e Entidades não Governamentais no planejamento e execução das ações;
XX – promover e participar de atividades, programas e projetos que se destinem a diagnosticar e controlar os riscos individuais e coletivos decorrentes do processo de trabalho;
XXI – desenvolver e divulgar estudos de técnicas de reconhecimento, avaliação e controle dos riscos decorrentes de processo de trabalho;
XXII– participar e/ou realizar estudos de pesquisa na área de Saúde do Trabalhador no âmbito dos órgãos públicos municipais;
XXIII – estimular a formação de CIPA e Departamentos de Saúde do Trabalhador no âmbito dos órgãos públicos municipais;
XXIV – desenvolver, com as demais áreas afins das Secretarias Municipais, de atividades de capacitação e treinamento profissional dos funcionários que atuam na Vigilância Sanitária do Trabalho;
XXV – realizar, anualmente, o Fórum Municipal de Saúde do trabalhador, com ampla divulgação e participação de representantes da sociedade civil organizada e do Poder Público;
XXVI - conforme o caso, em situação que represente grave e iminente risco para o trabalhador ou para o meio ambiente, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão tomada, com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de acidentes de trabalho, doenças profissionais e/ou agressão ao meio ambiente:
a) considera-se grave e iminente risco toda condição ambiental que possa causar danos ao meio ambiente e/ou acidente de trabalho ou doença profissional com lesão grave à integridade física do trabalhador;
b) A interdição importará na paralisação total ou parcial do estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento;
c) O embargo importará na paralisação total ou parcial da obra, considerando-se obra todo e qualquer serviço de engenharia de construção, montagem, instalação, manutenção e reforma.
CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 328. Compete à Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social, nas questões de sua competência, impor as penalidades cabíveis por descumprimento da Legislação em vigor.
Art. 329. Nos casos de reincidências, as multas previstas neste Código serão aplicadas com valor correspondente ao dobro da multa anterior.
Parágrafo Único. O valor da multa será de acordo com a gravidade da infração e com a capacidade de pagamento do autuado, e será utilizado o valor da Unidade Fiscal do Município de Douradina/PR – UFM.
TÍTULO XIV
DA TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 330. A taxa de inspeção sanitária, que tem como fato gerador o poder de policia, exercido pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Saúde, nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços localizados ou não, onde se fabriquem, produzam, beneficiem, manipulem, acondicionem, conservem, depositem, transportem, distribuam, vendam, alimentos, produtos farmacêuticos, cosméticos, saneantes domissanitários e outros produtos de interesse à saúde e prestem serviços que possam por em risco a saúde individual ou coletiva da população.
Parágrafo Único. Para efeito deste artigo, considerar-se-ão estabelecimentos distintos:
I – os que embora no mesmo local, ainda que com atividade idêntica, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;
II – os que, embora com atividade idêntica e pertencente à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.
Art. 331. Contribuinte da taxa é toda e qualquer pessoa física ou jurídica que exerça o comércio de alimentos, transporte de alimentos produtos farmacêuticos, cosméticos, saneantes domissanitários e outros produtos de interesse à saúde e prestação de serviços que se enquadrem no artigo 14 desta, estando sujeito a fiscalização do órgão da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 332. Os valores da taxa de inspeção sanitária serão corrigidos conforme dispõe a legislação tributária municipal.
Art. 333. O recolhimento da taxa de inspeção sanitária será feito na conta do Fundo Municipal de Saúde, mediante guia de recolhimento, que poderá ser fornecida, registrada e preenchida pela Secretaria Municipal de Fazenda.
CAPÍTULO II
DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS
Art. 334. Nenhum estabelecimento sediado no município e que se enquadre no presente Código Sanitário poderá funcionar sem licença do órgão de vigilância sanitária competente e das demais licenças previstas em lei municipal.
§ 1º. Para os estabelecimentos comerciais fixos o licenciamento é denominado de Boletim de Ocupação e Funcionamento e compete ao órgão de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde a expedição do mesmo, atendido às exigências legais.
§ 2º. Para os veículos de transporte e comercialização de alimentos, transporte de medicamentos, correlatos e afins o licenciamento é denominado de Licença Sanitária de Veículo e compete ao órgão de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde a expedição do mesmo, atendido às exigências legais, sendo válida por 01 (um) ano após a emissão.
§ 3º. Para o comércio eventual ou ambulante, quiosque e feirante, o licenciamento é denominado Licença Sanitária de Ambulante e compete ao órgão de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde a expedição do mesmo, atendido às exigências legais, sendo válida por 01 (um) ano após a emissão.
§ 4º. Fica denominado de Certificado de Inspeção Sanitária o licenciamento especial de estabelecimentos tais como, farmácias, drogarias, dispensários, distribuidoras de medicamentos, e afins, clinicas médicas e odontológica, importadores e exportadores de produtos médicos, odontológicos, equipamentos e correlatos, e de alimentos, que obrigatoriamente deverão requerer este certificado até abril de cada ano, sendo válido até abril do ano subseqüente, e será concedidas após inspeção das instalações pela autoridade sanitária obedecida as especificações deste Código e Normas Técnicas Especiais.
§ 5º. Os estabelecimentos citados acima além do Boletim de Ocupação e Funcionamento, obrigatoriamente deverão possuir o Certificado de Inspeção Sanitária.
§ 6º. O Boletim de Ocupação e Funcionamento, Certificado de Inspeção Sanitária, Licença Sanitária de Veículos e Licença Sanitária de Ambulantes não revalidados dentro do prazo, sofrerão multa de 02 (duas) vezes o valor da UFM.
Art. 335. O requerimento para solicitação de Boletim de Ocupação e Funcionamento e do Certificado de Inspeção Sanitária, Licença Sanitária de Veículo e da Licença Sanitária de Ambulante deverá ser feito em modelo próprio na sede da Prefeitura no setor de Tributação e Arrecadação.
Parágrafo Único. O requerente obrigatoriamente deverá apresentar os seguintes documentos:
I – os estabelecimentos onde se fabriquem, beneficiem, manipulem, acondicionem, conservem, depositem, transportem, produzam, distribuam, vendam, alimentos, produtos farmacêuticos, cosméticos, saneantes domissanitários e outros produtos de interesse a saúde, salão de beleza, barbearia, gabinete ou casa de massagem, hotéis, motéis, locais de esporte, recreação e lazer e estabelecimentos que prestem serviços que possam pôr em risco a saúde coletiva da população; requerimento assinado pelo proprietário ou seu representante legal, constatando o nome ou a razão social, nome fantasia, endereço completo, inscrição no CNPJ/CIC;
II – consultório, ambulatório, médico, odontológico, fisioterapia, laboratório e oficina de prótese dentária, terapia ocupacional, nutricionista, psiquiatra, psicologia, fonoaudiologia, otorrinolaringologia, e outras especialidades da área médica, bem como, veterinários e lojas agropecuárias, deverão anexar além do requerimento e documentos citados no item I, cópia do título de propriedade do imóvel ou contrato de locação, cópia da identidade profissional, cópia da anuidade quitada do respectivo conselho de classe. Para loja de produtos agropecuários além dos documentos citados acima, será necessário a apresentação do contrato de responsabilidade técnica e regularidade de pessoa jurídica do Conselho Regional de Medicina Veterinária;
III – clínica médica, odontológica, serviços de RX, radioterapia e medicina nuclear, fisioterapia, terapia ocupacional, nutricionista, psiquiatria, psicologia, fonoaudiologia, otorrinolaringologia, laboratório de análise clínica e outras especialidades da área médica, bem como, veterinária, deverão anexar além do requerimento e documentos citados no item I, cópia do título de propriedade do imóvel ou contrato de locação, anexar cópia do contrato social visado no órgão competente, cópia da carteira do responsável técnico do conselho de classe e anuidade quitada, cópia da anuidade do conselho da classe quitada no ano em exercício, declaração do responsável técnico informando que atendimento a clínica se propõe a prestar, recursos complementares disponíveis, horários de funcionamento, relação dos profissionais que prestam serviços no estabelecimento, bem como, cópia da anuidade do ano em exercício quitado e carteira dos respectivos conselhos de cada profissional, cópia do projeto de Arquitetura conforme exigência da Vigilância Sanitária, declaração de responsabilidade técnica e eventuais substitutos. Para os serviços de RX, radioterapia e medicina nuclear, fica obrigatório a apresentação do laudo de aprovação das instalações e equipamentos fornecida pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria -IRD/CNEM ;
IV - instituto de esteticismo, hidroterápico, ginástica e congênere deverão anexar além do requerimento e documentos citados no item I, contrato social, cópia da carteira de identidade profissional do responsável técnico e anuidade quitada, cópia autenticada do certificado de habilitação dos profissionais;
V - cozinha industrial, industria de alimentos, buffet, deverão anexar além do requerimento e documentos citados no item I, contrato social, cópia da carteira de identidade profissional do responsável técnico e anuidade do respectivo conselho de classe quitada, planta baixa com layout indicando fluxograma de produção e cópia do manual de boas práticas na fabricação ;
VI - farmácias, drogarias, farmácia com manipulação, dispensários de medicamentos, ervanários, distribuidora de produtos médicos, hospitalares, odontológicos e correlatos, deverão anexar além do requerimento e documentos citados no item I, cópia do título de propriedade do imóvel ou contrato de locação, anexar cópia do contrato social visado no órgão competente, cópia da carteira do responsável técnico do conselho de classe e anuidade quitada, cópia da anuidade do conselho de classe quitada no ano em exercício, cópia do certificado de regularidade expedida pelo respectivo conselho de classe, cópia do projeto de arquitetura conforme exigência da Vigilância Sanitária. Para farmácia com manipulação planta baixa com layout indicando fluxograma de produção e cópia do manual de boas práticas na fabricação;
VII – óticas e estabelecimentos óticos, comércio de aparelhos ou produtos ortopédicos, deverão anexar além do requerimento e documentos citados no item I, cópia do titulo de propriedade do imóvel ou contrato de locação, anexar cópia do contrato social visado no órgão competente, cópia da carteira do responsável técnico do conselho de classe e anuidade do conselho de classe quitada no ano em exercício, cópia do certificado de regularidade expedida pelo respectivo conselho de classe, cópia do projeto de arquitetura conforme exigência da Vigilância Sanitária somente para industrialização de produtos óticos, livro de registro para transcrição de receita médica com termo de abertura averbado pela autoridade sanitária;
VIII – estabelecimentos de ensino de qualquer natureza, creche, ensino de primeiro e segundo grau deverão anexar além do requerimento e documentos citados no item I, cópia do título de propriedade do imóvel ou contrato de locação, anexar cópia do contrato social visado no órgão competente quando for o caso, e cópia do laudo do Corpo de Bombeiros. Para creche fica obrigatório a apresentação da cópia da identidade profissional e anuidade quitada do responsável técnico, cópia da identidade profissional do nutricionista, do auxiliar ou técnico de enfermagem, relação dos profissionais que prestam serviço a creche;
IX - veículos de transporte e comercialização de alimentos, transporte de medicamentos, correlatos e afins, deverão anexar além do requerimento e documentos citados no item I, a documentação de licenciamento do veículo;
X - comércio ambulante, feirante e comércio eventual, o permissionário deverá anexar, além do requerimento e documentos citados no item I, cópia de comprovante de residência, autorização do órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda;
XI – os estabelecimentos que não foram contemplados com a municipalização de ações de saúde e os que não constam no presente código estarão sujeitas às exigências da legislação Federal e Estadual em vigor.
TÍTULO XV
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Art. 336. Considera-se infração, para os fins deste Código, a desobediência ou inobservância ao disposto nas normas legais regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinem à preservação da saúde.
Art. 337. Responde pela infração quem, por ação ou omissão, lhe deu causa, bem como, de forma solidaria, quem para ela concorreu ou dela se beneficiou.
Parágrafo Único. Excluiu a imputação de infração a causa decorrente de caso fortuito ou força maior que vier a determinar avaria, deteriorização ou alteração de produtos de interesse da saúde pública.
Art. 338. As infrações sanitárias classificam-se em: leves, graves e gravíssimas.
Art. 339. São circunstâncias atenuantes:
I – ter por infrator, espontânea e imediatamente, procurado reparar ou minorar as conseqüências do fato lesivo à saúde pública;
II – ser a irregularidade cometida pouco significativa;
III – ser o infrator primário.
Art. 340. São circunstâncias agravantes:
I – ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má fé;
II – ter o infrator cometido à infração para fruição de vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão, que contraria o disposto da legislação sanitária;
III – deixar o infrator de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitar ou sanar ato ou fato lesivo à saúde pública;
IV – ter o infrator coagido outrem para execução material da infração;
V – ter a infração conseqüências calamitosas à saúde pública;
VI – ter o infrator dificultado ou prejudicado a ação fiscalizadora;
VII – ser o infrator reincidente, sendo que estará caracterizada a reincidência específica quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa no processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.
Art. 341. Para imposição da pena e sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:
I – as circunstâncias atenuantes e agravantes;
II – a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências efetivas ou potenciais para a saúde pública;
III – os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.
Parágrafo Único. Na aplicação da penalidade de multa, a autoridade sanitária competente levará em consideração a capacidade econômica do infrator.
Art. 342. As infrações sanitárias, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão punidas, alternada ou cumulativamente, com penalidade de:
I – advertência;
II – multa;
III – apreensão e inutilização dos produtos, substâncias ou matérias-primas;
IV – suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva, parcial ou total, do estabelecimento;
V – degeneração, cassação ou cancelamento de registro ou licenciamento.
Art. 343. As penas previstas neste Código serão aplicadas pela autoridade sanitária, conforme as atribuições conferidas pela estrutura administrativa.
§ 1º. A autoridade sanitária, no exercício de funções fiscalizadoras, tem competência para fazer cumprir as leis e Códigos Sanitários, expedindo intimações, impondo penalidades referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer a saúde, tendo livre ingresso em todos os lugares onde convenha exercer a ação que lhe é atribuída.
§ 2º. Os autos e termos, inerentes à fiscalização serão assinados pelo fiscal, ou por qualquer outro profissional da equipe de vigilância e/ou fiscalização.
Art. 344. Nos casos de reincidências, as multas previstas neste TÍTULO XV serão as mesmas aplicadas pelo artigo 329 e seu parágrafo único.
Art. 345. São infrações de natureza sanitárias:
I – No comércio de feiras livres e ambulantes:
a) na falta de documento, penalidade de advertência ou multa de 10 (dez) a 200 (duzentas) vezes o valor da UFM, apreensão e inutilização dos produtos, impedimento ou interdição temporária ou definitiva;
b) deixar de cumprir os preceitos sanitários de higiene relativos ao tipo de comércio: penalidade de multa de 05 (cinco) a 200 (duzentas) vezes o valor da UFM, apreensão e inutilização, suspensão, impedimento ou interdição, temporária ou definitiva, cassação ou cancelamento de licenciamento ou intervenção;
c) vender mercadorias não permitidas: penalidade de advertência ou multa de 05 (cinco) a 200 (duzentas) vezes o valor da UFM, apreensão e inutilização dos produtos, substâncias ou matérias-primas;
d) não manter em uso recipiente para o recolhimento de refugos ou detritos: penalidade de advertência ou multa de 05 (cinco) 200 (duzentas) vezes o valor da UFM;
e) não manter a limpeza do local ocupado: penalidade de advertência ou multa de 05 (cinco) 200 (duzentas) vezes o valor da UFM;
f) falta de uniforme ou seu uso incompleto ou em más condições de conservação ou limpeza: penalidade de advertência ou multa de 05 (cinco) a 200 (duzentas) vezes o valor da UFM;
g) dificultar ou ludibriar de qualquer forma a fiscalização sanitária: penalidade de advertência ou multa de 10 (dez) a 500 (quinhentas) vezes o valor da UFM ou suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva, cassação ou cancelamento de registro ou licenciamento;
h) utilizar-se de outros materiais que não os permitidos para embrulhos ou embalagens: penalidade de advertência ou multa de 05 (cinco) a 200 (duzentas) vezes o valor da UFM;
i) não manter o veículo, balcão, tabuleiro ou outro equipamento exigido em lei, em perfeitas condições de conservação, pintura e limpeza: penalidade de advertência ou multa de 05 (cinco) 200 (duzentas) vezes o valor da UFM, suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva;
II – Comércio fixo e indústria:
a) obstar ou dificultar a ação fiscalizadora: penalidade de advertência ou multa de 20 (vinte) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM, suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva;
b) deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à preservação da saúde: penalidade de advertência ou multa de 20 (vinte) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM, apreensão, inutilização, suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva, cassação ou cancelamento de registro ou licenciamento;
c) construir, instalar ou fazer funcionar quaisquer estabelecimentos que manipulem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registros, licenças e autorização dos órgãos sanitários competentes, ou contrariando as normas legais pertinentes: penalidade de advertência ou multa de 20 (vinte) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM, e interdição temporária ou definitiva do estabelecimento conforme o caso;
d) extrair, produzir, fabricar, sintetizar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos ou produtos alimentícios, bem como utensílios ou aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente: penalidade de advertência ou multa de 20 (vinte) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM, apreensão ou interdição temporária ou definitiva, cancelamento do registro, do licenciamento e da autorização, conforme o caso;
e) fazer propaganda de produtos alimentícios, contrariando a legislação sanitária: penalidade de advertência ou multa de 50 (cinquenta) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM, proibição da propaganda ou a suspensão da venda;
f) rotular produtos alimentícios contrariando as normas legais e regulamentares: penalidade de advertência ou multa de 50 (cinquenta) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM, inutilização ou interdição;
g) alterar o processo de fabricação dos produtos alimentícios sujeitos a controle sanitário, modificar os seus componentes básicos, nome e demais elementos de registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente: penalidade de interdição, cancelamento da licença ou multa de 100 (cem) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM;
h) reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde no envazilhamento de alimentos: penalidade de apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro ou multa de 20 (vinte) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM;
i) comercializar produtos cujo prazo de validade tenha expirado, ou apor-lhes novas data de validade, posteriores ao prazo expirado: penalidade de apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença ou multa de 20 (vinte) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM;
j) descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por ferrovias, veículos terrestres: penalidade de advertência ou multa de 20 (vinte) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM ou interdição;
l) fraudar, falsificar ou adulterar alimentos: penalidade de apreensão, inutilização ou apreensão do produto, suspensão de vendas ou fabricação do produto, interdição total do estabelecimento, cancelamento ou autorização para funcionamento da empresa, e multa de 50 (cinquenta) a 1000 (mil) vezes a UFM;
m) não cumprimento do que está estabelecido nas normas de segurança e medicina do trabalho: multa de 100 (cem) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM;
n) não adoção das medidas que lhe forem determinadas pelos órgãos competentes dentro do prazo estipulado pelos mesmos: multa de 50 (cinquenta) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM;
o) não notificação ao Sistema Único de Saúde dos casos de acidente do trabalho e/ ou doença ocupacional: multa de 50 (cinquenta) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM;
p) as infrações não previstas neste título serão punidas, a critério da autoridade sanitária com penalidade de advertência ou multa de 10 (dez) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM;
III – Imóveis:
a) transgredir quaisquer dispositivos do titulo XII deste código: penalidade de advertência, multa de 05 (cinco) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM e interdição;
b) obstar ou dificultar a ação fiscalizadora: penalidade de multa de 10 (dez) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM e interdição, interdição temporária ou definitiva.
Parágrafo Único. Considera-se que a infração foi praticada pelo seu ocupante quando se referir à conservação ou à limpeza dos imóveis sob sua responsabilidade. Nos demais casos, o proprietário será o responsável pela infração.
Art. 346. As infrações não previstas neste título serão punidas, a critério da autoridade sanitária, com penalidade de advertência ou multa de 05 (cinco) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM, apreensão, inutilização, ou interdição do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, interdição parcial ou total dos estabelecimentos, cancelamento da autorização para funcionamento da empresa ou proibição de propaganda.
Art. 347. A critério da autoridade sanitária, as penalidades referidas neste Código poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
Art. 348. Para os efeitos deste código aplicam-se isolada ou cumulativamente as penalidades de natureza médico-veterinária, multa de 05 (cinco) a 200 (duzentas) UFM, ao responsável por todo e qualquer imóvel onde se criem animais que possam causar incômodo ou insalubridade à população sem prejuízo da interdição do imóvel.
TÍTULO XVI
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
CAPÍTULO I
DO TERMO DE INTIMAÇÃO
Art. 349. O termo de intimação é lavrado em 03 (três) vias e assinado pela autoridade sanitária competente, sempre que houver exigências a cumprir e desde que, por sua natureza e critério, referida autoridade, não exija a aplicação imediata de qualquer penalidade prevista neste código.
Art. 350. A intimação deverá sempre indicar, explicitamente, as exigências e o prazo concedido para seu cumprimento, que não deverá exceder 30 (trinta) dias.
Art. 351. Expirado aquele prazo, somente o coordenador do Programa de Vigilância Sanitária ou seu eventual substituto poderá conceder, em casos excepcionais, por motivo de interesse público, mediante despacho fundamentado, nova prorrogação, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do tempo decorrido desde a data da ciência da intimação.
Parágrafo Único. Para casos específicos, em relação à saúde do trabalhador, os prazos referidos no "caput" deste artigo e nos anteriores serão fixados de acordo com as medidas a serem exigidas, a critério da autoridade competente.
Art. 352. O Termo de Intimação será entregue pela autoridade fiscalizadora, que exigirá destinatário recibo datado e assinado.
§ 1º. Quando esta formalidade não for cumprida, os motivos serão declarados no verso da primeira via do Termo de Intimação.
§ 2º. A segunda via do Termo de Intimação devidamente assinada pela autoridade sanitária, permanecerá em poder do intimado, nela sendo anotadas a data e a hora.
Art. 353. O processo constituído pelo Termo de Intimação será encaminhado a autoridade competente quando:
I – se destinar ao arquivamento em virtude do cumprimento integral das exigências no prazo concedido;
II – houver, em tempo hábil, pedido de prorrogação de prazo, que poderá ser concedido na forma deste Código;
III – em virtude do não cumprimento das exigências dentro do prazo concedido, haja decorrido o prazo para interposição de recurso e tenha sido lavrado o Auto de Infração.
Art. 354. Esgotado o prazo do primeiro Termo e quando a infração se referir às atividades indicadas nos incisos I, II e III do artigo 339, será lavrado o 2º Termo, observando-se igual princípio no caso de prorrogações concedidas.
§ 1º. O prazo dado pelo 2º Termo é improrrogável e não poderá exceder o prazo inicial estipulado no 1º Termo, gerando seu descumprimento a interdição ou cassação da licença do infrator.
§ 2º. O não cumprimento do segundo termo comporta Auto de Infração que será lavrado pela autoridade competente.
Art. 355. Esgotado o prazo do 1º Termo e quando a infração se seguir às atividades indicadas no inciso III, do artigo 340, poderá ser lavrado outro termo de intimação, para que seja sanada ou que a autoridade sanitária decida pela interdição do imóvel ou pelo encaminhamento do caso ao Poder Judiciário e demais órgãos competentes.
§ 1º. O Auto de Infração ou a Interdição só serão imposto quando o infrator não cumprir, no prazo, as exigências constantes do Termo de Intimação.
§ 2º. Quando o infrator comprovar que está cumprindo as exigências contidas no Termo, sem contudo tê-las concluído, a autoridade sanitária, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo para a conclusão, pelo tempo que julgar necessário.
CAPÍTULO II
AUTO DE INFRAÇÃO
Art. 356. O Auto de Infração é instrumento de fé pública, coercitivo, para a aplicação inicial de penalidade prevista neste Código, devendo sempre iniciar explicitamente o motivo determinante de sua lavratura, em caracteres bem legíveis, assim como do dispositivo legal que o fundamenta.
Art. 357. O Auto de Infração será lavrado quando:
I – não forem cumpridas, dentro do prazo fixado, as exigências feitas no 1º Termo de Intimação;
II – se verificar infração que, por sua natureza exija a aplicação imediata de penalidade prevista neste Código.
Parágrafo Único: Havendo recusa do infrator em assinar o auto, será feita neste a menção do fato.
Art. 358. O auto de infração será lavrado em três vias, assinado não só pela autoridade competente, bem como pelo autuado ou, na sua ausência, pelo seu representante legal ou preposto. Em caso de recusa, a consignação dessa circunstância será feita pela autoridade autuante, fazendo-se a entrega imediata da segunda via.
§ 1º. No auto de infração constará:
I – Nome do infrator, endereço, bem como os demais elementos necessários para sua qualificação;
II – Local, data e hora da lavratura onde a infração foi verificada;
III – Descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;
IV – Penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;
V – Ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;
VI – A assinatura do autuado ou infrator ou a menção da circunstância de que não pode ou se recusou a assinar;
VII – A intimação para a apresentação de defesa ou pagamento da multa, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais, penalidades e/ou atualização;
VIII – Conter assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função.
§ 2º. As infrações ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.
§ 3º. Havendo reformulação ou alteração do auto de infração, será devolvido ao autuado o prazo de defesa.
§ 4º. A assinatura do autuado poderá ser aposta no auto simplesmente ou sob protesto, e, em nenhuma hipótese, implicará em confissão da falta argüida, nem sua recusa agravará a infração ou anulará o auto.
§ 5º. Lavrado o auto, terão os autuantes o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas para entregar a cópia do mesmo ao órgão arrecadador.
§ 6º. A infringência do parágrafo anterior sujeitará o funcionário à falta funcional.
§ 7º. Conformando-se o autuado com o auto de infração e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzida de 20% (vinte por cento).
§ 8º. Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelada a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.
Art. 359. Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos Autos de Infrações, ficando passíveis de punição em caso de falta, falsidade ou omissão dolosa.
CAPÍTULO III
DOS RECURSOS
Art. 360. O infrator poderá oferecer defesa ou impugnar o auto de infração no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua cientificação.
Art. 361. A defesa ou impugnação será julgada pelo Coordenador da Vigilância Sanitária em primeira instância, ouvindo preliminarmente a autoridade autuante.
§ 1º. Neste parágrafo, observar-se-ão os seguintes prazos, contados da data do respectivo recebimento do processo:
I – 15 (quinze) dias para a manifestação do servidor autuante;
II – 30 (trinta) dias para julgamento e decisão da defesa ou impugnação pelo coordenador da Vigilância Sanitária em primeira instância.
III – A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento e será feita no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do lançamento.
§ 2º. A impugnação do lançamento mencionará:
a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;
b) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
c) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
d) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
e) o objetivo visado.
§ 3º. O impugnado será notificado do despacho no próprio processo mediante a assinatura, ou via postal registrada ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.
§ 4º. Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, as multas e penalidades impugnadas serão atualizadas monetariamente e acrescidas de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.
§ 5º. O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo em favor do Município, da quantia total exigida.
§ 6º. Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com as custas processuais que houver.
§ 7º. Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados, do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas, monetariamente pelo índice de correção da caderneta de poupança a partir da data em que foi efetuado o depósito.
Art. 362. Nas decisões proferidas pela primeira instância caberá recurso para a Junta de Recursos Fiscais, para o julgamento pelo chefe do Poder Executivo Municipal, ouvido o setor jurídico competente.
Art. 363. Das decisões emanadas da primeira instância, quando contrária, no todo ou em parte, do Município, caberá recurso de ofício a segunda instância na forma do art. 362 deste código.
Art. 364. Os recursos serão decididos após a oitiva da autoridade autuante, a qual poderá propor a revisão ou manutenção da decisão anterior.
Art. 365. Os recursos só terão efeito suspensivo nos casos de imposição de multa.
Art. 366. O infrator tomará ciência das decisões proferidas nos recursos pelas autoridades sanitárias mediante publicação, na imprensa oficial, dos respectivos despachos.
Art. 367. As infrações a este Código e/ou as outras Leis, e Decretos e Regulamentos Municipais, no que couber, serão punidos com multas, ou outras sanções administrativas, a critério da autoridade autuante.
Art. 368. Independentemente das multas estabelecidas neste código, a reincidência em infração da mesma natureza serão as que se referem ao artigo 329.
Art. 369. O recurso deverá ser protocolado no setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Douradina, o qual encaminhará a quem compete.
Parágrafo Único. Processado o recurso, será providenciada a juntada do processo constituído pelo Auto de Infração que lhe deu origem.
Art. 370. As multas impostas sofrerão redução de 20% (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da sua aplicação.
CAPÍTULO IV
PROCESSAMENTO DAS MULTAS
Art. 371. Transcorrido o prazo fixado, sem que tenha havido interposição de recurso ou pagamento de multa, o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias ao órgão arrecadador competente, sob pena de cobrança judicial.
Art. 372. Havendo interposição de recurso, o processo, após decisão denegatória definitiva, será restituído à autoridade autuante, para fins de lavratura da notificação.
Parágrafo Único. Não recolhida à multa no prazo de 30 (trinta) dias, o processo administrativo será encaminhado ao órgão competente para cobrança judicial mediante inscrição na dívida ativa.
Art. 373. O recolhimento das multas será feito na conta do Fundo Municipal de Saúde, mediante guia de recolhimento, que poderá ser fornecida, registrada e preenchida pelos órgãos municipais.
CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 374. As infrações, as disposições legais e regulamentares de ordem sanitárias prescrevem em 5 (cinco) anos.
§ 1º. A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e conseqüente imposição de penalidade.
§ 2º. Não ocorre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.
§ 3º. Todos os atos relativos à matéria fiscal serão praticadas dentro dos prazos fixados na legislação de regência, em especial no Código Tributário Municipal.
§ 4º. Os prazos serão contínuos, excluídos no seu cômputo o dia do início e incluído o do vencimento.
§ 5º. Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura ou estabelecimento de crédito, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.
Art. 375. Quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapacitado, poderá o Auto ser assinado à rogo, na presença de duas testemunhas ou, na falta delas, deverá ser feita a devida ressalva pela autoridade autuante.
Art. 376. Os órgãos da Administração Pública Municipal, após decisão definitiva na esfera administrativa, farão publicar todas as penalidades aplicadas aos infratores da legislação sanitária.
Art. 377. O disposto neste Código deverá, na sua aplicação, ser compatibilizado com a legislação sanitária correlata vigente, prevalecendo sempre os parâmetros legais e técnico-científicos de proteção, promoção e preservação da saúde.
Art. 378. Na ausência de norma legal específica, prevista neste Código e nos demais diplomas federais e estaduais vigentes, a autoridade sanitária, fundamentada em documentos técnicos reconhecidos pela comunidade científica, poderá fazer exigências que assegurem o cumprimento desta lei.
Art. 379. Os Termos, Autos e outros documentos e formulários impressos usados pela fiscalização obedecerão aos modelos dotados e adotados pela Secretaria Municipal de Saúde.
§ 1º. Os autos e termos, inerentes à fiscalização serão assinados pelo fiscal, ou por qualquer outro profissional da equipe da Vigilância Sanitária.
§ 2º. Nos casos previstos no parágrafo 2º do Art. 11º deste Código, os Autos e Termos serão assinados obrigatoriamente pelo médico veterinário ou pelo engenheiro, conforme a natureza da matéria.
Art. 380. Os estabelecimentos que comercializem alimentos ficam obrigados a fixar, em local visível e disponível a todos os frequentadores, os CARDÁPIOS E TABELAS DE PREÇOS, bem como o telefone do órgão competente de Fiscalização Sanitária, independentemente da presença dos cartazes determinados pela legislação vigente.
Parágrafo Único. Atende o disposto no presente artigo a confecção de cardápio em formato reduzido e disponível nas mesas e/ou locais de atendimento do estabelecimento.
Art. 381. Aos estabelecimentos que se refere ao título VIII aplicam-se cumulativamente, as disposições do Título VII.
Art. 382. As Normas Técnicas Especiais referidas no corpo deste Código são as adotadas pela legislação federal.
Art. 383. As penalidades impostas por este Código não desobrigam o infrator de responder por outras que lhe forem impostas, cumulativamente, pelos demais órgãos competentes.
Art. 384. Os casos não previstos neste Código obedecerão às disposições legais existentes.
Art. 385. As infrações não previstas neste código serão punidas, de acordo com a legislação vigente, podendo utilizar-se da legislação Federal, Estadual e Municipal, no que couber, a critério da autoridade sanitária, com penalidade de multa de 05 (cinco) a 1000 (mil) vezes o valor da UFM, apreensão, inutilização, ou interdição do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da empresa ou proibição da propaganda.
Art. 386. Na ausência de fiscais concursados no Setor de Vigilância Sanitária, Controle Ambiental e Saúde do Trabalhador, o Prefeito Municipal, baseado na Legislação Municipal, delegará o poder de polícia aos funcionários lotados nos referidos setores, de forma que o município não fique sem a devida proteção da saúde pública.
Art. 387. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.
Paço Municipal de Douradina, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de Junho do ano de 2.018.
João Jorge Sossai
Prefeito Municipal